

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SOCIOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE E REGIÃO

**MENINOS E MENINAS DE RUA:
POR QUE ELES/AS NÃO TÊM RAÇA?**

Dissertação de Mestrado

Autor: Neves Luiz da Silva
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Custódia Selma Sena do Amaral

GOIÂNIA
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NEVES LUIZ DA SILVA

**MENINOS E MENINAS DE RUA:
POR QUE ELES/AS NÃO TÊM RAÇA?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em sociologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Custódia Selma Sena do Amaral.

**Universidade Federal de Goiás
Goiânia 2006**

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora professora Selma Sena que me acompanhou e tanto me incentivou na confecção deste trabalho, para que ele se tornasse uma realidade. Da mesma maneira agradeço aos professores do Departamento de Ciências Sociais, em especial a professora Genilda D'Arc, minha orientadora no curto, mas produtivo tempo de PIBIC.

Quero ainda manifestar reconhecimento à professora Ivanilde que de forma brilhante e com bela liderança, nos transmitiu saberes, durante a Licenciatura, que me fazem um profissional melhor e um estudante e professor mais consciente e ético. Da mesma forma, agradeço aos professores Jordão Horta Nunes, Francisco Rabelo e Dalva Maria Borges pela paciência e empenho em transmitir tamanha erudição, ricos conhecimentos e experiências.

Manifesto um profundo respeito e reconhecimento ao MNMMR/Seção Goiás, que se dispôs a ajudar/colaborar prontamente em todos os momentos que precisei; agradeço, em especial, a este movimento e dedico este trabalho por terem aberto as portas para mim e minha orientadora, aliás, mais que isso, elas/es (militantes) nos acolheram carinhosamente durante todo o trajeto da pesquisa, me deixaram à vontade, me deram um ambiente muito propício para o trabalho de pesquisa.

Dedico este trabalho também ao meu pai João Luiz da Silva e minha mãe Luzia Bercholina de Alcântara, que foram quem mais me apoiaram, me dando carinho e me incentivando mesmo morando longe (em Bom Jardim de Goiás). Ninguém me apoiou tanto no dia a dia como minhas irmãs Alciene e Luciene, a elas manifesto minha profunda gratidão e carinho. Dedico também a meu irmão Jarmom (que mora em Aragarças/GO) e meu primo Aguimon, meus melhores amigos, que mesmo não fazendo a menor idéia sobre meu Curso sempre deram apoio, mensagens de incentivo e de admiração por mim; mas, sou eu quem os admiro muito.

Agradeço especialmente e dedico este trabalho à Casa de Estudantes III (a Ceu 3) e meus amigos ceusianos, pois esta nos acolheu (eu e minhas irmãs) de braços abertos e, com um enorme coração a Ceu nos seduziu e nos fez crescer também; crescer tanto em coração quanto em consciência, levarei todos/as dentro do meu. Amo esta casa de paixão e, jamais esquecerei da Piedade – *in memoriam*. Ela foi um dos seres mais gentil e dócil que já conheci.

Por fim, agradeço aos colegas e amigos desses 8 anos de muita luta dentro da *Federal*, mais os amigos dos 2 anos de Colegial (Propedêutico); mas antes de tudo, agradeço a própria cidade de Goiânia, por ter me acolhido carinhosamente, por me oferecer trabalho e os enormes desafios, os quais ainda me fazem acordar, viver, ter medo, vibrar e encarar a realidade e os meus sonhos – o combustível de nossas vidas –, que são inseparáveis.

RESUMO

Através da pesquisa de documentos e textos este estudo busca compreender o processo de estigmatização, discriminação e exclusão sofrida por meninos e meninas de rua no Brasil. A partir de uma análise de textos, documentos, fotografias e vídeos produzidos por pesquisadores, educadores sociais e militantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, nos debruçamos sobre a análise de sua filosofia, métodos e estratégias de atuação, buscando entender sua visão de mundo, de sociedade e de infância e adolescência, ou seja, procuramos fazer um mapeamento das principais ideologias que regem ou norteiam aquele movimento. Durante este trabalho, várias inquietações surgiram, principalmente o fenômeno da invisibilidade étnico-racial dos/as meninos e meninas em situação de risco pessoal e social ou de rua, uma vez que, cerca de 90% dessas crianças são negras. Porém, a despeito dessa realidade, nenhuma pesquisa ou estudo até aqui deu relevo a este aspecto, nem analisou a relevância ou influência da racialidade ou de ideologias raciais e/ou racistas no processo de estigmatização e discriminação que aquelas crianças sofrem, incluindo todo tipo de exclusão, opressão, violência e chacinas (exterminio). A racialidade então um fenômeno invisível ao olhar de pesquisadores e das/os próprias/os militantes do MNMMR. Por isso, foi necessário mergulhar na literatura sociológica, na militante e a oficial, em outras palavras, nos vários discursos, para ‘provar’ tal hipótese. Os documentos principais, além da produção acadêmica e publicações oficiais (Estado), foram as cartilhas, livros e outros impressos do MNMMR, bem como seu acervo fotográfico e o videográfico. O resultado a que chegamos é que várias ideologias contribuíram e/ou condicionaram este fenômeno da invisibilidade racial dos/as meninos/as de rua, destacando o viés economicista; além do poder ideológico da *fábula das três raças* e do mito da *democracia racial*, do racismo à brasileira.

Palavras-chave: estigma; ideologia; identidade social e/ou étnica; racismo; invisibilidade social e racial.

ABSTRACT

Through of the research about document and text this study looks for to comprehension the process about stigmatization, discrimination and suffered exclusion for the boys and girls at the street in the Brazil. The analysis about the texts, documents, photographs and videos for the researchers, socials educators and militants of national movement of boys and girls of the street, lean over about analysis about your philosophic, methods and strategies of actuation, looking for to understand her vision about the world, society and child and adolescence or we look for to do the organization of the ideology that make that movement. During this working, many anxieties grew up, principally the invisibility phenomena ethnic-racial of the/the boys and girls about the situation of the difficult people and social or of street nearly 90% these children are black. About these realty, any research or study until here gave relief to the this aspect neither analysis the relevance or influence of the rationality or of racial ideologies and/or racists in the organization process and discrimination that those children suffer including all type of exclusion, oppression, violence and massacre. The rationality then a invisible phenomena to the look of the researchers and of the itself/of the militants of MNMMR. For it, it was necessary to dive in the literature, sociological, in the militant and the official in other words, in the many discourses “to prove” the possibility. The principals documents over of the academic production and officials productions (state), they were the alphabetic books, the books and another impresses of the MNMMR. Well as his a lot of photograph and the video graphic. We take the principal resulted that many ideologies contributed and/or conditioned this phenomena of racial invisibility of the boys or girls of street, pointing the “vies” economists; over there of the ideological power of fabulous of the three races and of the mythic of the racial democracy, of the racism to Brazilian.

Key-words: stigma, ideology; social identity and/or ethnic; racism; social invisibility and racial.

SUMÁRIO

Introdução.....	07 – 33
Capítulo I – MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: Uma Versão de sua Formação.....	34 – 82
1. 1 – Memória das/os Militantes/Fundadoras/es.....	39 – 43
1. 2 – Discutindo o Conceito de Movimentos Sociais.....	43 – 56
1. 3 – Algumas Dinâmicas de Famílias Pobres na Região Centro – Oeste. 56 – 61	
1. 4 – Famílias Pobres no Brasil: algumas dinâmicas nacionais.....	61 – 82
Capítulo II – As Categorias <i>Menor</i>, Criança e Adolescente e seus Significados. 83-125	
2. 1 – Conceitos e concepções de infância e adolescência.....	89 – 125
Capítulo III - Meninos e Meninas de Rua: Paradoxo da Invisibilidade Racial..126-188	
3. 1 – Abordagens Étnico-Raciais e de Gênero.....	127 – 128
3. 2 – Estigmatização e Discriminação.....	129 – 138
3. 3 – O Racismo e as Desigualdades Raciais no Brasil.....	138 – 151
3. 4 – Dados Videográficos.....	152 – 177
3. 5 – Dados Fotográficos.....	177 – 188
Considerações Finais.....	188 – 206
Referências Bibliográficas.....	206 – 214
Anexo.....	215 – 217

INTRODUÇÃO

Pesquisei o tema menino e menina de rua desde 2001, quando colaborei com a reformulação do projeto de PIBIC da colega Geruza e a substituí no mesmo projeto em 2002, ambos fomos orientados pela socióloga e professora doutora da UFG Genilda D'Arc Bernardes. Durante a bolsa PIBIC, a abordagem era local (grande Goiânia) e o objetivo era entender a dinâmica da exclusão de seres humanos que levam crianças e adolescentes a viverem *na e/ou da* rua. Outro enfoque importante era tentar entender os códigos, valores, símbolos e/ou linguagens em geral forjados pelos grupos de meninos e meninas num processo de interação contínua e cotidiana. Assim, a corrente do interacionismo simbólico se revelou muito útil para estudar tais fenômenos, e continua na etapa atual, porém numa perspectiva bem diferente.

No transcurso dessa pesquisa PIBIC, já comecei a sofrer certas inquietações, das quais não sabia conscientemente, apenas mais tarde se revelaram na consciência; a saber, não entendia o porquê do viés estritamente classista – economicista para explicar a marginalização, exclusão e violência de um público (crianças/adolescentes ou mesmo, adultos de rua) que atinge cerca de 90% de negros/as. A observação empírica constatava tal fenômeno e tínhamos esse dado nas mãos, porém faltava a teoria e sem ela ficamos no escuro, nada se podia fazer, ficando a inquietação que seria sanada futuramente, com esta pesquisa, que ora apresento e defendo, esta dissertação. Apesar das críticas àquela perspectiva (do PIBIC), aprendi muito nesta fase e tive condições de amadurecer as idéias gradual e lentamente. Foi uma fase muito profícua e positiva até porque foi quando de fato tive maior contato e interação com aquelas crianças/adolescentes, com os quais tanto me identifiquei, os membros da base do MNMMR.

Nossa dinâmica de análise se alterou significativamente do PIBIC para cá. A categoria social, por exemplo, também era muito específica, tratava-se apenas de criança e adolescente 'de' rua estrito senso, agora a abordagem se dilata em várias outras categorias que englobam a demanda do que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) considera como grupos ou camadas de sua atuação, promovendo a defesa delas através da militância política e pedagógica. Da mesma maneira que se expandiram as dinâmicas, dilatamos o espaço, agora não será mais apenas a Grande Goiânia, mas todo o Brasil; embora, obviamente, desde o início das pesquisas, para entender o contexto de

Goiânia e de Goiás, tivemos que perpassar pelo todo, pela nação, coletando dados, elementos e comparando-os, encontrando semelhanças e especificidades (diferenças) com nossa capital. Mas, a maior alteração veio no viés da abordagem, antes ela era estritamente classista, tomava em consideração sobremaneira o binômio riqueza x pobreza, abundância x carência, burguesia x proletário e assim por diante. Compramos o desafio de ampliar a análise fazendo o recorte étnico-racial e, subsidiariamente, o recorte de gênero e o etário, todos inscritos no fenômeno de classificação e de hierarquização social, como relações de poder, são ideologias latentes e manifestas através da estigmatização, discriminação e opressão identitárias, pois são como moeda de troca simbólica nas construções das inúmeras identidades presentes e em construção permanente numa sociedade e cultura como as brasileiras e na humanidade como um todo.

Porém, uma grande dificuldade se apresenta: não há, nos estudos, pesquisas ou textos de militantes sobre crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que chamaremos em situação de rua, nenhuma abordagem racial, nem mesmo pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, doravante denominado MNMMR ou Movimento, nem no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – a principal fonte de direito, proteção e defesa dessas pessoas em desenvolvimento –, conquista política histórica do MNMMR, de organizações não governamentais – ongs, instituições governamentais, entidades filantrópicas, religiosas e outras. As abordagens sobre a questão privilegiam o viés classe social, num cálculo onde a pobreza é causa direta da marginalidade absoluta e da violência extrema a que essas crianças estão expostas. Alguns autores tentaram alargar essa visão determinista e fatalista, como Neto et al. (1993) que inserem o estudo das condições da família de rua ou que têm meninos/as na rua, bem como as reestruturações dessa importantíssima instituição brasileira. Porém, não tiveram muito êxito, ficando presos nas condições sócio-econômicas, de todo tipo de carência: material, moradia, emprego e renda; moral: despreparo das famílias, falta de respeito dos filhos pelos pais (estes não têm mais autoridade sobre os filhos como antes) com a destruição do modelo familiar tradicional; educacional: qualificação e aprendizagem formal; espiritual: condições psicológicas, crise da religiosidade etc.

Prado (1993) e Rosenberg (1993), embora trabalhem com o tema meninos e meninas de rua (e com gênero) há mais de uma década, somente em 2000, Rosenberg insere a questão da raça como motivo de exclusão e marginalização em relação à escola, trabalho e renda; entretanto não relaciona diretamente com a faixa que estamos analisando,

ou seja, quando se trata de meninos/as de rua se esquece da racialidade deles/as (seriam todos brancos pobres? Ou apenas pobres!) e quando se analisa racialmente, se esquece do/a menino/a de rua. Finalmente, temos Zaluar (1994), a primeira a contestar de fato a relação **mecânica** entre pobreza e marginalidade, entre pobreza e violência, entre pobreza e delinqüência, pobreza e situação de rua etc. Embora marxista, ela sustenta que os fenômenos sociais em tela são frutos de valores sociais como o consumismo, provocados pela banalização da mídia (repare que está sempre dentro da lógica do ‘mercado capitalista’) desenfreada, irresponsável e antiética. Em suma, sua análise mesmo quando ressalta o papel da cultura, fica presa ao viés e ao pessimismo peculiar marxista e nem de longe toca na questão racial e no racismo presentes na sociedade brasileira.

Minayo (1993) e Rizzini (1989, 1991, 1993), entre outras/os autoras/es, trabalharam extensamente a exclusão e a violência vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes brasileiros. A primeira fez uma coletânea de estudos, com pesquisas sempre na perspectiva de uma abordagem geral e economicista; a última encontrou na composição de meninos/as de rua e/ou de famílias de rua ou que possuem filhos/as nas ruas dados entre 85% e 90% de não-brancos, extrapolando essa cifra em determinadas regiões, cidades e/ou grupos e, mesmo assim, com tantas evidências, nem estas nem as/os demais autoras/es dedicaram sequer um parágrafo sobre a questão racial e/ou a condição de negros/as dessas crianças.

Na linha culturalista, que rompe com o marxismo, o grande destaque é DaMatta (1991, 1997 e 2000), que analisa as ideologias raciais brasileiras e toma a casa e a rua como instituições mores e centrais na sociedade e cultura brasileiras. Mas, nada de raça ou racismo aparecem na análise sobre a casa e a rua, o autor as entende como dimensões metafóricas da sociedade brasileira e se contenta com as instituições *per se*. Minimamente, sugere a relação quando fala no “negro”, “preto”, “cinzento” do asfalto, com a rua como lugar ou arena da luta, do sexo, da inconstância, da fluidez, da violência, da desconfiança e, por isso mesmo, tão desvalorizada, mas, contraditoriamente, tão complementar à casa, extremamente positivada na moral e ideologia brasileiras. Com a polarização antagônica dessas duas dimensões ou espaços morais, um como “reino da perdição”, do engano, “coisa do diabo”; a outra como o reino da paz, do paraíso, de Deus, lugar meio santificado, “sagrado” na nossa cultura, podemos fazer uma relação em que há, no mínimo, uma conexão dessas esferas com o sistema racial brasileiro. Assim, a rua seria o que ‘é’, porque é o “lugar do negro”, que vai para lá trabalhar, mendigar ou se *prostituir*, a religiosidade da

rua é nessa visão a macumba, desvalorizada pela sociedade como um todo; enquanto que a casa é o lugar do branco, da família, da moral, da religião valorizada e dos bons costumes.

É claro que tanto brancos como negros vão trabalhar – o trabalho é a atividade e também uma dimensão moral que intermedia estes dois espaços profundos e antagônicos: a casa e a rua –, passam pela rua ou nela permanecem, no entanto o espaço é ideologicamente construído como símbolo, significado da presença latente ou manifesta do negro, uma vez que, ‘na casa’ é mais rara a sua presença; e, como se trata de significados construídos moralmente, tanto negros quanto brancos desvalorizam o espaço social da rua. Sugiro que dá, no extremo, para se fazer esta relação, que precisa ser mais bem desenvolvida, pois apresenta dimensões e interconexões profundas ‘explícitas’ e outras não explícitas, embora esta relação apresente cargas semânticas perigosas. Este mesmo autor também faz uma análise do racismo à brasileira, porém, bem mais tarde, e que será referendada aqui, mas seus objetos, compreensivelmente, são as próprias ideologias racistas dominantes e forjadas pela elite branca e a sociedade em geral, não de um fenômeno ou caso particular (micro), como pretendo fazer aqui, por maior relevância que apresente. Outros estruturalistas, holistas, comunitaristas, historicistas e/ou culturalistas se somam, como Norbert Elias (1987, 1990, 1994 e 1999), Taylor (1998) e até o culturalista da sociologia ‘compreensiva’ Melucci (2001) e o culturalista e individualista – mas nada estruturalista – Goffman (1975, 2003) contribuem sobremaneira nesta empreitada.

Porém, os que tratam de forma mais assumida o problema do racismo e das desigualdades raciais no Brasil são autores (intelectuais, lideranças e/ou militantes negros/as) muito recentes – embora trabalhem há muitas décadas, só agora conquistaram visibilidade acadêmica e política –, tais como: Munanga (2001), Jorge de Carvalho (2001), Bernardino Costa (2001), Guimarães (1997, 2000), Sansone (2001), Pinho (2001) e Hasenbalg (1997) entre tantos outros. A maioria deles/as são militantes negros, em prol da causa negra e inspirados em militantes históricos que estavam esquecidos como Abdias do Nascimento, Hasenbalg etc. Todos eles, como era de se esperar, fazem análise do plano macro, das condições históricas e sociológicas do Estado e da sociedade brasileira em geral, mesmo que utilize dados ou casos específicos. Em suma, a lacuna permanece e só podemos então fazer o enfoque racial da questão da criança e do adolescente em situação de rua, se construirmos uma ponte teórica relacionando o plano macro desses/as pensadores/as com o plano micro desse trabalho – os/as meninos/as de rua como sintoma social de um problema social, histórico, político e étnico-racial muito maior. Essa ponte

nos permite relacionar, elementos, fatos, dados qualitativos e dados estatísticos e reinterpretá-los, reaplicando as teorias daqueles pensadores, mestres e lutadores.

Lugar de fala

Em primeiro lugar não sou negro, mas me identifico sobremaneira com a causa e participo com relativa assiduidade do movimento negro aqui em Goiânia e em Goiás. Acredito que o maior problema social brasileiro, mais que um problema intelectual/acadêmico, é a disparidade étnico-racial, seja em consequência do passado escravista ou da discriminação racial e do racismo presentes, arraigados em nossa realidade sociopolítica. Eu também não me considero branco, prefiro a denominação *caboclo*; esteticamente falando eu sou um caboclo ou mameluco, isso sugere que sou fruto de uma mistura entre brancos e índios, porém o conceito de caboclo é mais um derivativo de tipos humanos regionais, seria mais apropriado para um homem do ‘norte’, bom! Eu sou um típico goiano do interior, às vezes até provinciano, no sentido moral de valorizar nossas identidades e preservar os laços familiares e afetivos, bastante ‘fechado’ às novas afeições e identidades, meio ‘desconfiado’, no estilo mineiro, embora me preocupe com a nação e o universo, nos sentidos filosófico, ético e político. Essas são escolhas políticas, assim como o sentimento e/ou a identidade de pertencimento a uma raça/etnia também o são.

Para resolver o impasse, eu sou ‘pardo’, uma vez que não sou negro nem branco, não posso me chamar de amarelo ou oriental, não sou caboclo por causa da semântica regional. Mas interessa à sociedade brasileira, sobretudo, a dimensão estética, a aparência, a marca, o fenótipo e não a origem, como foi explicitado por Nogueira (1985). Nesse sentido, não resta dúvida que eu seria considerado ‘branco’ (mesmo que fosse um branco nortista ou nordestino). Enfim, embora seja muito complexa a questão das classificações raciais no Brasil, inclusive porque elas variam regionalmente, o fato é que, para a sociedade brasileira (nos EUA com certeza não), eu sou branco, e é dessa leitura social que estou falando neste trabalho, é essa leitura que funciona como uma barreira quase intransponível para os considerados negros (pretos e/ou pardos) e/ou indígenas, uma clivagem na admissão do emprego formal, uma poderosa brecha, uma zona de ‘exceção’ para a abordagem policial, para a leitura da família da moça (ou do rapaz) que pretenda namorar. Além de ser ‘branco’, também sou pobre, morei em casa alheia durante toda a

vida, quando criança nas “Casas das Mães”, mantida pela Irmandade São Vicente de Paula (católica) em Iporá – Goiás. Ainda criança, nessa cidade, vivia nas ruas e nas beiras dos córregos, com as amigadas, e já na adolescência em Bom Jardim de Goiás, também não saía das ruas, com uma ‘renca’ de amigos, nas várias brincadeiras, inclusive no futebol. Talvez por isso peguei tanta simpatia pelos meninos e meninas de rua e seu Movimento. Porém, ficar nas ruas numa pequena cidade como Iporá e numa pequenina cidade como Bom Jardim é muito diferente das experiências e situações vividas pelas nossas crianças em cidades médias e principalmente nas capitais e/ou metrópoles brasileiras. Lá no interior a criança corria risco, mas nem tanto e, o mais importante, lá não éramos considerados ‘trombadinha’, ‘pivete’ ou ‘cheira cola’; ‘pegávamos’ – não roubávamos – apenas frutas dos quintais e não usávamos nenhum tipo de drogas. Nas ruas daquelas pequenas cidades, éramos meninos e meninas da comunidade, os adultos nos conheciam, conheciam nossos pais, ao contrário das grandes cidades. Aqui em Goiânia ou em qualquer cidade grande, há o melindroso anonimato, o ‘negro’ do asfalto, os perigos e a indiferença de que fala DaMatta (1991). Ninguém conhece os pais, nem as crianças, com exceção das periferias que ainda preservam uma rica e intensa sociabilidade (BERNARDES, 1991). Depois morei muitos anos na roça, dos 7 aos 12 anos, sempre em terra alheia (onde teve escola só por 2 anos), onde meus pais eram meeiros ou agregados; isso já no município de Bom Jardim de Goiás. Depois mudamos para a malha urbana dessa cidade, onde de fato fiz meus estudos fundamentais, mas continuamos a trabalhar na roça e na feira local. Finalmente, vim para Goiânia terminar o colegial e fazer uma faculdade. Escolhi o curso olhando no manual do candidato, fui fazer Ciências Sociais e me identifiquei demais com o curso. Morei (com minhas irmãs) mais três anos e meio numa Casa de Estudantes Universitários (a CEU 3), mantida pela UFG. Um lugar que me ensinou política e a viver coletivamente, um lugar que amo de paixão! Resumindo, sou sertanejo (outro conceito caro, que não pretendo discutir), goiano, heterossexual, ‘branco’, pobre e católico, ou melhor, ecumênico.

O problema

Fernando Henrique Cardoso (1978), utilizando principalmente de fontes secundárias e terciárias do viajante francês Saint Hilaire, pesquisando as estâncias e charqueadas gaúchas, cuja base produtiva era o trabalho escravo, promoveu uma análise sociológica e uma reconstrução histórica muito consistente. Porém, graças ao seu

marxismo e/ou materialismo, não empreendeu nenhuma análise cultural, nem de valores, de sistemas de crenças, imaginários sociais ou ideologia – que é central na abordagem marxista – que, no mínimo, se aproximasse dos valores de época ou de valores de estamento ou de classe, do *habitus*. Sua análise enviesada, embora muito eficiente, apenas para o modelo produtivo, para as relações sociais de produção, defendendo que a escravidão no sul já era o capitalismo em franco desenvolvimento, um processo acumulativo e explorador ao extremo que já anunciava as estruturas modernas desse sistema produtivo. Isso nos prova, como duas metodologias totalmente díspares e opostas como o marxismo (holista e revolucionário) e os teóricos da escolha racional (individualista e reacionários) levam a resultados semelhantes. Promovem o esvaziamento dos valores, significados e crenças, ou mesmo as descartam completamente em nome da economia, da lógica produtiva, da razão e do aparato que a sustenta, sem perceber que os arranjos institucionais, político, jurídico, moral, comportamental e religioso, que sustentavam o escravismo, eram formações eminentemente valorativas, ideológicas, inscritas nas consciências e crenças sociais.

Ora, não compartilho dessas idéias, portanto, em minha pesquisa, considero que tanto a abordagem marxista – especialmente a abordagem ortodoxa ao estilo de Florestan Fernandes (1978, 1987), Ianni (1992), Zaluar (1994), Cardoso (1978) e Milton Santos (2002), não desafio os heterodoxos, porque esses são mais complexos e difíceis de se taxar ou acusar, pois fundem metodologias e orientações teóricas diversas, às vezes até contraditórias – quanto a da escolha racional são insuficientes para minha discussão. Não podemos dizer que as crianças vão para as ruas porque lá encontraram uma *maximização* de lucros ou de liberdade, ou menores perdas do que em casa, a *maximin*. Não é um processo racional, psicológico, pelo menos não penso em reduzir assim um fenômeno tão complexo e desconsiderar a cultura, os aspectos estruturais e o contexto das grandes metrópoles, estes sempre acompanhados por novas visões de mundo, novas experiências e consciências emocionais. Pois a rua é um lugar de perigo constante, não é o lugar da liberdade e do conforto material e, mesmo se fosse, seriam as mudanças de valores e da estrutura familiar que levariam a tais decisões. Por outro lado, também não podemos reduzir o fenômeno ao mero condicionamento econômico, à carência material. Busco, além desses aspectos, a resignificação das ruas e da casa, as influências da mídia – processos mais inconscientes e até irracionais – nas construções de subjetividades e sociabilidades modernas, a questão da violência intrafamiliar e intracomunitária, mas tudo calcado em

experiências culturais, na formação dos valores, crenças, ideologias e emoções. Algo parecido com o que Bourdieu (1977) chamou de *habitus* contribui bem mais neste enfoque.

Porém, embora o nosso problema inicial fosse tentar compreender a dinâmica da exclusão que leva aquelas crianças às ruas, bem como seus códigos e valores gestados na sociabilidade intergrupais e na interação com a sociedade. Nosso propósito alterou significativamente. Para começar, a abordagem tenta compreender a própria dinâmica de constituição, consolidação, táticas e filosofias do MNMMR, dito de outra forma, a ideologia que norteia sua militância e justifica suas práticas. É esse mote ideológico que lhe fornece o combustível de atuação política e pedagógica e também o seu imaginário sócio-político e a sua identidade. Daí, buscarmos as respostas acerca da invisibilidade – ou não – da cor, da negritude (ou não) das crianças e adolescentes englobadas pelo MNMMR que não trabalha apenas com crianças de rua em estrito senso, mas com construções identitárias, minorias marginalizadas, exploradas, discriminadas e oprimidas na faixa etária de 0 a 18 anos no Brasil e que, por sua vez, se comunica com realidades mundiais.

Da mesma forma, nosso recorte se ampliou, uma vez que, não tomamos mais a Grande Goiânia, mas todo o Brasil (como objeto), pois a militância do MNMMR é nacional, embora as experiências do movimento aqui em Goiás nos forneçam riquíssimos dados e elementos para compreender o seu processo global ou nacional. O fato de não nos restringirmos mais à localidade não tira a dimensão da espacialidade, este conceito perpassa todo o trabalho, ao falarmos de casa e rua, periferia e centro, brancos e negros, pobres e ricos, homens e mulheres, adultos e crianças, são categorias sociais que ocupam lugares determinados e específicos na organização social, nas relações de poder, no mercado, na família e/ou no Estado, são, portanto, espaços morais e simbólicos, mais ou menos segregados.

Metodologia

Extrairemos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1985) vários conselhos e reflexões acerca da utilização e manuseio de vários instrumentos e técnicas de pesquisas nas ciências sociais, bem como na postura que se deve manter diante deles. Pereira de Queiroz (1985) enumera várias dessas técnicas, tais como: a fotografia, o cinema, o gravador [de áudio] (continuador do fonógrafo), a televisão, o videocassete e poderíamos acrescentar nessa lista o computador e a internet (tecnologias ainda não utilizadas à época da publicação de

seu livro). Segundo Pereira de Queiroz (1985, p. 65), as técnicas de registro em ciências sociais tiveram considerável avanço neste século, “que permitem um contacto muito estreito do pesquisador – ‘mais direto’ – com o material ou com os informantes, sem passar pelo intermédio muitas vezes incômodo que é a escritura”. No entanto, a reflexão a respeito de sua utilização, que efetue um balanço das vantagens e perigos, praticamente não foi realizada ainda. Apesar disso, seu emprego e o armazenamento dos dados resultantes fizeram surgir novas instituições, tais como as “Cinematecas”, os “Museus da Imagem e do Som”, os “Arquivos Orais”, que encerram ora o material registrado por vários daqueles novos mecanismos, ora o material colhido por um deles apenas. As técnicas que lidam com o relato oral foram as que mais atraíram a reflexão de especialistas; as que dizem respeito ao registro da imagem não foram ainda trabalhadas praticamente, embora o documentário fotográfico figure como a mais antiga das técnicas a que estamos nos referindo, e o documentário cinematográfico tenha conhecido sempre grande voga.

Pereira de Queiroz (1985) também discorre e faz a definição e distinção entre técnica, tecnologia e metodologia, que parece desnecessário reproduzir aqui. Para ela, uma das conseqüências interessantes que teve nas ciências sociais a utilização de tais técnicas – notadamente a da gravação em fitas – foi o relevo adquirido pelas histórias de vida e depoimentos pessoais, isto é, pelas investigações ligadas à memória individual, grupal e/ou coletivas, compondo o que na França chamam de *arquivos orais*, e que tem recebido também noutros países o nome de *informação viva*. Pereira de Queiroz (op. cit., p. 66) relembra que, “o preenchimento de questionários os mais diversos; entrevistas ditadas ao pesquisador e por isso mesmo forçosamente limitadas, na quantidade e qualidade dos dados; documentos escritos prosseguem constituindo as técnicas preferenciais de registro em ciências sociais, ainda hoje são tidas como as mais importantes”.

Os questionários, principalmente, tomaram um relevo sem par, não somente depois da invenção dos computadores, mas desde os tempos pioneiros de Le Play; compostos de indagações diretas limitavam as respostas ao que parecia ‘essencial’, definiam com aparente precisão a coleta a ser efetuada e já indicavam o roteiro para a confecção de relatórios. Além dessas formas de registros de dados, utilizam os pesquisadores toda espécie de documentos escritos. Assim, além de abarcarem vasta parte da realidade presente, avançam pelo passado afora, tentando conhecê-lo através de incursões pelas mais diferentes fontes, tais como os recenseamentos, os registros de cartórios ou os registros paroquiais; os arquivos das mais variadas espécies, inclusive os de polícia, efetuados com

os mais diversos objetivos e interesses e por razões que nada tinham a ver com suas preocupações específicas, mas resultantes de objetivos pragmáticos e imediatos, vão servir, num período recuado ou não do tempo, como material para o estudo de especialistas: historiadores, antropólogos, sociólogos etc. Somente uma parte da documentação em ciências sociais, representada pelos resultados de aplicação de questionários ou realização de entrevistas dirigidas, tem sua obtenção direta e efetivamente orientada pelos pesquisadores, visando ao esclarecimento de um problema preciso.

As técnicas de histórias de vida e depoimentos pessoais que utilizam o gravador não abarcam um domínio muito extenso no tempo; circunscreve-se ao espaço de investigação representado pelo presente e pelo passado imediato, isto é, pelo período que possa ser armazenado pelos indivíduos, dependendo da conservação das faculdades intelectuais dos mais velhos. Para Pereira de Queiroz (1985, p. 67-8), seu emprego, porém, no que diz respeito ao tempo presente, constitui uma abertura às investigações de todos os grupos e camadas sociais pouco atingidos pelos documentos escritos, como os grupos indígenas, o campesinato, as camadas ‘inferiores’ urbanas. Não esquecer também que mesmo as camadas sociais que manuseiam com freqüência a escrita, encerram na memória conhecimentos e lembranças que se perdem na lufa-lufa cotidiana, e que, uma vez gravados, enriquecem o acervo de documentos do presente. A grande diferença entre o registro da informação viva e o registro através da escrita está em que a informação viva provém diretamente do informante e de suas motivações (inclusive inconscientes) e expectativas específicas [ou difusas]. Ao contrário, com questionário ou entrevista com roteiro, tem origem nas preocupações do pesquisador – a ‘técnica da liberdade’ que grava a fala ‘livre’ e ‘espontânea’ do informante, também tem a interferência do pesquisador, porém ela deve ser mínima possível –, isto é, são impostos ao informante como algo exterior a ele, tendo ele de se conformar com um ritmo de perguntas que não é o seu, com perguntas orientadas por motivações que não são as suas. Quando, no âmbito da coleta de uma história de vida, o informante conta um caso em determinado momento, é porque este caso tem para ele então um significado específico, que aparentemente pode não se ligar ao momento narrado, nem aos objetivos do pesquisador, porém não pode ser por este desprezado porque “faz sentido” com o restante do relato, numa ligação que precisa ser desvendada e que pode levar a tudo quanto estava subjacente à narração. Portanto recomenda Pereira de Queiroz (1985, p. 69), “a primeira exigência é da diminuição ao máximo de toda interferência por parte do pesquisador”. Este detém uma intervenção

preliminar de que não se pode fugir: a escolha tanto do tema do seu trabalho, quanto do informante mais ‘adequado’, o que exige, em ambos os casos conhecimento e uma certa dose de afeição e/ou confiança. As decisões de base são, portanto, suas e, em função delas, assume a direção efetiva da aplicação da técnica, o que mostra quão ilusório é supor que existem técnicas não dirigidas e seleções de informantes feitas inteiramente ao acaso. A escolha do informante provém de duas orientações, uma decorrente do tema em pauta, a outra decorrente de se saber que determinado indivíduo possui conhecimentos importantes a respeito do tema. Porém, no caso das histórias de vida e depoimentos pessoais gravados, aí deve se deter a intervenção do pesquisador. Embora esta intervenção seja limitada, ela existe; por isso toda gravação, por mais livre e espontânea, deve ser considerada semidirigida, mesmo quando adotada a “técnica da liberdade”.

Na utilização da técnica de gravação/registro da “informação viva”, sobretudo, na “técnica da liberdade”, Pereira de Queiroz (1985, p. 70) no diz que uma vez ultrapassada a escolha do tema e a escolha do informante, durante o decorrer das gravações, este último passa a ter certa autonomia em relação ao pesquisador, no que diz respeito à abordagem do tema e ao fornecimento de informações; ele mesmo governa a escolha do que vai dizer, o seu ritmo, a ordenação dos assuntos, com o mínimo possível de influência exterior visível ou audível sobre o que diz e o que faz saber. E é nesta autonomia do informante que reside o ilimitado potencial do que pode fornecer. Qualquer informação se torna, então, proveitosa, podendo abrir horizontes que o pesquisador não suspeitara. O campo de coleta se apresenta, assim, infinito; uma revelação do entrevistado pode fazer derivar a entrevista para direções imprevistas e imprevisíveis, num questionamento que ao mesmo tempo se alarga e se estrutura a partir do seu próprio desenrolar, dando-lhe o caráter de uma “pesquisa progressiva”.

Sendo assim, segundo Pereira de Queiroz (op. cit., p. 72), “em contraposição à técnica de questionários fechados” (geralmente escritos, datilografados ou digitados), as histórias de vida e os depoimentos pessoais (gravados) que compõem a informação viva, durante as quais a intervenção do pesquisador deve se reduzir ao mínimo, assegura ao informante falar sua própria linguagem e abordar seus próprios problemas. É, pois, através de uma análise cuidadosa deste material que o pesquisador pode se desvencilhar o mais possível de seus próprios vieses, oriundos de sua posição de superioridade enquanto cientista e enquanto membro das camadas dominantes, e assim tentar apagar a constante censura, consciente e inconsciente, que as camadas superiores impõem a tudo quanto se

oponha à consecução de seus fins, censura que em geral se inscreve fortemente na documentação escrita.

Histórias de vida e depoimentos pessoais, quando cuidadosamente realizados, possibilitam conhecer um grupo e uma sociedade de seu interior – em oposição às demais técnicas que projetam sobre ambos esquemas formulados exteriormente, aplicando-lhes categorias definidas muitas vezes a partir de teorias que não lhes dizem respeito. E mais:

As revelações dos informantes mostram como se relacionam entre si, como se formam e se inter-relacionam as camadas, como se exprime a dominação de grupos e camadas, e finalmente como tudo isto compõe a sociedade global, fazendo ressaltar conflitos que podem se agitar sub-repticiamente e por isso quedar ignorados. A categorização utilizada decorre das revelações dos próprios informantes, as distribuições hierárquicas e os princípios que as regem são desvendados por eles, a lógica da construção e do funcionamento interno da sociedade e do grupo a que pertencem vem à tona. É possível então uma comparação destas configurações, que conservam as complexidades do real, com as teorias existentes, de tal modo que a reflexão teórica possa progredir a partir do confronto com uma vigorosa informação empírica [...]. É preciso, pois, que os pesquisadores se liberem das marcas da dominação para com os informantes, buscando estabelecer entre ambos novas relações que não sejam de superior para inferior, novas relações que não nasçam já configuradas num esquema de poder. Só assim se pode esperar que os resultados das pesquisas possam reverter diretamente aos pesquisados, em lugar de servirem para reforçar sua subordinação aos grupos dominantes. A técnica de histórias de vida e depoimentos pessoais parece dar uma certa abertura nesse sentido, levando pelo menos à formulação de uma esperança [...]. (PEREIRA DE QUEIROZ, 1985, p. 73).

Verifica-se, assim, a riqueza de dados que a ‘técnica’ com ‘liberdade’ (do registro de histórias de vidas e depoimentos pessoais) permite alcançar, uma vez que, além de colher aquilo que se encontra explícito no discurso do informante, ela abre portas para o implícito, seja este o subjetivo, ou o inconsciente coletivo ou o arquetipal. Em qualquer desses casos, são novos rumos que a investigação pode tomar, mas que se vinculam estreitamente com as próprias condições em que devem ser efetuados os registros, isto é, com as exigências de uma boa aplicação. Apesar de considerar essas recomendações e a grande utilidade numa pesquisa de cunho eminentemente etnográfica, como a nossa, optamos nesta pesquisa em não efetivar entrevistas diretas, dispensando a utilização do gravador de áudio, embora utilizamos indiretamente as referidas técnicas, notadamente, a do registro da ‘informação viva’ através de vídeos, fotografias e depoimentos confeccionados por outros profissionais, pesquisadores e militantes. Embora delineei um esboço desta técnica e de outras afins, como as histórias de vida. Essa escolha foi devido ao já extenso material coletado, fotografias e audiovisuais: fitas de VHS do MNMMR. É sobre estas então que surge a importância de citar Pereira de Queiroz; porém, como ela

mesma testemunha, ainda são muito raras e incipientes as reflexões acerca do manuseio destas técnicas. No mais, optamos por não entrevistar os grupos ou núcleos de base, quais sejam, os próprios meninos/as de rua e nem os militantes (adultos) do MNMMR.

Utilizamos sim, a coleta de material ou dados em fontes secundárias: histórias, testemunhos, relatos, dados e elementos fornecidos pelas lideranças (adultos) e/ou militantes do MNMMR, as fotografias, os vídeos, os textos, com destaque para as cartilhas e o *roda da memória*, estes já se constituem em importantíssimos e fundamentais documentos para compreender a filosofia, a metodologia e a ideologia do MNMMR. Estes documentos substituem, de forma eficaz, um novo registro oral, tornando-o desnecessário no momento. Prescindi, então, a “técnica da liberdade” – no sentido de ser elaborado, extraído diretamente com o pesquisado –, pois já utilizei várias outras técnicas e/ou fontes documentais nesta dissertação: acervo fotográfico, videográfico, literatura ou escritura, inclusive o uso de memórias etc. Aliás, a boa escolha de informantes chave, pessoas que em tese dariam depoimentos mais significativos, ricos em elementos e dados, é um pré-requisito fundamental nas entrevistas. Ora, esses informantes já estão presentes em vários momentos e documentos coletados; em que revela-se – como pano de fundo –, inclusive, suas histórias de vida e/ou suas experiências mais significativas dentro do MNMMR, que se confundem com a própria trajetória deste.

De fato, essas várias técnicas explanadas acima, foram empregadas neste, porém isso se deu de forma indireta, pois pesquisei, encontrei e refleti sobre documentos já confeccionados pelo MNMMR e/ou por outras/os intelectuais. Não entrevistei diretamente as/os militantes nem os/as meninos/as, mas espero que o volume e a qualidade das informações e dados que obtive seja suficiente para uma análise/interpretação e para transmitir uma idéia ou imagem da atuação do MNMMR, bem como, o estado atual dessa importante luta político-cultural. Em tempo, informo que a análise que empreendi, sobre as fotografias e os vídeos (do MNMMR em especial), foi através da observação visual em que procurei ter bastante acuidade e sinceridade na constatação e no registro. Porém, reconheço que o trabalho é complexo e pode conter falhas tanto técnicas (como uma foto ou imagem escura ou desfocadas) quanto humanas (impressões equivocadas), mas a minha constatação não pretende, em absoluto, ter o estatuto de verdade, ou seja, o que captei, apreendi e registrei é mais uma visão que tive e não a realidade em si, nesse sentido, não sou nada objetivista ou empiricista. Fiz uma constatação e uma interpretação que pode ser distinta do trabalho empreendido por outro pesquisador. Destarte, a análise da fenoptipia,

da estética ou classificação de raça-etnias ou ‘cores’ foi baseado no que em média aqui em Goiás consideramos, segundo uma classificação difusa (regional e cultural); também não se trata de raças objetivamente, biológica ou naturalmente, nem de classificação objetiva ou concreta a respeito delas, mas de percepções e representações sociais que, sem dúvida, envolvem vários fatores e motivações (geralmente inconscientes) identitárias, emocionais e políticas, pois além das formas de classificação terem variações regionais, há as percepções com variações entre indivíduos. Contudo, não se trata de mero subjetivismo ou espontaneísmo, procurei centrar não apenas no que considero ser (ou não) negro, indígena ou branco (ou cafuzo, mameluco ou mulato), mas no que uma média ou a maioria de nós goianos/as vê como negro, indígena ou branco. Não há manuais, normas, leis ou parâmetros nesse campo, objetivos de classificação, ela é sempre, interpretável e difusa.

O registro com imagem e som seria então o ideal, mais eficaz, eficiente? O mecanismo e técnica mais perfeitos? Pereira de Queiroz (1985, p. 80) sustenta que não, pois esta carrega maiores armadilhas e não houve ainda uma reflexão sistemática e segura para apoiar tal tecnologia/metodologia, apoiando a pesquisa. Destarte, a autora nos adverte sobre os perigos da utilização desta técnica dentro do contexto amplo que é a metodologia; uma vez que compramos o desafio em utiliza-los, necessitamos de vários cuidados nesta empresa. Há mais, os fatores emocionais – e outros inesperados intervêm –, os relatos apresentam falhas, palavras incompreensíveis. Esses riscos ou rotina normal de pesquisa acontecem com qualquer técnica, mesmo na que guarda um maior distanciamento. O fato de pesquisarmos vídeos prontos não escapa desses riscos e eventos (comuns ou pitorescos), embora eles tenham um peso maior na gravação *in loco*, de co-presença e na interação pesquisador-informante, contexto em que há um processo mais rico e dinâmico e carregado de deixas simbólicas. Neste, o informante (e mesmo o pesquisador) pode ficar inibido com a presença do gravador e do entrevistador ou pode ficar a vontade demais, querendo ‘aparecer’, num exibicionismo que prejudica o trabalho e o documento.

Apesar de todos os problemas e falhas do pesquisador, do informante ou além deles, sustenta Pereira de Queiroz (1985, p. 75) que a técnica de história de vida e depoimentos pessoais gravados ficam limitados no tempo, porque existe um informante cuja memória, embora recuando bastante, não é infinita, a técnica é limitada também em sua aplicação porque, por mais apagado que se conserve o pesquisador, ele está presente e exerce sempre uma espécie de censura, no seu desejo de obter uma coleta dos dados precisos. Nunca é demais lembrar que estas limitações, que podem parecer muito estreitas,

são amplamente compensadas por ser esta uma técnica que desvenda questões inesperadas e que permite conhecer por assim dizer do interior toda uma realidade social, a partir da experiência vivida de indivíduos cuja maneira de ver e de sentir pode estar muito longe da do pesquisador. Desta forma, através dessa técnica, pode-se também corrigir a própria visão do pesquisador em relação ao problema que se propôs esclarecer.

Para Pereira de Queiroz (1985, p. 83), é importante ressaltar que o ‘documento’ – como qualquer outro documento, seja ele na forma escrita, pintura (iconográfico), escultura etc. ou mesmo o documento já analisado, interpretado, após a transcrição das fitas ou quaisquer outras fontes – obtido, isto é, o relato gravado, antes mesmo da transcrição, deve ser analisado, ‘decompostas’ (através da análise) as suas partes e depois ‘recompostas’ num novo todo, através da síntese. Este documento não pode ser pensado, ‘pesado’, avaliado ou julgado como verdadeiro ou falso; real, ilusório e/ou mentiroso; nem como distorção ou desvirtuação voluntária (intencional) ou involuntária e/ou inconsciente da realidade. Ele é um documento significativo, uma fonte que expressa ‘fatos’ reais ou imaginários entranhados na memória individual e/ou coletiva. Seja como mero relato de uma cadeia de ‘acontecimentos’ também reais ou imaginários, seja expressando juízos de valores, são mais visões de mundo que o informante possui do que um dado estanque ou estático, não pode ser medido ou mensurado pela estatística. Portanto, não é nada assustadora ou decepcionante a diversidade dos relatos, pois os ‘fatos’ ou ‘acontecimentos’ que marcaram determinado indivíduo distingue-se dos demais, uma vez que, sejam por escolhas ideológicas, interesses diversos ou inconscientes, as percepções de cada um distinguem-se ou até mesmo divergem uma das outras, podem ser assimétricas.

Portanto, como neste trabalho tentamos desvendar laços identitários e visões de mundo, que se desfecham – ou mesmo como ponto de partida – em leituras, posturas e/ou concepções ideológicas do tempo e do espaço, dos ‘acontecimentos’ históricos, sociais, culturais e políticos das formadoras/es, integrantes e militantes do MNMMR, não é difícil apreender a diversidade ou até disparidades de seus discursos. No entanto, apesar das diferentes histórias de vida, percepções, leituras ou visões de mundo, algo muito forte os une, que são as experiências que cada um teve dentro do Movimento. O Movimento, de certa forma, fornece o ‘cimento ideológico’, concepções e os imaginários comuns e/ou compartilhadas por todos, é isso que chamamos de ‘laços identitários’. Suas histórias de vida se dividem em antes e depois da entrada no Movimento, seja no momento de fundação ou mais tarde; assim como muitos, depois se projetaram e se integraram em

outros movimentos sociais e políticos, formando novos laços, concepções e discursos político-ideológicos. Entretanto, neste trabalho, não nos preocupamos com as histórias de vida dos indivíduos e/ou informantes propriamente dito e sim com a história de vida do Movimento, ou seja, embora cada um faça leituras, seu depoimento é único, pois teve experiências únicas, as histórias de vida de todos formaram uma história de vida coletiva, indissociável, irredutível, inquebrável. Os indivíduos são como um elo da corrente, que unindo uns aos outros formam a própria corrente que é o Movimento, com existência mais espiritual, ideológica, social, cultural do que material ou física.

Pereira de Queiroz (1985) reflete sobre as análises e os ‘cortes’ no ‘documento original’, no nosso caso: fotografias, vídeos, cartilhas, trabalhos teóricos e até memórias escritas (e transcritas), exigiram grande cuidado, deve significar mais um ‘enxugamento’ do texto, um reescrever numa modalidade para facilitar a leitura e o entendimento do texto, agora escrito. Ensina-nos Pereira de Queiroz (1985, p. 87) que, embora seja quase sempre uma “‘amputação’, uma ‘mutilação’, pois estamos cortando o documento ‘original’” (o relato, o testemunho oral e/ou a imagem) –, no nosso caso, os documentos não foram gerados com a participação direta do pesquisador, mas em outros momentos, sobretudo de registro, pelo próprio MNMMR –, o qual desejava mantê-lo o mais fiel possível ao depoimento do informante, deve se evitar este efeito de mutilação e o conseqüente empobrecimento do material. Porém, segundo Pereira de Queiroz (op. cit.), quase sempre a transcrição não permanece fiel, como uma cópia do que foi gravado, pois ela é reeditada, sofrem múltiplas e várias intervenções do pesquisador, algumas necessárias outras não.

Deve-se ter o cuidado de não mudar o sentido que o informante queria transmitir, pois a transposição das narrativas, a excisão, que significa a separação pouco volumosa de parte de um corpo, seria o termo que expressa o que acontece quando a transcrição é efetuada pelo próprio pesquisador que realizou a pesquisa/entrevista. Corre-se o risco de cometer, no caso extremo, a mutilação/amputação quando o transcritor não é um profissional pesquisador, muito menos o pesquisador que fez a gravação, e/ou é um transcritor bisonho, uma vez que, negligentemente – além de não ter vivenciado aquela experiência, não sendo sua culpa –, corta não só o supérfluo, mas o essencial, truncando, desumanizando e desvirtuando o texto. No nosso caso, embora esse perigo seja eminente, pois não coletamos o material diretamente da fonte viva, mas dos arquivos – não menos vivos, embora encaixe no conceito de arquivo morto, termo que discordo –, não corremos maiores riscos, uma vez que não transcrevemos propriamente ditas as memórias, que muito

raramente aparecem, elas foram transcritas pelos próprios profissionais do MNMMR, com o cuidado que só eles mesmos têm.

Para Pereira de Queiroz (1985), o que se quer com tais reflexões é chamar a atenção para o significado da técnica de gravador, em suas diferentes fases. A primeira é o ato do registro, durante o qual a fala do informante é captada com grande fidelidade, mas que já constitui um recorte do real, uma vez que a fita registra somente a fala, perdendo todos os demais detalhes que compõem o contexto total da entrevista. Um primeiro empobrecimento tem assim lugar. A segunda fase é a passagem da fita gravada para o documento escrito, nesta fase, na verdade, perde-se muito menos do real do que na primeira passagem, mesmo quando esta é acompanhada de um copioso caderno de campo, porém na qual ainda se perde algo. O documento escrito resultado destas duas fases é uma **pálida cópia** da ‘realidade’, e é sobre esta pálida cópia que trabalha o pesquisador.

Indaga Pereira de Queiroz (1985, p. 90), os termos utilizados até agora para exprimir a relação entre o documento e a realidade: corte, recorte, excisão, decomposição, recomposição, transposição, reedição e, principalmente, mutilação e amputação, exprimem todos, de maneira mais branda ou mais incisiva, uma perda de algo, uma alteração, um desvirtuamento em relação à matriz, encarado como negativo em relação a ela. Mas,

não será esta a condição necessária e indispensável para se obter qualquer documento sobre o qual se possa exercer a análise? Se o conhecimento sensível, através do ato de perceber, constitui já uma abstração, as fases acima referidas seriam abstrações necessárias à obtenção de um documento que possa ser objeto de um aprofundar de reflexões (PEREIRA DE QUEIROZ, 1985, p. 90).

Dessa forma, toda a ação do pesquisador sobre o real, a partir do momento em que propõe uma pesquisa, significa desencadear uma seqüência de abstrações, cujo caráter isolante encontra sua validade no fato de constituir uma etapa para descobrir o que se oculta sob o imediatismo da evidência empírica. É este raciocínio que confere validade à ação científica. É neste contexto que as fitas gravadas com o objetivo de pesquisa diferem das fitas gravadas que integrarão a coleção de um Museu da Imagem e do Som.

E conclui a autora (1985, p. 92):

Mas se o documento escrito recobra assim sua importância diante da fita gravada (e do documento fotográfico ou audiovisual), porque a exigência da fidelidade a esta última, a ponto de se encarar como “ótima” a transcrição efetuada pelo próprio pesquisador? É que abstrair não é efetuar quaisquer cortes no real; existem cortes que resultam da falta de instrumentos suficientemente refinados, ou de uma deficiência da habilidade do pesquisador, e são esses cortes que convém evitar para não por em risco a viabilidade do que se pretende fazer. Cumpre aceitar, pois, a

transcrição (a qual necessita de análise e síntese em seguida) como a criação de um novo documento – o documento escrito – com todas as características dos deste tipo habitualmente encontrados. Como documento escrito, sua especificidade estará em poder ser confrontado com a matriz (a gravação) todas as vezes que necessário, o que não sucede com questionários, nem com documentos históricos. Como documento escrito, não dispensam o cotejo com outros tipos de documentos, inclusive os estatísticos, para aquilatar a veracidade ou o valor de suas revelações, englobando-se entre estes outros documentos o caderno de campo e as próprias recordações do pesquisador. É sobre o documento escrito que passará a trabalhar o pesquisador, que entra assim numa nova fase de sua labuta (op. cit., p. 92).

Outra grande contribuição sobre a reflexão metodológica, sobretudo na modalidade etnográfica, nos vem de Teresa Maria Frota Haguetti (1999), de sua obra *Metodologias Qualitativas em Sociologia*, trata-se de uma orientação teórica, técnica e metodológica para este estudo, sobretudo relativa ao trabalho de campo. Pautaremos-nos, inspirados em sua obra, como fonte primeira/básica no *interacionismo simbólico*, uma das correntes de pensamento, reflexão teórica e pesquisas empíricas das mais férteis e consistentes para um projeto teórico, ancorado também no trabalho de campo, etnográfico, portanto. Essa corrente, que compõe uma vasta dimensão, em termos cronológicos e de profundidade, dentro do que se convencionou chamar de *Escola Sociológica de Chicago*, é das mais adequadas para estudar problemas ou temas urbanos – como o meu –, sendo muitos teóricos devotados à sociologia urbana e/ou ecologia urbana e/ou humana.

Outro aspecto importante nessa escola, segundo Haguetti (1999, p. 44), é a “fluidez metodológica”, pois se orientam por várias técnicas e métodos, não receitam um modelo ou manual pronto, fixo e dogmático que no limite engessa o pesquisador e sua pesquisa, limitando-a, reprimindo-a, reduzindo-a, empobrecendo-a, ofuscando-a etc. Essa corrente tem o mérito de conceder mais liberdade ao pesquisador, concedendo uma margem de autonomia importante à sua criatividade, emoção e intuição; mas, ao passo que orienta seu pensamento com uma dose de disciplina, não prega o anarquismo metodológico, apenas defende uma postura mais livre e eclética para se abarcar a realidade complexa, pois esta não foi feita sob encomenda, para se adequar e se encaixar perfeitamente aos nossos moldes científicos construídos previamente.

Haguetti (1999) testemunha que uma das dimensões mais importantes nessa corrente, o fundamental e central, é o papel da linguagem, a comunicação através da fala, dos gestos, símbolos, objetos, indumentárias, comportamentos etc., na interação cotidiana entre os indivíduos. Nesse sentido, foi imprescindível fazer uso da observação participante. Essa tática foi mais frutífera nos diálogos que travamos com as crianças e adolescentes de

rua, em momentos anteriores (na pesquisa do PIBIC 2001/2002), até porque evitamos intimidá-los, deixá-los nervosos, o que o dia a dia já se encarrega perversamente de fazer. Portanto não assumi a postura de um “doutor da lei”, o dono da verdade, o *sabichão*, até porque não tenho experiência nenhuma nessa área. Apenas mantive contatos e diálogos informais, perguntas indiretas, mais como curiosidade do registro científico, embora eu registrasse num segundo momento, quando não estava mais na presença deles e delas, no meu caderninho de campo; adiantou muito, até dispensou a necessidade de entrevistas (no sentido formal, houve apenas diálogos, conversas sem nenhuma gravação), principalmente os documentos coletados junto ao Movimento (MNMMR) – e educadores sociais de rua que mantêm contatos diretos com eles, com meninos e meninas –, que de certa forma os representa politicamente, ao longo de suas lutas, porque este órgão é composto por vários profissionais de longa militância, que reconstroem os discursos – reinterpretam os estilos e filosofia de vida dos “nativos”, seus ‘protegidos’ –, intelectual e politicamente, sobre a realidade dessas crianças, seus sonhos e utopias, funcionando assim como o principal “grupo de acesso” e/ou “ponto de contato”, ao lado dos educadores sociais de rua. Essas lideranças, geralmente jovens e adultos, são uma voz, no sentido de movimento unido, coeso e solidário, que se faz ouvir, marca presença e angaria respeito frente à sociedade e junto às autoridades e organismos estatais e não estatais: fundações, ongs, entidades religiosas e/ou filantrópicas etc.

Como técnica, utilizei ainda, de um diário de campo, para registrar dados, elementos e informações mais relevantes, peculiaridades comportamentais dos meninos/as etc. Outros registros/documentos dos mais importantes foram os fotográficos, somados ao videográfico, os quais busquei junto ao acervo fotográfico e videográfico do MNMMR e órgãos de amparo ou órgãos de ‘tutela’ dessas crianças. Esses documentos foram fundamentais para sustentar as minhas hipóteses – e confirmar vários dados e estudos –, de que a imensa maioria daquelas crianças é negra e de que a segregação, exclusão e estigmatização são frutos não apenas de sua condição socioeconômica ou por ocuparem espaços pretensamente não adequados ou meramente por serem crianças numa sociedade adulto-centrada, mas, precisamente, por serem vítimas de preconceitos superpostos, principalmente o racial, ou dito mais claramente, vítimas do racismo, que julgamos velado, mas neste caso parece ser bem explícito. Com essa postura, racializamos os discursos, politizamos a racialidade antes esquecida, invisível para o MNMMR e para a extensa literatura sociológica a respeito, preponderantemente economicista, classista, marxista

(ortodoxa) – e subsidiária ou articuladamente a anterior, a abordagem liberal (pró direitos e pró cidadania) – e ‘anticapitalista’. Defendo que tal fenômeno se deve sobretudo ao poderoso mote ideológico, expresso no mito da democracia racial e na fábula das três raças, implantadas pelo Estado, conservadores e liberais calcados em Silvio Romero (1905 apud SEYFERTH, 1991) e Freyre (1933, 2000) etc. e na cumplicidade das vertentes marxistas e/ou anarquistas que forjaram tal explicação/interpretação da realidade brasileira.

Nessa pesquisa, utilizamos a reflexão sobre o trabalho de campo de Cardoso de Oliveira (1996), o qual descreveu e analisou três momentos essenciais, que formam o trabalho antropológico, denominando-os de atos cognitivos, que são: olhar, ouvir e escrever. O olhar e o ouvir cumprem a função empírica do trabalho de campo, a coleta de dados (no caso, olhar e ouvir as crianças e/ou grupos de crianças e adolescentes de rua) e o escrever faz parte do momento da análise e interpretação de dados. O primeiro passo para o contato do pesquisador no campo se dá por meio do olhar, que já está domesticado, é possuidor de um esquema conceitual formador da maneira como vemos a realidade. Cada disciplina, este nome não é por acaso, tem uma forma distinta de ver e analisar um mesmo objeto. A maneira como o antropólogo “vê” uma criança de rua é diferente da maneira como o enfermeiro a “vê” ou como a psicóloga a “vê” ou como a assistente social a “vê”, mesmo que façamos um esforço em busca da interdisciplinaridade. “O objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar já foi previamente modificado, alterado, pelo próprio modo de visualizá-lo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 12).

Olhar e ouvir se complementam na investigação e servem como muletas para o pesquisador. Porém, o ouvir coloca maiores dificuldades devido à diferença de idiomas culturais entre o mundo do pesquisador e o mundo do pesquisado. Velho (1997) também chama a atenção para o mesmo aspecto ao mencionar a descontinuidade de mundos, pois são universos muito ou completamente diferentes, são subjetividades diferentes e é no encontro/confronto entre esses mundos, que tem lugar o nosso ouvir. Esta complexa relação entre pesquisador e pesquisado constitui e se impõe como um aspecto importantíssimo do trabalho de campo. Velho (1997, p. 131) discorrendo sobre a interpretação na análise antropológica defende que,

numa sociedade complexa contemporânea, como a brasileira, o antropólogo apresenta sua interpretação que, por mais que tenha certa credibilidade acadêmica, é mais uma versão que concorrerá com outras – artísticas, jornalísticas, políticas etc. em termos de aceitação perante um público relativamente heterogêneo.

Para DaMatta (1989, p. 16), é imprescindível fazer o exercício de “estranhar o familiar – e tentar se familiarizar com o que nos é estranho ou exótico”. Velho (1997, p. 132), dialogando com DaMatta (1989), sustenta:

Assim, volto ao problema de DaMatta, para sugerir certas complicações. O que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser ‘exótico’, mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente [...]. Parece-me que Clifford Geertz ao enfatizar a natureza de interpretação do trabalho antropológico chama atenção de que o processo de conhecimento da vida social sempre implica um grau de subjetividade e que, portanto tem o caráter aproximativo e não definitivo [...]. Cabe à antropologia relativizar essas noções, não as negando ou invalidando-as ideologicamente, mas apontando a sua dimensão de algo fabricado, produzido cultural e historicamente... e chamar a atenção para a complexidade da categoria distância especialmente distantes, mas que podem se tornar familiares pela freqüência e intensidade com que aparecem.

Segundo Velho (1997), para se conhecer antropologicamente certas dimensões de uma cultura e sociedade, é necessário contato, vivência, deve se ter a noção de que, o envolvimento, a subjetividade do pesquisador, os aspectos emocionais, a empatia ou ausência dela com o objeto de estudo é inevitável, mas isso não constitui defeito, imperfeição ou falta de cientificidade. Isso já é uma exigência mais do que legítima para que essa pesquisa não seja só de gabinete. Vou ter que “colocar a mão na massa”, literalmente, aproximar, ver e ouvir, vivenciar. É própria da linguagem da antropologia a identificação com os métodos de pesquisas qualitativos, sejam através da observação participante, da entrevista aberta ou do contato pessoal e direto, processos quase sempre não formais; é bom ter em mente que este trabalho se trata sempre de interpretação possível (não a única) de determinada cultura, sociedade ou grupo étnico como bem nos ensinou Geertz (1978), não da obtenção da verdade ou realidade. Além do mais, estão sempre operando, mesmo que inconscientemente, os mecanismos classificatórios da nossa cultura (VELHO, 1997), os nossos esquemas ou sistema de referências que já falava Lèvi-Strauss (1975) em *Raça e História*.

Para Velho (1997, p. 133-4), “vale a pena insistir no caráter relativo das noções de familiar e exótico, especialmente na nossa sociedade”. A comunicação de massa traz fatos, notícias de regiões e grupos, imagens de lugares tradicionalmente definidos como exóticos – Índia, África, Mongólia, Rússia etc., há, sem dúvida, cenários e grupos dentro do próprio país ou até dentro da própria cidade de que muitas vezes nem ouvimos falar, que não são temas dos órgãos de comunicação de massa, às vezes por censura, [falta de interesse ou

interesse contrário à divulgação e visibilidade], muitas vezes por desconhecimento. Dessa forma, há indivíduos, situações, grupos de outras sociedades e culturas que nos são mais familiares do que muitas facetas e aspectos de nosso próprio meio, sociedade. Evidentemente coloca-se o problema de criticar essas noções e imagens mais ou menos estereotipadas, que nos chegam através desses veículos, e de perceber como e quanto podemos conhecer sobre essas realidades espacialmente distantes. Nos diz Velho (1997)

O trabalho antropológico é uma interpretação e, por mais que se queira reunir dados verdadeiros e objetivos sobre um universo, a subjetividade do antropólogo e da sua relação com o observado estará sempre presente; e que isso não decreta a falência ou o fim do rigor científico nos estudos sociais, mas a necessidade de percebê-lo como objetividade relativa e sempre interpretativa (op. cit., p. 135).

De acordo com Cardoso de Oliveira (1996), é preciso alterar a natureza da relação entre pesquisador e pesquisado, transformando-a numa relação de interação, em que os “mundos” de ambos possam se abrir um ao outro. Para tanto, é necessário diminuir o distanciamento, criando-se mecanismos que possam fazer com que esses universos simbólicos se comuniquem. Embora, seja uma atitude de ambas as partes, o pesquisador é o maior interessado na transformação dessa relação e na criação de uma situação de diálogo; deve partir dele todos os esforços e mecanismos. E é através da observação participante, que ele reúne treinamento teórico e sensibilidade, que consegue assumir um papel digerível dentro do grupo estudado, de forma a viabilizar sua aceitação e interação. Cardoso de Oliveira (1996, p. 13), ressalta o aspecto da autonomia do antropólogo na conversão dos dados obtidos no discurso da disciplina: “temos que admitir que mais do que uma tradução da ‘cultura nativa’ na ‘cultura antropológica’, o que realizamos é uma interpretação, que por sua vez, está balizada pelas categorias ou pelos conceitos básicos constitutivos da disciplina”. Mas essa autonomia não está separada dos dados, ao contrário, está calcada neles, e o pesquisador deverá prestar contas deles, em algum momento do escrever, do *textualizar*.

Nessa dissertação, apresento uma versão da história do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e as preocupações com causas – mesmo não determinantes, mas heurísticas – da exclusão vivenciada e vivida quotidianamente pelas crianças e adolescentes de rua no Brasil, em geral, e na Grande Goiânia, em especial, porque é o município que me fornece material como entrevistas (memórias). Não será nossa preocupação aqui, mas em projetos futuros, estudar a situação ou condição dos meninos e

meninas englobados pelo Movimento e os programas e políticas implantados visando cumprir os direitos dessa demanda, postulados no ECA e na Constituição.

Outro referencial metodológico nos vem de Norbert Elias (1990, 1994, 1999), que é praticamente um clássico na sociologia, melhor, um neoclássico, tendo em vista que desenvolveu e alargou vários conceitos, teorias e ensinamentos dos três grandes clássicos: Marx, Durkheim e Weber, assimilando hermeneuticamente as enormes contribuições de todos, somadas a alguns vícios ou equívocos deles, junto às marcantes influências de Sigmund Freud. É exatamente por causa dessa vasta e complexa formação, pois incorpora e reinterpreta com imensa propriedade a psicanálise, que se justifica aplicar Elias nesse trabalho sobre meninos e meninas de rua. Suas obras, que me inspiram nessa tarefa, são mais dispersas, de *Mozart ao Processo Civilizador*, sobretudo, com a idéia-conceito de *outsider*. Também está presente aqui e acolá o estruturista Bourdieu (1977, 2000), inspirando em seu método *praxiológico*; poderíamos utilizar-se de outros autores importantes e neoclássicos como Habermas, Parsons ou Giddens, mas foi desnecessário.

Preliminarmente, podemos notar que as contribuições de Goffman (1975, 2003) com suas teorias do estigma e sobre a identidade social são centrais num tema como esse, pois se trata de fenômeno complexo não podemos cair no eixo estruturalista e/ou culturalista extremado, embora seja a minha principal referência e tentação, e descartar as experiências do indivíduo, sua auto-imagem e seus aspectos emocionais, suas angústias e medos, seus desejos e sonhos, a busca pela felicidade, a participação de sua estrutura mental e, nessa empreita, faço justiça a Goffman e a Elias que se superaram e foram muito além de seus respectivos mestres, isto é, onde eles tinham pontos específicos considerados fracos em termos metodológicos. Nessa conjunção indivíduo/sociedade, toma-os não como pares opostos contraditórios e/ou conflitantes, mas como aspectos distintos do mesmo processo, são interdependentes. Embora tento relativizar, de fato primo por essa perspectiva e, não podemos muito menos, cair no pólo individualista e tentar explicar tudo com a lente voltada para o umbigo, o ser isolado, privado, particularizado e fragmentado.

Ao contrário esse exercício envolve ambos os aspectos e dimensões do “ser humano social” e tantos outros possíveis que, na verdade, nem podemos abarcar, mensurar eficazmente. Mas vale a iniciativa de ambos os autores, que em suas observações, reflexões e pesquisas deram o máximo de si e fizeram de tudo para complicar, pois tinham consciência de que os fatos sociais se tratavam de fenômenos nada simples, mas ultra, mega, hiper complexos. Ambos os autores, tentaram enxergar os fenômenos em sua dupla

faceta, como processos endógenos e exógenos, de dentro para fora e de fora para dentro, ou seja, o indivíduo, sujeito ou ator (para Goffman e weberianos) ou o agente (para Bourdieu) não o é em si mesmo, mas o resultado, ou melhor, o processo, o *continuum* da interação interior/exterior, das relações do “eu” com os “outros”, eu nos outros e os outros em mim, sem dúvida posso fazer confusão com esses termos-conceitos. Eu participo da rede, da teia social, da estrutura de relações e de crenças, sou um fio real nela, mas ela também me constitui, sou sujeito e objeto ao mesmo tempo e indistintamente, daí, Elias falar em sociogênese e psicogênese. Não resta dúvida de que Elias se interessava e dava um peso maior para a estrutura e tinha maior propriedade nisso que Goffman, mas ressaltava o papel do indivíduo, inclusive e principalmente como promessa ou esperança de mudança.

Já Goffman (1975, 2003) dá maior peso ao indivíduo (ator), mas não ignora a importância do social, na verdade até assume sua centralidade e, embora tenha declarado que seus objetos de interesse, intelectual, de pesquisa, são os indivíduos em interação, definindo as infinitas possibilidades de situações, podemos interpretá-lo de outra forma em suas obras e teorias propostas. A própria obra *Estigma* a meu ver, destaca a proeminência dos processos sociais, que ele mais os chama de morais, na construção das identidades sociais do indivíduo, a “virtual” e a “real”, pois é relacional, processual, mutável, dinâmica e fluida, nas relações do indivíduo consigo mesmo e/ou num restrito grupo social – em co-presença, face-a-face –, depende de valores, crenças e normas mais ou menos satisfeitas ou fracassadas, gerais e correntes na sociedade, tais como os valores que julgam a desejada, a aceita, a melhor estética, o comportamento esperado por *normais* (identidade hegemônica) e por ‘estigmatizados’. As resignificações e reconstruções identitárias necessárias, mais ou menos plásticas, as readaptações e os possíveis papéis a se desempenhar, como se portar nos ritos cívico-profanos, a linguagem apropriada a cada meio, o trabalho que pode ou não desempenhar, a própria percepção das discriminações sofridas – todas, complexas “*carreiras morais*” –, mesmo que sejam das mais sutis e mascaradas, enfim, são coisas que os indivíduos não apreendem e aprendem a manipular, dissimular ou atuar, reconstruir ou resignificar sozinhos, precisa de outras perspectivas, necessita das estruturas.

Na temática da construção da identidade social do indivíduo humano, Goffman é um mestre, assim como, no trabalho sobre estigma, a teoria do *self* e o desempenho consciente ou não de papéis sociais, em sua teoria da dramaturgia social, fazendo uma micro-sociologia. Elias, assim como Bourdieu (1977, 1998 e 2000), é um mestre para explicar as mudanças e permanências de costumes, gestos, atitudes, valores e

comportamentos, como processos sócio-históricos, o surgimento e/ou a própria visibilidade e percepção de certos fenômenos, a influência do *habitus* e da classe social, as quais extrapolam, vão muito além dos aspectos econômicos, são, sobretudo, históricos, simbólicos e culturais; no caso de Bourdieu (1998), a importância do poder simbólico e os vários *capitais*: social, simbólico, político, cultural, além do econômico. Há mais, a perspectiva sociológica goffmaniana finca-se no presente, na interação conflituosa ou não entre os indivíduos – aqui a escola herda uma forte influência de Simmel –, que procuram definir a situação, para tanto, desempenham papéis mais ou menos satisfatórios, de forma ritualística, mesmo que profana, teatral ou cinematográfica, numa interação contínua, somos o que pensamos que somos (externo), somado ao que queremos ou pensamos ser (interno), o que fingimos ser, não há essencialismos identitários, mas um jogo de máscaras no espelho, nosso reflexo, nos espelhos (da vida) individual e, sobretudo, social.

Portanto, essa definição da situação e da representação de papéis, embora plástica, encontra limites nas regras e normas sociais, nas estruturas, nas instituições (que não são, deliberadamente, o problema do autor), no comportamento esperado ou institucionalizado, na visão de mundo, crenças e valores éticos e estéticos de uma dada sociedade situada no tempo e no espaço. Embora seja mais ou menos consciente, não se trata de mera racionalização ou racionalidade, nem mera atualização mimética, instintiva ou herança genética – como seria para os teóricos da escolha racional e os naturalistas –, pois o indivíduo apreende, interpreta e aprende a se comportar de determinada maneira, a usar certa linguagem, desempenhar certos papéis, através da dimensão simbólica. Os fatos, os papéis, as linguagens carregam significados, símbolos e, como tais, precisam ser negociados, “aprovados”, estabelecidos, normalizados e 'normatizados' (vira norma) pelo contexto dado, processos que ocorrem na interação, com os “outros” e consigo mesmo, não são naturais, automáticas ao ser humano, nem mero fruto da capacidade fria e calculista do nosso esquema ou estrutura mental, não somos entidades superiores ou mágicas. Não podemos saber, prever nem controlar tudo, mas, podemos fingir saber, fingir fazer, fazer escolhas, controlar impressões, amar, ser feliz, é o achado fundamental dessa perspectiva. Os cenários também não são construídos individualmente, embora sejam os indivíduos quem atuam neles, por trás deles existe uma estrutura social, que essa corrente designa pelo conceito de ‘*generalized other*’ (‘o outro generalizado’), internalizado, assimilado, ‘encarnado’ e inseparável das estruturas cognitivas ‘no’ e ‘do’ indivíduo.

Por exemplo, no ritual do casamento, são os indivíduos quem casam, preparam os arranjos, a festa etc., porém o casamento exige infundáveis regras, maneiras de se portar, de desempenhar os papéis; se o casamento é no civil, deve-se portar de acordo com rituais civis; se religioso, o comportamento muda; a própria existência do casamento já é uma regra e uma instituição social – no sentido durkheimiano que também exerce forte influência sobre os interacionistas –, uma exigência moral, não há nada aleatório, é tudo ‘combinado’ simbolicamente, ‘estruturado’ moral, social e culturalmente *apriori*, com atores e lugares definidos, não é qualquer um que vai se casar, são, em geral, os noivos, que já estão desempenhando papéis e rituais muito antes do casamento, já passaram por várias ‘provas’ e estão, em tese, preparados, graças à capacidade de desempenhar os papéis sociais exigidos, da afeição um pelo outro, os jogos de conquista e de poder e interesses diversos, muitas vezes confusos, não formais, não explícitos etc.

Enquanto Elias, não fixa data, fixa-a apenas para fins didáticos, através de delimitações de grandes eras (era Medieval, Períodos ou Dinastia tal etc.), prefere a Sociologia ao ‘longo prazo’ e defende a perspectiva histórica para as análises dos fenômenos sociais. Também aqui, os fatos, as ações, os costumes, hábitos e linguagens são matrizes de valores, que carregam uma gama de significados e símbolos fortes que integram os indivíduos e são forjados e/ou negociados simbolicamente na estrutura social; emergem da configuração especial que uma dada sociedade ou dimensões dentro da sociedade, como: a classe social, grupo humano, familiar, étnico, racial, profissional, artístico etc., ao longo de sua história e/ou em determinado tempo histórico, forjam para si de forma não planejada, entretanto, caminhando (inconscientemente ou não) na sua marcha ascendente (evolutiva), porém não linear, sem saber aonde vão parar. Sua análise se volta para os processos globais, macros, mas resgata, enxerga o indivíduo nos seus micros processos, ou melhor, assim, Elias analisa perspicazmente a intersecção interativa dessas duas dimensões. Podendo tanto partir do micro e chegar numa interpretação macro, teoria social geral, quanto partir do macro para entender dramas privados ou microscópicos – uma personalidade que pode ser famosa ou anônima, as biografias são constitutivas e constituídas da e pela a história –, mostrando a ilusão em concebê-los como isolados ou fragmentados, pois sempre resguardam vestígios, sintomas das relações e valores sociais mais amplos, as *configurações* que perpassam a todos e lhes fornecem desde visões de mundo, o imaginário até o modo de andar, de cumprimentar ou de se portar à mesa. A sua proposta é bastante dinâmica, embora diacrônica, não fica presa a eventos estanques e

estáticos, nem aos “grandes”, as biografias famosas e/ou de poderosos, a abordagem, embora diacrônica, se parece mais com uma abordagem sincrônica e é sempre holista.

O conteúdo está assim distribuído: no primeiro capítulo, teço uma versão da história do MNMMR que não é oficial ou formal nem pretende ser a verdade sobre a trajetória deste movimento, mas fornece elementos e dados significativos da rica e bonita história e do seu protagonismo como agente político de transformação da perversa realidade que as crianças e adolescentes enfrentavam e enfrentam no Brasil. Dessa maneira, presto uma pequena homenagem ao Movimento bem como a seus militantes, sobretudo aos/as meninos/as que são o que mais interessa. Busco, dessa forma, através de memórias de militantes, entender o papel do MNMMR e o que mudou de sua fundação até hoje. Para tanto, empreendo o esforço de compreender a própria estrutura e lógica de formação e atuação de um movimento social e/ou político. Vários autores, seus conceitos e teorias se desdobram nesse esforço. Em seguida adentro em algumas dinâmicas familiares regionais e nacionais, buscando compreender os mecanismos excludentes.

Já no segundo capítulo me debruço sobre os significados, como construção social de termos, conceitos e concepções de criança e adolescência, além de designações comuns na linguagem e práticas sociais e políticas no Brasil. Porém, para tanto, tive que retomar o trabalho clássico de Ariès (1986) para entendermos a transformação e o desenvolvimento histórico de conceitos e/ou concepções que hoje – a concepção moderna – consideramos *normal* ou *natural*, mas que, na verdade, são invenções ou construções históricas, e como tais, assim continuam em transformação permanente, pois a história não acabou.

Finalmente, no terceiro capítulo, faço a discussão em torno da racialidade e do racismo, como aspectos relevantes no processo de estigmatização e discriminação da sociedade sobre certos grupos sociais, no caso em tela, meninos e meninas de rua. Para tanto, utilizo várias fontes e/ou documentos, como fotografias e vídeos que atestam a predominância de crianças negras dentro desse contingente, além das indígenas e de uma franca minoria branca. Vários teóricos me apoiaram na interpretação dos dados, pois os dados não falam por si só, como demonstrei na inquietação dos tempos de PIBIC, que tínhamos os dados, mas não as condições para interpretá-los, pois a proposta ou projeto era outro, com outro viés e outros objetivos. Perpassa em todo trabalho a tentativa de fazer mapeamentos e críticas teóricas, metodológicas, ideológicas, culturais e políticas, mergulhando assim, mesmo timidamente, sobre o conceito de identidade; as construções, dinâmicas e afirmações identitárias, sejam de grupos étnicos e/ou do próprio MNMMR.

CAPÍTULO I

MNMMR – MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA: UMA VERSÃO DE SUA FORMAÇÃO

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) gestou-se junto às lutas políticas pela redemocratização do país, nos anos 70 e início dos anos 80, principalmente, com o movimento que amalgamava e fundia quase todos os demais, que era as *Diretas Já!* Em 1985, o MNMMR foi fundado oficialmente. Em 2005, foram comemorados os 20 anos de sua fundação, já atuando em vários grupos, núcleos ou através de profissionais e voluntários religiosos de forma isolada e/ou até dispersas. Entretanto, é um fruto de mobilização nacional de profissionais atuantes em diversas áreas e/ou multidisciplinares: sociólogos/os, assistentes sociais, enfermeiras/os, psicólogas/os, educadoras/es, religiosas/os e políticos etc. Este movimento emerge do desejo de romper com o sistema Funabem/Febem e de incluir crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e da história, como pessoas em desenvolvimento, que mereciam prioridade absoluta, respeito e dignidade, que também são cidadãos e não um papel em branco à mercê de vontades, arbitrariedades, violência, coerção/coação e opressão de adultos. Para tanto, o MNMMR foi pioneiro em novas concepções, filosofia, paradigma e numa nova metodologia de trabalho.

Antes da sua fundação, chamava-se Movimento de Alternativas Comunitárias¹ (MAC). A partir de 1986, no I Encontro Nacional, passou a ser designado de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). O marco histórico de fundação foi a *Carta dos Meninos de Belém*, documento produzido pelos próprios meninos e meninas de rua de Belém do Pará, o centro pioneiro do ‘Movimento’ (e, também, escritório sede do MAC) e referência nacional, liderado pelo padre Bruno. É essa carta que contém os princípios fundamentais, as novas concepções que levaram à ruptura definitiva com os paradigmas e as lógicas de atendimento (e repressão) do sistema Febem e com os próprios postulados do ‘Alternativas’, que alguns sustentam que era de iniciativa estatal, em parceria com a Igreja Católica. Apesar da liderança de Belém, havia outros pontos

¹ Muitas informações, dados e testemunhos aqui contidos foram extraídos do documento *Roda da Memória*, elaborado pelo MNMMR no ano de 2000 (15 anos do Movimento) e em Goiás em 2003 (CD ROM, 2004).

(núcleos) de irradiação forte do MNMMR, como: São Bernardo do Campo, no ABC paulista, Porto Alegre/RS, Salvador/Ba, com destaque para Goiânia/Goiás, a capital mais próxima de Brasília, e que revelou lideranças que compuseram várias coordenações nacionais.

A partir da *carta de 1986*, evento político de fundação, outros núcleos se formaram ou emergiram pelo país afora – muitos até já existiam, mas que o resto do país não conhecia –, assim, as especificidades pioneiras, inéditas práticas de trabalho, de atendimento, de programas locais e ricos graças à suas criatividade ganharam visibilidade e projeção nacional, foram socializadas. Com o MNMMR constituído, lançou-se na luta Constituinte, através da campanha *Criança Constituinte*, era uma época de amplos debates nacionais, de muito *lobby* de vários atores sociais e políticos, de enorme pluralidade em termos de movimentos populares, sociais e/ou políticos, que culminou na confecção e aprovação da Constituição de 1988, denominada pelo principal líder constituinte, Ulisses de Guimarães, de Constituição Cidadã. A mesma contemplou várias reivindicações do MNMMR, que eficazmente se articulou internamente e, sabiamente se articulou com vários outros movimentos fortes, coesos e respeitados à época. Depois viria a luta pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e pela defesa dos direitos por ele contemplados, a luta contra as chacinas de meninos e meninas, contra os abusos e a exploração sexual infanto-juvenil e a luta contra a *menoridade* penal etc.

Na formação desse movimento, ocorreu também o engajamento político de setores progressistas da igreja católica – através das Juventudes Católicas: JAC², JEC, JIC, JOC e, sobretudo a JUC (Juventude Universitária Católica), a Pastoral da Criança e a Pastoral da Juventude (antiga *Pastoral do Menor*) – e de espíritas. Outra questão forte e das mais importantes na constituição do MNMMR é a presença do afeto. A imensa maioria dos membros era composta por mulheres (e homens sensíveis ao problema), sendo estas, mães ou não, religiosas ou não, profissionais ou não, voluntárias ou funcionárias de órgãos, instituições filantrópicas, ongs etc., contudo, unanimemente tinham um novo olhar para a infância e a juventude pobres, um olhar compreensivo, carinhoso e democrático, diferente do olhar hostil que a sociedade tinha se habituado a ter.

Entretanto, ao passo que eram compreensivas e carinhosas com as crianças e os jovens, as integrantes do MNMMR eram indignadas, briguentas, rebeldes com a concepção institucional e suas práticas. Essa concepção era de que criança tinha que apanhar muito

² Ver glossário de siglas, em anexo, páginas 215 – 217.

para ser um adulto educado e de caráter (é de menino que se entorta o pepino); que era uma categoria improdutivo (só dá despesas aos pais, é mais uma ‘boca’ que vem); que menino/a só sabia malinar/maquinar, aprontar, atentar (menino/a é coisa do diabo, nem o diabo pode com eles/as); e sendo ‘incapazes’ ou relativamente incapazes juridicamente e desacreditados/as socialmente, deviam sempre obedecer aos adultos e ‘mais velhos’, mesmo que estes estivessem errados. Assim, se tivessem que bater neles sem motivo ou por motivo pequeno, as crianças tinham que aceitar calado, senão apanhavam dobrados. Os adultos sempre tinham razão! Tinham eles razão quando molestavam, abusavam do poder, abusavam sexualmente, inclusive estuprando a criança? As práticas de abusos eram e ainda são generalizadas. A sociedade civil era fraca e incapaz de lidar com a questão, os abusos sexuais como todos os temas em torno da sexualidade eram verdadeiros tabus; assuntos vetados na escola e principalmente na família.

Coube às lutas do MNMMR mudar e transformar parcialmente, mas, significativamente, essa mentalidade e os paradigmas arcaicos, inclusive transformando e inovando o escopo jurídico-legal. A primeira vitória foi a própria fundação do MNMMR e a luta para seu funcionamento, depois veio a criação, em 1988, do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não – Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, em 1987 e 1988, a luta na Constituinte, com as campanhas e emendas populares “Criança Constituinte” e “Criança Prioridade Nacional” (a ‘Ciranda Constituinte’ do ‘Movimento’), que garante, entre outras coisas, o Direito de Cidadania das Crianças, um reconhecimento inédito. Depois veio a instituição do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, em 1992, um ano depois, este Conselho começa a funcionar de fato; antes, em 13 de julho de 1990, veio o ECA, que entrou em vigor em outubro daquele ano, a luta pelo seu efetivo cumprimento, contra os tráficos internacionais de crianças e adolescentes, contra os abusos e a exploração sexual infanto-juvenil, contra o trabalho infantil e até o trabalho escravo entre outras.

Durante alguns anos, em Goiás, o MNMMR também puxou e fez funcionar um Centro de Defesa de Direitos. Em nível local, talvez a maior vitória foi a criação da Fundação Sociedade Jovem Cidadão 2000, em 1993, pelo prefeito de Goiânia, Darcy Accorsi/PT. Este organismo, embora governamental, assegurou grande margem de autonomia em relação aos ‘aparelhos’ ou aparatos estatais; sobretudo, quando militantes e/ou simpatizantes do MNMMR participaram dele – na administração, enquanto educadores ou não, principalmente, enquanto educadores sociais de rua.

Na verdade, a Sociedade Jovem Cidadão 2000 ‘revolucionou’ a política de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco na Grande Goiânia, sobretudo aquelas categorias em situação de rua: do trabalho informal, exploração sexual e aos moradores tipicamente de rua. Também não resta dúvida de que este órgão foi o que mais funcionou de acordo com a filosofia, ideologia e metodologia do MNMMR; e foi também, referência nacional e mundial em algumas gestões, alternadamente, em algumas ia tudo bem, e em outras ia mal. Além do apoio de setores de igrejas, é importante notar que o MNMMR nasce na comunidade, nas lutas comunitárias, nas associações de bairros, na catequese e ‘Grupos de Jovens’, espaços sociais muito privilegiados e atuantes na década de 1970 e 1980, era o principal espaço político de luta uma vez que a “grande” política estava vetada, com o poder centralizado, sobrava à micro-política, de caráter mais local, embora se comunicasse com outros municípios, outras realidades. Foi uma estratégia de luta imprescindível, uma das poucas formas possíveis de luta antes da ‘abertura’, da anistia. Era a maneira de lutar, mesmo sempre vigiado, sem ser acusado de comunista e ir preso ou assassinado pela polícia política, embora o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) tenha funcionado até o final da década de 80, porém já mais enfraquecido, ‘desmoralizado’.

Se não fosse o MNMMR, sua centralidade como ator social, político e pedagógico, combatente e de luta, nunca teríamos aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº 8.069/90 – o marco legal que revogou o ultrapassado *Código de Menores*, conseguido a duras penas e à frente de muitos outros movimentos sociais fortes, coesos e organizados como os movimentos dos sem terra pela reforma agrária, direito à terra e à justiça social, movimentos de sem tetos, por moradia e pela reforma urbana, direito à moradia, à qualidade de vida e ao saneamento ambiental. O Estatuto da Cidade, por exemplo, só foi aprovado em 2001. O advento do ECA foi uma importante vitória política do MNMMR, feito pelas próprias crianças, adolescentes e adultos sensíveis e conscientizados pela causa, o ECA também é um forte aliado, uma vez que se converteu em instrumento de fiscalização e de legitimação das reivindicações do MNMMR e da população. Mas só a sua aprovação não teria grande êxito, pois ficaria só no aspecto formal, não nas relações sociais reais e cotidianas, mais uma vez o MNMMR teve que atuar bravamente exigindo a implantação da lei e o seu cumprimento. Por todo o exposto, não resta dúvida de que valeu cada minuto dedicado às crianças.

Como frisei acima, trata-se aqui de uma abordagem nacional, que se justifica por alguns motivos: primeiramente, a escolha dessa metodologia não atrapalha em nada, pois os documentos do MNMMR são acessíveis em todos os Estados, são os mesmos em todo território nacional, além do mais, Goiânia está muito próximo a Brasília, sede do MNMMR, e a ressonância da sede aqui é muito contínua e intensa. Entretanto, os aspectos mais relevantes não são a proximidade geográfica e a homogeneidade da literatura e dos documentos do MNMMR, mas sim, porque Goiás teve um papel central na formação, fundação e constituição do MNMMR. Muitos goianos e goianas foram ou ainda são membros da direção nacional do MNMMR. Goiás fez mais, foi um dos estados de maior capacidade de fazer passeatas, protestos, educação de rua e mobilização em geral, num trabalho contínuo de conscientização das crianças de ou na rua, de suas famílias, do judiciário conservador e opressor, do repressor e violento aparato policial e da comunidade maior, que exatamente por não compreender, por possuir enormes preconceitos e discriminar, inclusive, racialmente, reprime, violenta e até massacra essas crianças e adolescentes. Gostaria de conjugar o verbo no passado, mas sabemos que esses fatos são corriqueiros, fortes e bem presentes em nosso país. Foi aqui, em Goiânia e em Teresina-PI, que em 1988 se realizou o *I Tribunal Nacional do Menor*, com o julgamento simbólico da sociedade capitalista e do Estado.

Vale destacar ainda que o MNMMR, no seu papel político-pedagógico de provocar a mudança das concepções, a mudança cultural, estava muito sintonizado com as idéias, concepções, reivindicações e lutas no âmbito internacional. O MNMMR não se restringiu, nem se fechou no nível comunitário ou, no máximo, na escala do Município, ele percorreu o território nacional e propagou-se internacionalmente. Tanto é que, em poucos anos, ele ficou conhecido no mundo inteiro, graças ao seu pioneirismo, à criatividade, à sua pedagogia, aos seus princípios e metodologias, o que o tornou referência mundial, sua estrutura era ímpar, ninguém no mundo, por mais democrático que fosse, imaginava que crianças e jovens, os meninos e meninas de rua, grupos ou categorias tão estigmatizadas, discriminadas, pudessem se reunir, ocupar o Congresso e palácios para reivindicar seus direitos, mais que isso, pra dizer que querem ser compreendidos, querem dialogar, querem ser respeitados e ter dignidade, como qualquer ser humano, merecem atenção, carinho e amor.

O MNMMR não só estava a par do que acontecia internacionalmente, o surgimento de novos conceitos, concepções, de novas lógicas de tratamento, de novos valores éticos e

jurídicos, como superou em muitos aspectos os paradigmas vindos dos países desenvolvidos. Algumas convenções, conferências internacionais foram feitas em nome da criança, na Declaração de Genebra em 1924, e sob os auspícios da ONU e do UNICEF, precisamente, na Assembléia Geral de 1959, primeira vez que se inclui a criança, reconhecendo-as pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma importante Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança realizada pela ONU, da qual o Brasil é signatário, foi realizada em novembro de 1989, dois meses depois do II Encontro Nacional do Movimento de Meninos e Meninas de Rua (II ENMMR). Nesta, fica patente o quanto o MNMMR, em suas concepções, princípios, propostas e metodologias, é mais ousado, ‘avançado’, ‘sofisticado’ em relação à conjuntura internacional.

Na verdade, o próprio ECA, aprovado, sobretudo, pelas lutas do MNMMR, transparece esse fato, bem mais ousado, no sentido de alcançar a transparência, a democracia, consagrando e defendendo os direitos e a justiça social das crianças e adolescentes brasileiros. Fato esse que só pode ser compreendido articulando dois fatores: 1º - o pioneirismo do MNMMR e do ECA; 2º - as discussões e os acordos daquela Convenção são muito complexos, uma vez que abarca uma pluralidade de países (Estados – Nações) e culturas. Além das diferenças culturais, são muitos os interesses em torno da questão (inclusive econômicos e sexuais). Há países em que crianças de oito anos já são recrutadas para a guerra, noutros, a partir dessa idade, já há os casamentos, conforme a especificidade cultural de cada país, contexto, lugar e/ou cultura, para termos uma dimensão da complexidade do tema. Além do mais, o avanço e pioneirismo do escopo legal brasileiro, conquistado por várias esferas sociais, lideradas pelo MNMMR, não garante o cumprimento deste, nem a reparação dos crimes, da dívida histórica com essa parcela da sociedade. Certamente, o Brasil também é uma liderança nos quesitos das injustiças sociais, opressão e repressão, abusos, maus tratos, nas chacinas ou extermínio de crianças e adolescentes, mas esses fatos apenas abonam o pioneirismo do MNMMR, inclusive pela enorme dificuldade que os contextos social, político e cultural impõem.

Já começando a dimensão crítica, podemos perceber que a questão de gênero, embora minimizada, esteve muito mais presente que a questão étnico-racial. Este tema passou ao largo, um tema praticamente inexistente, porque a predominância de crianças negras e indígenas era um fenômeno, embora óbvio aos olhos, era invisível à ideologia na época, inclusive aos olhos ideológicos do MNMMR, salvo raras exceções, como o registro fotográfico analisado no segundo capítulo. Assim, temos no próprio nome do MNMMR,

uma sigla M de Meninas, fato que prova que eles tinham consciência que não existia apenas meninos do sexo masculino nas ruas, mas não atesta uma abordagem por gênero, ao contrário, menino ou menina de rua são vistos como categorias universais, meras divisões por sexo, e conseqüências da divisão de classes sociais, que se julgava ser um fenômeno universal. Portanto, sem querer, apaga-se a menina do MNMMR e da luta, da realidade e do dia a dia, para sobressair o menino filho de operários, da classe proletária e o seu sofrimento é conseqüência do capitalismo selvagem e excludente. Outro dado relevante é o fato de embora a maioria dos militantes e fundadores do MNMMR serem mulheres, as autoridades ou a coordenação do MNMMR são de maioria composta por homens (e brancos), o que já denota um certo papel preponderante dos homens. É mais um espaço político, um lócus de poder com o domínio androcêntrico e racial dos homens brancos.

1. 1 – Memória das/os Militantes/Fundadoras/es

A partir de 1986, a sede do *Movimento* foi transferida de Belém para Brasília. O goiano Benedito Rodrigues dos Santos foi de fato o primeiro Coordenador Geral do MNMMR, tendo em vista que o padre Bruno pediu licença e morava em Belém, assim, Goiânia ficou responsável pela organização do I Encontro. Todos os Encontros Nacionais foram em Brasília. Benedito Rodrigues dos Santos participou de várias outras coordenações nacionais, também foi conselheiro do Conselho Nacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Depois, destacaram-se outras figuras de Goiás como Eulange, Cida Martins, Jussara de Goiás e Joselino, sem contar as lideranças apenas locais, da Comissão de Goiás, que sempre deram um importante suporte ao Nacional, inclusive teve seu CNPJ primeiro e até emprestava-o à sede em Brasília. Os militantes de Goiás, inclusive, tiveram suas pautas contempladas integralmente pela Constituição do Estado de Goiás, e escreveram um esboço do ECA, que fora significativamente contemplado no Estatuto em 1990; suas reivindicações (do MNMMR) também foram parcialmente assimiladas pela Constituição da República de 1988. Porém, vale destacar também alguns grandes nomes nacionais não goianos, como o de Helena Jansen, educadora do pioneiro e bravo estado do Pernambuco, Mário do Rio Grande do Sul e o próprio sociólogo Betinho que deu grande força ao MNMMR, inclusive em Encontros Nacionais, deu suporte em oito capitais com sua Campanha: ‘Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria’.

Na memória dessas/es pioneiras/os goianas/os, que fundaram e estruturaram tanto o MNMMR aqui quanto o Nacional, sei que estou cometendo uma falha, pois muitos nomes não apareceram, mas a idéia não é exaurir a lista daqueles que tanto lutaram nesse MNMMR, pois seria uma lista enorme, inclusive de crianças, adolescentes, educadores, pesquisadores, religiosas/os leigas/os, e até autoridades: o arcebispo Dom Oscar Romero, membros do Ministério Público (MP) etc. Enfim, nessa ‘roda’ percebemos os ‘*pormenores*’ dos fatos (bem como algumas anedotas e mitos), pitorescos ou comuns, que são dos mais relevantes, pois se trata da constituição não de um prédio, de estruturas burocráticas, mas da própria identidade do MNMMR, porém, infelizmente não tenho espaço para reproduzi-los. Apenas cabe destacar, o papel primordial exercido pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ, fundado em 1983 e conhecido como Aldeia Juvenil – da Universidade Católica de Goiás (UCG); pois quase todas as lideranças presentes na ‘Roda’, mencionam este órgão, porque trabalharam lá antes de vir para o MNMMR ou faziam o MNMMR simultaneamente, ou aprenderam a participar, a ‘movimentar’, ou pegaram amor pela questão lá, sejam como estagiários ou como curiosos.

Esse órgão foi mais marcante e decisivo na gestação, no limiar do MNMMR, pois depois este foi tomando corpo e autonomia plena, inclusive se lançando a maiores desafios que o próprio ‘Aldeia’. E, a partir de 1993, em Goiânia o destaque foi a fundação do Cidadão 2000, que se diz sociedade civil, mas é um órgão governamental, subordinado à Fundação de Desenvolvimento Comunitário – FUNDEC/Prefeitura de Goiânia. Há mais, segundo alguns membros, o ‘Movimento’, no seu primórdio, ainda como MAC, nacionalmente foi concebido por duas principais correntes: a estatal e a da igreja católica, ou seja, ele seria institucional por ambas as vias, mas a partir da ‘Carta de Belém’, das primeiras Coordenações, efetivadas por Goiás, o MNMMR conquista autonomia tanto em relação ao Estado, quanto em relação à Igreja. Não que ele tenha se afastado, até porque seria suicídio, pois aquelas duas poderosas instituições, além de proporcionarem infraestrutura, apoio logístico, fornecer mão-de-obra – inclusive, fornecendo profissionais para a reciclagem em ‘Cursos de Formação do Movimento’ (CFM) – são importantes fontes financiadoras. Mais do que isso, conferem ‘certificados’ e a ‘legitimação’ perante os organismos internacionais (fiscalizadoras e financiadoras) e perante a sociedade. Seja como for, o MNMMR, mais do que uma ‘organização’, vira um movimento de caráter civil e popular, visando a formar, organizar e colocar os meninos e meninas no centro, como protagonistas do processo histórico, tal como eles mesmos reivindicavam na ‘Carta dos

Meninos de Belém’. Agora, meninos e meninas fazem política, de forma séria, compromissada, engajada e conseqüente, foram eles mesmos que conquistaram seus direitos e fizeram, escreveram sua própria história.

Entretanto, após esse relato alegre e de triunfo, precisa-se chegar nos fatos tristes, que inclusive desmobilizaram e fizeram afastar-se muitos militantes. Dificuldades o MNMMR enfrentou desde o início, quando não tinha nenhuma salinha para se estabelecer, nem telefone para fazer os contatos, nem condições de viajar, mas aos poucos foram chegando reforços, recursos, financiamentos, principalmente durante a implementação do ECA, dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares, dos Fóruns de Combate à Exploração Sexual, de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Juvenil etc. Entretanto, as querelas políticas e disputas por recursos foram crescendo, as divergências internas, os conflitos de convicções viraram também conflitos de interesses, levando a rupturas, bairrismos, enfeudamento etc.

O pior viria com a crescente burocratização do MNMMR, sua estrutura ficou pesada e quase inacessível, ele foi paulatinamente se afastando de seu ‘protagonista’, antes, eles se confundiam, não havia segregação rígida entre educadores e meninos e meninas, as demandas atendidas e organizadas por ele. Agora, dizem alguns militantes fundadores/as: “... O Movimento se tornou exatamente o oposto disso... Uma burocracia. Não é um movimento nem ONG mais. Uma burocracia que ganha dinheiro em nome das crianças e que nem criança tem mais participando”. (Benedito Rodrigues dos Santos e Maria Goreth, *Roda da Memória*, Seção Goiás – 2003, p. 200). Também foi se afastando da comunidade, os movimentos comunitários também enfraqueceram, a própria Igreja diminuiu o suporte e a Pastoral cresceu o olho nas verbas. Muitos militantes fizeram suas carreiras acadêmicas, com mestrados, doutorados, publicaram livros ou se projetaram politicamente e se afastaram da base, dos núcleos de base compostos pelos próprios meninos/as. As nucleações emperraram, há quem diga que o MNMMR virou movimento de educadores, de gente que ganha dinheiro para falar de meninos/as, para fazer reuniões só entre educadores, com pouquíssima inserção junto aos meninos, que estão nas ruas morrendo e sendo violentados a todo instante, mas isso é invisível aos olhos do MNMMR. Este foi se reaproximando das estruturas (aparelhos) de Estado.

Sem dúvida, temos que dar uma nova definição ao MNMMR, ele não é o mesmo, as coisas mudaram, muitos militantes históricos sustentam isso. Apesar de todos os elogios a alguns militantes e à época áurea do MNMMR, é lógico que por mais esforço que

fossem, eles, indivíduos e sua entidade, não conseguiriam fazer o que fizeram, sozinhos, pois houve muitas entidades e outros movimentos sociais que deram grande apoio, mais que isso, que lutaram juntos. Aliás, isso é intrínseco à definição de movimento popular, social, seja de caráter civil ou não, ele é sempre coletivo, o indivíduo precisa agir, mas ele é ‘sugado’, dissolvido nas estruturas do movimento, que é mais amplo, é essencialmente holístico.

É geral o sentimento de crise profunda dentro do MNMMR, mas devemos relativizar um pouco esse pessimismo, porque o momento histórico também é outro, muita coisa mudou, houve tantas conquistas, que o MNMMR parece ter ‘esvaziado’ seu sentido de ser, perdeu um pouco sua identidade, se escorando no suor, no sofrimento, nos choros e sorrisos, nos desafios, nas alegrias e nas glórias do passado. Desse modo, seria generalizar demais falar só em fracasso no presente, o MNMMR não morreu, em alguns lugares ele está mais forte, em alguns casos ele está mais atuante, noutros menos. Ele restringiu suas atividades, tornou-se mais específico e estrito, teve que redefinir suas prioridades, por força das contingências históricas, da desarticulação, da falta de recursos etc. Portanto, o MNMMR quase não tem mais contato direto com as crianças, salvo nos Encontros Regionais, Estaduais e Nacionais (que estão a cada ano mais raros e irregulares. O Nacional realizava de três em três anos, agora em 2005, que completou 20 anos seria um encontro, mas o MNMMR não conseguiu articular e realizar). Suas finalidades agora são de articular, fornecer linhas políticas para os vários programas, órgãos, institutos, entidades religiosas, ongs, instituições filantrópicas ou estatais – com destaque para as políticas locais, uma vez que a questão foi municipalizada, está sob a alçada das prefeituras (é o Município que tem o poder, que executa as políticas e legisla de forma suplementar no nível local), com o auxílio e cooperação das outras esferas de governo. Em Goiânia, quem concentrou e coordenou essas tarefas, programas e políticas no município, com a municipalização, foi o Cidadão 2000/FUNDEC/Prefeitura de Goiânia.

1. 2 – Discutindo o Conceito de Movimentos Sociais

Já que me proponho a fazer uma discussão sobre a importância do papel histórico do MNMMR, urge fazer uma discussão teórica da conceituação sobre ação coletiva e dos ditos movimentos sociais, políticos, civis etc., uma vez que não só a existência de meninos

e meninas de rua constituem um fenômeno coletivo e social, mas a própria existência do MNMMR também é um fenômeno social e político, constitui um cenário, compõe a realidade política e sócio-cultural brasileiras. Este fenômeno se constitui num *movimento*, posto que para Melucci (2001), todo ‘movimento’ também é ação coletiva, mas a recíproca não é verdadeira, nem toda ação coletiva se constitui em movimento social, como veremos adiante. Pretendo refletir se esta ação coletiva de criação, estruturação e ‘movimentação’, além das necessidades gritantes e facilmente perceptíveis (da demanda eleita pelo MNMMR, os meninos e as meninas de ou na rua): como a escassez de moradia, o desemprego, subemprego, conflitos e violências familiares ou comunitários – o baixo nível de renda em geral daquela população – a uma consciência e organização típicas de movimentos sociais coesos, comunitários, posto que seu alastramento, estruturação e intensidade de militância foram, pelo menos em algumas cidades, estados ou regiões, em certos aspectos e época, situando-os no tempo e no espaço, relativamente rápidos e realizados por categorias profissionais similares, a maioria são assistentes sociais, enfermeiras/os, psicólogas/os, educadoras/es, sociólogas/os, religiosas/os etc.

Os referenciais teóricos selecionados foram, Charles Taylor (1998) e Alberto Melucci (2001), em especial, seu livro *A Invenção do Presente*. Este pensador italiano estudou sobre os ditos “novos movimentos sociais”, conceito que ajudou a criar e consolidar, ao longo de 30 anos de trabalho e pesquisas nessa temática, que é para ele um aspecto fundamental, entrelaçado ao avanço da democracia pelo mundo, constitutivos das sociedades contemporâneas e complexas. Inspirando-se em Weber, procura analisar estes fenômenos no plano da ação e da relação sociais dos indivíduos, os quais precisam construir e atribuir significados ou sentidos às suas condutas, aos seus desejos e anseios, às relações com os outros, bem como, às ações coletivas e aos movimentos sociais que constroem e dos quais participam ativamente. Com essa perspectiva, Melucci (2001) critica postulados, conceitos e orientações teóricas, epistemológicas, metodológicas e principalmente ideológicas que ‘essencializam’ conceitos de classe (e/ou lutas de classe), ação coletiva e de movimentos sociais, entre tantos outros. Para ele, essas perspectivas objetivistas, naturalistas e/ou reducionistas sufocam os objetos que analisam, não são capazes de perceber e visualizar as mudanças, transformações, ou as reificam, tomando-as como dados mais ou menos fixos, não conseguem enxergar o “novo” e/ou os vê em tudo e, os vê em toda parte de forma similar ou idêntica, como um dado, mecânico e natural; como

já partem do fenômeno dado, não os enxergam de forma processual e relacional, simplificando-os, ainda quando sustentam que são históricos e altamente complexos.

O autor tenta, portanto, desessencializar essas categorias e conceitos, desnaturalizar e acusa várias correntes, sobretudo a materialista-marxista e a positivista de trabalharem com um arsenal conceitual e teórico ultrapassado, anacrônico. Sugere ainda, a distinção no plano empírico e a fusão, no plano analítico, dos aspectos ou fenômenos sociais gestados ou influenciados, diacrônica e sincronicamente. Geralmente, quando pensamos em movimento social e, especialmente movimentos políticos, logo pensamos em movimentos reivindicatórios, sindicatos, associações e organizações em protestos, marchas, greves parciais ou gerais; movimentos, grupos e partidos revolucionários etc. Um equívoco grosseiro, simplista e ingênuo que Melucci (2001) tenta romper, combater e superar e acaba por fundar, mesmo sem querer, um *novo movimento*, do pensamento, no pensar sociologicamente as *novidades*, os movimentos coletivos e sociais simultaneamente causas e conseqüências, condições de transformações sociais históricas, as quais levam ao que se convencionou chamar de sociedades complexas contemporâneas, no plano analítico.

Tentando então, compreender a ação coletiva como algo bem além das ações de indivíduos isolados – mesmo que, essas ações sejam congruentes e convirjam para os mesmos propósitos e efetivadas, em tese, por um grande número de indivíduos, juntos, unidos, coesos ou não e mesmo, anônimos e dispersos – e, visando apenas aos seus próprios interesses, ressaltar não o aspecto quantitativo dessas relações e ações reais, mas dou ênfase à sua natureza qualitativa. Essa ação coletiva, que é óbvia ou pretensa ‘movimento’ (ou se era uma organização, associação, estrutura burocrática etc), que pretendia “descobrir”, visualizar através de observação e entrevistas, seria algo amarrado intrinsecamente com a idéia de movimento social, em que um grupo social mais ou menos coeso forma uma espécie de comunidade, no sentido *lato* e comum do termo, com interesses mais ou menos comuns, une-se por força das necessidades comuns, mas acima de tudo, pelos seus laços identitários e redes de sociabilidades que constroem cotidianamente ao longo dos anos de história, de luta, nos sentidos *lato* e *stricto*, também, de seus desafios, vivências, carências e dramas, além das brigas e protestos coletivos.

Constituindo-se, portanto, o MNMMR, mais que num mero *locus* específico ou restrito, mas sim, constitui-se num verdadeiro ‘mundo’, um espaço social e político rico, dinâmico e complexo, com seus próprios códigos, valores, laços identitários, linguagens especiais, regras e representações, os quais, embora apresentem suas especificidades e

singularidades, não podemos falar de um mundo à parte, antes, são um turbilhão, um “caldeirão” humano misturado aos outros mundos, pois sofre as ressonâncias dos fatos e da sociedade maior, assim como também influi nessa.

Um movimento nacional tinha mesmo que ser complexo, pois a demanda ou o seu campo de trabalho e atuação é dos mais complexos. É um mundo ou micro mundo, formado pelas diferenças não meramente econômicas, e sim com enorme diversidade regional e geracional, ricas e importantíssimas variações lingüísticas e étnicas, pois a imensa maioria – a base do MNMMR, sobretudo, enquanto os ‘comandos’ do MNMMR são de maioria branca e masculina – são negras e/ou indígenas ou descendentes destas etnias, fato que aponta e prova que, aliado à exclusão sócio-econômica, há a exclusão racial e regional. Porém, há brancos nesse espaço, embora francamente minoria, nessa mistura excluída que tenta mais que sobreviver, mas se reafirmar e serem reconhecidos enquanto uma identidade única, identidade política e até, poderíamos dizer, étnica, o que nos remete – mas nos leva além dos – aos processos excludentes do capitalismo global moderno e as novas formas e lógicas dos movimentos sociais nas sociedades complexas.

Com a presença de lideranças, militantes históricos ou recentes, uma certa articulação e organização, a homogeneidade da literatura e dos discursos, das linhas filosóficas e políticas, a mobilização e reivindicação tanto regionais quanto nacional, com ocupação pacífica das ruas, do Congresso Nacional, do cerco aos Palácios, Secretarias, Ministérios etc., podemos afirmar que este *Movimento*, o MNMMR, caracteriza-se dentro do conceito de movimento social, no sentido clássico do termo – mais marxista, mas também no liberal –, dando um sentido de organicidade, coesão e unidade aos objetivos coletivos, identidade ideológica e programática, bem como seu caráter reivindicatório mais explícito. Não se constituindo numa mera estrutura (estatal ou sociedade civil), burocracia ou organização paralela ao Estado, às igrejas ou às ongs etc. (embora se torne cada dia mais isso tudo), pelo menos assim o foi durante muito tempo. Recentemente, mergulhou numa crise profunda, que não parece ser meramente financeira, mas estrutural, levando às crises de identidade, de significados e legitimidade.

Enquanto organização de meninos e meninas, não havia o centralismo burocrático e em torno dos adultos como agora, havia articulação coletiva e nacionalmente, e os meninos tinham vez, voz e voto; e, o trabalho dos educadores, aliás, muitos começaram na igreja ou na academia porque se apaixonaram pela questão, não por meras conveniências ou por um cabide de emprego e/ou oportunismo político. Quanto à questão da informação, de como

acharam o ‘lugar’ político e pedagógico, obviamente, tiveram contato com os princípios e filosofias revolucionários do MNMMR e/ou viram nele um potencial de resistência e luta pela mudança cultural e transformação da sociedade (e até do mundo). A maioria ficou sabendo por acaso, não havia divulgação, visibilidade, a mídia demorou um pouco a dar moral, às vezes até fazia um desserviço, campanha contrária. Enfim, ficaram sabendo através de um colega, amigo/a, parente próximo, na comunidade, nas igrejas, sobretudo nas pastorais católicas, do boca em boca (divulgação formiguinha), mas em geral não demonstram a articulação desde o serviço – pois mesmo que ficassem sabendo especificamente sobre esse trabalho, com a temática ou problemática, precisavam de uma certa ‘formação’, preparação, ‘apaixonação’ e ‘conversão’ pelos ideais do MNMMR – nos estágios ou trabalhos, inclusive voluntário, nas ruas, mas não ficavam sabendo (nem se interessava ao tema) pela grande mídia: jornais, rádios ou televisão.

A partir de então, defendo que esta ação coletiva, desencadeada ao longo de 20 anos e ainda está em processo, que veio da comunidade e se fez ‘comunidade’, constitui um movimento social, no sentido clássico e ‘marxista’ do conceito, mas também, de acordo com nosso autor, encaixa-se noutros conceitos. Pois, para Melucci (2001) seria um movimento social autêntico e legítimo; porém, para ele, há movimentos que não se definem apenas pela luta no campo político, a velha e conhecida figura do proletariado que luta, conquista terreno e direitos e/ou faz a revolução, com a ajuda dos velhos sindicatos profissionais e partidos de esquerda. Melucci (2001) fala de movimentos que têm caráter difuso, com forte conotação cultural, um cimento ideológico distinto que foge do velho maniqueísmo político partidário, entre esquerda e direita, há várias camadas superpostas historicamente que complexificam os jogos e lutas. Portanto, o que parece ser o fim dos movimentos sociais, gerando grande desilusão e desesperança para os “tradicionalistas”, para o autor, são novas e autênticas formas e lógicas de atuação que não temos a sensibilidade e a percepção para vê-los porque estamos viciados nas antigas doutrinas, as quais nos engessaram. O MNMMR é complexo, nem precisaria da conceituação alternativa, dos movimentos difusos, mas é certo que ele possui tanto o caráter de organicidade, coesão e reivindicação – próprias das ideologias de esquerda, mesmo que mesclados com atuação ‘comunitarista’, afetiva, voluntária e religiosa –, quanto a forte conotação cultural, difuso, o universo simbólico funcionando por várias e novas lógicas.

Para Melucci (2001, p. 69),

[...] Movimento Social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa.

Na obra de Melucci (2001, p. 69), podemos ver duas coisas: embora o autor utilize categorias weberianas, também faz uso dos conceitos e modelos centrais de Durkheim, como solidariedade e representação social e, de Marx, com a idéia de conflito, adversário, luta pelo ou contra o poder (que também está em Weber ou Simmel, só que menos incisivo, mais conciliador), mas, sobretudo, com a idéia de ruptura com o sistema, próprios aos marxistas. Outra constatação, apreendida de sua obra é que não há para ele, movimento social sem a articulação dos três requisitos básicos: “se expressa através de uma ação coletiva, a qual comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites impostos pelas normas, as regras do jogo, pelo sistema, ou seja, leva as contradições às últimas conseqüências”. Melucci (2001) destaca três tipos principais de movimentos sociais, com suas respectivas condutas: o movimento reivindicativo, mais próprio dos sindicatos, associações, categorias profissionais e conselhos de classe etc., o movimento político, que luta para a ampliação da participação nos processos decisórios, e ampliação de conquistas e/ou direitos civis, sociais, políticos etc., rompendo com os limites do sistema político. O MNMMR poderia se encaixar no movimento reivindicatório, porém como ele articula várias matrizes e valores, ele se encaixaria melhor na definição de movimentos sociais difusos e antagonistas.

Por último, há o movimento antagonista, de caráter mais abstrato e/ou os que articulam várias matrizes: sejam a política, a organizacional e a religiosa, os movimentos ambientalistas – ecológicos, da liberdade sexual, contra a exploração e opressão de gênero e contra o racismo, contra a homofobia etc. Cabe uma ressalva, no caso do MNMMR, em especial, não há tanto o caráter mais abstrato, pois está voltado para um objeto de atuação bem determinado e ‘objetivo’, categorias ou segmentos sociais bem específicos, que são os meninos e meninas. Porém, as contradições são próprias e bem aceitas nesse conceito, o difuso. Não se tratam de tipos puros, e sim tipos ideais. Muito raramente essa modalidade analítica se dá na forma pura, quase sempre se articula e mescla empiricamente várias dimensões, ele é mais plural diverso e multidimensional. Seu caráter fundamental é resguardar maior autonomia em relação à especificidade da luta no campo político

(sindicatos e, mais estritamente, do jogo partidário e eleitoral) e aos mecanismos organizacionais, às corporações, confederações etc., além de apresentar seu caráter mais cultural, menos instrumental, embora apresente imensa fragilidade nesse ponto, se não se segurar em algo mais concreto, isto é, numa reivindicação mais palatável, angariar e conseguir certos recursos sociais para se reproduzir e ampliar, ele se fragmenta, dispersa e pode estagnar-se. Talvez por isso mesmo, o MNMMR, o caso em tela, passa por enormes crises na atualidade, não porque não encontra o objeto ou fenômeno que lhe sustenta, mas pelo fato de ter crescido muito suas estruturas, o aparato estatal ou não-governamental que lida com a problemática, o município ter assumido as entidades e os Conselhos de Direitos e Tutelares, e também, porque vários itens centrais de sua pauta de reivindicações foram atendidos, contemplados, esvaziando seu arsenal de legitimação e dispensando em muitos aspectos a sua necessidade de existência. Para sobreviver, precisa encontrar novos argumentos, saídas, restabelecer o conflito ou o antagonismo cultural.

É difícil encaixar o MNMMR num ou noutra modelo, mas acredito que ele contém os quesitos básicos apontados por Melucci (2001), embora se refira a um plano macroscópico, com dilatação e atuação nacional, mesmo assim, torna-se difícil inseri-lo no rol de tantos e grandes movimentos famosos e reconhecidos, até mesmo em níveis mundiais. Porém, por algum tempo, o MNMMR gozou de prestígio e reconhecimentos mundiais. Mas veja o Estado ‘comprando’ suas idéias e ideais, de certa forma é uma ameaça a sua existência, seu *locus* de poder, que é a ideologia expressa por um discurso antes vigoroso, é esvaziado, alijado, posto em xeque, e paradoxalmente era exatamente isso que os militantes desejavam: mudar a ideologia, a cultura, a lei, as políticas, as formas de tratamento dispensadas aos meninos e meninas em geral e/ou da classe trabalhadora em especial. Esse conceito de movimento difuso facilita e pode servir ainda à anexação de uma nova frente de luta dentro do MNMMR, como a étnico-racial, pois o MNMMR já conseguiu o direito à igualdade daquelas crianças, pelo menos formal e legalmente, agora ele tem que lutar pelo direito à ‘diferença’ e/ou à ‘igualdade da diferença’, tem de se tornar um movimento de ‘minorias’, pois o discurso geral, de ‘maiorias’ e universalista, não pega mais, ele se dispersa, não encontra forças.

A lógica mudou, a história mudou, a própria estrutura e táticas dos movimentos sociais mudaram, sua forma e mecanismos de atuação também, a estrutura e a forma de atuação do MNMMR deve mudar. O discurso classista perdeu sua força, nos últimos cinco anos, tanto nos debates acadêmicos quanto no campo ideológico. Já o discurso de

‘minorias’, dos direitos difusos, da retomada da afirmação étnica e do desejo do reconhecimento cultural, através dos movimentos negros; de mulheres; de *gays*, lésbicas etc. (o movimento GLBT); ambientalistas, pela qualidade de vida e desenvolvimento sustentável; demarcação de terras e proteção indígenas etc. Todos esses temas e movimentos estão na ordem do dia, estão na moda. Isso não quer dizer, em absoluto que, as desigualdades econômicas foram superadas ou que os meninos/as não passam fome em casa ou nas ruas ou ainda, que diminuiu a violência sobre eles/as.

Ao contrário, os policiais, comerciantes, proprietários, os ditos ‘normais’ e/ou os ‘estabelecidos’ em geral ainda estão querendo tirá-los de lá, das ruas, inclusive mediante violência e chacinas, são adversários claros, e talvez o Estado também seja, mas como aderiu no plano do discurso, desobriga e dispensa o protagonismo ou o antagonismo do MNMMR, a não ser que este reinvente um novo antagonismo; e, os integrantes do MNMMR são solidários, no sentido de se ajudarem, se defenderem e resistirem coletivamente, mas falta o combustível essencial, o contato com a base, o ativismo, as mobilizações, ao passo que ‘transgridem’, mas com uma dose de artificialidade, pois querem proteger/defender uma categoria, que mora ou vive das ruas que, em tese e oficialmente, já são defendidos e protegidos. O ato de defender o menino/a na rua, inclusive com propostas pedagógicas de serem efetivadas na própria rua, praça ou *mocós*³, onde ficam ou moram, caracteriza que o MNMMR rompe com o limite da propriedade privada – e com o conceito de patrimônio público –, um dos direitos fundamentais da nossa ‘constituição liberal’, mas que se mescla a outros princípios, como o primado do trabalho e a importância da função social da propriedade privada ou pública. Quesito esse que demonstra que o MNMMR, ou pelo menos sua base, rompe com o limite de compatibilização do sistema, como lista Melucci (2001).

Sabemos que o ideal de paz e conforto para essas crianças e adolescentes está longe de ser alcançado na realidade, esta continua sendo injusta, as crianças e os adolescentes brasileiros continuam passando fome, frio, sendo violentados e/ou abusados pelas suas famílias, pela polícia, por traficantes e aliciadores de todos os lados, são explorados no trabalho e/ou sexualmente. Famílias inteiras continuam morando nas ruas, os meninos e meninas continuam sendo assassinados, em massa e violentamente, nas periferias ou nos centros das cidades médias e grandes (até nas pequenas); mas o fato é que o MNMMR

³ Locais em que, geralmente as crianças se recolhem para dormir, descansar, fugir e/ou se divertir, repartir as coisas ganhadas (ou furtadas) e até consumir cola. Os principais locais são casas velhas e/ou abandonas, debaixo de pontes, viadutos, nas ‘marginais’, marquises, praças entre outros.

perdeu a legitimação ideológica, perdeu o poder simbólico, o combustível ou a energia fundamental na luta.

Taylor (1998), comunitarista e historicista, faz um ataque frontal aos individualistas e liberais, bem como aos adeptos da teoria da escolha racional. Este autor sustenta que há uma orgânica e estreita relação entre o multiculturalismo, o racismo e a democracia. Para Souza (1997, p. 33) Taylor (1994) contribui sobremaneira com os estudos de movimentos sociais, principalmente os de caráter mais difusos, ao inserir o conceito de ‘dignidade’, que pressupõe luta por “reconhecimento”, em detrimento do conceito de “moral”:

Com a transição de ‘honra’ para ‘dignidade’, o reconhecimento passa, na esfera pública, a ser definido como luta pelo reconhecimento da igualdade. O que torna a questão difícil é que esse princípio da cidadania igualitária, universalmente ‘aceito’, entra em contradição com o princípio da autenticidade o qual é um ideal do reconhecimento da diferença. Mas existe margem para a defesa universalista deste último também, na medida em que cada qual tem o direito de ser reconhecido na unicidade da sua identidade, ou seja, na especificidade da sua diferença. A prática é que os grupos e pessoas que se sentem discriminados percebem precisamente o seu direito à diferença ignorado e assimilado a alguma outra forma dominante de identidade social, acarretando desse modo, a existência de diferenças dominantes e oprimidas [dominadas].

Com a contribuição dessa teoria, podemos entender o porquê de nossa pretensa democracia racial: no fundo, ela visa negar a existência do negro, diluindo-o na miscigenação e assimilando-o no plano ideológico formador da identidade dominante, que é a branca, eurocêntrica. Pensávamos que esse mito fundador era dos mais humanos e generosos possíveis, mas podemos enxergar sua perversidade. O senso comum afirma que a discriminação e o racismo são mais presentes nos próprios negros; ora, sociologicamente é simples: quem sofre o estigma e a discriminação tendem a incorporá-lo com toda força, se policia muito mais e tenta fugir dele e/ou da vida (GOFFMAN, 1975). O mesmo acontece com o preconceito lingüístico, religioso, étnico e/ou com o racismo, os discriminados acabam por assimila-lo (HASENBALG, 1997; GUIMARÃES, 2000), como prova o desejo de ‘embranquecimento’ por parte de tantos negros ilustres: Machado de Assis, Cruz e Souza – e talvez, podemos incluir também o presidente Juscelino Kubitschek –, com a exceção honrosa de Lima Barreto (TELES MACHADO apud ALMEIDA NETO, 2001). E o caso do pobre e anônimo que tacou soda cáustica em sua mulher, esperando ‘branqueá-la’ (SANTOS, 1984) e, como esses, outros tantos atentando contra a própria vida e outros que tentam, buscam ascender na vida para alcançar um branqueamento simbólico.

Souza (1997) analisando Taylor vai mais longe ao afirmar que esse reconhecimento é essencial, primordial para a existência e sobrevivência de uma identidade, no caso, identidades de ‘minorias’, mas coletivas e étnicas:

O novo sentido de identidade baseado na autenticidade [contra o ideal de ideologias e/ou identidades universalizantes iluministas] confere uma nova importância ao reconhecimento: a nossa própria identidade passa a depender de um diálogo interno e externo com os outros, ela passa a ser, portanto arriscada, frágil, e não mais apriorística [refutando Kant] e não-problemática como, comparativamente com a situação moderna, tendia a ocorrer em épocas pré-modernas... Dignidade deixa de ser um conceito monológico para tornar-se dialógico, ou seja, fundado no reconhecimento mútuo, que passa, por conta desse seu papel constitutivo das relações sociais, a ser a categoria básica da política para Taylor. A presunção aqui é a de que é o reconhecimento que cria e produz a identidade social, sendo a produção de imagens depreciativas impostas a grupos subjugados de todos os tipos um dado que compromete substancialmente o ideal de tratamento igualitário preconizado pelos liberais. Nesse sentido, o liberalismo seria uma forma de particularismo que se mascararia de universalismo. O corolário da argumentação de Taylor é que existiria um direito à sobrevivência de culturas que se definiria coletivamente de um modo assemelhado à luta pela sobrevivência de espécies em extinção na luta ecológica dos dias de hoje (SOUZA, 1997, p. 34).

Para Souza (1997, p. 35), fica patente a influência do interacionismo simbólico na perspectiva de Taylor (1994), sobretudo do fundador Georg. H. Mead, no qual é central a noção de identidade: “a gênese da nossa identidade é dialógica”. Essa constatação a cerca da identidade está em Strauss (1999), Becker (1997) e Goffman (1975, 2003) obviamente, e em Elias (1990, 1994, 1999). É a noção de que a identidade é dinâmica, fluída, não fixa nem estática, não há essência e muito menos eterna; a identidade é construída, é processual, cotidiana e negociada coletivamente, consigo mesma e com as demais identidades, mesmo que seja duradoura ou mais ou menos estável, ela reconfigura-se continuamente na interação entre indivíduos e culturas. A identidade dos meninos de rua também se processa assim, e como eles são os pólos mais fracos, a tendência é assimilar os preconceitos e discriminações dos *dominantes* (TAYLOR, 1998), dos *estabelecidos* (ELIAS, 1994) e *normais* (GOFFMAN, 1975), contra si mesmos, que são constituídos ou transformados em *outsiders* (ELIAS, 1994), *anormais* ou *desviantes* (GOFFMAN, 1975), pois tem suas identidades *subvalorizadas*, *oprimidas* e/ou *não reconhecidas* (TAYLOR, 1998); daí justifica também, embora, em certas conjunturas históricas e contextos político-culturais haja uma certa dose de resistência e tentativa de se afirmar, seus desejos de retornar à condição ‘normal’ e não raro desempenham a valorização do discurso familiar e escolar, que é da identidade hegemônica e dominante.

Porém, essa passagem é extremamente complicada, os estigmas dificilmente os abandonarão. Mesmo saindo das ruas, essas crianças e jovens continuarão sendo negras e, na melhor das hipóteses, serão ex-moradores de rua. Poderão se livrar de algumas superposições de estigmas, mas continuarão inscritas numa identidade oprimida, desacreditada e sofrerão as violências sobre esta exercidas, seja no plano simbólico e cultural, seja no plano material, político e, inclusive, a repressão e violências físicas, atentando contra a vida. Fato corriqueiro são as chacinas de membros das populações ou comunidades negras brasileiras, se continuando essas construções identitárias, opressores x oprimidos. Taylor (1998) disse que todas as identidades e culturas merecem viver como uma espécie em extinção merece, porém as violências sofridas pelas comunidades negras e, sobretudo, as indígenas, evidenciam-nos o risco de dissolução dessas identidades e, mesmo quando elas sobrevivem a duras penas, se escondendo, seus indivíduos são ‘caçados’, presos e/ou massacrados a todo instante e em todos os lugares. Assim, mudar esse quadro social, realmente, é uma batalha política e, sobretudo, cultural.

Segundo Souza (1997), a partir da leitura de Taylor (1994), a luta pelo reconhecimento – no sentido geral e difuso, mais cultural, portanto – não apenas jurídico-político, em muitos casos empíricos são mais importantes do que a luta por garantias econômicas, tal como a luta da comunidade francófona do Canadá. O autor tinha em mente essa comunidade, e sua luta tão acirrada e forte que quase levou a separação da província do Quebec (Canadá francês), que só não se separou por causa das promessas, projetos, negociações e acordos em que reveria e combateria as discriminações e sanaria as condições de desvantagens econômicas, políticas, sociais e culturais. Em suma,

Taylor tinha em mente a comunidade francófila canadense; o caso dos negros no Brasil, sem ser igual, possui, no entanto, semelhanças interessantes como o caso discutido por Taylor. Como os franceses canadenses, os negros brasileiros se vêem como uma *minoría* cultural, econômica [sem nenhuma representação política], oprimidos por uma lógica social que, por meio de mecanismos quase sempre muito sutis, desenvolvem hábitos culturais e procedimentos institucionais que terminam por privilegiar a cultura e a concepção de mundo da *maioría*. O que está em jogo no Canadá é muito mais que o acesso igualitário às oportunidades econômicas no mercado... Também no Brasil, apesar do maior peso dado ao acesso igualitário aos bens de natureza econômica, existe toda uma defesa da especificidade africana por oposição à herança ibérica (SOUZA, 1997, p. 35-6).

Mas a julgar pela onda de politização do discurso racial, estão emergindo e forjando-se, graças aos movimentos negros, à abertura democrática e à dinâmica cultural, novas identidades e ideologias contra-hegemônicas. O mito da democracia racial perde

força, ao passo que as ‘minorias’ e/ou maiorias reprimidas e oprimidas reivindicam e afirmam o direito de serem diferentes, reconhecidas e respeitadas como tais, conquistando direitos. Não se trata de um reconhecimento abstrato, só pela satisfação subjetiva ou coletiva de um grupo/etnia. A própria elite branca volta seu olhar para suas raízes européias, os negros oprimidos às suas raízes africanas, o que se evidencia na sua própria vestimenta, musicalidade e religiosidade – estas duas últimas nunca foram perdidas de fato – e a resignificação política e cultural e a reconstrução de suas identidades (SANSONE & SANTOS, 1998; SILVA, 1995; VIANNA, 1988; HERSCHMAN, 1997; NASCIMENTO, 2001; MUNANGA, 2001; HASENBALG, 1997; PINHO, 2001 e LIMA e PINHO, 2001).

São construções teóricas como estas que darão suporte ao trabalho e ao enfoque aqui propostos, pois através delas podemos imaginar e até constatar de fato a dimensão do problema e a gravidade do racismo entre nós. Em muitos casos podemos lançar mão de analogias com casos internacionais, fatos empíricos ou estudos sobre a temática. De qualquer maneira esses achados teóricos nos fornecem uma luz, clareia a pretensa e virtual obscuridade do nosso racismo e a maneira como lidamos com ele, ou seja, como lidamos com nós mesmos. A questão de o negro internalizar o racismo, se *autodiscriminar*, na verdade, isso é ilusório, o que há é uma negociação interna e externa, geralmente com predominância das ‘leituras’ externas do *generalized other*, da estrutura. Sendo assim, o indivíduo assimila os conteúdos coletivos, externos, não é ele que se autodiscrimina, mas adequa seu comportamento (capacidade de antecipação e comportamento esperado), pois sabe ou aprende sofrendo, com as experiências do dia a dia, que é discriminado por outros –, é um fenômeno que Goffman e Elias explicam bem, com os conceitos de *stigma* e de *outsider*, respectivamente. Porém, é em Taylor (1998) que alcançamos melhor a dimensão política do problema. É neste autor que está mais consistentemente discutido como problema cultural e político, não tratando de expectativas individuais, pois não é uma ou outra pessoa que sofre ou pratica discriminação, são identidades coletivas, pois a/s leitura/s e as lutas são da e na esfera pública, embora possam se refletir na esfera privada. No caso dos negros brasileiros, mesmo que sejam maiorias numéricas, convertendo-se em *minorias*, lembrando que, são suas identidades étnicas que são oprimidas – entendidas não como realidades naturais, mas construídas relacionais e historicamente.

Daí falar em interesses e direitos individuais e coletivos das comunidades étnicas, ‘minorias’ étnicas: quilombolas, grupos ou etnias indígenas etc., que no Brasil é campo de atuação do Ministério Público, uma vez que se encaixam no conceito de direitos difusos.

Também é esse órgão que deve zelar pelo patrimônio ambiental, paisagístico (naturais ou construídos), artístico e cultural brasileiros, além da infância e da juventude que, assim como os grupos indígenas são considerados ‘incapazes’ ou ‘relativamente incapazes’ juridicamente e obedecem a legislações especiais. Taylor (1998) foi um pensador pioneiro do novo conceito de direitos de minorias e dos direitos difusos. Este conceito está longe de ser apenas jurídico, ele é mais sociológico e cultural do que jurídico (no sentido tradicional), e é fruto das lutas estudantis, artístico-culturais – com destaque aos *movimentos alternativos: hippie, hip hop* ou até o *rock, rap, reggae* (todos sendo cooptados e assimilados quase por completo ao mercado, ao Estado e ao capitalismo) e outros movimentos dos países subdesenvolvidos, com destaque para a onda de redemocratização dos anos 70 e 80 –, ambientalistas, pacifistas, separatistas ou de independência, pela qualidade de vida e das afirmações étnicas nos EUA, Canadá e Europa etc.

Taylor (1998) foi um dos primeiros a questionar a democracia como vontade da maioria, ele demonstrou que a tão elogiada e propalada vontade da maioria era, na verdade, uma forma ou mecanismo de opressão, exclusão e violência. No caso dos EUA, a forma de opressão mais eficiente e completa sobre a parcela negra da população, além da indígena e outros grupos, etnias, identidades e/ou comunidades. Em suma, a partir de seus postulados e das reivindicações dos movimentos, os mais diversos possíveis, democracia não pode ser mais apenas a vontade da maioria, ao lado desse mecanismo, deve-se ter imperativos éticos de respeitar as ‘minorias’, de promovê-las e/ou de compensá-las, capacitá-las para que possam ‘concorrer’ ou, no mínimo, resistir à opressão e ao poder da identidade dominante, que pode ser de origem étnica, nacional, religiosa, política, regional e até estilos e gostos de vidas grupais etc.

Esse legado conceitual e teórico de Taylor (1998) nos ajudam a compreender não apenas a identidade forjada ‘pelos’ e/ou ‘sobre’ os meninos de rua, mas a própria identidade do MNMMR. O autor buscou articular os conceitos de ‘democracia moderna’, o multiculturalismo e o racismo com essas novas facetas e lógicas dos movimentos sociais nas ditas sociedades complexas contemporâneas, aliás, só se pode falar em democracia moderna e/ou sociedades complexas contemporâneas, graças à realidade, presença e experiência do multiculturalismo (diversidade cultural dentro da mesma fronteira estado-nacional) e de toda a diversidade das ações coletivas, dos movimentos sociais e/ou políticos. Não muito diferente de Melucci (2001), podemos falar que o conceito de movimentos sociais, sobretudo, os de caráter difuso e/ou antagonistas, é central em Taylor,

é uma pré-condição para a experiência democrática ('vontade' ou ditadura da maioria, com orientação política, cultural, religiosa e moral), mas respeitando ou reconhecendo os direitos e a dignidade das minorias (com orientação religiosa, científica, política e ética). O MNMMR se encaixa nos conceitos aqui trabalhados. Em outras palavras, trata-se de um movimento complexo das ditas sociedades complexas, que articula várias matrizes e valores. A ética permite fazer uma releitura da moral, muitas vezes se voltando contra a moral para fundar (ou não) uma 'nova moral'.

1.3 – Algumas Dinâmicas de Famílias Pobres na Região Centro – Oeste

Embora esse sub-capítulo se chame dinâmicas familiares, quero dizer que se tratam apenas daquelas dinâmicas familiares designadas de 'marginais' e/ou que sofrem um processo de exacerbação da exclusão e da violência, a saber, as três categorias: 1) famílias (inteiras, isto é, geralmente nucleares) de rua, moram permanentemente na rua; 2) meninos/as de rua, moram ou passam a maior parte do tempo na rua, mas seus familiares vivem em suas casas (próprias, emprestadas ou alugadas) e 3) os meninos/as que apenas trabalham na rua (imensa maioria) e voltam para seus familiares e em muitos casos, mantêm os vínculos e boas relações com a comunidade e freqüentam a escola. Não é objetivo dessa empresa fazer análises de todas as dinâmicas familiares existentes em Goiás, no Centro-Oeste ou nacionalmente, o que seria praticamente impossível. Na verdade, nem é nosso objetivo estudar as dinâmicas familiares, estas que aparecerão aqui e acolá são apenas referências, parâmetros, apenas para situar o contexto social e regional. Para todo o Centro-Oeste, das três dinâmicas familiares abordadas por Neto et al (1993), a saber, as famílias tipicamente de rua (escassas, quase inexistentes comparando ao Sul e Sudeste do país); as que possuem filhos morando nas ruas, as crianças que romperam ou estão rompendo totalmente seus laços com suas famílias (números bastante significativos) e as famílias que mantêm filhos nas ruas trabalhando para complementar a renda familiar e que voltam às suas casas. Nessa última dinâmica foram encontradas médias em torno de 70% e 80%, a imensa maioria (PRADO et al., 1993). Foi encontrado ainda nessa região, um índice de 64% dessas famílias, compostas por mulheres como chefes de família, que necessitam que seus filhos trabalhem, para angariar o precário sustento e condições mínimas de educação. Estes autores estudaram, sobretudo, famílias que entram no conceito

de extrema-pobreza ou abaixo da linha da pobreza, principalmente naquelas famílias tipicamente de rua; porém, o critério renda não é a única variável, fator ou causa desse fenômeno como sustentam vários intelectuais e militantes.

Com relação ao Estado de Goiás, o perfil e as condições de vida das crianças e adolescentes em situação de rua seguem de perto o padrão dos grandes centros urbanos brasileiros: a) predominância do sexo masculino (de 75% a 90% do total); b) variação de idade entre 6 a 21 anos, com maior concentração na faixa de 10 a 14, e secundariamente, de 14 a 17 anos; c) grande número de vendedores/ras ambulantes, seguidos de ‘guardadores’ ou ‘vigias’ e lavadores de carros, engraxates e carregadores de feiras; d) “existência de uma fração dessas crianças e jovens, francamente minoritária, que recorrem esporádica ou freqüentemente a atividades marginais que incluem mendicância e diversas formas de infração: roubo, furto, consumo de drogas ilícitas e prostituição⁴, entre outras” (SENA, 1991, p. 28).

Quanto aos resultados da pesquisa com as famílias, afora as características partilhadas com os estratos de baixa renda e de composição racial de outras regiões do país, como o elevado número de pessoas por unidade familiar, a predominância do sexo feminino como chefe de família, a baixa escolaridade, a alta taxa de desemprego e empregos marginais entre os pais, a grande incidência de mulheres e crianças trabalhando fora de casa e a baixa renda familiar, Goiânia apresenta as seguintes particularidades: a) predominância de migrantes rurais (76,4 %); b) predominância da família nuclear como forma de organização do grupo doméstico (87,6%); c) predominância de famílias proprietárias de suas casas/moradias (65,8%), embora a falta de moradia, o problema dos sem-tetos ou famílias morando em áreas de risco sejam um grave drama social aqui também e atinjam mais de 200 mil famílias goianas ou recém chegadas a Goiás, vindas, sobretudo, da Bahia, Minas Gerais, Maranhão e do Tocantins (COMOB, 2002). Nesse estrato social, as condições mais comuns são: moradias em terrenos irregulares, situação de posse, cessões de direito, áreas íngremes, de encostas sujeitas a inundações e desabamento de barrancos, casas sujeitas a desabamento e incêndio, áreas de invasões, de risco em geral.

É proporcionalmente grande a quantidade de crianças e adolescentes em busca da sobrevivência nas ruas da região metropolitana de Goiânia. Pesquisa realizada no final de 2001, pela Sociedade Cidadão 2000 e publicada no Jornal *O Popular* em 5 de abril de

⁴ Esse termo/conceito não é mais utilizado para crianças e adolescentes, isto é, ele não é ‘politicamente’ correto, embora seja extensamente usado e, é muito questionado também para adultos, no caso de crianças e adolescentes, foi substituído pelo termo *exploração sexual infanto-juvenil*.

2002, efetivada por cerca de 150 técnicos, educadores sociais e conselheiros tutelares, revela a existência de cerca de 2.200 crianças e adolescentes nas ruas de Goiânia e do entorno da capital, compreendido por Senador Canedo, Trindade e Aparecida de Goiânia; cerca de 1700 (77, 33%) era do sexo masculino e 500 (23,77 %) era do sexo feminino. Desse montante, aproximadamente 150 eram crianças vivendo nas ruas (de rua), categoria típica, e mais de 50 estavam em situação de exploração sexual, no ‘comércio do sexo’, embora outras pesquisas dêem conta de cerca de 300 crianças e adolescentes nessa situação, uma categoria expressiva e amedrontadora para a realidade e dignidade brasileiras.

Nesse último levantamento (final de 2001), revelou-se a grande diversidade de ocupações entre aqueles que estão no mercado de trabalho informal, que desenvolvem suas atividades e em geral retornam as suas casa à noite: vendedor ambulante, fretista de feiras e supermercados, engraxates, catadores de papel, de latas e de sucatas, vigias e lavadores de carros e entregadores de panfletos etc. Cerca de 80 estavam esmolando, outros transitando e cerca de 320 foram ‘flagrados’ apenas brincando pelas ruas e praças, inclusive ‘surfando’ sobre ônibus. Entre os que trabalham informalmente pelas ruas de Goiânia, que foram entrevistados: 45% moram com o pai e a mãe e 22% só com a mãe; 430 deles declararam trabalhar nas ruas há dois anos, mais de 100 entre dois e três anos, e 115 há mais de três anos; 13% deles declararam ainda que trabalhavam por exigência da mãe e 6% por determinação do pai e 73% afirmaram trabalhar por iniciativa própria para ajudar no orçamento familiar, que raramente atinge três salários mínimos. Outro dado relevante: apesar da mãe exigir mais para o filho/a trabalhar, elas incentivam mais a permanecerem na escola: 63% dessas crianças e adolescentes afirmaram ser incentivados pela mãe a estudar. Numa quase unanimidade das falas deste grupo, os grandes motivos de saída para as ruas são a desestruturação familiar, em que a maioria é afetada pelo desemprego e a violência doméstica. Para Zaluar (1994, p. 35),

a situação de exclusão é vivenciada cotidianamente em todas as formas de relações sociais: família, trabalho, escola, moradia e outros. Mesmo nas ruas, onde passam a maior parte do tempo em busca de trabalho ou à procura de aventura, essas crianças são estigmatizadas e representadas socialmente, como ‘grupo de risco’ [...]. As novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho têm permitido o aumento da produtividade e a conseqüente dispensa de mão-de-obra. Dessa maneira o sistema não cria somente marginalização, mas precisamente exclusão, que é estrutural afetando o ‘grupo de risco’, limitando sua participação na sociedade na medida em que não possuem recursos para se integrarem no sistema.

Esta autora também privilegia a explicação capitalista e classista, como toda boa marxista, mas podemos reinterpretá-la. Para começar, o que ou quem seria representado socialmente como “grupo de risco?” Defendo que são os espelhos de etnias ou raças não brancas, não heterossexuais, não de casa, mas da rua, não normal ou estabelecida, mas anormal, patológico e *outsiders* – os desviantes dos valores, ideologias, morais, identidades, sexuais e estéticas dominantes – e por que não? O “risco” pode nos dar muita margem de interpretação ou resignificação, assim nós temos muito mais do que um grupo ‘estigmatizado’ de risco, mas uma cisão da sociedade brasileira e, os meninos de rua são apenas um dos sintomas, a ponta e a conseqüência de um drama social que é muito maior, pois se trata de representações sociais e os negros – e outras ‘minorias’, lembrando que não se trata de minoria numérica, mas de identidades mais fracas (tornadas fracas), dominadas, oprimidas, podendo até constituir, o que é geral e mais comum, maioria numérica – são negativamente representados, inclusive por eles mesmos, pois as vítimas do estigma, da violência ou da opressão tende a incorpora-los – por exemplo, a mulher que é espancada pelo marido tende a desenvolver um forte sentimento de culpa, se sentir desvalorizada e acreditar nas acusações e humilhações que o companheiro lhe impõe. No nosso caso, é tudo isso junto mais o fato de que, são vítimas do racismo brasileiro e que, tendem a assimilá-lo, como verdade e realidade; constitutiva e inseparável de suas identidades sociais individuais e coletivas. Há mais: os recursos que a autora menciona não se reduzem ao econômico-material, mas propriamente ‘capitais’: recursos ou capitais educacionais, sociais, simbólicos, políticos e culturais; os contatos e os relacionamentos importantes, o telefone de referência, que mesmo brancos pobres bem ou mal, os possuem, gerando oportunidades, enquanto os negros não têm nem a referência, o bom trabalho ou contato anterior que os legitimem, fato constatado também por Milton Santos (2002).

Zaluar (1994) constatou que, em Goiás, as políticas voltadas ao *menor* – até então era usada quase sem restrição essa expressão que o ECA e, sobretudo, os militantes do MNMMR, abominam – de e na rua, tiveram importantes avanços quanto à eficiência dos programas e principalmente com a diminuição da violência contra essas crianças e jovens na rua, tirando-os das mãos policiais (que antes reprimiam excessivamente, apoiados pela população, e agora contribuem com um atendimento mais humanizado) e oferecendo serviços e assistência jurídica gratuita. Essa reestruturação visava ainda ao objetivo estratégico de unificar e consolidar a ação social do Estado e Cidade (pois era o momento da municipalização, dos convênios e transferências graduais da responsabilidade para os

municípios, principalmente para a grande Goiânia). Através da municipalização dos cuidados e políticas para as crianças e adolescentes, a Prefeitura de Goiânia, por meio da Fundação de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), da Sociedade Jovem Cidadão 2000 e conveniados, reorientou suas ações visando seguir e respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei mor e indispensável para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, aprovada em 1990, um fruto ou expressão de uma das vitórias do MNMMR, que tomo aqui, quase como uma lei de ação afirmativa, uma vez que, os principais agentes, o público ‘protegido’ e abrangido, são as crianças e adolescentes pobres e, em sua imensa maioria, negros. Embora, obviamente, essa não fosse a pretensão original da lei, que se pretendia ter caráter universal – mas, isto está implícito, ou melhor, difuso – para todas as crianças e adolescentes brasileiros. Porém, esse aspecto será objeto de pesquisa futura, não será um tema ou dimensão em que nos deteremos aqui.

Não estou dizendo que não existe branco pobre, miserável ou vivendo na rua. Eu mesmo posso ser considerado um ‘branco’ pobre, embora me considere mais como ‘pardo’, em virtude de me identificar como ‘caboclo’ ou mameluco. Também vim da roça, do interior e vivi durante quatro anos numa Ceu (Casa de Estudantes Universitários), mas ainda assim, salta aos olhos que os considerados brancos têm mais oportunidades que a maioria das famílias ou indivíduos negros e/ou indígenas que vivem no “cinturão” da cidade, sobretudo, nas periferias de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e no entorno de Brasília (citando um exemplo regional), que trabalham e vivem em condições paupérrimas. Temos também alguns adjetivos desqualificativos, tais como chamar a cidade de Aparecida de Goiânia de “Paris/Espanha”, “paris” de “Aparecida” de Goiânia (periferia de Goiânia), “(a)par(e)is(e)ida”, cortando algumas letras e acrescentando o *i* e o *s* no meio do nome, num jogo de palavras irônico, sarcástico, uma vez que compara diretamente, ressaltando a contradição e as grandes disparidades entre uma das cidades mais ricas, valorizadas e organizadas do mundo, Paris/França, com uma cidade brasileira das mais pobres, que cresce assustadoramente e de forma muito desordenada e desorganizada. E “Espanha”, como uma contração e linguagem coloquial para o roubo, “Espanha” equivalendo a “eles’ panha” bicicleta, el’spanha dinheiro, “es’panha roupa, “Espanha” tênis, materiais de construção etc., é só falar rapidinho. Esse atributo ou melhor, esse estigma é imputado de fora para dentro, ou seja, de brancos e goianienses, muitos dos quais universitários, contra os aparecidenses de maioria negra e que estão no ensino fundamental ou que já abandonaram os estudos, em virtude da necessidade imperiosa de

trabalhar. Aqui há a prova cabal de que uma cidade inteira pode ser estigmatizada ou discriminada no jogo, nas guerras de afirmação identitárias (e porque não dizer, étnica) que, implica a negação, o não reconhecimento da/s ‘outra/s’, bem como a opressão e violência (mesmo que simbólica, o que não torna menos importante) sobre a identidade ‘desviante’, desvalorizada, ‘anormal’, desacreditada e, por isso mesmo, rechaçada, segregada, violentada e oprimida.

1. 4 – Famílias Pobres no Brasil: algumas dinâmicas nacionais

Aqui também, não se trata de todas as dinâmicas, mas aquelas englobadas pelo que se convencionou chamar de ‘famílias carentes’, abaixo da linha da pobreza; as categorias pesquisadas por Neto et al (1993) e registradas na Coletânea de Minayo (1993), em que constam também vários outros estudos e autores como: de Rizzini (1986, 1989 e 1991), Prado (1993) e Rosenberg (1993) entre outros.

Rizzini (1991), Prado (1993) e Rosenberg (1993) citam vários estudos que denunciam o impacto negativo sobre a escolarização produzido pelas condições de vida e trabalho das crianças de rua, tendo como consequência o abandono da escola ou grande atraso escolar por aqueles que continuam estudando ou voltam a estudar; e, o ensino que é proporcionado é de má qualidade, fruto de uma inadequação escolar, que se reflete nos baixos índices e na necessidade das crianças e adolescentes trabalharem para sobreviver. Para as crianças e adolescentes de rua a questão é mais profunda do que para aqueles que apenas trabalham na rua e voltam para a comunidade e suas casas, porque o sistema público de ensino, as adequações físicas e os profissionais, inclusive professores, não estão preparados para lidar com essa demanda, pois desconhecem e o pior, não compreendem a realidade, estilos e sociabilidades da criança de rua, discriminando-a e a qualquer agressão sugerindo expulsão, ao invés de lutar pela sua permanência e acreditar no processo de aprendizado político-pedagógico.

É problemática a relação das crianças de ou na rua com a escola oficial ou “normal” (PRADO, 1993; ROSENBERG, 1976, 1993 e 2000). As crianças faltam muito porque trabalham, trabalham porque não têm condições de sobrevivência senão trabalhando, tendo sua mão-de-obra explorada, ou são barradas pelo seu excêntrico comportamento e estilo de vida, ou ainda, pelas diferenças de perspectivas e distâncias culturais entre as famílias e o

sistema educacional, que suspendem e no limite expulsam essas crianças e jovens da escola, ao invés de brigar pela sua permanência e tentar conhecer e/ou compreender melhor sua realidade complexa, seus novos valores e culturas.

Somam-se ao ensino de baixa qualidade (em que ainda não foi implantado o Sistema de Ciclos, que por sua vez é muito criticado como recurso pedagógico, as mães preferem o ‘tradicional’) a alta repetência, a evasão, a necessidade de trabalhar e o peso do estigma, discriminação e violência que essas crianças e adolescentes sofrem cotidianamente. Tudo isso leva o jovem e a criança a se despedirem de vez da escola. E, quanto mais a criança e o jovem afastarem-se da família, mais distante e impossibilitada fica de retornar à escola, sem contar o grande contingente de excluídos do sistema por não encontrar vagas e/ou não conseguir realizarem as matrículas. Quase 50% dos pais e irmãos das crianças de rua não têm nenhuma escolaridade e os que têm, estudaram apenas entre 2 e 4 anos (PRADO, 1993). Conseguir concluir o ensino médio e adentrarem em uma Universidade é tarefa quase impossível, o que atesta e legitima a luta pela *Ação Afirmativa*, inclusive com políticas de cotas para negros ou afro-descendentes e indígenas. Porém, permanece nos discursos dos meninos e meninas de rua e das suas famílias o reconhecimento de que é imprescindível estudar para melhorar de vida, como se fosse a única saída ou luz no fim do túnel, para ser ‘alguém’, isto é, com *status* positivo ou identidade valorizada socialmente, um cidadão, ou melhor, uma “pessoa”, com toda a importância do termo/conceito, já que o conceito de cidadão continua muito pejorativo entre nós – ao contrário dos EUA e Europa Ocidental pelo menos – (DAMATTA, 1989). O IBGE constatou em 1991 que, entre as famílias que tinham melhor escolaridade, havia significativas melhoras na qualidade de vida, de educação e saúde dos filhos, melhores índices nutricionais e menor mortalidade infantil, ou seja, que a escolaridade sempre valia a pena, mas, em geral, para o senso comum, seus frutos são demorados demais para quem tem pressa e precisa contínua e urgentemente vestir, consumir ou no mínimo, comer.

Aqui, vamos entrar na literatura do próprio MNMMR, selecionando e extraíndo passagens importantes para compreendermos a sua trajetória histórica, sua visão de crianças, adolescentes e de sociedade, escolhas pedagógicas e políticas, sua própria filosofia, os princípios, a organização interna, formas e metodologias de atuação e várias outras experiências do MNMMR, bem como iniciar a discussão do fenômeno da existência ou não da invisibilidade racial dessas crianças e adolescentes em situação de rua. Segundo o MNMMR (1993, p. 15), a pobreza leva as pessoas a utilizarem a rua como local de

geração de renda, sendo, na maioria das vezes, “o primeiro fator que impulsiona as crianças para a rua, seja através de meios aceitáveis ou por esquemas marginais”. Isso desmente as falas de que as crianças estão nas ruas porque querem, ou porque foram ‘abandonadas’, ou por estarem ‘confusas’, deprimidas ou por serem rebeldes e, confrontando esses argumentos com o contexto do qual fazem parte, revela-se que por trás de uma pseudo-opção individual, que atribui a ‘culpa’ ou escolha ao próprio sujeito, estão, na verdade, as condições de pobreza e os conflitos familiares e comunitários. Assim se expressa os princípios político-pedagógicos do MNMMR:

Considerar o menino e a menina de rua como sujeitos de direitos e sujeitos da história implica em renegar as iniciativas que buscam a sua ‘domesticação’ ou ‘ajustamento’ ao sistema social vigente e em acreditar que o seu potencial de inconformismo, rebeldia e agressividade não devam ser eliminados, mas sim orientado de forma a se tornar socializado, criativo e canalizado para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna (1990, p. 5).

Uma cartilha de 2001/2002 (p. 08) indaga e afirma:

Quem faz parte do Movimento? Adultos, meninos e meninas da ‘classe trabalhadora’. Encontros Nacionais de Meninos e Meninas de Rua (ENMMR) são momentos privilegiados para a troca de experiências, conhecimento mútuo, fortalecimento da ‘consciência de classe’ a que pertencem e fortalecimento do senso de ‘solidariedade’ e organização para a superação de seus problemas... Os movimentos sociais fizeram surgir a expressão ‘atores sociais’, que são aqueles que estão atuando na cena social. Estes assumem o papel principal num processo de transformação social. O que esperamos? Fazer com que meninos e meninas reconheçam sua força, seu poder e passem a exercer cada vez mais o papel de protagonistas na defesa de seus direitos.

Nesse trecho, o MNMMR fala das ou para as crianças e adolescentes como se fosse o velho Marx e/ou Engels falando da ou para a classe trabalhadora, proletária. Mas em outros trechos o discurso socialista, materialista ou pró-comunista é muito mais incisivo que neste. Seja como for, é interessante analisar as figuras de crianças nesta cartilha, são criaturas, caricaturas, como bonequinhos típicos regionais, de acordo com os estereótipos, nordestinos, nortistas, caipiras do Centro-Oeste e sulistas, com fenótipo (não menos estereotipados) de brancos, indígenas, orientais e negros, de homens, mulheres e crianças. Porém, mais de 90% deles são brancos, as figurinhas (forma de representar graficamente) para representar as crianças negras são raríssimas, chegam a passar a impressão de que as figuras estariam sem pintar, incolor, portanto, o que não se confirma já que existem alguns coloridos. Considero esse dado relevante: por que não pintar as figuras? Pois as pessoas

(nelas representadas) têm cor na vida real – ‘personagens’ ou atores sociais – é negra a imensa maioria dessa categoria ou dinâmica, de ‘cor’; não perceberíamos que são, na verdade, “coloridas” (de branco) se não houvesse ao todo, umas duas ou três figuras ‘pretinhas’, de orientais e umas quatro ou cinco ‘marronzinhas’. Então, parece-me que a questão racial não é simplesmente invisível na literatura do MNMMR, mas em virtude de um forte tabu, tem sido uma realidade evitada, ocultada e disfarçada a todo custo, revertida em cores mais valorizadas socialmente. O Almanaque⁵ comemorativo de 10 anos do MNMMR (1995, p. 03), expressa:

Fez dez anos de realização do sonho de um movimento: educadores, meninos e meninas de todo Brasil juntaram-se para fazer valer seus direitos. É que nossa sociedade acostumou-se a tratar meninos e meninas pobres como ‘menores’. Sem capacidade de decidir, de participar, de pensar, de opinar, de inventar, de querer, de sonhar, de sentir, de ver, de julgar, de terem direitos; enfim, de Ser Cidadão! Juntos demonstramos... Pras autoridades que criança não é bicho, não é cachorro, criança é ser humano e tem que ser respeitado... Vamos falar um pouquinho de história: desde a época da Colonização era uma verdadeira violência. É desse período a ‘roda dos enjeitados’, um grande cilindro à porta dos orfanatos onde se colocavam as crianças rejeitadas, rodava-se e no outro lado alguém pegava, a recebia sem identificar quem abandonou, sua origem, nem condições ou motivos que fizeram chegar aí.

Esse fato, o da ‘roda dos enjeitados’, também está registrado e analisado em Del Priore (1996), que afirma que a quase totalidade dessas crianças rejeitadas eram negras e/ou filhas/os de escravas/os negras/os, sobressaindo também, as mestiças ou indígenas. Então, podemos muito bem mensurar as origens, condições e motivos dos abandonos, é só olhar para a própria condição dos negros à época (e também no presente), muitas dessas crianças eram filhos/as ‘bastardos/as’ do senhor com suas escravas – eram muito ‘indesejadas’ por serem negras – ou com outro familiar deste ou trabalhador livre, branco. Prossegue o Almanaque (1995, p. 05):

Na década de [19]40, menino ou menina pobre que fizesse qualquer coisa considerada errada, era imediatamente trancafiada no SAM (Serviço de Assistência ao Menor). Essa foi uma das primeiras ações do governo para ‘ajudar’ as crianças pobres. Só que não ajudou muito porque as crianças eram maltratadas, existia muita corrupção, os internatos eram verdadeiras cadeias onde se prendiam os ‘menores’ para proteger a sociedade. Já na década de 60 é criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e em cada Estado, era a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM⁶). ‘Porrada’, muita porrada! Era a receita para recuperar as crianças e adolescentes que eram chamadas de ‘menores’ pela lei. A palavra *menor*

⁵ O Almanaque Pé-de-Moleque, em publicação de 1995, uma das principais fontes escritas do MNMMR.

⁶ Ainda hoje, em 2006, existe o Sistema FEBEM em alguns Estados e, apesar de sofrer enormes problemas, quais sejam: superlotação, rebeliões, violências, mortes e contar com o combate político do MNMMR, das mães e famílias, de religiosos, atuantes dos direitos humanos, do advento do ECA, de educadores etc., persiste firme e forte, sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

era usada para definir as crianças pobres, que também eram chamadas de ‘trombadinha’, ‘marginal’, pivete etc., muitas pessoas ainda falam assim, sem o ‘menor’ problema. Agora, ‘crianças e adolescentes’, eram de outras classes, claro que não eram ‘carentes’ ou outros nomes pejorativo, discriminatórios que as pessoas dizem pra dizer que são pobres. Essas FEBEMS (e a FUNABEM), que queriam garantir o ‘bem estar’ da sociedade, tiravam de forma violenta os ‘menores’ que ‘sujavam e enfeavam’ as ruas, e trancava-os em lugares com muros altos, iguaizinhos a prisões. Claro que isso não funcionava, afinal isso servia para deseducar e revoltar mais as meninas e meninos. Estas instituições passaram a ser chamadas de *escolas do crime*, tamanhas era a violência, abuso, exploração e corrupção que rola por lá. Desde aquela época até hoje, existem pessoas que de dentro destas instituições tentam transformá-las [e romper com essa lógica perversa e desumana]... ‘Saca essa!’: já reparou que quando uma pessoa quer agredir alguém vai logo chamando de: ‘ô febem!!!’, daí imagina se esse tipo de instituição funciona.

Extraí do *Almanaque Pé-de-Moleque* (1995, p. 9-10) o relato dos principais fatos históricos. Assim, no final da década de 70, a situação da criança e do adolescente já estava bem grave, a pobreza aumentava cada vez mais e as crianças e os adolescentes sofreram muito, veja o resultado: a mortalidade infantil aumentou muito; crianças começaram a entrar mais cedo para o mercado de trabalho; aumenta o número de crianças que saiam das escolas (evasão escolar) e a presença constante de meninos e meninas (trabalhando) ou perambulando pelas ruas. Em 1985, um promotor de justiça matou a socos e pontapés o menino de rua, Joilson de Jesus, em São Paulo. Em 1986, no Maranhão, o padre Jósimo da Pastoral da Terra é assassinado. Em 1987, Goiânia sofre horrores com a irradiação do Césio 137. O MNMMR participa ativamente do processo constituinte (liderado por Ulysses de Guimarães) junto a outras organizações e participa da elaboração das emendas populares ‘criança constituinte’ e ‘criança prioridade nacional’. Em 1988, ano da Nova Constituição: que garante entre outros, o direito de Cidadania das crianças [e adolescentes]. Denuncia-se que, no Brasil, de 80 a 88 foram assassinados milhares de trabalhadores rurais. O líder seringueiro e ambientalista, Chico Mendes também é assassinado no Acre; o Brasil é manchete em todo mundo.

Em Goiânia e em Teresina acontece o I Tribunal Nacional do *Menor*, que faz o julgamento simbólico do Estado e da sociedade capitalista, pelos crimes cometidos contra as crianças e aos adolescentes. Em 1989, Lula e Collor concorrem à presidência da República. Com apoio da mídia, das elites e/ou das forças conservadoras, o último vence. Porém, há uma pressão – liderada pelo MNMMR – e *lobby* para a aprovação do ECA; acontece o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Em 1990, assume Collor. O MST realiza o seu II Congresso e o povo, passando fome, saqueia supermercados e depósitos de alimentos. No Rio, a freira Filomena Lopes, atuante nas associações de base, é assassinada.

Continua a luta para a aprovação do ECA, que finalmente é aprovado em julho e entra em vigor em outubro, no dia da criança. O MNMMR integra a Comissão de Combate à Violência e, junto com outras entidades e o Governo Federal, elabora um Plano Nacional de Combate à Violência.

Relato, tirando do mesmo almanaque (p. 11 e 12), e adiciono outros fatos mais recentes. Em 1991 é o ano do ‘cólera’, do desemprego e da AIDS. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional que investiga o extermínio de crianças aponta que, nos últimos anos, sete mil crianças foram assassinadas pelos grupos de extermínio. 1992 é ano da ECO RIO 92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável; é o ano que ocorre o *Impeachment* de Collor e assume Itamar Franco; acontece o III ENMMR, com 700 crianças e adolescentes. Em São Paulo 111 presos são assassinados – massacrados covardemente – no Presídio Carandiru. Em 1993, o Brasil vive a campanha contra a fome e a miséria liderada pelo sociólogo Betinho. Governadores participam da Cúpula pela Criança em que voltam a assinar o Pacto pela Infância. No Rio, capital fluminense, seis homens (‘Comando da Morte’, grupo de extermínio composto, sobretudo, por policiais) matam a tiros e a sangue frio, sete meninos/as de rua que dormiam em frente à Igreja da Candelária; logo depois a polícia invade a favela de Vigário Geral e mata 21 pessoas inocentes... Mais uma vez, o Brasil é manchete no mundo todo. Longe das manchetes, ficou no esquecimento a chacina na praça Tamandaré em Goiânia⁷, mais ou menos pelos mesmos dias e quantidade da chacina da Candelária. Vários anos se passaram, uma década se passou com os mesmos fatos se repetindo, a realidade não mudou muito, só piorou para as comunidades negras, pobres e periféricas das capitais brasileiras, pois as agressões e chacinas não se restringem aos meninos/as de rua, ela é cada vez mais intensa nas comunidades. Em 2005, a chacina por policiais foi de 29 pessoas inocentes – nove dos quais eram crianças e adolescentes – de uma comunidade carioca, a sangue frio e aleatoriamente, em represália e protesto contra a punição de um oficial da PM. Em dezembro de 2005, homens fardados matam pais e filhos (três crianças) dentro de casa, em Aparecida de Goiânia/Goiás. Ainda em 2005 é assassinada covardemente no Pará a Freira Dorothy Stang que apoiava comunidades de assentados agrários e a comunidade indígena contra grileiros, madeireiros e latifundiários. Em 1994 o sociólogo FHC é eleito sob a égide do Plano Real. O MNMMR participou do processo de formulação de políticas públicas através dos conselhos de direitos em todo o

⁷ Este dado nos veio do documento *Roda da Memória* (CD ROM 2004), não do referido Almanaque.

país e combatemos a exploração sexual infantil; trata-se de luta para erradicar o trabalho infantil e batalha contra a exploração do trabalho adolescente e/ou adulto. O Governo Federal cria o importante Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

“Existe uma guerra contra crianças e adolescentes pobres deste país. O que nós estamos assistindo aqui é um dos atos mais fantásticos da vida política deste país, uma reunião de crianças e adolescentes para dizer para o Brasil e para o mundo que a violência tem que acabar” (BETINHO – Vídeo do II ENMMR, Brasília: 1989). Todos esses dados e informações são testemunhos que demonstram o quanto o MNMMR estava atento e articulado com muitos outros movimentos sociais e lutas políticas, curiosamente não demonstra a mesma atenção e articulação com os movimentos negros, tão atuantes naquela e nessa época, talvez esse fato seja de propósito (consciente e estratégico) para não mexer na questão racial, na ‘negritude’ dos meninos/as de rua, e/ou indiferença – mais ou menos inconsciente – provocada pela invisibilidade, consequência do holismo católico conservador, do formalismo jurídico e do ‘universalismo’ iluminista e marxista, do sistema hierarquizante, da fábula das três raças e do mito da democracia racial. Prossigo coletando relatos do MNMMR (p. 13), para o qual, a organização de meninos e meninas é a principal linha de ação do MNMMR. No I Encontro (Nacional), em que 450 meninos e meninas estavam presentes, debateram sobre: educação, família, saúde, trabalho, violência e organização. “Para desenvolver nossa ‘cultura’, fazemos oficinas de música como o *rap*, *reggae*, de pintura, desenho, jornal mural, mamulengos, fantoches, teatro, promovemos *shows* e espetáculos de circo, de teatro, de dança... Através de cartas, *folders* e jornalzinhos realizamos contato com os Núcleos de Base (NB) do nosso e de outros estados. As animadas brincadeiras em grupo ajudam a aprofundar mais e mais o nosso companheirismo!” (fala de Eslaine, menina de NB, diga-se de rua – Goiás – Pé-de-Moleque, Nov./1993). “Todos nós que fazemos parte deste Movimento, não podemos parar, deixar de movimentar, principalmente neste país onde poucos têm muito e muitos não tem nada” (Deusimar, Comissão de Animação – a comissão responsável pela preparação e organização dos encontros – Paraíba, 1992). “A comunicação é uma área importantíssima para o MNMMR, daí criamos vários veículos e formas de utilizar este poder, primeiro foi ‘o Movimento’, depois o ‘grito’, o ‘Pé-de-Moleque’ (todos de Olinda/PE, 1992) e depois a ‘Rede Pé-de-Moleque’, TV e rádio que se comunica com o Brasil todinho. Outro grande centro foi Goiânia, onde apareceram o ‘Cala Boca já Morreu’ (NB do ‘Movimento’ ou MNMMR/1995) e o ‘Feito por Nós’ (Centro de Defesa da

Criança e do Adolescente/MNMMR – 1992); o ‘*Canto de Meninos e Meninas de Rua*’, Recife/1989; o ‘*Movimento*’ (Comissão Estadual de Meninos e Meninas, Fátima/RJ); ‘*Jornal Grito de Alerta*’ e ‘*Boca no Mundo*’, ambos de Cuiabá/1994; ‘*Movimentando*’, Serra/ES/1995 entre outros” (Almanaque, 1995, p. 14).

No livro de Teses e Propostas de 1993 a 1995, o MNMMR advoga:

Aprofundamos e consolidamos o projeto político do Movimento, expresso nestas teses e propostas, definimos prioridades e, às vésperas de completar 10 anos, renovamos o compromisso de lutar pelas transformações dos condicionamentos econômicos, políticos, sociais e culturais, responsáveis pela exclusão de milhares de crianças e adolescentes do acesso a bens e serviços essenciais à vida e ao exercício pleno da cidadania... Ainda há um longo e difícil caminho a percorrer, a fim de romper o ciclo de omissão, violência, exploração, *prostituição* e impunidade contra a população infanto-juvenil. [...] Vivemos num país marcado por desigualdades sociais, trata-se de uma situação inerente ao sistema capitalista, desenvolvido em nossa nação... Ao dividir a população em detentores dos meios de produção e possuidores da força de trabalho, a estrutura capitalista faz com que os bens produzidos pelos últimos, sejam apropriados apenas pelos primeiros, criando assim, uma grande massa de excluídos da utilização desses bens e serviços (p. 02).

Obviamente que condicionamentos ‘políticos’, ‘sociais’ e ‘culturais’, além dos ‘econômicos’, podem e devem incluir a questão racial e o racismo, porém esses fenômenos não são abordados, e quando são, é da forma mais geral e superficial possível. Jamais são referidos explicitamente e quando o são não se relacionam com as realidades e problemas intensos sofridos pelas crianças e adolescentes. No geral, o que se sobressai e predomina, quase exclusivamente, no discurso das lideranças do MNMMR é o problema da desigualdade econômica. Na primeira parte do parágrafo acima, observamos um tom mais conciliador, no sentido de que pretendem inserir as crianças pobres no mercado de consumo, este, entendido como cidadania, posse de bens, de serviços e de direitos, é um discurso materialista, sem dúvida, mas um materialismo burguês, da cidadania burguesa, do acesso, do consumo, dos direitos de ‘consumir’. Na segunda parte do parágrafo se sobressai o discurso ortodoxo do materialismo histórico, enquanto método e resposta política. São reforçados a causalidade e o condicionamento econômico. Mas não se trata apenas de consumir o que se produziu ou o que outros produziram, faz-se a crítica ao próprio sistema capitalista, às condições que ele obrigatória e necessariamente nos impõe.

Para o MNMMR, seriam as diferenças entre as classes que geram a exclusão, numa espécie de relação causal mecânica, e os meninos e meninas de rua seriam sintomas desse processo, conseqüências diretas e inequívocas da estrutura capitalista, o que os fatos desmentem, porque meninos e meninas de rua, ou população de rua adulta já existiam

muito tempo antes do modo de produção capitalista ser hegemônico e/ou dominante, inclusive, como grave fator durante e após a escravidão no Brasil. Aqui, e noutras passagens, fica patente o posicionamento ‘político’ ou ideológico do MNMMR, mas este não é o único motivo provocador do fenômeno da invisibilidade racial dos meninos e meninas de rua. É certo que o capitalismo exacerbou várias formas de exclusão, opressão, violência etc., e eliminou outras formas ou as adaptou, adequou-as às suas leis e exigências, mas as formas mais antigas como a discriminação e o racismo não foram eliminados, elas realimentam o sistema.

Segundo ainda o livro de teses e propostas do MNMMR,

uma gigante concentração da renda; uma política agrícola que favorece os latifundiários em detrimento dos pequenos e médios produtores, provocando a ‘fuga’ do campo e a ‘invasão’ dos centros urbanos; a falta de infraestrutura básica (e condições de saneamento) das cidades para absorver sua população e oferecer condições dignas de vida. Desde o início de suas vidas, os jovens precisam lutar para sobreviver. É dentro deste contexto que se origina e prolifera a situação de não cidadania das crianças e adolescentes. A situação da saúde é caótica, a falta de saneamento básico é uma ameaça de morte para as crianças. Dados do UNICEF e do IBGE mostram que 60,2% das crianças brasileiras de até um ano vivem em condições inadequadas de saneamento básico. A taxa de mortalidade infantil, segundo o Ministério da saúde, é de 60 por mil. Os serviços de saúde são insuficientes, não estando entre as prioridades dos governantes. A educação também enfrenta imensas dificuldades. Somos hoje um país de 30 milhões de analfabetos, dos quais 18 milhões são jovens entre 07 e 17 anos. O sistema educacional está falido; dos jovens que entram na escola, 25% completam a 4ª série e apenas 10% concluem o 1º grau (p. 04).

Agora, em 2006, sabemos que os números são ‘melhores’ do que os referidos. O próprio UNICEF reconheceu significativas melhoras dos índices, principalmente do Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), porém, o órgão alerta para os maus tratamentos dispensados aos jovens, principalmente negros e pobres considerados infratores e trancafiados em casas que são verdadeiras prisões como as FEBEMs. Alerta também que é enorme o índice de crianças que nascem e não são registradas, o que facilita a exploração da sua mão-de-obra, do tráfico internacional e da exploração sexual. Além do mais, na educação, os índices não melhoraram qualitativamente e os governos criaram vários mecanismos ‘artificiais’ para melhorar, mascarar a estatística, dentre eles, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA/MOVA), o “*acelera*” e os supletivos, em que poucos comparecem às curtíssimas e irregulares aulas, ninguém aprende, ninguém ensina e ninguém é reprovado e conclui o curso em alguns meses.

Prevalece nesse mesmo livro, a visão do MNMMR de que este movimento deve ser instrumento de luta para a construção de uma sociedade que ofereça às crianças e adolescentes, hoje excluídos do acesso aos bens e serviços essenciais a vida, condições de serem respeitados como cidadão-criança e cidadão-adolescente, portanto, sujeitos de direitos. Isto significa lutar para a transformação das determinações econômicas, político-sociais e histórico-culturais responsáveis pela atual situação da infância e da adolescência no Brasil. Mas articula-se com a necessidade de uma sociedade democrática, em que o povo participe do poder/governo para defender seus anseios e as crianças e adolescentes tenham voz e vez. Deve aumentar o poder de controle da população sobre o Estado, ou seja, descentralizar – horizontalizar o que a mera municipalização não reflete, pois apenas transfere responsabilidades, recursos e poder para outra estrutura de poder – o poder e os recursos do Estado para a execução das políticas sociais destinadas aos meninos e meninas excluídos, num processo em que eles tenham uma participação ativa e crítica. Significa ainda, contribuir para a construção de uma prática realmente democrática no seio da sociedade civil e no interior dos movimentos populares.

Essa passagem ilustra bem a orientação teórica, metodológica, filosófica, ideológica e/ou política do MNMMR (1993/1995, p. 07) além das estratégias de atuação, teses e princípios gerais e específicos. Assim, define suas teses e propostas, para uma sociedade em que o fruto do trabalho seja partilhado com justiça entre todos os cidadãos e as crianças e adolescentes não sejam explorados, forçados a entrar precocemente no mercado de trabalho e nem utilizados como mão-de-obra barata ou escrava... Uma sociedade realmente pluralista que respeite as diferentes formas de pensar, agir, as distintas culturas e manifestações de fé, além da humanização de seus cidadãos. Para construir essa sociedade, o MNMMR luta pelo resgate do direito (conquista e defesa) à cidadania das crianças e adolescentes, buscando: 1) interferir na elaboração e execução das políticas sociais básicas (saúde, educação, trabalho, lazer, transporte, moradia, alimentação) para que sejam efetivos e atinjam as crianças e adolescentes eficazmente; 2) desmontar gradativamente, as políticas sociais compensatórias, de forma tática e estratégica; 3) alterar a legislação brasileira de um modo geral e, prioritariamente, as legislações específicas sobre as crianças e adolescentes, de forma a assegurar os seus direitos; 4) defender os direitos já conquistados, visando o cumprimento das legislações; 5) denunciar as omissões, transgressões e quaisquer violações aos direitos das crianças e adolescentes; 6) contribuir, através de diversos mecanismos, para a formação do cidadão-criança, do cidadão-

adolescente e do cidadão-educador como agentes ativos de transformação; e 7) construir novas práticas políticas e político-pedagógicas, para o estabelecimento real da democracia nos locais de trabalho, moradia, convivência etc., inclusive dentro do próprio MNMMR.

O MNMMR perdeu nesse tópico, a grande oportunidade de referendar também a diversidade étnico-racial, a liberdade e diversidade de orientação sexual e a igualdade de gênero. Mais nenhum assunto ou problema concreto é tocado, ‘sociedade pluralista’ e ‘diferentes culturas’ são temas gerais e abstratos, não ‘materializados’, com exemplos reais, tal como vimos na realidade vivenciada cotidianamente por meninos e meninas.

Quanto aos seus princípios gerais, o MNMMR (1993/1995, p. 08) advoga que: 1) adota a concepção de que as determinações econômicas, os condicionamentos político-sociais e os fatores histórico-culturais são responsáveis pela atual situação da infância e da adolescência no Brasil; 2) concebe os chamados “meninos e meninas de rua” como as crianças e os adolescentes excluídos dos frutos do desenvolvimento e violados em seus direitos básicos, sobretudo, o direito de ser criança e ser adolescente; 3) considera crianças e adolescentes seres humanos em desenvolvimento, cidadãos sujeitos de direitos legítimos e sujeitos da história, que têm condições e devem participar das decisões sobre sua vida e, dessa forma, serem reconhecidos; 4) define que o papel fundamental do MNMMR é contribuir na formação da consciência crítica e organização de meninos e meninas e jovens das classes populares, principalmente os de rua, estimulando-os a serem seus próprios interlocutores para a conquista de seus direitos, inclusive para o suprimento às suas necessidades básicas. Não é função do MNMMR desenvolver programas de assistência; 5) é espaço de articulação em rede, de educadores engajados em programas e pessoas que desenvolvem ações diretas ou indiretas com crianças e adolescentes, visando unir esforços na luta pela conquista e defesa dos direitos de meninos e meninas, pois os programas isolados têm pouca força de pressão e, conseqüentemente, reduzido poder de luta.

Dando continuidade em seus princípios gerais enumeram: 6) é um instrumento onde educadores, as crianças e adolescentes organizam-se sob a forma de co-gestão para uma participação política consciente, e no MNMMR, atuando como agente de sua transformação; 7) manterá uma relação estreita com os programas de atendimento, além da articulação em rede que possibilita o fim do isolamento na luta pela conquista e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. O MNMMR se propõe a contribuir na organização e formação da cidadania dos meninos e meninas, na formação dos educadores, no intercâmbio e divulgação de suas experiências, na assessoria técnica, política, pedagógica e

na luta reivindicatória por melhores condições para um atendimento de qualidade; 8) entende que a pedagogia utilizada no atendimento deve estar ligada à compreensão dos direitos (pedagogia de direitos), considerando que o pedagógico e o político são inseparáveis no MNMMR; 9) define-se como movimento popular, pois é um projeto político comprometido com a classe dominada e não com a classe dominante. Deve-se envolver os educadores das camadas populares e pessoas comprometidas com as mesmas; e, 10) para tanto, desenvolverá ações articuladas com entidades e/ou movimentos afins, movimentos sociais (populares e sindicais) nacionais e internacionais, além de realizar ações específicas (negros, as crianças e adolescentes, mulheres, trabalhadores rurais e outros) e gerais que complementem e fortaleçam o apoio mútuo e o poder de transformação da realidade social.

Nessas idéias e argumentos expressos nessas passagens e re-escritas, reiteradamente, estão as provas cabais do enfoque, embora não exclusivamente, economicista e/ou marxista, inclusive em suas terminologias: ‘classe dominante’, ‘classe dominada’, ‘classes populares’, ‘consciência de classe’, sempre com viés holista e igualitarista etc., jamais raça, que seria o reconhecimento de ‘minorias’, das diferenças, ou melhor, do direito à “igualdade das diferenças” (SOUZA, 1997, p. 33). O fato novo aqui, e ele é raríssimo em todo o discurso do MNMMR, é que pela primeira vez se falou em negros e mulheres e seus respectivos movimentos, porém, coloca-os entre parêntese e jamais falam de as crianças e adolescentes negros, refere-se sempre a ‘outros’ atores e movimentos sociais, como se só existissem negros e mulheres adultos, já os jovens excluídos estão acima e além das diferenças, discriminações, desigualdades, exclusão e violência de gênero e étnica, estão nas classes populares e dominadas. Do contrário, teriam que falar na opressão da identidade dominante branca sobre a negra, do homem sobre a mulher e do adulto sobre a criança – mas estes fenômenos para eles ficam muito aquém da dominação de classe, que em tese engloba tudo, todos os dramas e problemas humanos, sociais e políticos se resolveriam com a dissolução das classes sociais (e do Estado), rompendo com o ‘sistema’ através da ‘revolução’.

Porém, este enfoque, obviamente, não é estritamente marxista, uma vez que pretende mexer, reformar o escopo jurídico-legal (e assegurar direitos), que é tido pelos marxistas, classicamente como burguês. Em seus princípios específicos: metas e ações, por exemplo, se pautam quase estritamente por uma abordagem ou viés legalista, volta sua preocupação para o mundo das leis: criação (legislativo e executivo), execução e repressão

(executivo), fiscalização (executivo, Tribunais de Contas e Ministério Público) e legislação, “justa” interpretação e aplicação das leis, da dimensão jurídica (judiciário). Nesse sentido,

o Movimento buscará exercer forte influência no mundo das leis e do direito, no sistema judiciário, nas instituições e órgãos oficiais, na organização policial e junto ao Ministério Público, no sentido de garantir os direitos das crianças e adolescentes e de fazê-los chegar ao cotidiano dos meninos, para a superação da bárbara e desumana situação em que vivem. Deve pautar suas ações para a conquista e a defesa de direitos na legislação brasileira, referente à criança e ao adolescente, e no conjunto de normas internacionais para a infância já aprovadas, recomendadas e/ou ratificadas pelo Brasil. Denunciar prisões ilegais, permanência de crianças e adolescentes em cárceres adultos, responsabilizando as autoridades competentes. Realizar estudos teórico-científicos sobre a dinâmica da violência, de acordo com o contexto de cada região. Realizar campanhas nacionais e estaduais, amplamente divulgadas, sobre a inimizabilidade penal e contra o plebiscito a respeito da pena de morte. Promover a capacitação e a formação de educadores que estão nos conselhos de direitos e tutelares (organismos de controle social) (p. 10).

No planejamento das ações de formação e organização de meninos e meninas de rua, considera-se, nas propostas e pedagogias,

o conhecimento da realidade, inclusive, as formas espontâneas de organização que desenvolvem em sua luta pela sobrevivência; a necessidade de garantia dos espaços de trabalho comunitário já existentes. Aqui, considera-se menino e menina de rua vários segmentos: pequenos vendedores (trabalho informal), meninos e meninas que vivem na rua, crianças e adolescentes de morros, favelas, jovens infratores etc., busca-se fazer abordagens diferenciadas para as especificidades categoriais, sem, contudo, perder de vista a necessidade de organização coletiva enquanto segmento explorado [e excluído]. O respeito às necessidades, anseios e características afetivas e cognitivas próprias de cada faixa etária, uma vez que, no trabalho de formação, organização e politização de crianças e adolescentes, eles são considerados seres em desenvolvimento. As diferenças culturais, em níveis locais e regionais; o projeto de vida escolar e profissional e a necessidade de resgatar para o menino, o direito de ser criança e ser adolescente [...] que a condição de mulher das meninas de rua, de negros da maioria de nossas crianças e adolescentes, de indígenas e trabalhadores rurais, tenha momentos específicos de expressão dentro do Movimento, [...] criar momentos e espaços para discutir a vida, a partir da história da sociedade e a relação dos meninos/as dentro deste contexto social, a fim de trabalhar a sua independência e criar momentos e espaços de encontro das meninas, estimulando-as a discutir de forma específica o “ser mulher” da menina de rua (p. 11).

Aqui se reconhece a predominância de etnias negras da maioria de ‘nossas’ crianças e adolescentes, isto é, dos meninos e meninas de rua brasileiras e/ou se preferir, das ‘classes populares’. Por mais que pareça ousada tal declaração e proposta, elas logo se silenciam, não faz mais eco, não está presente em mais nenhum lugar na literatura, não está nas demais cartilhas, livros, *folders*, nas passeatas, vídeos, fotos, protestos e manifestações nem nos encontros regionais e nacionais do MNMMR. Essas ‘minorias’ – crianças e

adolescentes negras de rua – acabam se diluindo, ‘estrategicamente’, na classe social dominada, no proletariado à moda marxista, ou na figura do mestiço, inventado pelo mito da democracia racial, ou seja, as políticas de ‘miscigenação’ ou ‘caldeamento’, através do ‘desejo’ e projeto de branqueamento, para inibir o conflito e as aberturas sociais e políticas, como bem refletiram Seyferth (1991), DaMatta (2000), Guimarães (2000), Hasenbalg (1997) e muitos outros.

Contudo, não resta dúvida de que o MNMMR é complexo, de acordo com os conceitos ensinados por Taylor (1998) e Melucci (2001). Seu discurso é multifacetado, picotado, transfigurado; ora é estritamente materialista e marxista – e subjaz a defesa da revolução como única solução dos problemas econômicos e sociais – deixando de lado as questões culturais como as múltiplas identidades, a sexualidade, as etnias etc. Ora assume um discurso legalista, formalista e reformista, onde a pretensa ‘fragmentação’ em gênero, sexo, raça bem que poderiam aparecer, mas passam ao largo, ficam à margem ou são tocados muito superficialmente. Em certos momentos, destacam-se os discursos com orientação religiosa, tendo em vista que setores religiosos constituíam também o MNMMR, e vários militantes e/ou voluntárias/os religiosas/os e/ou comunitários se engajaram nele. Em outros momentos, se destacam discursos muito afins ao Partido dos Trabalhadores, pró - PT, portanto, o que é bem geral nas falas, e compreensivo na época (e ainda hoje, só que menos estimuladas, uma posição que se encontra mais pessimista e/ou realista), pois várias correntes católicas progressistas também eram pró – PT, sobressaía o discurso da ética, da ‘igualdade’ ou redução da desigualdade, da justiça social, das manifestações e greves como forma de pressionar as autoridades às reformas etc.

Talvez seja mais interessante mapear as ideologias do MNMMR em torno do PT e, não em torno do marxismo (materialismo e/ou do comunismo), mas isso compromete a própria noção de movimento social, pois este deve resguardar maiores autonomias em relação ao jogo político-eleitoral, aos partidos, inclusive pode ser composto por membros de todo e qualquer partido, sem comprometer ou minar as linhas políticas e filosóficas dos movimentos, uma vez que constrói suas identidades especiais, à parte. E também, por outro lado, o PT, até meados da década de 1990, era considerado o cabeça dos partidos de esquerda, seu discurso era de cunho mais socialista, menos reformista e mais à esquerda, portanto, não havia necessidade dessa distinção entre marxismo, socialismo e as idéias do PT. É certo que o partido não era comunista, mas era muito tachado como tal, era expressão do ‘socialismo à brasileira’, principalmente apoiado pela esquerda católica, as

alas progressistas como a Teologia da Libertação e as várias pastorais, e destarte o partido foi caminhando, paulatinamente se dirigindo ao centro e à direita para chegar ao poder.

Além do mais, o PT tem sua origem no movimento sindical, organização de categorias profissionais e/ou de classe. Assim, para Melucci (2001), a CUT e o PT se encaixariam, respectivamente, nos conceitos de movimento social reivindicatório e movimento político, pois sua estrutura organizacional é sindical e política respectivamente, mas não difusa. O movimento do ABC paulista foi um dos mais importantes e influentes no mundo, na década de 1980 e 1990, quando o movimento sindical europeu e norte-americano estava só os ‘trapos’, o do ABC, em especial, e os brasileiros em geral iam de vento em popa. Os discursos tanto do sindicato, quanto do PT, que dele nasceu, eram estritamente classistas e/ou ‘socialistas’, embora ora radical, ora reformista e conciliador (mas sempre mais ‘duros’, mais radicais do que os sindicalistas da Força Sindical, liderada pela ‘Frente Trabalhista’, sobretudo pelo PTB). Tardiamente o PT foi incorporando outras bandeiras e lutas, como as do movimento negro, de mulheres, de homossexuais etc., movimentos estes que se encaixam no conceito de difusos ou antagônicos. Apesar da proximidade do PT, do MST, dos movimentos de Sem-Tetos, o MNMMR manteve sua especificidade, articulou inclusive a matriz religiosa através da esquerda católica e progressista.

A despeito de suas multifacetadas, transfigurações e articulando matrizes de valores, crenças e/ou interesses diversos, o MNMMR conseguiu manter sua mobilização, sua força e identidade internas, ao mesmo tempo em que fazia interfaces com outros movimentos, esferas distintas e/ou com o ‘mundo externo’; manteve sua coerência discursiva e/ou ideológica, sua coesão e organicidade, inclusive a homogeneidade do discurso por um longo período de tempo. No estágio atual, parece insustentável manter a ‘coerência e a coesão internas’, unidade política e ideológica, embora não falte legitimidade e coerência externa, a tendência é a fragmentação e a dispersão.

Podemos constatar, também nos documentos, que de fato a questão de gênero recebeu maior atenção, era mais mencionada ao passo que a questão racial não era abordada. Ainda assim, a questão de gênero ficou muito aquém, sem uma abordagem orgânica e sistemática, apenas e superficialmente referendava a estatística que provava que existiam meninas na rua e, que esse índice era crescente. Porém, pelo menos nos discursos formais do MNMMR, a menina negra, assim como o menino negro não existem para o olhar do MNMMR – e, até a menina-mulher (branca) só existe de forma muito genérica,

implícita e dissolvida quando fala em violência sexual, exploração sexual, embora os meninos também sejam vítimas, mas, especificamente, quando se fala em estupro, incesto etc., ou mesmo no próprio nome e sigla, reservando um ‘M’ dos três contidos para as meninas. Pode ser que, essas abordagens se façam nos núcleos de base, junto aos meninos/as de rua, nos momentos educativos e/ou recreativos etc., fato de que não tive nenhuma evidência, pois em geral não são filmados, nem registrados na publicação do MNMMR, são mais livres e informais, assim como uma aula ou brincadeira qualquer. Postula também, enfatizar a articulação com outros movimentos populares de mesmo âmbito e dimensão do MNMMR, como o de direitos humanos, de negros, mulheres etc., o que seria plausível, pois, apesar de demonstrar toda articulação com entidades e movimentos, ficou estampado que não fez grandes contatos, nem articulou com os movimentos negros e nem com os feministas.

Portanto, quando faz um contato, diálogo ou articulação com outros movimentos, talvez até o de negros, há um estranhamento ou distanciamento em relação àqueles. Pois, fica claro e evidente que sempre se trata de ‘outro’, o movimento negro é “outro” movimento, composto por negros obviamente, o MNMMR é composto por crianças e adolescentes, meninos e meninas, filhos e filhas das classes populares (categorias universais) e/ou de rua. Pretende-se aprender com o ‘outro’, entender e contribuir, mas ele está fora, não dentro, está lá, não cá. Se aquele movimento social popular contribui com o MNMMR é de relance, pois se articula também com direitos humanos, mulheres, camponeses, indígenas, enfim, pobres e desfavorecidos politicamente e socialmente em geral. Jamais desce para certas dimensões de nossa realidade, tais como a discriminação, o racismo, a segregação racial ou étnica, a exclusão ou desigualdade racial e de gênero etc., não racializa o discurso, e nem cumpre, nas atividades e militância do MNMMR, os intercâmbios, interações e parcerias propostos no documento, com a diversidade de movimentos mencionados.

Outro documento relevante, esse não do MNMMR, é um encarte de 2003, do Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (SNCESIJ). Neste, há a definição técnica do fenômeno Exploração Sexual Infanto-Juvenil (ESIJ). Para começar,

não se trata de *prostituição*, pois esta prática implica um certo grau de conhecimento, autonomia e capacidade de decisão – ainda que pressionada por fatores sócio – econômicos. O termo *prostituição* não se aplica, portanto, às crianças e adolescentes. Eles não optam por se *prostituírem*: são induzidas/os a isso pelo comportamento delituoso (criminoso) do adulto (maus exemplos, abusos ou

aliciamento). Crianças e adolescentes são consideradas ‘pessoas em condição peculiar de desenvolvimento’. Por isso, não têm conhecimento, compreensão ou capacidade de decidir sobre as situações e atos de natureza sexual a que são submetidos; além disso, a *prostituição* ocorre entre parceiros adultos. Quando crianças e adolescentes são induzidos a participarem de atos sexuais ou pornográficos com adultos ou adolescentes mais velhos, então sendo explorados sexualmente; e mais grave ainda: essa exploração ocorre num contexto que alia vínculos de parentesco e/ou de responsabilidade, além de amizades; **o preconceito racial; a dominação da mulher pelo homem;** e a situação de exclusão social em que sobrevivem muitas dessas crianças e adolescentes [e, suas famílias]. (p. 06)

Aqui está presente o viés racial, levando em conta o racismo e as desigualdades de gênero; é mais surpreendente ainda, por ser um registro, vir de uma fonte ou discurso oficial. Porém, foi de fato somente no Governo Lula/PT que se assumiu o compromisso de mexer, tentar solucionar ou, pelo menos, minimizar as disparidades raciais e/ou racismo, a idéia da dívida histórica com o povo negro. Invertendo, as tendências da década de 90, a questão das mulheres fica praticamente intocada no universo político, uma vez que é corrente o mito de que elas já conquistaram espaço demais, no mercado de trabalho, nas universidades e na política. Voltando ao encarte, assim se define a exploração sexual infante-juvenil:

Fenômeno complexo que envolve diversos fatores culturais, sócio-econômicos e políticos – entre os quais se destacam a discriminação racial, as relações desiguais entre homens e mulheres e a desestruturação familiar. Além disso, a miséria em que vivem muitas das crianças e adolescentes os torna vulneráveis à dominação, [o aliciamento] e exploração. Um grave aspecto de natureza política e também cultural é a impunidade, que funciona como verdadeiro estímulo ao delito continuado (p. 07)

O que é novo não é o fenômeno em si, mas a maneira de abordá-lo; neste são expressamente relevantes a condição racial e/ou de gênero e os respectivos preconceitos e discriminações sofridos pelas/os agentes infante-juvenis. Agentes, dentro ou fora de casa, que são concebidos e convertidos em objetos, objeto sexual de que qualquer um pode dispor como quiser, violentar, humilhar, para satisfazer sentimentos de poder, controle, posse e/ou desejos de transgressão e/ou perversão. Pode-se fazer uma ligação com a exploração da força de trabalho da criança, que também é uma grave maneira de dispor de seus corpos e de suas mentes; aliás, a exploração sexual parece ser uma forma extremada do mesmo mecanismo, no qual o adulto se apossa da criança, anulando-a, abrindo precedentes, colocando-a numa zona de exceção, apossa-se do que ela faz ou deixa de fazer com seu corpo, do próprio corpo e, por consequência, do seu próprio espírito.

Na exploração do trabalho ou sexual, essas crianças valem pouco ou nada, exatamente pela sua condição – lembrando que não se trata de nenhuma condição intrínseca, natural ou essencial, mas de uma imputação ideológica, extrínseca – por serem crianças e/ou a maioria delas, serem crianças e adolescentes negras, tornando-as descartáveis na vida social e cidadã para serem usadas como produto sexual, trabalho escravo e/ou escravas sexuais. São reconhecidos os estereótipos sexuais em torno da mulher negra ou mulata, do negro em geral (FREYRE, 2000; DAMATTA, 1991), e as crianças são as maiores vítimas dessa representação e/ou imaginário sociais, como sustenta Del Priore (1996).

Se há várias camadas de estigmas, quando uma pessoa as possui, as chances de opressão aumentam através de um processo cumulativo: se é mulher, negra, criança, de rua, sem escola, pobre etc., sem podermos estabelecer uma hierarquia decrescente segura. Parece-me, entretanto, que ser negra abre os maiores precedentes, uma espécie de licença aos desrespeitos, à exploração e à violência. Todavia, mesmo se não podermos estabelecer o que é pior, o que fragiliza e expõe mais a criança a todo tipo de violação de direitos e de dignidades, é fato que essas violações existem e não é contra qualquer um/a, ou não é com as mesmas incidências, persistência e intensidade. A violência tem cor, é como se a sociedade brasileira deliberasse com quais categorias ou camadas sócias se pode cometer a violência e abusos e com quais não se pode. Continua o mesmo encarte:

Muitas crianças e adolescentes brasileiros são submetidos, no dia-a-dia, a variadas formas de violência. Nesse quadro, a exploração sexual é das mais comuns e graves violações aos seus direitos, por negar-lhes a liberdade, a dignidade, o respeito e a oportunidade de crescer e se desenvolver em condições saudáveis. Trata-se do uso sexual de um grupo vulnerável, que não tem capacidade de decidir sobre atos ilícitos dos quais são vítimas. ESIJ é a utilização sexual de crianças e adolescentes com fins comerciais e de lucro – sem fim comercial, caracteriza-se o abuso: atentado violento ao pudor, estupro, incesto etc. –, embora essa modalidade também cometa violência intensa, seja levando-os a manter relações sexuais com adultos, seja usando para produzir materiais pornográficos ou eróticos (revistas, fotos, filmes, vídeos e internet etc.). Outra forma de exploração é o tráfico de pessoas (seres humanos), principalmente, levando crianças e adolescentes para outras localidades: cidades, estados ou países, a fim de servirem a propósitos sexuais e comerciais (como trabalho escravo ou escravas do sexo, e/ou tudo junto). A ESIJ pode ocorrer com ou sem violência física, mas a violência psicológica estará sempre presente. Há também o turismo sexual (pornoturismo), em larga expansão nos países pobres e/ou em desenvolvimento...

Continuam os argumentos de natureza sócio-econômica, porém, eles se apresentam bem mais relativizados, estão mesclados a outros fatores não menos importantes,

constitutivos do fenômeno; são muitas crianças pobres, não todas e nem todas são filhas da classe trabalhadora, e o que é ser classe trabalhadora? Tem muitas famílias de classe média, bem situadas econômica e socialmente que se sentem mais classe trabalhadora do que uma família de camelôs, motoristas de ônibus, servente de pedreiro, operários de indústria ou até de gari. Tem que se considerar que as classes, assim como as raças, são mais uma invenção social e científica, que servem a demandas e lutas políticas, não têm uma existência *per se*, muito menos natural, para tanto, precisa-se de um processo de construção identitária, isto é, ideológica. A mesma ideologia que permite dizer que uma cultura é superior as outras, uma raça superior às outras, uma classe superior as demais, um partido melhor que os outros, uma religião que salva enquanto as outras levam para o inferno etc., pode – e geralmente faz – muito bem, acreditar que certas pessoas merecem respeito e uma parcela considerável e gigante pode ser descartada, explorada ou abusada, depende de suas respectivas posições, do jogo nas complexas estratificações sociais, no nosso sistema hierarquizante, que proíbe qualquer igualdade (DAMATTA, 2000) que vai muito além do universo econômico. Jogo ilusório uma vez que, as regras e o resultado já estão dados, não há grande margem para negociação ou para o acaso (sorte), cada um tem seu lugar definido na rígida estrutura hierárquica, independentemente da vontade individual. Nessas guerras de *status* e condições sociais, na luta por poder e/ou apenas por dignidade ou reconhecimento social, é lógico que as pessoas mais desfavorecidas concorrem em desvantagem. Destarte, as crianças e adolescentes estão em maior desvantagem, pois são mais frágeis e indefesos para com os abusadores familiares, não familiares e/ou aliciadores. Encerra o encarte:

A maioria dos que praticam a exploração sexual infanto-juvenil são homens adultos, sem distinção de classe social, a maioria são casados, são classificados como usuários ou aliciadores. Os usuários não possuem qualquer característica que os identifique com facilidade. São homens ‘comuns’, que não possuem as características estereotipadas do chamado ‘tarado’ (que como sabemos, são imputados aos negros). Já os aliciadores formam uma extensa rede de pessoas e profissões, com e sem vínculos com as crianças e adolescentes. Entre os que têm vínculos de parentesco, afetivos ou de responsabilidade, destacam-se: mãe, pai, namorado, madrasta, padrasto, tios, avós, vizinhos e amigos etc. Sem vínculos, os principais aliciadores são: donos de *prostibulos*, proprietários de bares, boates, casas de massagem, hotéis, motéis, vizinhos, *prostitutas* (adultas), taxistas, motoristas de ônibus e até policiais, entre outros. O aumento da exploração sexual infanto-juvenil se deve à rede que a sustenta – além da complexa rede do tráfico de drogas, *prostituição* adulta, tráfico de órgãos, do trabalho escravo ou semi-escravo, da corrupção política e/ou policial, de máfias, outras formas de crime organizado, que muitas vezes estão imbricados e inter-relacionados – incluindo: motoristas de táxi, de ônibus, moto boy ou moto táxi, agências de turismo, lojas de *shopping-centers*, agências de modelos e policiais etc.

No preâmbulo da edição do ECA (2002, p. 02) – junto à Convenção Internacional de 1989 – em parceria do DCA/SEDH/MJ (Governo FHC) e o UNICEF e assinado pelas lideranças/secretários brasileiros e o representante internacional do UNICEF no Brasil, afirmava-se:

A chegada do Estatuto na sua adolescência é também para nós um momento de avaliação. Avaliação dos avanços e de importantes conquistas expressadas na redução da taxa de mortalidade infantil, no aumento da matrícula no ensino fundamental e no reconhecimento político, econômico e humano do combate ao trabalho infantil. Mas também é um momento de avaliação dos desafios que ainda cercam a política de implementação do Estatuto e da garantia dos Direitos Humanos. Entre esses desafios, pode-se citar a violência crescente contra o adolescente nas grandes cidades; a redução das desigualdades entre crianças brancas, negras e indígenas; o significativo número de crianças e adolescentes portadores e/ou órfãos do HIV/AIDS; o registro civil para todas as crianças ou ainda a luta pelo não rebaixamento da idade penal.

É interessante comentar essa passagem que, embora oficial, tanto em nível nacional quanto internacional; por incrível que pareça, esse texto oficial vai muito além dos textos do MNMMR no que se refere à questão das disparidades e discriminações étnico-raciais. Este cita expressamente o desafio de inibir as desigualdades gritantes entre crianças negras, indígenas, junto às brancas (em melhor vantagem relativa); e, uma vez que, essas crianças sofrem essa carência, violência e injustiça, é óbvio que, seus pais, assim como, seus avós e várias gerações passadas enfrentaram os mesmos problemas ou problemas semelhantes, causados pela sua condição racial. De fato, os órgãos da ONU, como o UNICEF, são geralmente mais democráticos com a informação e mais críticos quanto aos dados que, muitos governos tendem a negar, mascarar e/ou justificar o que é, social, ético e humanisticamente, injustificável. Podemos relacionar esse trecho com a literatura do MNMMR, e também, com os textos acadêmicos.

Não entendo o porquê de ser tão difícil ao MNMMR sequer assumir este fato, qual seja, o de existir discriminação racial e/ou racismo no Brasil e que, tal fenômeno exerce forte influência na sociedade e, em especial, na condição de vida dos meninos e meninas de rua, pois, o MNMMR nem sequer menciona este fenômeno, senão em raríssimas ocasiões e circunstâncias e de forma superficial, disfarçada e camuflada. É bom lembrar que, já em 2002, os debates sobre as cotas como forma de atenuar o racismo e as desigualdades étnico-raciais brasileiras, estavam a todo vapor nos meios científico-acadêmicos e políticos, não sendo mera novidade esta declaração das autoridades, e que,

no caso do UNICEF, bem como de outros organismos multilaterais, estes são fatos e discursos assumidos há muito. Apesar disso, ainda agora em 2005/2006, os intelectuais e, sobretudo, o MNMMR que tem o engajamento e o compromisso político com as crianças e adolescentes brasileiros não assumiram esse discurso e o combate às desigualdades raciais e o racismo, seja esse causa ou consequência, dentro de um contexto cultural onde as coisas ‘acontecem’, mesmo sem qualquer determinismo ou mecanicismo.

Em suma, defendo que, esses fatos guardam uma ligação ou conexão íntima, mesmo que implícita ou subterrânea. O fato é que se pode relacionar com a condição de meninos/as de rua e de negros grande parte da opressão e violência que sofrem. Advogo então que racializar o problema pode nos ajudar a entender o desprezo, exploração, exclusão e a crueldade, intensas formas de violências em que essas crianças e adolescentes de rua, marginalizados, são vítimas. Fazendo uma reconstrução e trazendo para o nosso problema específico, através de uma ponte, as teorias propostas nos dão os suportes para tal empresa: elas são ‘estigmatizadas’, contrariam as normas e sentidos estéticos, imputam-lhes os ‘normais’ (GOFFMAN, 1975); estão ‘fora’, do ‘lado de fora’, são ‘*outsiders*’, são ‘invasoras’, ‘desenraizadas’, contrariam as normas dos ‘estabelecidos’, que estão ‘dentro’, se sentem ‘donos legítimos’ dos ‘espaços sociais’ (ELIAS, 1994); estão numa ‘zona de exceção’, por isso são ‘descartáveis’ e/ou ‘matáveis’ (AGAMBEN, 2002); são crianças e adolescentes e é de cedo ou ‘de menino que se entorta o pepino’, são como ‘papel em branco’, sobre os quais devemos ‘imprimir’ a ‘marca’ da sociedade e de tudo que há de mais ‘sagrado’ nos valores cristãos: como o sofrimento, a humilhação, o trabalho, eles têm que ‘dar o sangue’ a exemplo do ‘menino Jesus’ (DEL PRIORE, 1996); têm as suas identidades não-reconhecidas, oprimidas e dominadas pelas identidades hegemônicas e opressoras (TAYLOR, 1998); e, são vítimas das desigualdades raciais e do racismo brasileiros, que de velados não têm nada, embora a ideologia propalada e impregnada pela fábula das três raças e/ou o mito da democracia racial, juntamente com a ‘invenção’ e ‘naturalização’ pelos sistemas racistas e etnocêntricos, das categorias ‘Mulher’ e ‘Negro’, os disfarçam eficientemente, cumprindo perfeitamente uma poderosa, complexa e paradoxal função ideológica (SUÁREZ, 1992; HASENBALG, 1997 e 2001; DAMATTA, 2000; MUNANGA, 2001; GUIMARÃES, 2000; SEYFERTH, 1991 etc.).

Há mais: as mulheres, imputadas no pólo da ‘natureza’, do ‘dado’ ao ‘homem’ – ‘branco’, que de acordo com essa ideologia se situa no pólo da ‘cultura’, por isso mais valorizado – pela natureza; a elas cabe trabalhar, ‘servir’ e reproduzir (como uma dádiva da natureza) (SUÁREZ, 1992; CARVALHO, 2002). Elas têm dupla e até tripla jornada, ficam com os empregos e cursos acadêmicos menos rentáveis e menos valorizados socialmente, pois, ainda são muito discriminadas no mercado de trabalho e na política, espaços classicamente considerados masculinos. São as maiores vítimas da violência doméstica, e é enorme a cifra de mulheres violentadas pelos seus parceiros e, as crianças negras, nordestinas e pobres são as mais prejudicadas com a má qualidade da educação (SEYFERTH, 1991 e ROSENBERG, 2000) e se, ainda achar pouco, as classes sociais ‘desfavorecidas’, trabalhadoras, ‘proletárias’, vítimas do desemprego crônico, do emprego ou inserções marginais, vêem agravadas sua situação com a penetração da globalização e o capitalismo neoliberal e ‘selvagem’, que tende a acirrar a concentração da renda, a má distribuição, a concentração do latifúndio, das monoculturas ou *plantations*, aprofundando assim, a nossa condição de país subdesenvolvido, alargando o fosso social entre ricos e pobres, exacerbando as cifras insuportáveis de pobreza, miséria, violência e/ou exclusão social e política (são discursos constituídos por autores marxistas, dentre eles destacam: NETO et al, 1993; RIZZINI, 1991; VISENTINI, 1996; ZALUAR, 1994; FERNANDES, 1978; IANNI, 1992; CARDOSO, 1978; BRECHT, 2003; MILTON SANTOS, 2002 etc.).

CAPÍTULO II

AS CATEGORIAS *menor*, CRIANÇA E ADOLESCENTE E SEUS SIGNIFICADOS

Os termos criança e adolescente foram reivindicados pelo MNMMR – em detrimento do termo jurídico *menor*, consagrado no agora desbancado *Código de Menores, Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979 – e inseridos no ECA*. A partir daí, há uma luta quase inglória, pois o senso comum e mesmo os próprios profissionais continuam a usar o termo *menor*, com toda a carga semântica negativa que o MNMMR quer evitar. Para o MNMMR, quando alguém fala em crianças ou adolescentes, está se referindo aos filhos e filhas de ricos, de famílias de classe alta ou classe média alta; enquanto o termo *menores* designa filhos e filhas de pobres, da periferia, das ruas, e poderíamos acrescentar aqui, principalmente, meninos/as negros/as.

Mas a luta maior no campo político e semântico ou da performance lingüística é desafiar as noções difundidas, como *trombadinha, cheira cola, pivete* ou *ladrãozinho, aviãozinho, marginal, criminoso* ou ‘*menor infrator*’ etc. O termo *menor* não é nem de longe o pior, mas considera-se que ele é a síntese daqueles termos pejorativos, preconceituosos e discriminadores, a ser superado uma vez que se pretendia derrubar o Código de *Menores*, considerado ultrapassado, demasiadamente autoritário, repressor e excludente. Neste trabalho, utilizo o conceito de criança e adolescente, tal qual defende o MNMMR e que foi consagrado no ECA. Aqui, crianças e adolescentes são pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, as primeiras referem-se a pessoas na faixa etária que vai até 12 anos incompletos, e os segundos encaixam-se na faixa que vai dos 12 aos 18 anos. Somando as duas faixas etárias, temos nossos meninos e meninas *de* ou *na* rua. Assim, como o MNMMR, não faremos distinções estanques e chamaremos carinhosa e afetivamente todas as categorias de meninos e meninas, como esclarecerei mais abaixo. Lembrando que, no Novo Código Civil em vigor (a partir de 2003), a partir de 18 anos, atinge-se a *maioridade* – parece mesmo quase impossível se livrar daqueles termos porque não há substitutos claros ou satisfatórios para eles – e a capacidade jurídica plena. Com o antigo Código Civil (de 1916), em vigor até 2002, a pessoa antes de completar 21 anos era considerada *menor*, incapaz ou relativamente incapaz perante a lei, condição que se altera

conforme a condição econômica, matrimonial, acadêmica e/ou jurídica.

Então, os antigos termos *menores* ou *menor abandonado*, *menor* de rua, *menor infrator*, *menor* trabalhador não mais serão utilizados aqui e sim crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social ou em situação de rua, crianças e adolescentes ou jovens trabalhadores/as, exploração do trabalho infantil e dos adolescentes, tráfico infanto-juvenil, exploração sexual infanto-juvenil e não mais exploração e tráfico de *menor* e nem *prostituição* ou *corrupção de menores* (este último ainda é utilizado pela justiça). Em tempo, os termos *prostituição de menor*, *corrupção de menores*, *prostituição* infantil ou juvenil não mais serão utilizados, e sim, o conceito de abuso e/ou exploração sexual infantil e/ou infanto-juvenil. É bom lembrar que todas essas noções tiveram evolução lenta ao longo da história. Nem sempre existiram as concepções de infância, de criança, muito menos de adolescente, esta concepção só apareceu bem recentemente, no século XX. Porém, não pretendo fazer a arqueologia das concepções e conceitos aqui. Para a Convenção sobre os Direitos da Criança, realizada pela ONU em 1989, por exemplo, propõe-se a não existência da adolescência, o termo criança abrange do nascimento até completar os 18 anos de idade, fato positivo porque não permite brechas, as ‘exceções’, e inibe a dificuldade de distinguir quem é criança, quem é adolescente, todos são crianças.

Também utilizo, porque são carinhosos, afetivos e respeitosos, os termos rapaz e moça – porém, tirando aquela conotação tradicional em torno da sexualidade –, para adolescentes e, mesmo para aquelas crianças que não querem de jeito nenhum ser chamadas de crianças ou meninos/as. Como já percebemos, também caem em subjetividades e campos semânticos arenosos, perigosos, trazendo maior confusão; utilizo-os aqui e ali só para variar um pouco e ressaltar a dimensão comunitária, em que esses conceitos são mais utilizados, na academia ou no campo jurídico, eles não são mais utilizados, mas não são tão impróprios. Mas, assim como os termos jovens e juventude, rapazes e moças têm um grau de imprecisão muito grande. Por exemplo, hoje em dia, ‘jovem’ pode ir até 35, beirando os 40 anos, até porque a cada ano as pessoas estão casando mais tarde, em torno dos 30 anos. As palavras são carregadas de significados e os significados não são preenchidos no vazio, dependem da situação, posição, lócus ou lugar social, não interessa apenas a idade, mas a situação profissional, matrimonial (estado civil), de classe, estilos de vida, laços (relações), vínculo ou identidade étnica etc.; dependem também de quem fala, por exemplo, se é um senhor de 60, 70 ou 80 anos que fala, ao se referir a uma pessoa de 30 ou 40 anos, é comum se referir como *moça* ou *rapaz*,

principalmente se a pessoa é solteira, já se separou e/ou não tem filhos. Por isso os termos crianças e adolescentes se mostraram mais eficazes na delimitação, para marcar duas categorias sociais, que ora se confundem, pois fazem transição de uma para outra (da criança para o adolescente). Mesmo os termos criança e adolescente, quando utilizados no contexto comunitário, no campo social, não têm sentidos precisos ou não são rigorosamente os mesmos sentidos da área jurídica e/ou acadêmica. No social, um menino de 09 ou 10 anos é adolescente ou rapaz – enquanto que um de 16 ou 18 anos pode ser designado como criança. No jurídico tem que completar 12 anos para ser adolescente e não há criança de 18 anos (isto é, pelo menos em condições normais de saúde mental, outro fator importante que interfere no *status* jurídico da pessoa, e que o social não respeita, não leva muito em conta). Quanto aos termos, embora mais imprecisos e difusos, meninos e meninas e, secundariamente, rapazes e moças, foram viáveis levando-se em consideração a carga afetiva que o MNMMR possui e acaba por nos contaminar ou influenciar.

O mesmo acontece com o conceito *garoto* e *garota*, muito difundidos na sociedade, mas imprecisos, amplos demais; porém, estes também nos carregam para uma semântica positiva, são mais usados na instituição familiar e na comunidade, ao contrário de *menor*, *pivete*, *trombadinha*, *cheira cola*, *pixote*, *vadio*, *vagabundo*, *à-toa* etc. Há ainda termos regionais como, guri e guria, moleque/a, bacuri, curumi(m), pequenos, menino, menino, criançola, garoto/a, moça ou moçoila, rapaz, rapazola, rapazote etc., que também são gerais demais, um ‘garoto’ pode ter quase 40 anos. Muitos desses termos estão em desuso ou são adstritos em alguma região, mas *guri* e *bacuri* (derivativos indígenas e/ou regionais) têm voltado à moda; já o termo *moleque* e *moleca* ou *muleque* e *muleca* nunca saíram de moda. Todos trazem uma carga afetiva significativa e podem ser arriscados os seus significados, pode ser bom ou ruim, dependendo do contexto e da interação em que são ditos, pode estar no campo semântico tanto do *reconhecimento* quanto do *desprezo*. Na dúvida, ou para superar qualquer confusão e perigo com os significados, crianças e adolescentes são, pretensamente, conceitos mais *neutros*, *objetivos*, *formais* e universalistas, por isso a escolha técnica e jurídica em trabalhar com eles. Porém, neste trabalho, vários outros poderão aparecer aqui e ali, de forma sorrateira e, quando utilizo molecada, por exemplo, é querendo ressaltar a dimensão afetiva e carinhosa e não a dimensão pejorativa ou negativa.

Então, não vou me meter nessa complexidade toda, o que vale é o registro/documento civil, o critério jurídico, até porque o quanto de brechas não haveria se usássemos os critérios sociais? Poderia se prender um rapaz de 12 anos só porque ele é

esperto! Considerando que tem maturidade suficiente para distinguir o certo do errado (e para pagar a pena), ora, nem os adultos sabem direito o que é certo e o que é errado. Como sustenta DaMatta (1997), as leis sociais são complexas, difusas e confusas, ao contrário das do Estado, que pretendem ser *claras, objetivas e simples*, embora tenham uma elaboração, um *refinamento* técnico e/ou lingüístico, que as tornam intransparentes e incompreensíveis ao homem, à mulher *comum* e aos *leigos* em geral.

Voltemos às categorias típicas, segundo Alba Zaluar (1994), uma classificação básica distingue *menor carente* – agora crianças e adolescentes em situação de risco, que são ou deveriam ser assistidos em casa com suas famílias *carentes* ou de baixa renda e junto à comunidade (ação preventiva) – dos que estão em situação de rua, seja trabalhando, esmolando ou participando de pequenos delitos ou até de práticas delinqüentes mais graves, hoje o termo é em conflito com a justiça. Os que estão em situação de rua se subdividem em vários grupos (cada qual uma dinâmica específica, embora possam compartilhar alguns elementos em comum): crianças e adolescentes trabalhadores, “na” rua que, geralmente estão no comércio informal, a imensa maioria, os quais são ou deveriam ser assistidos por políticas, visando protegê-los da evasão escolar, dos aliciamentos para a exploração sexual e para o tráfico de entorpecentes, do trabalho semi-escravo ou escravo, do tráfico internacional e do tráfico de órgãos etc; protegê-los de espancamentos, assassinatos, e impedir que permaneçam permanentemente nas ruas e/ou buscando transferi-los para o comércio ou mercado formal de trabalho. Segundo Neto et al. (1993), esta categoria é considerada de transição, pois alguns ou muitos de seus membros poderá ou não se tornar meninos e meninas de rua temporária ou permanentemente. As realizações dessas possibilidades dependerão da situação da criança com a família, de sua personalidade e escolhas, isto é, da construção de suas identidades pessoais e sociais, de valores, com seus respectivos papéis, e principalmente de políticas públicas e sociais adequadas a essa demanda.

Sobressai ainda o grupo das crianças e adolescentes “de” rua, categoria de meninos e meninas que serve de referência e nome ao MNMMR, pois, embora minoria, enfrenta um processo de marginalização e exclusão mais intenso – integra a frente de abrigo, proteção e infelizmente, de repressão. Essa complexa categoria, que podemos afirmar que sofre um despojamento ou exclusões sociais totais, vivencia todos os riscos anteriores, só que de forma mais contínua e mais intensa, somado ao fato de estar sem vínculos familiares e comunitários ou com vínculos débeis, sem os vínculos escolares etc., fatos estes que

exacerbam sua condição de marginalizado e excluído e, inclusive, os processos de estigmatização e discriminação, que são a resposta que a sociedade dá ou cria e impõe sobre esta condição, coletividade, categoria ou grupo, aqui considerado como grupo étnico. É nessa categoria que Rizzini (1991) e Neto et al. (1993) encontram médias entre 85% e 90% de negros/as, bem como das famílias que vivem na rua e/ou das famílias que vivem na comunidade, mas que têm filhos em situação de rua.

Além dessas categorias, existe a de *menor infrator*, rebatizado pelo conceito jurídico de adolescentes em conflito com a justiça, em processo de recuperação, re-socialização e/ou repressão tal como persiste no sistema Funabem/Febem. Embora seja considerada uma categoria, sabe-se que a prática de delitos e crimes está presente em todas as categorias, é um fenômeno que perpassa todos os espaços sociais; mas geralmente, são as crianças e os adolescentes, que estão junto a suas famílias e à comunidade, que praticam o maior montante de crimes (entrando em conflito com a justiça). Inclusive vários estudos comprovam que essa categoria comete crimes ou contravenções penais mais sérios ou violentos do que os praticados pelos meninos/as que vivem nas ruas. Também é crescente a prática de crimes ou contravenções penais pelos/as filhos/as da classe média, composta por maioria branca, de modo que, para Zaluar (1994), não se pode reduzir e associar mecanicamente a condição de pobreza com a marginalidade, de pobreza ou miséria com a delinqüência, a situação de rua e/ou a evasão escolar, como várias pesquisas erroneamente procediam, reduzindo toda complexidade aos fatores econômicos. O conceito de situação de risco também se configura impróprio, uma vez que o menino e a menina (de zero a dezoito anos) podem estar correndo risco pessoal e social em qualquer lugar, inclusive junto à família, e em todas as classes sociais, etnias e regiões. O risco de abuso sexual, por exemplo, é um fantasma que ameaça todos os níveis de renda e todas as esferas étnico-raciais, embora os pobres e negros corram maiores riscos, não em função estritamente de suas condições, mas em função da discriminação e do sentimento de impunidade por parte dos abusadores, aliciadores e/ou exploradores sexuais.

Para tanto, e isso também é uma escolha política, fui convencido pelas definições do MNMMR. E neste movimento ninguém é excluído, o menino e a menina de rua são aqueles que se identificam (é mais uma questão de identidade, de ‘afirmação’ do que situação ‘real’), que querem construir ou reconstruir o MNMMR, revigorar e avançar suas filosofias, transformar seus paradigmas e atuações, constituir sua base, seu alicerce e, contribuindo com a construção de uma sociedade mais humana, justa, igual e de paz.

Assim, os meninos e meninas trabalhadoras, são meninos de rua, assim como aqueles que vivem precariamente na periferia das capitais e metrópoles: nos morros, favelas, cortiços, invasões e outras áreas e situações de risco etc., que sofrem a perseguição policial e/ou a escassez material, os maus tratos, a exploração sexual e/ou abusos sexuais, que conhecem a instabilidade de sua condição, mas, principalmente, que se reconhecem enquanto sujeito de direitos e da história. Em tempo, essas definições que o MNMMR utiliza são mais ou menos fluidas e flexíveis, não só em relação à faixa etária, mas à situação familiar e de trabalho, chamadas de categorias típicas ou dinâmicas peculiares, merecendo também abordagens específicas e diferenciadas que faremos futuramente.

Destarte, o menino e a menina trabalhadores (*na rua*) – assistidos em Goiânia, por exemplo, pela CAT (Coordenação de Assistência ou Apoio ao Adolescente Trabalhador), órgão do Cidadão 2000/FUNDEC/ Prefeitura de Goiânia – não deixam de receber cuidados dispensados aos *de rua*, até porque amanhã eles poderão estar mesmo lá, pois estão numa *zona de transição*. Seja como for, o MNMMR zela pela permanência dos laços familiares e os importantíssimos vínculos comunitários e escolares. Como vários autores sustentam, não se pode associar a presença na rua apenas com a carência material, pois há filhos e filhas da classe média ali também, por causa de conflitos familiares ou domésticos, da violência doméstica, nem pode associar mecanicamente a criança de rua à marginalidade ou prática de crimes, nem a pobreza à prática delituosa, uma vez que há grupos de classe média e alta que as cometem. A complexidade dos novos conceitos é tamanha que, para Zaluar (1994, p. 34), “(...) acabam-se assim, com as associações mecânicas, discriminatórias e condenatórias, entre pobreza, marginalidade em relação à escola, família e infração [delitos, contravenções e/ou crimes], pelo menos no discurso oficial”.

Logicamente, que essa separação e distinção não podem ser drásticas, é apenas um recurso didático, para facilitar o trabalho, pois na vida, as coisas se comunicam, há pontos de intersecção, de semelhança e de dessemelhança. São dinâmicas distintas, mas não opostas, na verdade se complementam, e o MNMMR foi o primeiro a perceber isso, que o menino/a que está na comunidade hoje, pode estar amanhã nas ruas e vice e versa. Também não podemos afirmar que há uma causa única e definitiva ou fatal para a ocorrência desse fenômeno. O tema é complexo e se há causas que a sociologia, a antropologia ou a psicologia pode mensurar, elas são múltiplas, mas com certeza pesam mais os aspectos sociais ou coletivos, não se trata de meras escolhas individuais. É este aspecto também que torna o tema passível de uma abordagem cultural, ressaltando as

dimensões dos valores, significados e tentando mapear as ideologias por trás dos fatos, se são importantes ou não. A abordagem aqui não prima pela dimensão individual ou apenas sócio-econômica, ela tenta ir além, ao analisar mecanismos ideológicos que permitem e/ou legitimam as leituras, ações, comportamentos e práticas sociais, ou seja, primamos pela estrutura. Extrai-se do exposto que existem de fato apenas dois grupos bem distintos: os meninos/as que se encontram bem engajados junto a suas famílias e à comunidade, imensa maioria – criança e adolescente de comunidade – e aqueles que se encontram com vínculos débeis ou já se afastaram tanto da família quanto da comunidade – as crianças de rua. Quanto à relação dessas crianças/adolescentes com a delinqüência, marginalidade (no sentido de exclusão ou carência material) e/ou experimentando situação de risco (várias formas de violência), podemos afirmar que todas as categorias enfrentam de forma mais ou menos intensa tais condições, pois estão pulverizadas em várias classes sociais, embora, obviamente, nem todos os grupos e/ou pessoas individualizadas experimentem as mesmas experiências e/ou tenham envolvimento com a delinqüência ou entrem em conflito com a justiça. Também, no caso dos meninos brancos de classe média, não há a condição de marginalização e/ou carência material, se há carência é no sentido das relações e da afetividade (que não pudemos focar aqui), mas podem experimentar vários riscos, a violência, praticar a delinqüência e entrar em conflito com a justiça, enquanto que a comunidade pobre e negra pode sofrer todos os tipos de violências e carências.

2. 1 – Conceitos e Concepções de Infância e de Adolescência

A fonte principal que trata dos conceitos e concepções de infância e adolescência aqui será Benedito Rodrigues dos Santos (1996), que fez um grande levantamento das principais correntes históricas, sociológicas, biológicas, psicológicas e/ou psicanalíticas em torno da questão. Sua análise é minuciosa e será muito útil para o meu trabalho, embora não pretenda discutir, esmiuçar e aprofundar a questão como o fez este antropólogo. Na verdade, os interesses acadêmicos pelos temas relativos às concepções e às práticas sobre a infância e a adolescência se tornaram vigorosos somente a partir dos estudos considerados clássicos de Philippe Ariès (1986). É com este autor que todos irão dialogar, direta ou indiretamente, seguindo ou contrapondo, reiterando seus postulados, criticando-os e/ou ampliando o seu poder de alcance.

Santos (1996) está preocupado com a emergência da concepção moderna de

infância e adolescência, para tanto, tentou compreender o próprio imaginário social que se fez e se faz – pois é um processo contínuo e ininterrupto – sobre aquelas categorias, aqui entendidas como categorias sociológicas e antropológicas. Assim, o autor se lança ao desafio de entender as injunções ideológicas bem como as formas de organizações sociais. Antes de tudo, faço o registro de que as abordagens, o viés ou diferentes concepções produzidas e sobre as quais Santos se debruça são idéias e ideologias que se restringem ao ocidente, porque os próprios intelectuais e agentes sociais estavam pensando na sociedade ocidental, moderna e industrial ou pós-industrial, principalmente dos países desenvolvidos (do capitalismo central), embora os pensadores: filósofos, religiosos, cientistas, reformadores e moralistas tendessem à generalização e à universalização de seus olhares, das pretensas formas de organização social, das instituições, dos conceitos e concepções de infância e adolescência que encontraram, perceberam ou construíram, na história ocidental, segundo suas respectivas épocas e lugares, sua especificidade e visão próprias.

A partir de Ariès (1986), considerado um clássico na historiografia do imaginário ou das concepções sobre a infância, oriundas da família, Estado, Igreja e outras instituições sociais fundamentais, os estudos a floraram e expandiram, sobretudo em torno de alguns pontos polêmicos e críticos. Este autor defende a tese de que em eras pretéritas da civilização ocidental, até meados do século XVIII, não existia o conceito de infância, tampouco a organização da família nuclearizada, mas sim extensa e as crianças eram socializadas e educadas indistintamente, misturadas aos adultos. Desde muito cedo começam a aprender os ofícios paternos e assumem responsabilidades bem específicas, como o trabalho e o casamento ainda muito jovens. Mas, principalmente, os tratamentos que recebiam dos adultos eram demasiadamente indiferentes, formais, distanciados e violentos, como advoga a tese do tratamento cruel; não havia os valores do carinho, do amor, conceitos que apareceram muito tarde na história. A fonte principal em que Ariès (1986) constata este fenômeno é a arte, sobretudo pinturas, gravuras e desenhos, em que os artistas refletiam sua visão de crianças, fixando-as como miniaturas de adultos, praticamente como adultos anões. Tais postulados foram muito difundidos, tiveram ampla aceitação, mas logo despertaram os interesses da crítica especializada. Várias fragilidades, lacunas e equívocos seriam evidenciados por inúmeros pesquisadores. Porém, a essência da tese de Ariès (1986) permaneceu, as críticas dialogaram com ele e desconstruíram certas noções, mas confirmaram outras e o legado de Ariès é reconhecido unanimemente.

Vários pesquisadores concluíram que o que o Antigo Regime não possuía era o

nosso sentimento (moderno) de infância; assim, demonstra como a criança se constitui num indivíduo, escapando do fixismo da origem em Ariès. Santos (1996, p. 87) afirma que “indiferença e interesse coexistem no seio da mesma sociedade, uma prevalecendo sobre outra em determinados momentos históricos”. Esse fenômeno tem muito a ver com a própria transformação da sociedade e da estrutura familiar. Na era moderna, a família nuclear passou a ‘predominar’. Para resolver o problema se existia ou não a noção de infância e/ou mesmo, a distinção entre crianças e adultos que se supunha que viviam misturados até meados do século XVI, os autores propõem a distinção entre conceito e concepção. Assim, é muito provável que, e, segundo alguns estudos, o conceito de criança já existia, esta não era vista apenas como miniatura de adultos como defendia Ariès (1986), porém, o que não existia era uma concepção (moderna) e tampouco a individualização da criança, fenômeno que avançou na história das sociedades ocidentais, sobretudo, das sociedades industriais pioneiras.

Assim, pode-se chegar às concepções de infância perguntando como elas se diferenciam dos adultos. Diz-nos Santos (1996, p. 88) que “essa distinção entre conceito e concepção pode validar parcialmente a tese de Ariès, ou seja, a aceitação de que as sociedades do passado não possuíam a nossa concepção de infância tornaria sua tese consensual”. Aqui, apenas faço uma ressalva, a afirmação de que as sociedades do passado ou mesmo as não-ocidentais do presente não possuíam ou não possuem a ‘nossa’ concepção (moderna e ocidental) de infância não atesta que elas possuíam apenas o conceito, isto é, a capacidade de distinguir crianças e adultos. Esse argumento nos dá margem para inferir que também possuíam ou possuem – no caso das sociedades e culturas não-ocidentais do presente – outras concepções, embora não existisse o processo ou o fenômeno da individuação e desnaturalização, é isso que o autor diz implicitamente. Assim, a mera distinção entre conceito e concepção é insuficiente, pois co-existiu ou co-existe mesclando vários conceitos e concepções tanto no passado quanto no presente.

Por outro lado, a própria tese da emergência da família nuclear é questionada, pois vários autores sustentam que a família nuclear já era comum na idade média. Outra tese de Ariès muito criticada é a do tratamento cruel, formal e distanciado pelos pais e os adultos em geral em relação a seus filhos e crianças filhas de outros. Alguns autores sustentam que também existia um sentimento de carinho e amor dos pais em relação aos seus filhos e, também, preocupavam-se com eles, não caracterizando mera indiferença ou negligência. Isso não quer dizer que os pais não efetivassem uma disciplina rigorosa; a família puritana

é um grande exemplo disso, chegando à crueldade física como forma de ‘espantar’ os maus espíritos e os pecados, inclusive expiar o pecado original. Mas é quase unânime a postura dos autores em volta da tese de Ariès que advoga a preponderância de uma ‘nova’ (ou remodelada, transformada) instituição social como motor das grandes mudanças da estrutura familiar e das concepções sobre as crianças, a saber, trata-se da instituição escolar. Com seu desenvolvimento, não mero nascimento, a família passa a delegar parte de seus poderes de educação, zelo e socialização à Escola. Esta assume o papel de educação e de disciplina não menos severa do que a família. Com esse fenômeno, a criança ganha a esfera pública e passa a experimentar e vivenciar certas experiências, métodos e técnicas pedagógicas cada vez mais seculares, isto é laicas. Esta instituição foi sendo puxada e se atrelando, assim como as crianças, às concepções modernas de Estado que também conquistavam sua autonomia em relação à Igreja e/ou ao fanatismo religioso e à família.

Com as grandes mudanças sociais ocorridas no século XVIII, surgem atores novos e com grandes prestígios como os filósofos, moralistas e funcionários públicos que vão falar e aconselhar sobre os princípios e técnicas pedagógicas mais satisfatórias. Enquanto os pais, com medo de *estragarem* ou mimarem demais seus filhos, tendiam a acreditar naqueles argumentos, embora nem sempre os seguissem, pois a prática era diferente do discurso. Segundo Santos (1996, p. 123) é quase unânime a tese – não apenas entre a vertente historiadora, mas entre os demais cientistas sociais – de que a “infância e a adolescência são categorias históricas e/ou construções sociais e invenções culturais”, enquanto que a maioria acredita que a criança e a puberdade sejam fenômenos, realidade ou manifestação do reino ‘natural’, biológico e, tanto esta dimensão e as dimensões sócio-históricas: infância e adolescência foram erroneamente naturalizadas e universalizadas por filósofos, cientistas, funcionários públicos e pedagogos quando do surgimento dessas concepções, tal como o senso comum tende a fazer.

Santos (1996) sustenta que é inegável que, desde a primeira publicação de seu livro, Ariès (1960) teve o mérito de demonstrar a construção social da categoria [infância], bem como sua variação, no decorrer da história, sobretudo da Europa Ocidental. Contudo, bem antes dele, a antropóloga Margaret Mead (1928) já havia demonstrado que o conceito de adolescência varia de acordo com as sociedades e suas culturas. Pesquisando na década de 1920 e publicando apenas ao final daquela década, ela comparou e encontrou diferenças de como era vivida a adolescência numa sociedade considerada ‘primitiva’ (a samoana) e

numa assim-chamada ‘moderna’ (a dos EUA). Defende Santos (1996) que no ocidente predomina no ideário popular e no científico, a infância vinculada à fase da aprendizagem, contudo prolonga-se e ganha subdivisões: emerge a criança pré-adolescente e a adolescente, nas fases dedicadas à preparação para a vida adulta. A exemplo da especialização verificada na educação (a instituição-mor, causa e consequência dessas mudanças e fragmentações), outras áreas da oferta de bens e serviços vão se especializar na infância: medicina, psicologia, direito, entretenimento, vestimenta etc. Entretanto, esse novo mundo não foi inventado para atender as crianças em sinal de reconhecimento de sua *natureza peculiar*; na verdade, ele não passa de uma especialização e segmentação do mundo dos adultos. E os novos conhecimentos e a pressão do mercado, com o papel preponderante da indústria cultural e/ou cultura de massas, determinam novas diferenciações internas nas categorias infância e adolescência.

Vários autores sustentam que predominam nas concepções e/ou representações sociais e culturais de infância e adolescência marcas características que herdamos tanto da Teologia quanto da Filosofia (e que são representações ambivalentes). Do Cristianismo, dois pares de imagens da criança se destacam: a de um ser ao mesmo tempo inocente e corruptível e a de uma criatura que possui uma sabedoria sobrenatural, mas que também precisa ser educada porque conhece pouco da vida. Para a Filosofia, ela poderá tanto ser educada quanto corrompida: a infância é a *idade do erro, do vício, do preconceito e da paixão*, mas também é aquela idade na qual os ensinamentos são profícuos. Porém, tais ambivalências contribuem para constituir e construir a concepção moderna de infância.

Mapeando as noções de cada campo ou esfera social, Santos (1996, p. 126) constata, quanto às imagens da Teologia, que

predomina a dicotomia entre o Bem e o Mal. De um lado, as crianças são consideradas seres inocentes, como os *anjos*, próximas da divindade celeste: ‘frágeis criaturas de Deus’, ‘moradas do Senhor’, ‘Adão e Eva antes da expulsão do Paraíso’. O adulto que quiser resgatar sua pureza e espontaneidade deve redescobrir a infância. As crianças são uma fonte de candura e têm uma sabedoria sobrenatural e intuitiva (não-ensinada). Porém, sua pureza é devida ao pouco tempo de convivência com os homens; e, pelo fato de serem fracas e ingênuas, são extremamente vulneráveis à corrupção da sociedade – dessa maneira, a pureza provém de ignorância e da falta de convívio com os adultos. Assim, se acoplam mais atributos como fragilidade, ignorância, vulnerabilidade e corruptibilidade às imagens infantis.

Segundo Santos (1996, p. 127), essa visão dicotomizada levará, na opinião de Ariès, a sociedade a uma dupla reação, ou a uma atitude moral em relação à criança, “preservá-la do mal e da sujeira e, ao mesmo tempo, fortalecê-la ao máximo no sentido de

desenvolver sua razão para que tenha discernimento para evitar o Mal”. Essa imagem de ser inocente será largamente contemplada nos manuais de civilidade, de aconselhamento aos pais e nos trabalhos de educadores e filósofos. Santos (1996) constata a importância de duas imagens de infância, convertidas em verdadeiros modelos, difundidas pelo Estado e pela Igreja, que foram fundamentais na emergência da criança como indivíduo na sociedade ocidental: a criança-mística e a criança-Cristo. Com tais ‘emblemas do amor divino’, essa corrente mística contribuiu, ao engendrar um modelo de santidade infantil, para valorizar o indivíduo, na medida em que as crianças deveriam ter uma posse relativa de suas almas – para entregá-las a Jesus – e também sobre o corpo – para suportar as provocações (os piores castigos) que as tornariam mais puras, e assim imitar Jesus Cristo.

Por outro lado, o pecado será a outra face da visão ambivalente difundida pelo cristianismo. Na condição de ser humano, a criança herda também o pecado inerente ao homem: o *pecado original*. Ela traz dentro de si, ao nascer, o gérmen do mal. Sua natureza inocente e pura já vem com uma mácula pelo pecado cometido na origem da humanidade por Adão e Eva. Alguns autores afirmam que o fato de as crianças já nascerem com o pecado original conferia-lhes a imagem de seres ‘depravados’ e essa ‘depravação infantil’ teria levado os puritanos de orientação calvinista a vê-las como ‘seres diabólicos’, que deveriam ter suas vontades dobradas a qualquer custo, inclusive através do açoitamento físico. Para vários pesquisadores contemporâneos analisados por Santos (1996), o desejo de curvá-las se estendia para qualquer área da vida familiar em que houvesse um conflito entre as expectativas dos pais e as dos filhos. Embora esses dados não possam ser generalizados a todas as famílias, locais e sociedades, mesmo as ocidentais e de religiões cristãs, nem mesmo em todas as famílias puritanas, consideradas o modelo mais rigoroso no sentido da expiação do pecado através do castigo. Também na visão da Filosofia, as características essenciais e gerais atribuídas à infância serão a falta de razão ou o mau uso dela, a falta de experiência e como um estágio guiado pelas paixões, como sendo um ser ingênuo e estar na idade do erro e do vício. Assim, deve ser vigiado, disciplinado e punido rigorosamente para controlar seus instintos e não se deixar cair nas ‘unhas do mal’. Foucault (1993) também vê na escola, hospitais e prisões e outras esferas e/ou instituições técnicas de fabricação de corpos e mentes dóceis e obedientes ao Estado e à moral social.

Santos (1996) argumenta que para melhor estabelecer o que deve ser a educação, a Filosofia insiste na idéia de corruptibilidade. A criança não é ainda um homem, e por isso é presa indicada para o mal. Ela é considerada ao mesmo tempo mais e menos do que o

animal: este é simplesmente ignorante, selvagem, irracional e amoral; já a criança goza de razão e senso morais, mas ainda está próxima da animalidade e, se se utiliza da razão para o mal, pode se tornar mais perigosa que o animal. Ela é vista como suficientemente homem, isto é humano, para utilizar sua razão e sua consciência, mas não o bastante para fazer dela o uso do conhecimento; não totalmente ignorante e selvagem, mas pode ser ao mesmo tempo melhor e pior que o animal, ou seja, pode ser a ‘ocasião do erro’ e da paixão (DESCARTES apud SANTOS, 1996). Na qualidade de ser humano, a criança (ou adolescente) pode conhecer e escapar do instinto; porém, ainda insuficientemente homem, pode enganar-se e cair na paixão (ou instinto). Assim, quando quer raciocinar, ela pode equivocar-se, pois sua razão ainda é pouco desenvolvida, pouco *iluminada*. Mesmo quando adquire confiança em seus sentidos ou fia-se em um adulto, ainda assim poderá ser enganada e traída por seus próprios instintos, ou pelo adulto, ou seja, “ela é ingênua e pode deixar-se enganar; dessa maneira, a desconfiança, o erro e o vício são uma maldição que pesa sobre a infância, em razão da natureza mesma da infância” (op. cit., 1996, p. 128).

Observo que a mesma oposição se faz com a mulher – mesmo quando adulta –, fenômeno comum a vários sistemas simbólicos de inúmeras culturas. Suárez (1992) percebeu as conseqüências de se situar ou imputar a mulher e o negro no campo da natureza – da dádiva natural, do dado ao homem (ser cultural, sobretudo o branco) e, se formos mais longe, veremos a mulher e, principalmente, o negro colocados no pólo do mal, das trevas ou do maligno e/ou do animalesco. Não somente como o mal (e como categorias sociais que não merecem confiança), mas também como o ser passivo, animal, instintivo, frio e natural enquanto que, no pólo oposto e complementar, uma vez que um não sobrevive sem o outro, temos o homem-branco como cultura, ao lado do bem, do ativo, da luz, da razão (que controla os instintos, o animal, o natural e o mal) do calor ou verão etc. Parece que também no sistema simbólico ocidental tanto a mulher e o negro quanto a criança estão representados socialmente do mesmo lado, como animal, natural, passivo, do mal, frio ou inverno etc., que deve ser domado, possuído ou controlado pelo homem-adulto-branco, tal como a figura taoísta do *tai chi* ou *yinn yang* simboliza, nos ilustra bem. Este fenômeno, da atribuição e representação em pares opostos – simbólicos, mas que tem conseqüências na vida social real – foi pesquisado por Lèvi-Strauss (1975) entre outros.

Santos (1996) sustenta que, naqueles sistemas filosóficos e mesmo teológicos (o ocidental), a criança é concebida como espécie de ser pré-lógico, imperfeito, incompleto e incapaz, porém, qual é o termo de comparação? Os parâmetros são o adulto e a razão: ela

não atingiu completamente o estado da razão madura, que só se alcança quando a pessoa se torna adulta. Como ela alcança esse estado ideal? Através da educação, da formação e da instrução. Contudo, a Filosofia só apresentou um programa educacional para a infância com Rousseau (1712 – 1778). Esse filósofo é considerado, de certa maneira, o pai dos conceitos modernos de infância e adolescência e, sobretudo, o introdutor do conceito de adolescência na cultura ocidental, quando ele caracteriza o estado emocional do jovem ou adolescente. Vários autores o consideram pioneiro, destacando dois motivos: em primeiro lugar, ele defende a inteligibilidade e o valor de se ter um conceito de infância, ou seja, de se reconhecer a criança como uma criança (estado e não mero estágio); em segundo, por ter também uma concepção de criança, que é a visão de qual é realmente o lugar apropriado da criança na ordem da vida humana. No entanto, afirma Santos (1996) que outros pensadores discordam e sustentam que Rousseau não inventou nada, mas apenas refletiu as mudanças que estavam ocorrendo na experiência humana naquela época. As idéias de Rousseau nasceram de sua busca de caminhos que pudessem auxiliar o homem a alcançar a felicidade individual e social. Seu projeto para o indivíduo é a educação, o qual foi refletido em *Emílio* e no *Contrato Social*.

Na concepção de Rousseau (1990), o ser humano é naturalmente bom e todos os homens nascem livres. Podemos associar essa máxima à criança, que está praticamente num *estado de natureza* e, portanto, é originalmente boa, contrapondo ao *estado social* ou *estado de civilização* que corrompe e oprime, tira-lhe a liberdade. Essa concepção de Rousseau também é o contrário da visão difundida pela religião, que concebe a criança como pecadora e má. Para Rousseau (1990), sua natureza é inocente, ela nasceu livre e para ser livre. Contudo, advoga Santos (1996, p. 86) que não escapando das visões contraditórias (e fatalistas) que marcaram as representações filosóficas e teológicas de infância, mesmo para Rousseau, a criança é também uma espécie de ser amoral, e pode se tornar boa ou má com o desenvolvimento da Razão. Embora seja livre, existe no mundo moral uma “porta aberta para o vício”, e com as convenções sociais “nascem os enganos e a mentira”. Ela é, assim, ‘um ser frágil e suscetível ao erro’. Podemos assim, fazer uma ligação direta com o *Contrato Social*, no qual urge então, uma vez não podendo manter sua bondade e liberdade natural – tanto para a criança, o adolescente quanto para o homem e a mulher adultos – adquirir a liberdade e a bondade da *civilidade*, daí o sentido e o objetivo da educação. Entretanto, esta instituição não visa melhorar a infância, tirá-la do erro como para os outros filósofos, mas sim preencher, compensar o que lhe foi retirado, pois ela já

era boa e livre, é como se a educação ou a civilidade fosse um mal necessário (novo bem) para Rousseau, com o qual pela primeira vez na Filosofia, a infância é valorizada como tal.

Santos (1996, p. 129-130) defende que a adolescência também é vista por ele como um estado específico, com as características semelhantes das descritas hoje em dia. Ela é, assim, um segundo nascimento e uma fase de diferenciação sexual entre a criança e o homem – Rousseau afirma que, até a idade núbil, as crianças dos dois sexos nada têm de aparente que as distinga. O primeiro nascimento é para a espécie e o segundo para a vida. Esta fase da vida é, sobretudo, para Rousseau “um tempo de ‘crise’, paixões e quando se dá a aproximação do perigo em que o púbere não é criança e nem homem e que, embora seja um tempo de curta duração, tem influência duradoura”.(SANTOS, 1996, p. 130).

Santos (1996), analisando as representações de Rousseau, advoga que como a infância e a adolescência são também a época em que germinam o erro e o vício, as crianças deverão ser acompanhadas de perto; e, embora Rousseau relativize a supremacia da razão – e reconhece a importância aos sentimentos e a afetividade – como forma de conhecimento (ela é apenas a ferramenta), é ela que ensina conhecer o bem e o mal. Por isso, o objetivo de sua proposta educacional, mais do que tornar a criança um adulto bom – pois isso já era de sua natureza original – é evitar que ela vire um adulto mal através do desenvolvimento de suas potencialidades naturais e do afastamento dos males sociais; e, assim, formar um homem livre, capaz de se defender de todos os constrangimentos. Para Rousseau, compreender a essência infantil mutável leva a educação a reconhecer a natureza peculiar da criança. No seu projeto, tanto a educação quanto a autoridade dos pais serão adaptadas às necessidades individuais de desenvolvimento da criança, não aos interesses adultos. A primeira parte da educação é conscientemente negativa: como as necessidades iniciais são físicas e a criança ainda é incapaz de abstração, é através dos sentidos e do contato com as coisas que ela aprende; por isso, ela deve conhecer os limites, para evitar os perigos do ambiente. Por sua vez, ela também exige uma maior autoridade dos pais, porque lhe falta discernimento. A educação se tornará mais positiva na medida em que ela adquire consciência dos seus semelhantes. Nesse aspecto Durkheim (1955) apresenta uma análise ou ponto de vista muito afim, ao refletir a educação como processo socializador, ele deve ter se inspirado fortemente em Rousseau. Para este filósofo, na puberdade a criança começa a refletir, mas é tão incontestemente que precisa ser guiada, embora com menos intensidade pelo educador e menor autoridade pelos pais e, acreditava que, investir na educação da criança no presente poupa dores de cabeça no futuro, idéia também

amparada pelo senso comum atual, veja o provérbio: “é melhor prevenir do que remediar”.

Fazendo um apanhado de vários autores, destacando Ariès (1986), Santos (1996, p. 134-5) enumerou, diversas visões, imagens ou representações sobre as crianças, manifestas no discurso e/ou na prática social e agrupou-as em seis concepções básicas, não rigidamente definidas, ou seja, um pai ou pensador poderia ter mais de uma das concepções mencionadas: a) *a criança ‘animal de estimação’* – Ariès ao descrever o sentimento de paparicação, diz que as pessoas se divertiam com as crianças pequenas como uma coisinha engraçadinha, um animalzinho, um macaquinho impudico; b) *a criança ‘miniatura de adulto’* – particularmente Ariès, mais outros autores também, para atestar a indiferenciação entre adultos e crianças, tomaram da arte a imagem do adulto em miniatura – ou o adulto em escala reduzida – alegando que assim ela era concebida pela sociedade como um todo; c) *a criança ‘ser de baixa categoria’* – Ariès argumenta que o sentimento de particularidade da criança começou pela exploração de sua fraqueza e pela aplicação de punições somente destinadas aos condenados à prisão das camadas inferiores da população. Outros autores afirmam que o tratamento destinado às crianças expressava que elas eram vistas na condição de criadas de seus pais. Para esses autores, segundo Santos (1996), a criança era considerada “a base da escala social”, comparável a outros seres nos quais não se podia confiar muito: um velho senil, uma mulher louca, um camponês tosco, mulheres tagarelas etc.; d) *a criança ‘propriedade dos pais’* – Ariès entre outros atestam que os pais consideravam seus filhos uma propriedade de que podiam dispor como bem entendessem; inclui aqui, também, a representação que identifica a criança como ‘coisa’, equivalente a um móvel. Embora parecida no conceito de propriedade, guarda sua especificidade; e) *a criança ‘correia de transmissão’* – ela é, ao mesmo tempo, herdeira e transmissora intergeracional da linhagem, encarregada de sua sucessão ou perpetuação, cumprindo a ‘função-filho’ numa família descrita como um “mecanismo de transmissão da propriedade” e da “posição da família” de geração para geração. Ou, como certos autores, um “prelúdio biologicamente necessário aos sociologicamente todo-poderosos negócios do mundo adulto”; e, f) *a criança ‘estorvo’* – imagem verificada por vários autores. Santos (1996) assinala que enquanto a imagem da criança que amedronta, símbolo de desgraça e do pecado, era mais fixada na Teologia e na Pedagogia, a criança estorvo estava presente em meios populares. Os cuidados, a atenção e a fadiga que um bebê provoca no lar representam um grande sacrifício para os pais.

Segundo Santos (1996), um razoável número de autores da história da infância,

registrou suas impressões sobre a visão dos pais e afirmou que ela era ambivalente. Destaca Santos (1996, p. 135) que eles consideram preponderantes os aspectos negativos: a) *a criança 'é preocupante e prazerosa'* – ela é um ser que gera muita ansiedade nos pais em relação à saúde, à maneira de criar, se o seu desenvolvimento é correto, mas também traz prazer na convivência; b) *a criança 'é teimosa e amoldável'* – as crianças eram vistas por seus pais como irritantes, teimosas, cansativas, mas também eram educáveis e maleáveis; c) *a criança 'é voluntariosa e subjuguável'* – a relação entre pais e filhos foi descrita como uma 'batalha das vontades'; os filhos queriam ter vontade própria, e os pais achavam que eles não podiam. As crianças eram vistas como possuidoras de uma espécie de animalidade a ser subjugada e eram também egoístas e cruéis; a vontade delas devia ser a dos pais, que acreditavam que sua tarefa era dobrá-las ou quebrá-las. Havia também uma variação desta imagem, a de que a criança era prazerosa e subjuguável: ela trazia muita alegria e muito prazer aos pais, mas estes deviam cuidar-se para não deixá-la ter vontade própria. Assim, a sociedade via as crianças de forma ambivalente: d) *a criança era 'rejeitável ou desprezível' e também 'amável e desejável'* – para vários autores, a atitude prevacente era a negligência dos pais em relação às crianças, cujo resultado era a crueldade na criação, o abandono e o infanticídio. Porém, existiam pais que viam seus filhos como objetos de amor e de carinho; e) *a criança era um 'ser que deveria ser subjogado e um ente querido'* – alguns pais viam em seus filhos 'rebentos do velho Adão, cujas vontades tinham que ser dobradas', enquanto outros os viam como entes caros e merecedores de afeto; f) *a criança era um 'ser considerado e ignorado'* – alguns pais expressavam uma visão de que seus filhos eram dignos de consideração e apreço, e que suas opiniões eram tomadas em consideração; porém, havia outros pais para os quais as crianças não tinham o menor valor pessoal e social; e, g) *a criança era considerada um 'recipiente de projeção dos pais'* – elas eram seres bons ou maus, dependendo das atitudes projetivas dos pais.

Outra categoria, aparentemente mais positivada, segundo Santos (1996, p. 136), considera as perspectivas dos pais contidas em diários. Vejamos as principais representações culturais dos pais sobre seus filhos, as crianças eram vistas como: 'organismos que passavam por períodos de desenvolvimento'; 'organismos que se divertem com brincadeiras'; 'organismos que necessitam de orientação, por exemplo, educação e disciplina'; e 'organismos que devem ser financeiramente sustentados'. Analisa Santos (op. cit.) que as descrições de sentimentos ambivalentes aparecem de forma mais

intensa depois do século XVIII e, sobretudo no XIX. Através dos termos que os pais utilizavam para designar os filhos, percebe-se que eles eram concebidos como: uma dádiva divina ('bênção', 'conforto', 'benefício'); símbolos da vida, de beleza, pureza e docilidade ('plantas', 'pássaros', 'cordeiros', 'flores', 'botões', 'frutas', 'filhotes'), patrimônio afetivo simbólico ('tesouro', 'minha maior riqueza'). Registra Santos (1996) que algumas outras imagens, menos constantes, também foram registradas: a criança como 'a esperança do futuro' e, novamente, a criança como 'propriedade dos pais'. Alguns pais (diaristas) já representavam a infância como um tempo melhor para os filhos e manifestavam a vontade de retê-los na infância. Alguns autores identificaram influências de Rousseau e Locke sobre os pais diaristas (geralmente burgueses), em relação às imagens da criança inocente e amoldável. Ambos foram contra o pecado original e favoráveis à educação. É certo também que os filósofos exerceram maior influência sobre os meios mais abastados e informados da sociedade e menos em relação às camadas populares.

Santos (1996, p. 137) defende que assim "distanciamos-nos de concepções vistas pelos historiadores da infância nas sociedades do passado e aproximamos-nos das representações teológicas, filosóficas e populares" – o autor utiliza este termo para se referir à visão dos pais, entretanto vale ressaltar que as concepções expressas acima, em geral, são de famílias da classe média ou alta, esclarecidas da Europa e dos EUA. Afirma Santos (op. cit., p. 137) que, "de maneira que deixamos para trás ou tiveram sua incidência praticamente eliminada, concepções de criança" como 'animal de estimação', 'miniatura de adulto', 'ser de quinta categoria', 'propriedade dos pais', 'correia de transmissão da linhagem e da propriedade', 'estorvo', aproximamos-nos mais de representações das crianças como seres 'inocentes', 'puros', 'ternos', 'um patrimônio afetivo simbólico' ('riqueza', 'tesouro'), 'dádiva divina e da natureza' que nos dão 'prazer', 'alegria', 'conforto', 'recompensa' e 'motivo de orgulho'; mas, também criaturas 'frágeis', 'imaturas', 'vulneráveis' e 'manipuláveis'. Discordo do autor nesse ponto, embora houve e há expressivas mudanças, aquelas antigas formas de representação parecem não apenas persistirem, mas ainda se encontram muito fortes no imaginário social e, talvez como pano de fundo, orientando as práticas cotidianas (privadas ou públicas) dispensadas às crianças/adolescentes como indivíduos e como categorias sociais.

Pois, ao lado das figuras aparentemente positivadas, estão também, a imagem de crianças como: 'irritantes', 'industriosas', que faz muita 'arte', 'capetinhas', 'cansativas' e 'voluntariosas', que 'causam muita preocupação e ansiedade', 'criaturas depravadas' ou

‘relaxadas’, que exigem ‘muito sacrifício e muita renúncia’ e ‘provocam decepções, amarguras e desgostos aos pais’. A idéia de crianças como ‘bichinhos de estimação’ está mais presente do que nunca, pois se acredita que os pais atuais dão muito mais atenção, mimo e paparicam seus filhos do que os antigos. Na verdade, a própria representação social ou imagem sobre (dos) os animais melhoraram muito, subindo o *status* social dos animais de estimação significativamente; para algumas pessoas e em algumas famílias, chegam mesmo a substituir os filhos e a necessidade afetiva e a obrigação moral e social de se ter filhos/as; lembrando que os tratamentos para com os animais também eram muito cruéis e, se crianças e animais eram equiparados, sobravam violência para ambos. Acrescento ainda que, bem recentemente (talvez a partir dos anos 1970 ou 1980, já com a população fortemente urbanizada), surgiu, não apenas no senso comum, mas principalmente para as classes médias e abastadas, para psicólogos e pedagogos, a figura da criança ‘reizinho’ ou ‘imperadorzinho’, uma imagem de criança ‘controladora’, esperta e sagaz que consegue tudo o que quer e faz o que quer dos pais, avós ou adultos encarregados de assisti-los, os quais perderam ou desaprenderam seus referenciais de autoridade e liderança, em suma perderam o controle.

Embora pareça, à primeira vista, uma inversão da condição das crianças encontradas ou vistas pelos historiadores (no passado ocidental), em que em tese eram ignoradas, eram chacinadas ou sofriam graves castigos, não tendo poder algum e, agora, aparecendo como ‘empoderadas’ e ‘poderosas’, não mais apanhando dos pais e sendo paparicadas e pegando ‘manha’ excessivamente. Acredito que tal interpretação seria superficial e enganosa, pois tal figura ou representação se parece mais com o passado do que pensamos. Para mim, essa figura ou imagem de criança como *reizinho, dono da situação, sagaz, espeto* ou *esperto*, que a todos faz de bobo, explora, *subordina* e praticamente *escraviza o adulto*, facilmente resvala ou desliza para a representação ou imagem da criança ‘demônio’, um ser ‘conspirador’, ‘diabólico’ ou ‘possuído’, ‘mau’ e ‘cruel’, ‘depravado’, ‘impetuoso’, ‘encapetado’, ‘insubordinável ou insubjugável’ etc., embora comece com imagens menos pesadas como ‘menino prodígio’, ‘pedra no sapato’, ‘fardo’, ‘uma cruz’ para o adulto carregar e cuidar, ‘fio desencapado de 220V’ e, vai ‘carregando’ paulatinamente: ‘espoleta’, ‘espinho’, ‘tentação’, ‘capetinha’, ‘capeta’ ou ‘encapetado’, ‘rebelde’ e designando adolescentes de ‘aborrecentes’ etc. Ora, tal leitura é perigosa e acabamos por cair nas armadilhas da intolerância e da violência, nas antigas formas de representar e tratar tais categorias, o que demonstra que não escapamos da

teologia antiga ou medieval, que assim representava a criança – e a mulher, sobretudo as consideradas mais belas e/ou sedutoras, inteligentes e místicas –, como defende a tese do tratamento cruel. Há mais, essas concepções podem servir e geralmente servem para legitimar a violência sobre a criança, sendo muito comuns e corriqueiros os espancamentos das crianças pela babá, pelo pai e, sobretudo pela mãe. É um novo processo de *satanização* das crianças, pois os adultos exercem o poder sem qualquer carga negativa, não são considerados demônios por isso, o que prova que continua a leitura a partir do adulto e/ou o sistema de poder orientado e dominado de forma adulto-cêntrica. Ademais, a criança pequena não tem poder, ela apenas ‘cresce’, conquista espaço num vácuo que os pais deixam, pois estes perderam certas habilidades, não querem, não sabem ou preferem não exercer muita autoridade e estabelecer limites às suas crianças. ‘Paparicando’ demais seus filhos/as, com medo de ‘estragar’ ou ‘traumatizar’ suas crianças, acabam estragando, sendo permissivos e democráticos demais, como advogam vários profissionais no campo.

Contudo, apesar de certas imagens positivas já existirem há muitos séculos, Santos (1996) adverte que, por serem considerados seres vulneráveis, imperfeitos e incompletos, um *vir-a-ser* cuja perfeição e completude moral e racional só seriam atingidas na idade adulta com a chegada da maturidade (esta também se descolou da idade, grupo, classe ou parâmetro etários, separou-se do advento da *maioridade* jurídica), elas devem ser moldáveis e ter sua vontade controlada (dobrada) através da criação doméstica (privada) e da educação escolar (esfera pública). Devem ser amadas por seu próprio mérito, pois agora encarnam não mais a lealdade e a sucessão da linhagem, mas as ‘esperanças no futuro’ e a chama que ‘mantém vivo o sentimento de humanidade’. O mundo adulto moderno parece não ser tão seguro para as crianças como antigamente, e alguns pais manifestam o desejo de retê-las no período da infância, agora visto como um tempo lúdico, de lazer e de estudos. Ou, de muito trabalho, não vamos nos enganar, parece que não só os autores pesquisados por Santos, mas ele mesmo só toma como referência os países ocidentais modernos, capitalistas e desenvolvidos. Para o Brasil, toda América latina, Ásia e África, esse ‘pretenso’ tempo lúdico infantil praticamente não existe para grandes parcelas da população.

Porém, muitas dessas concepções tradicionais de infância deixadas pelas classes médias e altas ainda são recorrentes em estratos das camadas mais populares. Entre os ‘repositários dos costumes’ da burguesia, provavelmente as crianças ainda são enviadas para a aprendizagem em casas de terceiros e açoitadas nas escolas e nos lares. Visões de

crianças como seres *rejeitáveis*, *desprezíveis*, *subjugáveis*, *ignoráveis* que podem ser maltratados, abusados, negligenciados e eliminados ainda sobrevivem residualmente na sociedade moderna como sustentam diversos pesquisadores. Fato que os/as nossos/as meninos/as de rua são testemunhas vivas – embora ameaçadas e correndo risco freqüente de morte –; a sobrevivência dessas lógicas e os mecanismos ou mesmo a sua exacerbação numa sociedade excludente e capitalista, não têm apenas uma existência ou resistências residuais, conjunturais e manifestas em casos particulares, mas sim, são intensos, freqüentes, corriqueiros, estruturais e sistêmicos. Testemunhamos os escândalos midiáticos sobre a mãe ter jogado uma criança na lagoa da Pampulha em Belo Horizonte; o que prova que a valorização social, moral e religiosa da função ou papel-maternidade é muito grande e é uma exigência poderosa, mas não prova que esse fenômeno é fruto da valorização da criança, e também não sabemos ao certo quantas crianças são jogadas em lagoas e rios ou deixadas em entulhos de lixo, em becos, matas próximas às cidades e nos lixões, ainda quando bebês, ou a prática do aborto indiscriminado, que tende a ser bem maior do que as cifras oficiais registram, além dos assassinatos (mais o conceito de infanticídio acusando a depressão pós-parto) ou mesmo, a quantidade das crianças e adolescentes exterminados já quando maiores. Todos esses fatos demonstram a persistência das ambivalências ideológicas em torno da criança/adolescente, de muito desejadas ao mero abandono, da opressão e mutilação (simbólica) à sua mutilação e aniquilação físicas, através de assassinatos e chacinas de grupos (coletivas); defendo que tal fenômeno se configura num processo de *limpeza étnica* no caso dos/as meninos/as ou população de rua e/ou negros.

No caso do bebê da Pampulha (BH), e o do Rio Guaíba em Porto Alegre, o desejo em torno delas, isto é, dos fatos sobre elas, pode muito bem ser mais fruto da mídia do que da *generosidade* dessas famílias e mulheres expostas e que queriam ajudar ou adotar a criança vítima. Acredito que a mera situação de miséria e pobreza não é fator suficiente para uma mãe jogar seu filho no lixo ou no lago, são fenômenos que devem ser buscados na mudança de valores, na reestruturação da instituição familiar, uma vez que não há que falar em perdas de valores ou desestruturação familiar, pois os valores se transformam, transmutam-se, enquanto a família se reestrutura de forma distinta de outros momentos históricos. Se pobreza fosse condição sociológica (mesmo sem justificativa moral) para tal fenômeno, a humanidade dificilmente chegaria até aqui, e, muito menos teríamos família com 20 ou 30 filhos criados com amor (no sentido tradicional não o moderno e atual), e na mais absoluta situação de pobreza. Ao que tudo indica, os valores e normas morais em

torno da função maternidade se alteraram, reconfiguram-se, permitindo maiores *brechas* e *autonomia* da mãe frente ao corpo social fiscalizador.

Outra questão importante na análise de Santos (1996) está no legado das teorias desenvolvimentistas, quando a criança se tornou um objeto de estudo da ciência. Nesse campo destacam-se vários autores/pensadores. Para Santos (1996), um grande legado vem da biologia, com Darwin e com a psicanálise de Freud. As teses de Darwin impactaram fortemente a psicologia infantil. Darwin (1859 apud SANTOS, 1996) demonstrou a importância da infância dentro de um contexto evolutivo amplo, o da espécie. Ele interessou-se pelos primeiros desenvolvimentos dos seres humanos, tais como as habilidades cognitivas, motoras e comunicativas etc., porque acreditava existir uma continuidade desenvolvimentista entre os animais inferiores e seres humanos, animais superiores. Assim, o início da vida humana individual revelava como haviam sido os primeiros tempos, quando os homens evoluíram da espécie animal. As crianças estão, nesse modo de pensar, no estágio imediatamente posterior ao animal e anterior ao da fase acabada do homem na escala evolutiva.

Analisa Santos (1996) que, assim, os primeiros estágios embrionários revelam a ancestralidade animal dos seres humanos – no início da vida, o feto humano e os dos vários animais têm formas semelhantes. O homem evolui de uma animalidade que está na origem da espécie ou da raça humana. A criança é vista, no quadro evolutivo, como um ser humano em estágio primitivo ou como animal pré-humano. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da criança para a fase adulta espelha, sem reproduzi-lo literalmente, o progresso da humanidade como um todo. Então, conclui que, nessa perspectiva, ‘crescer’, tornar-se adulto é simbolicamente o processo de aquisição da ‘civilização’, pois a criança é vista praticamente como um ser ‘primitivo’ e/ou ‘selvagem’, tanto do ponto de vista orgânico (biológico) quanto cultural. Nessa concepção, a criança seria – assim como a mulher e o negro (SUÁREZ, 1992) –, concluindo a partir dos autores, uma espécie de elo entre o animal e o homem, sendo a criança concebida como pré-humano, em decorrência do fato de ser considerada pré-social, pré-moral, pré-civilizada e não um ser cultural. Observe que tais concepções eram comuns também em relação à mulher, a própria sociologia, a etnologia e a antropologia nascentes afirmavam ou legitimavam isto, o mesmo valia para as sociedades não européias, sobretudo africanas, oceânicas e americanas; os asiáticos, embora fossem vistos já como civilizados, ainda eram ou são considerados em estado animalesco, selvagem ou bárbaro, não muito diferentes dos

indígenas e aborígenes, como a intolerância religiosa, o racismo e o etnocentrismo, como o imperialismo norte-americano e/ou europeu tem demonstrado através de guerras, conquistas e imposições arbitrárias, opressoras e violentas de toda ordem, através do capitalismo, sua globalização ou unidimensionalização, o fenômeno da ocidentalização.

Nessa perspectiva, teleológica e evolucionista, assim como na filosofia e na teologia, o fim a ser alcançado pelo desenvolvimento da criança é o estado adulto (processo que se converte em símbolo de progresso, evolução e chegada à civilização, abandonando o estado animal ou primitivo e selvagem anterior, da fase infantil). É nessa fase que todas as características biológicas do ser humano já estão dadas, e quando o organismo atinge a completude e a perfeição. Assim, o progresso do desenvolvimento da criança é medido em relação à proximidade da fase adulta – esta é o termo de comparação. A maturidade é a conquista valorizada, pois é o estado ideal final. Aqui considero relevante lembrar a associação que se faz do velho caduco ou do deficiente mental com a criança, tendendo a considerá-los como criança, que não desenvolveram e nem chegaram à idade adulta ou que perderam a razão e a maturidade. Como ilustra a condição dos/as velhinhos/as senis ou pessoas que passaram por seqüelas mentais etc. que voltariam, simbolicamente (e até social e juridicamente), à condição infantil, portanto ao reino do natural, do animal ou *selvagem* e acultural, ou seja, há um processo de estigmatização e discriminação tão intenso e preciso, que retira o reconhecimento anterior, há um desreconhecimento. Assim, não basta ter idade, é necessário desenvolver ou manter as capacidades cognitivas do indivíduo adulto ‘normal’, proceder como tal, desempenhar os papéis exigidos do adulto. Ressalvado que essa outorga de status ou retirada dele não é um processo natural, não está preso ao fato *objetivo ou real*, mas à ideologia, à negociação relacional que produz ou mantém as identidades dominantes e valorizadas socialmente.

Contudo, afirma-nos Santos (1996) que a maneira como esse estado adulto é considerado parâmetro varia de acordo com os teóricos desenvolvimentistas. As duas posições mais determinadas são as de Freud e Piaget. Para Freud (1996), o paradigma é o adulto normal, genital em seu objetivo e heterossexual em seu objeto, pai de filhos, com um lugar ocupacional no mundo. Já Piaget (1975) define seus parâmetros em termos lógicos e científicos – quando a pessoa adquire a capacidade para o pensamento operacional formal, ou seja, o abstrato e hipotético. Portanto, as teorias do desenvolvimento infantil são organizadas em torno dos conceitos específicos de competência do adulto *normal*, que prevalece como referencial, o parâmetro identitário.

Unanimemente, Freud (1969; 1996) é considerado o mais influente entre os teóricos e reformadores que articularam uma nova visão de criança. E já é uma leitura recorrente que, com Freud, as crianças perdem a inocência que haviam ganhado tanto com a teologia quanto com Rousseau. Para Santos (1996) Freud ‘descobriu’ a infância (ou melhor, sua sexualidade) em suas análises sobre os fenômenos da vida sexual – ou com motivações sexuais, principalmente as inconscientes – dos adultos: “já em 1896 eu insistia na importância dos anos da infância na origem de certos fenômenos importantes ligados à vida sexual, e desde então nunca deixei de dar ênfase ao papel desempenhado na sexualidade pelo fator infantil” (FREUD, 1969, p. 180 apud SANTOS, 1996, p. 139).

As conseqüências da repressão e inibição estão bem delineados em *Totem e Tabu*, na qual Freud (1996) desenvolve o raciocínio explicativo de que o social e o cultural surgem com ‘o proibido’, sobretudo com a instituição do *tabu do incesto*, fenômeno que ele concebia como generalizado e universal nas culturas humanas, embora não se dê da mesma forma e varie de cultura para cultura. Nesta obra, Freud intui que ainda num estado de horda da humanidade, pré-cultural, os filhos (ou seja, os ‘jovens’), dominados pelo ‘grande pai’ (‘velho’), revoltam-se contra este, que detinha todo o poder e a posse das fêmeas (filhas e/ou esposas). Nesta revolta eles matam e devoram (ritualmente) o ‘grande pai’; porém, através dessa devoração ritual, o ‘grande pai’ se converte em um símbolo poderoso e, se antes ele era poderoso, passa a ser mais poderoso ainda. Os filhos passam a adorá-lo, ele agora é o totem, é o início da experiência religiosa. Tendo em vista que os filhos homens têm o mesmo poder, devem limitá-lo para não cair em barbárie e aniquilação mútuas ou uns se tornarem escravos de um só ou de um grupo (os irmãos mais forte politicamente, não mais fisicamente). Passam, para tanto, a instituir regras de convivência e leis, impor limites, o próprio tabu do incesto, é o nascimento da cultura (e da civilização) e as filhas-irmãs-esposas (não são agora suas fêmeas), passam a ser mulheres que precisam se casar com membros de outros clãs, agora já saiu do estado de horda.

Para Santos (1996), se com Freud as crianças perderam a inocência – o que em si, pode ser considerado um ganho –, outros elementos importantes vão ser agregados à concepção moderna de infância. Os bebês e as crianças puderam agora ser vistos como seres humanos, e não mais como ‘anjos’ do ponto de vista da sexualidade, e também como seres capazes de pensar e sentir. Eles são apaixonados, com emoções poderosas e pensamento complexo. Embora pudessem ser criaturas egocêntricas, sedutoras e libidinosas, capazes de cometer perversões e também, às vezes, pudessem ser cruéis e

mesmo sádicas; mas isso não era fruto de sua natureza depravada (como na explicação teológica), que já trazia inatamente o peso do *pecado original*, nem de degenerescência, mas sim de dinâmicas de seu próprio desenvolvimento, cujas causas podem ser plenamente inconscientes. Assim, ao contrário do que se poderia imaginar, as crianças perderam a inocência, mas não voltaram a ser consideradas seres pervertidos. A concepção freudiana difere da religiosa porque sua narrativa contém argumentos para minimizar a culpabilidade das crianças, presente na visão religiosa. Destarte, o reconhecimento da necessidade de proteção das qualidades especiais da infância e da ‘naturalidade’ do desenvolvimento estão em sintonia com a mensagem de Rousseau. Segundo Santos (1996), apesar de toda a sua destruição da idéia de inocência da infância, as idéias de Freud estavam, na verdade, em simpatia fundamental com a afirmação romântica original da importância da infância, e sua vulnerabilidade para a vitimização social. Também seria correto pensar que Freud nos fornece pistas para imaginar que a ‘inocência’ da infância é uma espécie de mito útil, baseado no pensamento e nos desejos do adulto de regular sua relação com a criança.

Santos (op. cit.), percorrendo a bibliografia infantil, encontra a comparação entre a criança de Freud (1969; 1996) e a de Piaget (1975). Elas têm diferenças e semelhanças. A imagem piagetiana é o oposto polar da freudiana. A criança freudiana é representada como que possuída por uma certa animalidade selvagem, às vezes demoníaca, e com ímpetos sexuais não-controlados. Já a imagem de criança de Piaget é a de um cientista balbuciando com curiosidade – um bebê jogando um brinquedo para fora do berço, uma espécie de Galileu observando os corpos caindo –, ela tem sede de conhecimento e ímpeto sexual como a criança freudiana, mas seu intelecto é mais ativo e independente. No imaginário freudiano, como em muitas outras teorias de socialização, a criança é um recipiente mais ou menos passivo das demandas de necessidades de ensinamentos de sua cultura, apresentando como única alternativa à resistência. Já a criança piagetiana participa mais de seu desenvolvimento; não é uma vítima passiva que faz meramente internalizar os padrões adultos, e crescem com mais autonomia e criatividade. Entretanto, elas não são tão desiguais quanto se parece à primeira vista. Apesar de a criança de Piaget ser curiosa como um cientista, sua capacidade de processar informações não é ainda sofisticada, e seu pensamento é egocêntrico, animalístico e facilmente enganado pelas aparências.

Santos (1996) também mapeia as principais críticas ou reexame das teorias desenvolvimentistas à luz do contexto social. Tomando vários autores, procede à análise dessas teorias, das quais descobre várias lacunas, falhas, vícios e vieses; a pluralidade de

visões sobre as mesmas surpreende, mas, principalmente, as críticas mais agudas quanto às ideologias por trás de seus achados teóricos. Sobressai a crítica que advoga que quase toda a teoria do desenvolvimento tem sido moldada nos pressupostos da doutrina da ‘recapitulação da raça’, embora isso raramente seja explicitamente reconhecido. Segundo Santos (1996), por outro lado, duras críticas serão feitas sobre a pretensa universalidade das teorias desenvolvimentistas. Faz-se uma crítica central a generalização inconsistente de casos particulares. Muitos trabalhos experimentais da psicologia da criança poderiam ser enquadrados no empirismo abstrato, ao lidar com partes de informações que não refletem a realidade social. As partes são estudadas de forma isolada, e sua lógica é que a soma de todos os aspectos analisados separadamente pode fornecer um quadro completo da realidade do comportamento infantil. Não raro, em sua metodologia, toma-se a parte pelo todo; muitos autores constroem conceitos teóricos muito amplos, de questionada relevância social, a chamada e criticada *grande teoria* por Wright Mills (1965).

Para Santos (1996), as grandes teorias do desenvolvimento como as de Freud e Piaget, por exemplo, embora mais ricas do que as teorias experimentais, também falham ao desprezar o contexto social e cultural – com a brilhante e honrosa exceção de Vygotsky (1998) – e ao não estudar a criança em seu dia-a-dia. Como vimos, na teoria freudiana, o desenvolvimento é causado pelas mudanças na ênfase erótica do corpo. Ela permite vários caminhos, dependendo de como ocorre o desenvolvimento, mas existe uma base psico-sexual, que seria universal. Já as projeções de Piaget são baseadas na maturação do sistema cerebral-nervoso e no encontro da criança nos meios físicos e sociais existentes em todas as culturas. Embora ambos mencionem uma certa inter-relação entre o biológico e o cultural, em realidade são as estruturas internas que proporcionam o desenvolvimento. Critica-se que, em Freud, a descoberta da infância, além de ter ocorrido durante a sua busca da compreensão das neuroses dos adultos, vem principalmente da auto-análise de adultos em aspectos relacionados a neuroses e de material coletado com sua família e com seus amigos, e quase nada é derivado das próprias crianças. Piaget, por sua vez, também baseou grande parte de sua reflexão na observação do desenvolvimento dos seus filhos. Assim, o que se reivindica ser universal é, em realidade, uma teoria baseada em casos bem particulares, de crianças de classe média e alta intelectualizadas da Europa Ocidental.

Inúmeros pesquisadores argumentam que a psicologia do desenvolvimento tem *super* enfatizado o desenvolvimento como um processo individual de *desabrochamento* interno, negligenciando a influência do contexto social e cultural sobre as crianças e o

conceito de infância, onde há, de cada cultura. Nessa mesma direção, Santos (1996) afirma que as teorias expressam uma concepção de infância como um estágio a caminho da vida adulta que tem um valor normativo. A infância, em relação à vida adulta, espelha o primata em relação ao humano, e guarda relação de correspondência entre o estágio primitivo da humanidade com o mundo moderno e civilizado. Assim, a infância é comparada à primeira fase pós-primata da raça humana – a sociedade em seu estágio primitivo – e o adulto é o ser humano no estágio pronto e acabado, a civilização e a modernidade. O desenvolvimento da criança é um processo inevitável e invariável, conduzido por uma estrutura biologicamente enraizada, herdada pela criança. O ambiente social e/ou o contexto cultural podem influir no desenvolvimento, mas estes são apenas a ocasião, pois o motor da mudança é endógeno (interno). Portanto, se conclui que estas teorias passam a visão subjacente de que as crianças crescem num *vacuum* sócio-cultural.

Para Santos (1996), a despeito do fato e dos fatores biológicos e psíquicos do desenvolvimento serem universalmente aceitos, por trás da inevitabilidade deles existe muito espaço para variações. Embora diferenças de idade e entre sexos sejam utilizadas universalmente para categorizarem socialmente as pessoas, os fatores da natureza têm significados diferentes em diferentes culturas, como afirma Ruth Benedict (1938 apud SANTOS, 1996). Nenhum padrão particular de desenvolvimento pode ser considerado um caminho ‘natural’ para a maturidade. Como vimos nas teses históricas, em sociedades de épocas passadas da cultura ocidental, os ciclos da vida foram pontuados e resignificados de maneira bem diferente da forma que agora reconhecemos. Mesmo no campo da psicologia, os estudiosos têm constatado grandes variações com relação às concepções de quais são as necessidades, a capacidade e a dinâmica de crescimento das crianças. Assim, essa ciência começa a observar que o crescimento de um indivíduo está inextricavelmente ligado às condições e às mudanças sócio-culturais. Segundo Santos (1996), o não reconhecimento dessa interdependência pode invalidar os resultados de muitas pesquisas. As críticas da Antropologia ao etnocentrismo dos conceitos psicológicos parecem estar produzindo uma autocrítica positiva nas teorias do desenvolvimento infantil.

Considerando isso, para Santos (1996), pode-se dizer que os conceitos de infância e adolescência são constituídos por elementos de três ordens: o tempo, a natureza e a cultura. Ou seja, eles referem-se a três dimensões: sua variabilidade histórica; biológica – mudanças na natureza (orgânicas), física e psíquica do ser humano; e, cultural – que são os significados, funções e valores atribuídos a cada uma das fases da vida. Considero que, sob

este aspecto, Santos (1996) tenta conciliar afirmando que os processos de desenvolvimento são tanto uma coisa: histórica, social e/ou cultural, quanto outra coisa: biológica, psicológica ou natural. Embora também ele não defenda a universalidade do fenômeno (real ou inventado), fica em cima do muro e tenta atribuir grande peso ao segundo aspecto ou segunda dimensão. Discordo de Santos nessa postura, penso e defendo que não resta dúvida de que o peso da dimensão social e cultural é maior, predominante, embora não exclusivo. Santos (1996) deixa isso subjacente quando afirma que há três dimensões; ora a dimensão tempo ou variabilidade histórica também é política e sócio-cultural, portanto, ou temos duas dimensões sociais e culturais contra uma biológica/natural ou tratar-se-ia de apenas duas dimensões – e não três – antagônicas ou que se somam, se complementam: Natureza + Cultura ou Cultura x Natureza. Tanto em uma dimensão quanto em outra existem as interveniências de vários fatores na determinação dos grupos de idades, quais sejam: força física, tamanho, ambiente, se o contexto é rural ou urbano, as influências de classe e o próprio recorte de gênero ou étnico-racial, na definição do *status* social do que vem a ser uma criança, adolescente ou jovem e os conseqüentes papéis sociais atribuídos.

Quanto ao corte de gênero, se considerarmos corretas as informações de Ariès (1986) sobre a descoberta da natureza particular da infância, temos que as meninas continuaram a serem tratadas indistintamente das mulheres adultas até quase a virada para o século XX: foram as últimas a se trajarem diferentemente e a freqüentarem a escola. Por outro lado, foi considerado também que as meninas começam a sua ‘evolução pubertária’ e atingem o crescimento pleno antes dos meninos. Santos (1996, p. 146-7) conclui que essa diferença de desenvolvimento físico entre dois sexos tem “significação óbvia para o agrupamento das crianças”, uma vez que, em geral, elas são agrupadas de acordo com a faixa de idade. Santos (1996) vê as diferenças étnicas na constituição dos grupos etários relevantes e conhecidos na Antropologia como um campo bastante profícuo nas abordagens dos temas infanto-juvenis, embora voltado menos para a socialização das crianças do que para os ritos de passagem para a vida adulta, ou seja, a antropologia também ficou enviesada pela lógica adulto-cêntrica e/ou adultocrata.

Minha interpretação é que o fato de haver criança não implica em haver infância, assim como a existência da puberdade não obriga a existência da adolescência; puberdade tem uma existência biológica ou orgânica, enquanto que adolescência é uma invenção cultural, assim como a infância, a maturidade, a terceira ou a ‘melhor idade’ etc. Considero tal constatação verdadeira e significativa para o nosso tema, uma vez que, em nossos dias,

nas sociedades urbanas, modernas, industriais, democráticas, ocidentais etc. onde a estrutura da sociedade e da família tanto mudou, cresceu a importância da instituição escola (e do Estado) e do lazer; e, conseqüentemente, dilatou-se o tempo de ‘espera’ e de ‘preparação’ para a vida adulta: a adolescência. Mesmo nestas sociedades ainda existem muitos indivíduos e até grupos sociais que ‘pulam’ ou ‘queimam’ certas etapas e fases (estabelecidas pelos conceitos e/ou até juridicamente), passando direto de criança (ou da infância) para a fase adulta; e há milhões de crianças – em todos os continentes e países, inclusive no ricos (Norte), mas principalmente nos países do Sul (pobres) – que, pela sua condição ou maneira como são tratadas: assumindo responsabilidades muito cedo, que trabalham duro e não têm tempo para o brincar, para o lúdico e o lazer, pode-se dizer que se trata de crianças com existência (física/biologicamente) – mas que não têm infância (sociologicamente) ou que aquele período não foi explorado como devia ser (como tempo de criança), como um Direito (difuso) à Infância.

Santos (1996, p. 146) constata que a diferenciação de classe tem também recebido bastante atenção das escolas sociológicas. Isso se deve à sua “indubitável influência na determinação da conduta dos membros da sociedade em várias de suas dimensões, como, por exemplo, as esferas de sociabilidade, que diferem, segundo o tipo de atividade laboral (ou não), o padrão de consumo e os espaços sociais a que tem acesso”. Mostra como foi importante, para que surgisse a cultura da adolescência na sociedade, a existência de jovens com tempo dedicado aos estudos e adquirindo autonomia financeira, ainda que relativa, que permite o acesso aos bens culturais que lhes asseguram um sentido ou dimensão simbólica de pertencer a uma ‘classe de idade’ ou grupo etário. Outro exemplo de aspecto que varia é a idade para o ingresso no mercado de trabalho. Ariès (1986) fez notar que a demanda de mão de obra infantil, no desenvolvimento da indústria têxtil, acentuou a precocidade da passagem para a vida adulta das crianças das classes populares, o que, da maneira como ele aborda a questão, restringiu por muito tempo o novo sentimento de infância aos setores mais abastados da sociedade. O tema do trabalho – se ele é ou não elemento definidor da adultização precoce da criança e do adolescente – é, com certeza, um dos aspectos mais polêmicos da atualidade.

Voltando ao impacto dos achados teóricos de Ariès (1960, 1986), poucos teóricos e especialistas se contrapuseram à idéia de que os pais exerciam um tratamento cruel e/ou uma relação formal, fria e distanciada com os filhos. A maioria corroborou tal tese através de vários estudos, fontes, documentos e teorias. Ariès (1986) e seus seguidores afirmam

que o que prevalecia mesmo eram as práticas de *desleixo, castigos severos, aterrorização, chicoteamentos, abandonos, ‘acidentes’* (muitas vezes provocados ou desejados), *espancamentos, afogamentos, abusos sexuais, envenenamentos e indiferença pela morte da criança etc.*, e outras formas de infanticídio (tanto de filhos legítimos quanto de ilegítimos, persistindo o maior número de infanticídio sobre os filhos ilegítimos após uma forte imposição moral cristã) que aliadas (ou como causas contributivas destes) ao alto índice de mortalidade infantil, funcionavam como um mecanismo de impedir o super crescimento da família e a dificuldade em sustentá-la ou, no caso apenas do tratamento cruel, ensinar a disciplina, torná-los homens, *gente*. Vários autores defendem ou contribuíram com essa tese e, pelo volume e evidências, é quase impossível não concordar ou não acreditar que esses fatos tenham ocorrido realmente. Não é difícil comprovar a existência de tais práticas, uma vez que elas ainda estão presentes na sociedade atual. Não se justifica olhar para o passado com os olhos de hoje e ser completamente etnocêntrico, como bem acusam os críticos de Ariès, mas isso não desmente que tais práticas não foram intensas, assim como, não prova que tais práticas foram reduzidas vertiginosamente a partir do séc. XIX.

Discordo de alguns argumentos dos opositores de Ariès (1986), sobretudo dos que desconsideram o volume de dados e elementos oferecidos pelas várias pesquisas efetivadas por este autor e colaboradores, embora as próprias críticas possam ser consideradas uma complementação e ampliação das teses dele. Por exemplo – e isso a despeito do número de espancamentos, do desejo dos pais de ‘dobrar’ as crianças, dos abortos ou infanticídios –, alguns advogam que as crianças eram muito desejadas ou bem vindas no lar (com forte carga afetiva) e que, inclusive, a mulher que não tinha ou não podia ter filhos era muito mal vista pela sociedade e pelas famílias e sofria com isso; além do mais, os pais se preocupavam com a saúde de seus filhos, ficavam desconfortáveis e preocupados com a preparação e o ‘futuro’ (na linguagem midiática de hoje, o ‘sucesso’) de seus filhos e até sofriam muito com suas mortes. Ora, uma coisa não tem – pelo menos de forma direta, necessária e mecanicamente – nada a ver com a outra; ter filhos, mais que exigência, era uma obrigação moral e religiosa (‘crescei e multiplicai-vos’, teria dito Deus no Gênesis). A família tinha que garantir a reprodução social, a sua continuidade (de ‘sangue’, biológica, mas é óbvio que, culturalmente significada), a sua linhagem e provar a sua honra, o homem provar que é homem e a mulher provar que é além de mulher, uma boa mulher, uma boa esposa e, principalmente, uma *boa* mãe, ‘parideira’ e boa de leite etc. Tanto a mulher quanto o homem assumiam vários papéis sociais, em relação ao trabalho e sustento dos

filhos, a educação destes, em relação à religião, ao Estado e à família, nuclear ou extensa.

Ter filhos era a principal função social do casamento – é bom lembrar que até pouquíssimo tempo atrás constava no Código Civil Brasileiro (em vigor de 1916 a 2002) que o marido (ou a mulher) podia *largar* ou se separar legitimamente do/a cônjuge estéril, tal o poder dessa exigência moral e até jurídica –, o que não quer dizer em nada com uma possível exigência de um bom, ótimo, carinhoso e harmonioso tratamento para com os filhos/as; ao contrário, eles tinham de aprender desde cedo a vida dura, a realidade, a sobreviver nas adversidades e a respeitar os outros; tinham de reproduzir e honrar os valores de ‘berço’. Há mais: a preocupação com o futuro dos filhos também é uma obrigação moral muito forte que recai sobre os pais, não se pode deixar o filho ser um “frouxo” e desonrar a família, não sendo trabalhador, não casando ou não conseguindo ‘domar’ (controlar) sua esposa ou filhos, não conseguindo sustentá-la e a toda sua família. Sobre a morte de algum filho, também é um comportamento ‘esperado’ (papel social e moral) que os pais sofram e até chorem. Além do mais, nas concepções antigas (e/ou não tão antigas), o ‘duro trato’ e o autoritarismo, principalmente do pai, inclusive sobre a mãe, era uma linguagem ou uma maneira de manifestar e provar o seu amor, pois aquela dureza ou sofrimento imposta ao filho “só lhe ia fazer o bem” e no futuro o filho agradeceria por aquelas chibatadas e humilhações. Finalmente, o fato de as concepções sobre a infância terem melhorado significativamente a partir do século XVIII e a criança ou adolescente passar da condição de “não ser”, de ninguém ou base das escalas sociais numa civilização homem-branco-adulto-cêntrica para uma condição menino-branco-infanto-cêntrica (um mito em voga sustentado por vários psicólogos, que não é uma realidade nem hoje), não assegura o bom tratamento, embora possa minimizar mais os horrores sofridos antes.

Porém, como algumas teorias sustentam, muitas vezes, embora a visão de mundo (e sobre as crianças), o imaginário social ou representação social possam ser positivos, ‘maravilhados’, beirando a exaltação de sua pureza, inocência, honestidade, fragilidade e natureza angelical ou santidade, só para ilustrar alguns, isso não significa que as condições ‘reais’ ou ‘objetivas’ da vida social, das condições de existência, da produção material e do controle político aliviavam o sofrimento; as ideologias são paradoxais, ambivalentes e/ou confusas e a política ou tratamento podem, inclusive, piorar, exacerbar a violência através de castigos e da crueldade em geral para com as crianças/adolescentes, como sustenta Del Priore (1996). Até porque se eram categorias mais ou menos invisíveis, sua nova ‘visibilidade’ desperta o ‘chicote’, vira um novo pretexto para o ódio, a autoridade ou a

honra se manifestarem sem vacilar. Sobre o processo de provocar ou despertar maior visibilidade, geralmente este vem acompanhado de novas formas de expiações, restrições, repressões ou punições, tal como demonstra a luta de transformação das crianças de rua (de objeto) em sujeito de direitos e da história (sujeitos políticos). Nesse contexto muitas crianças foram perseguidas e chacinadas pela polícia e/ou por grupos de extermínio, pois estes despertaram e acirraram sua fúria e ódio, que já eram arraigados, contra o novo status e posição de destaque dada pela mídia, por religiosos, por autoridades e pelo MNMMR às crianças e adolescentes de rua. Nas campanhas de conscientização e/ou nesse processo de luta, muitos fatos violentos se exacerbaram, não em virtude de inveja ou rancor, embora estivessem presentes um rancor coletivo, a intolerância étnica e o racismo, mas também como mecanismo de silenciar um grupo que sabia demais a respeito da corrupção e crimes policiais e de outros adultos. Assim, várias chacinas foram, na verdade, um instrumento poderoso chamado na linguagem policial e na criminosa de ‘queima de arquivo’.

Nesse sentido, podemos perceber que, pelo menos em certos aspectos específicos e em algumas fases do processo de construção do sujeito, do abandono da condição de objeto, em outras palavras, de um processo de representação positivada, o grupo que está lutando para fugir dos estigmas e que luta pelo reconhecimento sofre ou corre maior risco de sanções, opressão, violência e até de genocídio ou etnocídio (massacres coletivos e homicídios individualizados) do que antes. Porém, passado esse período de maior turbulência, as conquistas de direitos e reconhecimento compensam os riscos, mas os sujeitos estigmatizados só perceberão isso e correrão o risco se estiverem integrados num movimento de afirmação, se estiverem conscientes de suas reais condições, do que sofrem e do que desejam, de onde querem chegar. No caso dos/as meninos/as de rua, foi o MNMMR que possibilitou essa conscientização e a compra do imenso desafio.

Embora as representações positivas muitas vezes não ajudem (a curto e médio prazo) e até possam atrapalhar o grupo estigmatizado e perseguido – levando em consideração, por exemplo, a representação de crianças como anjos, como imagem de Cristo –, quando as representações já são negativas, a ideologia não precisa fazer nenhum cálculo complexo ou ambivalente e até aparentemente contraditório, pois o regime ou condição de exceção já está dado ou suposto, basta a punição se manifestar; seja para purificar a alma do perseguido ou porque pressupõe que ele não tenha alma, como os europeus adultos concebiam as crianças (mesmo as brancas) e os índios/negros respectivamente. Assim como as crianças, embora pudessem ser vistas como de alma pura,

não pareciam ter a alma pronta, completa, ainda era um germinar, a clara do ovo, mas sem a ‘gema’ e o sofrimento faria o *calor* necessário para formar a gema, isto é, o homem e a mulher maduros, com alma e espíritos definidos, capacitados, dotados de habilidades, comportamentos e valores socialmente reconhecidos. Porém, a representação positiva, em geral (nem sempre), terá conseqüências ou efeitos positivos ao longo prazo. Destarte, a representação positiva que se fez sobre a natureza, o índio, a mulher e o negro no romantismo burguês não foram em vão. Nessa perspectiva, defendo que tais representações trouxeram bons frutos, embora muito tardiamente aos grupos e/ou realidades estigmatizadas e violentadas; cabendo apenas a ressalva de que as possíveis conseqüências das representações sociais não guardam ou possuem uma força causal e mecanicista, elas não são obrigatórias ou necessárias, não possuem uma teleologia intrínseca. Tais fenômenos são analisados, nesse aspecto, de forma unânime por Marx, Durkheim e Weber, mesmo que cada um a seu jeito e peculiaridades.

Santos (1996) parece concordar mais com os críticos de Ariès e dos historiadores em geral, não que não existiam ou existam os abusos, tratamentos cruéis, infanticídios etc., mas porque reconhecem a necessidade de relativizar as visões horrendas que a maioria dos autores tinham (ou têm) do passado; enxergando somente o ‘horror’ que os/as adultos/as do antigo regime teriam praticado. Sustenta Santos (1996, p. 96) que entre as maiores críticas em relação a Ariès, a seus seguidores e pensadores afins (aos historiadores da infância em geral) estão: a falta de cuidado metodológico e a maneira de ver o passado com os olhos de hoje, em que se alteraram radicalmente as estruturas da sociedade, das instituições como família, igreja e educação e as estruturas afetivas, os incrementos de afetividades e os modos de tratamentos dispensados às crianças (e aos adolescentes) no ocidente moderno. Em suma, suas maiores carências seriam a falta de relativizar o tempo histórico e os espaços circunscritos em que os fatos (inventados ou reais) se desenrolam. Lição esta que há muito vem sendo recomendada pela antropologia, sobretudo a sincrônica (estrutural) e cultural, porém essa disciplina somente muito de *raspão* ou superficialmente abordou o tema da infância e da adolescência. O tema surgiu apenas nas pesquisas sobre ritos de passagem e os ‘temperamentos’, inclusive sexuais, de determinados grupos, etnias e/ou culturas pelo mundo afora. A preocupação era com o/a adulto/a – e, na maioria das vezes, com o adulto ‘exótico’ e até ‘afrodisíaco’ –, em outras palavras, como o/a menino/a se torna adulto/a, um ser ‘completo/a’, competente para desempenhar sua cultura e as funções sociais que se espera dele e, a preocupação nunca era com a ‘cultura’ ou a

condição da criança-adolescente-jovem em si mesmas.

Segundo Santos (1996, p. 173), tem “predominado nas culturas modernas, portanto, a definição de criança em oposição ao adulto – é uma espécie de morte simbólica da criança que faz nascer o adulto”. Alguns autores sustentam que não só pensamos nas crianças como seres radicalmente separados dos adultos, como tínhamos a noção de infância como um *estágio* no desenvolvimento do ser humano. Hoje, pensa-se a infância como uma abstração das particularidades de cada criança – reconhece-se a diferença entre o que é estar num *estágio* de desenvolvimento e num *estado* de infância. Embora se tenha consciência da ‘natureza’ peculiar da infância, predomina ainda uma concepção de infância como de um estado de incapacidade em relação aos adultos, no qual as pessoas carecem das capacidades, habilidades e poderes dos adultos. O adulto ideal é provido de certas capacidades cognitivas, tem sua identidade definida, é racional, consciente de suas crenças e desejos, fisicamente independente, autônomo e, por isso mesmo, capacitado para fazer suas escolhas e assumir responsabilidades. Por possuir essas qualidades, ele é considerado capaz de trabalhar para garantir a sua sobrevivência, ser responsável por suas ações perante a lei, fazer escolhas sexuais e participar das decisões sociais e políticas que definem os destinos da sua comunidade e nação. Para Santos (op. cit.), não se pode dizer que a infância não tenha virtudes nesta concepção, pois nela a criança continua sendo um ser meigo, terno, inocente, puro, sincero, franco e honesto. Embora, em tese, essas características sejam valorizadas pelos adultos – e, na realidade, até mesmo lamenta-se que estejam ausentes no universo da maturidade –, considera-se que, infelizmente, esses valores não se adaptam ao mundo da esperteza, da diplomacia, da competência, da individualidade e da impessoalidade. Tais características são boas mesmo é para as crianças; um adulto com essas características será considerado um tolo no mundo dos espertos, ou ‘um cordeiro no meio de lobos’ nas fábulas e na linguagem religiosa.

Entretanto, a despeito do excesso diacrônico ou até anacrônico dos historiadores, a ausência do rigor metodológico em muitos e falta de relativização; além da falta de pesquisas nessa temática pela antropologia e sociologia, que só se interessaram quando ‘explodiram’ os movimentos e culturas juvenis pelo mundo, tornando-se uma realidade e um *problema* sério e inegável para o ponto de vista conservador. Numa coisa quase todos concordam, da filosofia, perpassando pela história, pela sociologia, pela antropologia, pela psicologia até à biologia, as realidades analisadas no passado remoto ou recente ou mesmo na atualidade consistem numa forma de organização ou estrutura social que se dava e se dá

pelo ‘paradigma do adulto’ ou “sociedade adulto-cêntrica ou adulto-centrada” (SANTOS, 1996, p. 173), ou seja, tudo é medido e ‘valorizado’ a partir do adulto que, exerce o poder. Este seria uma espécie de ser completo, capaz e autônomo, ele tem uma existência própria, o que implica dizer que ele vive sem a criança, mas a criança ou adolescente não vivem sem o adulto; aliás, crianças e adolescentes só podem existir a partir das visões e construtos dos adultos, que são quem têm o poder – que dominam o campo de produção material e de poder simbólico, são os detentores ou titulares da política –, a legitimidade e a legalidade para fiscalizar, supervisionar, ‘sancionar’ (ou vetar), dominar e controlar os demais.

Passando esses elementos e conceitos para a linguagem da minha pesquisa, os adultos seriam os estabelecidos (ELIAS, 1994), os ‘normais’ (GOFFMAN, 1975; 2003; STRAUSS, 1999; BECKER, 1997), os que têm suas identidades dominantes e opressoras (Taylor, 1998) e as crianças/adolescentes seriam os *outsiders* (ELIAS, 1994), os anormais ou desviantes (GOFFMAN, 1975; STRAUSS, 1999; BECKER, 1966), os que têm suas identidades dominadas e oprimidas, inclusive politicamente (TAYLOR, 1998). Entretanto, a eles ainda caberiam uma alternativa, a de luta, para (re)afirmarem as suas identidades, lutarem pelo reconhecimento (TAYLOR, 1998; MELUCCI, 2001) e seus movimentos, que reivindicam também direitos e garantias individuais e coletivas, além do reconhecimento e da participação política, seja nos assuntos que lhes digam respeito ou para a esfera social ‘maior’. Tais movimentos apresentam um grande teor ‘abstrato’ e uma forte conotação cultural, traduzindo-se como movimentos sociais difusos e/ou antagônicos (MELUCCI, 2001; TAYLOR, 1998) e de afirmação étnica (TAYLOR, 1998); e, os movimentos juvenis guardam uma enorme energia ou potencial transformador – para qualquer direção: para libertação ou para opressão, para a utopia (emancipação) ou para a ideologia (opressão) (MANNHEIM, 1976). Porém, constatei, nesse sentido, que as escolhas políticas e as lutas do MNMMR têm sido pela primeira opção, luta para diminuir ou utopicamente acabar com as violências dos adultos sobre a infância e a adolescência, diminuir as desigualdades entre essas categorias ou grupos etários ou ‘classes de idade’ e para expandir os valores da igualdade, justiça social e da democracia de fato e de direito entre todos/as.

Vários autores sugerem que a adolescência surgiu enquanto “classe de idade” na civilização do século XX. Nessa visão, o nascimento e a formação da cultura adolescente se dão no seio das sociedades de massa a partir dos anos de 1950, quando passam a se formar os “bandos fechados de adolescentes” (SANTOS, 1996, p. 152-3), como os clãs que ignoravam ou negavam o universo dos adultos e passaram a ser considerados “a-

sociais” ou delinquentes. A partir daí, a questão da “adolescência-juventude” cada vez mais se apresenta como uma problemática da cultura e da política. Se a cultura adolescente (ou ‘subcultura’) é um fenômeno que determinou a constituição de uma classe de idade adulto-juvenil, conclui-se que ela tende a desenvolver traços distintos ao mesmo tempo em que alimenta um sentimento de comunidade e de solidariedade (‘nós, os jovens’), que chamamos hoje de identidade juvenil. No entanto, ela não cria a classe de idade (visto que a adolescência é um estágio de transição, o destino ou o fim será o adulto, embora muitas pessoas trajem estilos e queiram ser chamadas e consideradas jovens ao longo da vida ‘adulta’, é questão complexa da formação da identidade individual/grupal), mas contribui para fazê-la existir histórica e politicamente.

Dessa maneira, a preparação para adquirir capacidades requeridas para o adequado desempenho de seu papel na sociedade, inclusive o profissional (de trabalhador), exige um vasto período da vida das pessoas, que se deve iniciar na infância. Para preparar esse setor, o sistema educativo formal passa a ocupar lugar privilegiado e indispensável para a produção da força de trabalho. Assim, o sistema educativo seria o *original fundamental* da aparição do fenômeno. Para Santos (1996), há a associação entre a expansão da adolescência enquanto *classe de idade* e a escolaridade prolongada e a condição de estudante. Constata-se também o quanto a indústria cultural se apropria dos valores e atributos próprios dessa fase da vida e contribui para criar uma cultura adolescente. Assim, as mudanças econômicas, familiares e culturais transformaram a experiência de crescimento e a adolescência tornou-se um importante estágio na biografia individual e, mais do que isso, em um conjunto etário nas sociedades modernas ocidentais.

Vários autores insistem que o fenômeno é universal; contudo, defendendo que devemos mantê-lo aqui, no limite do contexto em que foram extraídos tais conceitos, concepções e reflexões, quais sejam, os das ditas culturas ocidentais modernas. Outras culturas com certeza possuem outros conceitos e concepções de infância e demonstram reconhecer uma diferença entre crianças e adultos; mas o fato de conceberem suas crianças como crianças não faz suas populações ensinar a elas, quando pequenas, comportamentos que são exatamente opostos aos dos adultos. Enquanto nas sociedades industriais, trabalho é coisa de adulto e brincadeira é coisa de criança, em várias sociedades não-ocidentais ou ‘primitivas’ – termo evolucionista que todos os autores usam generalizadamente, com ou sem aspas –, trabalho e brincadeira são coisas de adulto e de crianças. A produção é coletiva e para a subsistência de toda a população e a divisão do trabalho é coletiva e parte

do relacionamento entre pessoas do sexo diferente, de diferentes idades, entre cônjuges, entre pais e filhos e entre parentes, como bem descreveu Evans-Pritchard (1978), em *Os nuer*. Assim, as crianças não estão isentas de contribuírem para a própria subsistência, mas com tarefas adequadas ao seu tamanho e às suas capacidades. Desta forma, não havia uma ruptura tão radical entre a brincadeira de criança e o trabalho de adulto. Para Santos (1996), a sociedade ocidental democrática capitalista, dita complexa, por sua vez, eliminou progressivamente a iniciação ritualizada da criança na vida adulta. Em muitas sociedades ‘primitivas’, para um jovem ser reconhecido como adulto e enquadrado nos privilégios e responsabilidades de sua posição na cultura deveria submeter-se a um ritual altamente institucionalizado. Tanto nesse aspecto quanto em relação ao trabalho, discordo frontalmente deste e dos demais autores. Este modelo talvez sirva para sociedades como os EUA e parte da Europa ocidental, mas não para o Brasil e a maior parte do globo.

Para a unanimidade dos autores, esses ritos de passagem cumprem um importante papel na fixação formal e clara de quando ocorre a mudança de estado da infância para o estado de adulto, e são fundamentais para a construção de identidade do novo homem-jovem. A ausência desses ritos ou suas diluição, ou ainda sua mera formalidade legalista nas sociedades modernas associada à falta de modelos e à indefinição de papéis claros, provocam uma dificuldade de identificação da criança, contribuindo para produzir naquela, na época de se tornar adulta, uma fase de transição, crise e conflito. Santos (1996, p. 155) discute a ambigüidade da adolescência na sociedade de massa e afirma que, nas sociedades arcaicas, os mecanismos sociais de iniciação – os ritos ‘cruéis’ e ‘longos’, em que a criança deve morrer para nascer o adulto – “operam uma mutação, impedindo a visão das tradições psicológicas da adolescência ou da infância”. Assim, no ocidente só pode haver adolescência como tempo de conflito “onde o mecanismo de iniciação, transformando a criança em adulto, deslocou-se ou decompôs-se, e onde se desenvolveu uma zona de cultura e de vida que não está engajada, integrada na ordem social adulta”.

Santos (1996) advoga que, nas modernas sociedades industriais, o crescimento de uma criança e sua passagem para a vida adulta parecem bem mais complexas do que em sociedades como a Samoana, por exemplo. Diferentes autores concordam que a adolescência e a juventude são identificadas nas sociedades ditas modernas, como um estado potencialmente problemático, tempos de crise e conflitos. Buscando caracterizar esta fase da vida, é possível identificar nos diversos autores noções básicas que são amplamente generalizadas. Uma delas é a condição de transitoriedade. Podemos dizer que

os três primeiros ciclos da vida (infância, adolescência e juventude),

são etapas de transição, quando se dá o processo de passagem de uma condição mais recolhida e dependente para uma outra mais ampla: da não-fertilidade para a fase de procriação; de uma situação de dependência para uma de independência; de tutela para autonomia; de aprendizagem para produtividade; do mundo de casa para o mundo da rua (ABRAMO, 1995, p. 11 apud SANTOS, 1996, p. 158).

Como sustentam os autores, a ausência de ritos de passagem que delimitem claramente o início e o término dessa transição, a falta de definição explícita dos seus direitos e deveres, do seu papel e a diversidade dos modelos de identificação, imprimem à condição adolescente-juvenil imensa ambigüidade.

Defendo que é possível relativizar os postulados da ausência de ritos nas ditas sociedades complexas, uma vez que permanecem – principalmente nas sociedades ditas ‘ocidentais’, ‘modernas’, industriais ou pós-industriais e ‘democráticas’ etc. – várias esferas e vários mecanismos, formas de sociabilidades e interações, não apenas entre adolescentes, mas também junto à família, à comunidade mais ampla e aos parentes jovens e adultos que funcionam como importantes ritos de passagem. Obviamente que não são ritos iguais aos de outros povos e culturas, etnocentricamente tidas como ‘não-modernas’, ‘não-democráticas’ e ‘não-tecnológicas’, chamadas também de ‘povos ou sociedades tradicionais’ etc., porém, por serem diferentes, não quer dizer que não se configurem como fatos ou eventos marcantes que irão mudar a identidade e a vida daquela criança ou jovem para sempre. Podemos citar como exemplos de rituais modernos: as formaturas escolares e/ou acadêmicas, os trotes acadêmicos, as sociabilidades nas festas, inclusive no carnaval e as etapas pelas quais são comemorados os aniversários etc. Embora façam vários aniversários, é muito comum, por exemplo, comemorar os 15 anos da menina e significá-lo como idade em que ela adquire significativa autonomia, inclusive podendo namorar (isso, naquelas famílias mais conservadoras, pois nas demais, as meninas já paqueram e/ou namoram desde os 10 ou 11 anos). Já para os meninos, esse ‘aniversário-chave’ ou rito de passagem vem aos 18 anos: coincidindo com a idade de convocação ao exército, de legalização da habilitação para dirigir, de ganhar o ‘meu primeiro carro’ etc. Porém, os aniversários de 18 anos dos meninos são ritos menos marcados do que o rito das meninas. Nesse sim, a menina dança até valsa com algum rapaz e com o pai, fazem-se enormes bolos, a mãe e a menina choram etc. Enfim, significa simbolicamente que a criança morreu e que a família está *perdendo* aquela jovem, pois, a partir dali, a qualquer tempo, a menina já pode se casar, ter filhos, mudar de casa etc. Embora a maioridade jurídica (a capacidade

plena) só venha aos 18 anos para moças e rapazes, ela chega antes se o/a jovem casar-se mais cedo, conseguir autonomia financeira ou colar grau num curso superior, outro importante rito. O próprio casamento é um poderoso rito de passagem e mesmo que o/a jovem tenha 14 ou 15 anos, a partir desse rito, já pode ser considerado/a adulto/a e, na verdade, deve mudar seu comportamento e identidade, pois se espera dele/a que cumpra papéis sociais bem definidos, que sejam adultos: homens e mulheres. Pelo menos no Brasil tem prevalecido isso, não sei se o mesmo ocorre nos demais países e sociedades ocidentais, mesmo que variem a forma e a idade, não desmentirão a sugestão e hipótese proposta. A antropologia tem se debruçado nessa pesquisa e conceituação.

Voltando à questão da universalidade da concepção da adolescência como idade de transição e crise, o exemplo clássico que comprova a tese de que a famosa crise da adolescência não é universal vem do estudo de Mead (1985) sobre a adolescência em Samoa e também em Papua Nova Guiné, ambos na Oceania. Neste continente, Mead (1999) estudou profundamente três povos/culturas: a sociedade dos *Arapesh*, os *Tchambuli* e os *Mundogomor*, entre outras. Mead (1999) analisou vários ritos de passagem nessas sociedades, porém a passagem era direta da infância para a fase adulta, ou seja, não existia o que concebemos como adolescência, então não há que falar numa pretensa crise advinda durante a fase da puberdade, adolescência ou juventude, muito menos que a adolescência seja universal. Em *tchambuli*, as crianças passavam de um *status* ou condição completamente marginais, sofrendo total desprezo e indiferença por parte dos adultos, para um *status* valorizado, manifesto em cerimônias, festas, em que começam os flertes, paqueras e arranjam-se os casamentos. Isso tudo precedido da ‘flagelação’, em que os meninos de 8 aos 11 anos, conforme o caso e a vontade dos pais e da coletividade, sofrem o processo de *tatuagem* em sua pele, a impressão de ‘estigmas’ – só que, diferentemente dos estigmas desvalorativos –, estes são de valorização social: marcas, imagens, desenhos e insígnias traçadas na carne viva sem qualquer anestesia e deixado-os vários dias na lama ou barro como processo de humilhação e cura dos ferimentos, provocando o que os autores chamam de ‘morte simbólica’ da criança e ‘nascimento simbólico’ do adulto.

Nesta mesma cultura, partes importantes dos rituais dos meninos se davam em espaços tipicamente masculinos, espécie de clubes masculinos onde as mulheres jamais podem adentrar, para não desvendarem os ‘mistérios’ e segredos dos homens. Esse espaço é tido como sagrado e os homens devem zelar pela contemplação espiritual e religiosa. Também devem se tornar exímios dançarinos e desempenhar bem seu papel no festival,

espécie de bailes de máscaras. Quanto às meninas, estas passavam por outros rituais, dos quais destacam: aprender a dominar a complexa arte da tecelagem, da fabricação de cestas, redes, esteiras, tapetes etc., geralmente de madeira ou palha de coqueiro. Também é central para a mulher aprender a ocupar o ‘posto de comando’ na família, é ela a autoridade no lar e nos principais ofícios existentes naquela sociedade; além de participarem dos bailes; porém, não se exige delas o rigor na apresentação como na dos homens, é como se os homens fossem quem devesse se exhibir, ‘dar seus pulos’, dançar para elas, nesse aspecto é um pouco ao contrário do mundo árabe e do ocidente. Porém, nos adverte Mead (1999) que isso não deve ser interpretado como se naquela sociedade fossem as mulheres quem detêm o poder, não se trata de sociedade matriarcal, existem vários outros mecanismos combinados que complexificam o jogo e, acabam colocando os homens ‘por cima’, exercendo maior poder naquela sociedade do que as mulheres.

Já para a sociedade e cultura *mundogomor*, Mead (1999) vai mais longe ao questionar a própria máxima ocidental de que a mãe teria um ‘instinto maternal’ protetor sobre a criança e/ou filhos de qualquer idade. Assim, a autora desbanca o mito naturalizador e/ou biologicista de que o ‘amor materno’ é instintivo e recorrente em todas as culturas humanas e em todas as espécies animais. Pode-se questionar essa ‘naturalização’ e ‘objetivação’ tanto biológica quanto moralmente, pois, para as representações sociais do ocidente cristão, a mãe tem obrigatoriamente o dever de amar e proteger o seu filho – mais uma vez, o que não tem nada a ver com ser boazinha, benevolente e generosa sempre com seus filhos/as. Ora, Mead (1999) constatou que na cultura *mundogomor*, as crianças, meninos e meninas, vivem sob o signo do que nós chamamos de “violência” que, é constante, intensa e extensa a todos. As crianças crescem nesse ambiente social e aprendem a agir da mesma forma quando adultas para com seus filhos/as. Na verdade, muitas crianças nem mesmo chegam a sobreviver; as violências também são comuns entre os homens e as mulheres, geralmente entre casais. Porém, considero que não se pode confundir tais comportamentos com a violência das famílias e/ou adultos ocidentais em relação aos seus filhos/as ou crianças e até jovens em geral. No ocidente, há a norma moral que exige o amor para com eles e, embora haja a violência, o amor e a educação são a norma; a violência é o desvio da norma, ou simplesmente, outra regra oposta à representação romantizada da infância.

No caso dos *mundogomor*, a própria noção de amor ocidental não existe, o que também não quer dizer que não exista um sentimento parecido com o que nós chamamos

amor, carinho, afetividade; mas é claro, manifestada de forma e expressa numa linguagem completamente diferente, em geral, pelo que nós concebemos e designamos – e que o nosso ideário reprova formal, expresso e cabalmente – pelo nome de violência, mas que para eles é uma instituição normatizada, uma prática normal e tradicional. Nesse contexto, poderíamos também imaginar que não existe a concepção de infância, ou se existe, por analogia às críticas contra Ariès (1986), poderíamos sustentar que ela é completamente distinta do conceito e/ou concepções ocidentais, marcadamente, dos ditos ‘modernos’. Assim, está realmente provado que os conceitos/concepções de infância e adolescência não têm nenhuma existência natural, e tão pouco seriam universais ou gerais nas culturas humanas, embora as diferenças de idade e até mesmo do organismo biológico entre as faixas etárias não possam ser negadas. Entretanto, há que se considerar ainda que tais diferenças são significadas e re-significadas culturalmente pelas diferentes sociedades, o que implica nas diferentes formas de organização e de papéis sociais que as faixas etárias devem desempenhar em cada uma delas.

Através dos *arapesh*, Mead (1999) contesta a naturalização dos papéis de gênero, uma vez que, naquela sociedade, os homens desempenham papéis que no ocidente são considerados tipicamente femininos e atribuídos apenas à mulher, como tabus alimentares e o resguardo pré e/ou pós-parto – fenômeno também encontrado em sociedades indígenas brasileiras –, o que também não prova que não há o domínio ou opressão dos homens sobre as mulheres. Nesta cultura, inclusive, é comum a analogia da mulher com a criança, ambas consideradas seres imaturos, incompletos que necessitam da autoridade e seriedade do pai e/ou do esposo, geralmente mais velhos que as esposas. Diferentemente dos *tchambuli*, onde a criança vive num total desprezo e anonimato, é indiferente aos adultos e, dos *mundogomor*, onde predomina não propriamente a indiferença dos pais, mas a atenção constante e violenta; nos *arapesh* sobressaem os ideais e práticas bem mais amenas, através da figura do carinho, do cuidado e do amor – obviamente, com formas, motivações e com sentidos bem diferentes dos ocidentais –, embora a prática educativa, não raro recorra à autoridade, à disciplina e à violência preventiva e corretiva.

Sobre a questão da naturalização das categorias sociais, criança e adolescente, e dos papéis de gênero, acredito que é muito produtivo relacionar tais fenômenos com as descobertas e/ou teorizações de Suárez (1992). Essa autora, de forma muito contundente, sustenta o argumento de que a *mulher* e o *negro* são concebidos, simbólica e ideologicamente, como pertencentes ao campo da *natureza* que, por isso mesmo, podem

e/ou devem ser ‘explorados’, conquistados, controlados, subjugados e usufruídos pelo homem branco dominante, este pertencente ao campo da cultura. Agora adicionamos mais um atributo, este homem também é o adulto, que está no topo das hierarquias etárias e sociais em geral. Assim, pelo exposto e por analogia a Suárez (1992), a criança também está no campo da natureza. Tal representação social e/ou ideologia perversa justificam moralmente sua exploração, domesticação e controle pelos adultos, inclusive o uso de várias formas de opressão e violência. Pois o ímpeto *natural* ou *instintivo* do/a menino/a e do/a jovem deve ser *dobrado* e *civilizado*, assim como a mulher e o negro [o Indígena etc.]. Temos então a acumulação de estigmas para a discriminação e a exclusão que não só permitem a *exceção* e a violência para com o indivíduo, mas inclusive, para com todo o seu grupo, família ou coletividade, inclusive grupo, coletividade e/ou identidade étnica que, tem a sua identidade negada, desvalorizada e oprimida, assimilada na marra e/ou perseguida sistematicamente pelos que encarnam a identidade dominante e opressora.

Ora, se temos na sociedade brasileira um processo de hierarquização intenso e injusto, no qual a antropologia percebeu os níveis de estratificação em que a mulher-negra-nordestina-homossexual-pobre ocupa o extremo inferior da pirâmide social. Com esse trabalho de Santos, podemos acrescentar mais um nível subjugado pelos demais que é o da menina/criança-mulher-negra-nordestina-homossexual-pobre etc. e, se ela não for homossexual ou qualquer outra dimensão citada, ainda sobra muitas camadas de estigmas que autorizam a discriminação e a violência. Nesse sistema, o ‘homem’ branco também é vítima, principalmente quando menino, nordestino, sem escola, pobre e não-católico etc. Mas, a menina-mulher negra ocupa a base, vindo logo acima, o menino-homem-negro e, o jogo vai se complexificando, pois mescla ou mistura gênero, raça-etnia, classe de idade ou faixa etária, classe social, situação escolar, moradia no campo ou na cidade – se capital ou interior, se litoral ou sertão; ou, até mesmo, se o indivíduo pertence a alguma religião não-reconhecida ou desvalorizada pela sociedade em geral. Por exemplo, quando um rapaz perde o emprego (ou nem é admitido) por ser vinculado à Igreja Adventista do Sétimo Dia, que não permite doar ou receber sangue para/de outrem, mas principalmente porque proíbe o trabalho aos sábados e os patrões (e o comércio em geral) não aceitam.

Para Santos (1996), essa desnaturalização do poder do adulto sobre a criança e o adolescente, e o reconhecimento científico de suas capacidades físicas, cognitivas e intelectuais contribuem para desvendar não somente a dissimulação ideológica do adulto com a criança, mas também da relação entre a sociedade e a criança. Vários autores

sustentam que as sociedades modernas marginalizam cultural, social, política e economicamente as crianças, os adolescentes e a própria juventude. Veja uma reflexão sobre essa rejeição social:

[a criança] é totalmente afastada dos circuitos de produção e não é considerada por nossas sociedades senão como consumidora ou filha de consumidor. Não desempenha senão papel marginal nas relações sociais; é cuidadosamente afastada das reuniões de adultos e, quando, às vezes, é tolerada, não se admite que intrometa nos negócios da ‘gente grande’. Participa muito pouco das tomadas de decisões familiares, escolares e sociais, inclusive daquelas que lhe dizem respeito num alto grau: é apenas a título de consulta (na família), ou enquanto figurante (na escola), ou em simulações organizadas pelos adultos (“como votariam as crianças?”), que nos dirigimos a ela (CHARLOT, 1986, p. 111 apud SANTOS, 1996, p. 180).

Em passagens como essas, percebemos o quão longe está de nossa realidade, a brasileira e latino-americana (para não falar dos demais continentes e países do ‘Sul’), as teorias gestadas e desenvolvidas nos países do ‘Norte’. Ora, entre nós, um dos mais graves problemas sociais e políticos – embora sua concepção ou percepção fora *importado* muito recentemente dos países centrais – é justamente o trabalho precoce, a exploração do trabalho infanto-juvenil, inclusive na modalidade escravidão e semi-escravidão. Outro grave problema político-social é a exploração sexual infanto-juvenil. Daí não haver motivos e condições em defender um argumento que apenas serve para a realidade dos países ocidentais centrais do capitalismo. Defendo que, como as pesquisas e as altas cifras de exploração apontam, em países como o Brasil, Indonésia, Afeganistão, Índia, Egito, Colômbia, China, Ucrânia etc., as crianças nunca foram excluídas da esfera ou atividade produtiva e, além de trabalharem, vivem misturadas com os adultos tanto no espaço privado (o mundo da família e da casa) como no espaço público (o mundo do mercado e da rua). No Brasil, é mais freqüente o subemprego ou *emprego marginal*, mas não a separação (que é mais freqüente na burguesia), tal como atestam os dados relativos aos meninos e meninas de rua. Além do mais, formas não capitalistas co-existem articuladas ao próprio capitalismo, tais como o trabalho escravo e semi-escravo, inclusive em países como os EUA e os europeus. Grande parcela do tráfico internacional se divide nessas modalidades, mais a forma de escravos/os sexuais, tráfico de órgãos e adoção ilegal. Porém, concordo que, de fato há uma intensa segregação e exclusão da criança, adolescente e do jovem dos espaços deliberativos e políticos: a opinião, a inteligência e a criatividade dos jovens (os *outsiders*, que estão ‘fora’) estão vetadas, não contam, quando contam, é apenas artificialmente, teatralmente como numa simulação escolar e/ou numa simulação eleitoral.

CAPÍTULO III

MENINOS E MENINAS DE RUA: O PARADOXO DA INVISIBILIDADE RACIAL

Entre as crianças de rua e suas famílias, os dados constatados em relação à cor variam pouco: 83% dessas famílias são negras ou descendentes destas etnias (NETO et al, 1993). Esse predomínio de pessoas de cor negra entre as famílias e meninos e meninas de rua foi corroborado por vários estudos, nenhum deles encontraram menos de 80%, ressaltando Monteiro Filho e colaboradores (1988), CEAP (1989), NEPI/CBIA (1991), Rizzini e colaboradores (1986, 1989), que encontraram entre 85% e 90% para o Rio de Janeiro. Se estes dados já eram perversos há duas décadas (não houve mais interesse nesse levantamento, por isso os dados são desatualizados), imagine em 2006, pois o prognóstico é que a desigualdade e distanciamento racial só aumentam e exacerbam-se. Porém, a despeito desses dados comprobatórios e muitos outros, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, psicólogos etc., além dos militantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), continuaram minimizando (e desprezando) a dimensão racial e a exclusão e segregação raciais. Entretanto, não encontraremos as causas e motivos que provocaram a invisibilidade racial dessas crianças pelos adultos militantes sociais, acadêmicos e políticos apenas no seu determinismo econômico, sejam de inspiração marxista ou liberal, embora essa orientação economicista e classista tenha um peso considerável. Destarte, as respostas parecem ser mais bem dadas pela – se conjugados com esse predomínio materialista/marxista – poderosa ideologia social e política brasileira, designada de *mito da democracia racial* (com cerca de um século de vigência); articulada com a *fábula das três raças* (mais antiga que aquela), sustentada por um sistema extremamente hierarquizante e abrangente que proíbe qualquer igualdade. Essas teorias são defendidas quase unanimemente pela literatura brasileira recente.

Além do enorme estigma sofrido pelas crianças, simplesmente por estarem nas ruas e não em casa com suas famílias, sendo consideradas meninos abandonados, marginais, delinquentes perigosos etc., há outro agravante, a saber, a imensa maioria delas é negra, em algumas metrópoles brasileiras, chega a passar de 90% do contingente ou população de rua, só de crianças e adolescentes, só de adultos ou de ambas as categorias. Essas crianças

se encaixam no que Goffman (1975) chama de categoria estigmatizada pelo comportamento “desviante”, ou seja, com uma tonalidade mais moral ainda da discriminação e rejeição, posto que não são desviantes simplesmente por serem diferentes, por terem uma cor e/ou corporeidade específica ou possuírem algum defeito físico e/ou estético etc.; mas são exatamente considerados diferentes por serem desviantes, pois têm suas identidades negadas, subvalorizadas e/ou desvalorizadas tanto em relação às normas ideológicas e sentidos estéticos quanto às normas e exigências morais, pois o ‘defeito’ é moral, é uma invenção arbitrária e imputada a certos grupos e não natural ou essencial. Para Goiânia, local de observação direta e próxima, não há estimativa oficial, mas constata-se na observação empírica, a proeminência de crianças negras. Isso sugere que há um grave fundo racial e/ou racista na fabricação dessas crianças bem como do estigma que sofrem, da violência, segregação, exclusão permanente e extermínio no Brasil – é só visitar uma das periferias metropolitanas, um presídio qualquer, a FEBEM ou uma praça lotada de crianças excluídas – não se reduzindo, portanto, às diferenças de classes econômicas, mas a desajustes estruturais históricos, políticos, jurídicos e culturais, os quais remontam à escravidão, mas vão bem além dela e, por isso mesmo, são os ajustes ideológicos (perfeitos e coerentes) que as elites brancas montaram – mesmo que não calculado e nem consciente, para manter o poder, sustentado pelo racismo popular.

3. 1 – Abordagens Étnico-Raciais e de Gênero

A casa, enquanto realidade e emblema, é o ponto que concentra a representação mais forte de miserabilidade por parte dos entrevistados por Neto et al (1993). Em contraste com a Rua, lugar do trabalho e do perigo, a Casa constitui e agrega um conjunto de valores, símbolos e esperanças de reconstrução de vida. Por isso se observa, em todas elas, apesar da extrema escassez, sempre um toque de afeto, um toque feminino de reprodução do lar (DAMATTA, 1989). Falando sobre meninos e meninas de rua, estamos nos remetendo o tempo todo às idéias de família, casa, rua, domicílio, moradia, lar, vida, mundo e sociabilidade. Para o antropólogo Roberto DaMatta (1989, 1991), há uma divisão clara entre dois espaços sociais fundamentais, que divide a vida social brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua. Neste, teoricamente, estão o trabalho, o movimento, a surpresa, a tentação e o perigo. A rua também é o espaço do lazer, da aventura e do sexo, mas,

sobretudo, do agito e da instabilidade, em contraste com a calma e a tranquilidade da casa, do lar e da moradia. Nesta, temos um sentimento de destino em conjunto e de objetos, relações e valores, as chamadas “tradições de família”, que todos do grupo sabem que importa resguardar e preservar. A estigmatização dessas crianças, por estarem morando na rua, mesmo que temporariamente, pode ser explicada – ainda que DaMatta não discuta esse tema específico – por suas idéias de divisão, segregação e complementaridade entre a casa e a rua, ambas são espaços morais, não físicos, são contraditórios, porém complementares. Tudo que é ou vem da casa é bom, honrado ou deve ser por definição como “as moças de família” e a “comida caseira”, e tudo o que é da rua é ruim (apesar de ser espaço também do lazer e do sexo, é o rio do engano, da indiferença, do “negro” do asfalto), é desonrado, perigoso, ameaçador, violento, como a “mulher de rua” ou da “vida”, travesti, “bobagem” ou “comida de rua”, ou mesmo, meninos e meninas de rua.

De fato, na constituição moral do brasileiro isso fica patente, embora haja uma tendência de declínio dessa configuração ideológica, pois com a generalização da ideologia individualista, a indiferença crescente provocada pela individualização acentuada, não é só na rua, mas exacerba-se na casa. As próprias famílias se rompem, fragmentam-se, reconfiguram-se. Desconstrói-se o modelo tradicional e reconstrói-se em novas formas e dinâmicas, a busca pelo dinheiro cresce e a moral enfraquece e/ou muda de figura, seu foco vira-se para outros aspectos da realidade, crenças, práticas e formas sociais. O achado conceitual de DaMatta (1989, 1991) ou mesmo o de Goffman (1975) serve para explicar a primeira camada de estigma que aquelas crianças sofrem: “são da rua”, mas para a segunda há uma fusão de DaMatta e de Goffman: “são da rua e são negras” também, fenômenos passível de interpretação e de explicação sociológicas se assumirmos o nosso perverso e profundo racismo ou preconceito de cor ou de marca (exatamente para combatê-lo), fato que a sociedade norte-americana nunca negou sobre si mesma e tenta combatê-lo *dramaticamente* via política e seus programas, mas que aqui no Brasil, ainda se encontra muito velado, mascarado. Há uma identificação por proximidade entre os que vivem nas ruas das grandes cidades: crianças de rua, criminosos, travestis e *prostitutas*, camelôs, ciganos, gangues etc., ou transferência quase automática das características atribuídas de um grupo ao outro, por mera proximidade espacial, ou semelhança, pelo menos em termos comportamentais, morais ou por mera afinidade de estilos, maneiras de falar os códigos de linguagens e/ou as gírias, os modos de vestir (vestuários) e de divertir, o gosto musical etc.

3. 2 – Estigmatização e Discriminação

Defendo que há ainda, nos casos dos meninos e meninas de rua, a superposição de outras camadas de estigmas, discriminações em virtude de se julgar possuir o estigmatizado, características estereotipadas que, em tese, criam ou exacerbam o preconceito e o desejo por parte daqueles que se definem como “normais” – ou do *establishment*, isto é, dos que têm poder, dominam o campo da produção simbólica, fato que reflete diretamente no cotidiano das relações sociais, pois são relações de poder – de aniquilá-los, inclusive fisicamente, tirando-lhes a vida ou segregando-os. Goffman (1975) prefere usar o termo estigma como os ‘menos diferentes’ e os ‘mais diferentes’, ou seja, mais ‘desviantes’ das regras ideológicas e morais, das normas de identidades sociais pretendidas, legitimadas, gerais ou hegemônicas. Poderia se falar, no caso de estigmas às crianças de rua, em soma de tudo aquilo que os ‘comuns’ ou ‘normais’ (o radical da palavra já deriva de norma: lei, regra, regulação, preceito ‘obrigatório’) não desejariam para si mesmos e seus entes queridos. É aquela transferência ou imputação estigmatizante e violenta que abre brechas, legitima ideologicamente a humilhação, a violência e o massacre de milhares de crianças excluídas no Brasil, não apenas pelo mero motivo de serem pobres, aliás, também há crianças de classe média nas ruas.

No caso dos/as meninos/as de rua, há, para a maioria deles, a carência econômica (material) e a falta de situação escolar regular, que não são centrais, mas que junto a outras características pejorativas que lhes são imputadas, como o fato de serem negras e de rua e/ou por usarem substâncias entorpecentes (grande número), por não terem documentos, nem voz ativa, nem poder para competir e/ou negociar sua condição, abrem caminho para todo tipo de desrespeito e violência (física e simbólica) pela “sociedade dos comuns” e pelas autoridades, sobretudo policial, enfim pelos *normais* e *estabelecidos* sobre e contra os mais fracos, no caso, aquelas crianças. Voltaram à “moda” (de 2004 a 2006) – na verdade, nunca saiu de moda, a mídia é que voltou a cobrir porque vários casos ocorreram e amedrontaram a população de rua que, inclusive fizeram protestos e cobraram das autoridades maior proteção, sensibilizaram autoridades religiosas e até membros da classe média – assassinatos frios e violentos de membros da população de rua em geral, vários casos estão acontecendo em São Paulo e no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras.

Creio que não há dúvida de que as crianças que vivem *na* ou *da* rua constituem categorias estigmatizadas, segundo Goffman (1975) e Strauss (1999), e *outsiders*, de

acordo com Elias (1990, 1994, 1999), incidem mais intensamente a discriminação, a repulsa, a intolerância, o medo do contato pelos *normais* e a exacerbação da perseguição, da violência e da exclusão para a categoria dos que especificamente vivem na rua, ou seja, por serem mais desviantes em relação às normas (GOFFMAN, 1975); *outsiders*, fora de lugar, desterrados, sem nenhum poder, encontram-se à mercê dos donos dos espaços, dos bens, da moral e do poder (ELIAS, 1990, 1994, 1999) e têm suas identidades ou ‘subculturas’, subvalorizadas, oprimidas e/ou não reconhecidas (TAYLOR, 1998). Já os que trabalham na rua, embora estejam sujeitos a riscos consideráveis, sobretudo do aliciamento para o tráfico ou para a exploração sexual, recebem um reconhecimento, mesmo no sentido conservador, de que elas não estão estudando, motivos de estigma, mas estão trabalhando, ajudando a seus pais e não roubando ou ‘malinando’, ‘maquinando’ ‘à-toa’ pelas ruas, o que confere uma ‘desestigmatização’ relativa. Porém, há sempre o risco eminente dessas crianças/adolescentes virem a ser interpretadas como crianças de rua e passem a sofrer uma intensificação do preconceito ou re-estigmatização, o que é um processo violento que passa a ser constitutivo e inseparável da vida dessas crianças, de suas identidades sociais.

Carvalho (2002) considera de suma importância a concepção e/ou representação social que se faz do corpo, estética, saúde e doença que, são conceitos sobre os quais são agregados ou acoplados valores, concepções, interpretações, ou seja, eles são convertidos em símbolos e por isso atribuídos os significados, as leituras e as visões sociais. Por analogia, através de Carvalho (2002) podemos interpretar a condição das crianças de rua bem como a especificidade de seu sofrimento. Pois um aspecto central são os valores estéticos, por essa via, os estigmas se acirram, por exemplo, com a amputação de uma perna ou braço, ou com a retirada parcial ou total da mama – no caso de mulheres com câncer de mama –, pois *desviam* as mulheres mastectomizadas do ‘padrão’ e expectativas morais, ideológicas da estética – principalmente em relação ao trabalho e a reprodução ou ‘dar a luz’, além das funções sexuais também exigidas e agora prejudicadas não pela nova condição física em si, mas como frisei, pela imputação do estigma – que, são valores e normas impostas pela identidade dominante. A construção ou representação social é um fenômeno que está inscrito na cultura, o distintivo das sociedades que é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social.

Fazendo uma ponte com tal teoria, tentando relacionar com os grupos de meninos e meninas de rua, estes, mesmo sem qualquer doença ou mutilação, apresentam valores que

contrariam os sentidos morais e estéticos da sociedade, além de apresentar – em muitos casos, pois nem todos são facilmente identificáveis – marcas externas que acirram a estigmatização, que é sempre moral e/ou ideológica: vestimenta (‘suja’ ou não), latinhas de cola (uso de drogas), falta de condições para a ‘adequada’ higienização corporal e das roupas (pessoais), estilo de músicas e danças. Assim, mesmo meninos/as de cor ‘clara’ ou branca, compartilham estilos, comportamentos, códigos e valores que, embora mais difícil que os negros (que são taxados de cara e indisfarçavelmente), os identificariam como negros ou integrantes de uma pretensa “cultura de rua”, sinônima de “cultura negra” e, sem dúvida, o peso da discriminação racial, sendo a maioria negra ou rotulada dentro dessa pretensa cultura ou subculturas e estilos negros. O estar na rua vira sinônimo de negritude, as identidades, valores, códigos e símbolos da “cultura de rua” são como sinônimo da estética e cultura negras (ambas desvalorizadas, não reconhecidas pela sociedade ‘maior’, a identidade dominante), representadas socialmente como negativas, ou seja, estigmatizadas e sofrendo as perseguições, intolerâncias e violências. Em suma, as crianças e adolescentes de rua acabam por constituir um grupo étnico, não pela via de que se reconhecem e se afirmam enquanto negros, mas sim, por serem diferenciados, separados, expulsos e excluídos dos vários ciclos ou esferas sociais valorizadas, por serem estigmatizados e discriminados como um grupo senão como uma raça (de negros).

Sofrendo o estigma, não interessa se as crianças de fato, cometem pequenos crimes, furtos, usam drogas ou cometem agressividades entre elas e, principalmente, contra os “normais”, os homens e mulheres “de bem”. Elas (as crianças) cometem violência e são violentas por definição, são características que lhes são imputadas pelos normais, impostas e entranhadas em suas identidades (GOFFMAN, 1975), de fora para dentro e, que acabam por constituir sua identidade de menino/a de rua. Como explicar tamanha rejeição? Medo de contágio de doenças ou moral, a criança incorpora a imagem externa dos ‘outros’ sobre si e passa a ter um enorme sentimento de culpa, ao passo que não tem mais recursos, habilidades e relações confiáveis para se reintegrar no sistema, para um dia vir a ser tão normal quanto aqueles que a recriminam, que a excluem e a segregam. O estigma depende de relações sociais – do indivíduo consigo mesmo (através da estrutura ou “o outro generalizado”) e/ou com o grupo –, mas a relação (mesmo que virtual) é entre pessoas e seus ‘pretensos’ estigmas e o sofrimento têm seus efeitos reais no drama da vida cotidiana.

É conhecido o fato, sempre recorrente, de quando se instala um grupo/clã de ciganos numa pequena cidade interiorana ou mesmo na capital, a partir daí e durante toda a

sua permanência (ou além dela) no lugar, toda e qualquer coisa que sumir: “foram os ciganos quem roubaram”, por definição, mesmo que o objeto ou bem nem tenha sumido de fato, o dono pode ter esquecido o lugar onde colocou, algum familiar ou vizinho pegou emprestado e é possível que a dita coisa nem existisse mais ali ou nunca existiu realmente e, mesmo que os ciganos só estejam vendendo seus artesanatos, apetrechos e os famosos tachos de cobre e, na pior das hipóteses, tenham furtado um ou outro objeto, galinhas ou bem, mas seria impossível a um pequeno grupo de ciganos roubarem uma cidade inteira e de uma só vez. Defendo que o mesmo processo de estigmatização ocorre com as crianças de rua, que são mais vítimas do que autoras de roubos e violências, mas são “taxadas” e temidas como ‘marginais’, criminosos ou criaturas aberrantes altamente assustadores e perigosos; e a interpretação deste fenômeno está amparada nos autores trabalhados.

Compreendi em Goffman (1975) e também em Elias (1990, 1994 e 1999) que todo estigma é um fato moral e ideológico, mesmo que incentivado, motivado por problemas, insuficiências, deficiências ou características físicas, por ‘marcas’ e doenças visíveis ou não. No caso em tela, as crianças sofrem um estigma intenso e perverso, o qual está inscrito em sua própria pele, por serem negras, por não poderem cuidar “adequadamente” de sua higiene corporal, por não estarem em casa dos e com seus pais, mas na rua, onde teoricamente ninguém presta, onde o ‘negro’ do asfalto se confunde com a negritude das crianças, e tudo passa a ser sinônimo de sujeira, imundície, vagabundagem, drogas, violência e criminalidade. Este fato, a cor das crianças e outros caracteres visíveis como uma pessoa defeituosa é apenas uma ‘capa’, um pretexto para a imputação dos estigmas, o que equivale a dizer que ninguém seria estigmatizado se não houvesse essa perversa construção, pois não é um fato natural, mas uma classificação moral e parece ser geral em todas as culturas, embora variem os fenômenos, as características, a intensidade da discriminação, da rejeição, o grau de segregação e as categorias a serem estigmatizadas.

Se nos EUA e no Brasil também uma pessoa é estigmatizada por ser negra, o mesmo pode não ocorrer na Ásia ou num país da África Negra, o que parece óbvio, mas não é. Pois, como se tratam de construções ideológicas, ideais de imagens, valores e sentidos estéticos e/ou máximas morais, associados a padrões morais e éticos, hegemônicos no ou do Ocidente e difundidos, transplantados pelo seu imperialismo no mundo todo, pode muito bem um país negro inteiro se sentir estigmatizado, pois o espelho que vem do exterior é branco e eles são de fato estigmatizados lá fora. Assim, assimilam e introjetam esse etnocentrismo e redefinem as suas auto-imagens e identidades, passam a conferir

graus de legitimidade decrescente, quanto mais clara a cor da pele, maior o reconhecimento e menos intensos são o estigma, a exclusão e a violência; por outro lado, quanto mais ‘escura’ a pele ou ‘característica’ a linha do corpo, maior o rechaço em função dos estigmas mais graves imputados àquele grupo ou etnia, como acontece na África hoje.

Mas, poderia ser muito bem o contrário e o estigmatizado ser um grupo branco, como há tantos povos e etnias nos EUA e em toda parte do mundo, que sofrem estigmas e intolerâncias étnico-raciais, nacionalistas e/ou religiosas extremas, em que os mais conhecidos na história são os judeus, que foram fortemente perseguidos inclusive nos EUA e no Brasil; e também os alemães perseguidos, oprimidos e violentados (coletivamente), principalmente depois da escolha política do presidente Vargas em lutar contra o nazismo, através dos valores nacionalistas e a nova ideologia racista nacional, a da miscigenação, branqueamento e assimilação (SEYFERTH, 1991) orientaram a estigmatização, discriminação e perseguição dos pobres colonos alemães, germânicos (chamados de teuto-brasileiros), em que principalmente a sua língua mãe foi proibida, excluída da esfera pública, fadada ao desaparecimento. Todos esses fenômenos complexos não estão na pele, nem no sangue de ninguém (embora as ideologias racistas preguem isso), nem na nacionalidade ou religião; todos são fatos morais, ideológicos, isto é, arbitrários, construídos. São, pelas experiências históricas, mais fáceis de perceber os estigmas contra minorias, mas, pode atingir *maiorias*, tais como os sérios preconceitos e discriminações de uma pequena elite, grupo, estamento, casta, classe, facção religiosa ou etnia dominante sobre as *maiorias* pobres, diferentes e/ou fora do poder, autorizando o desprezo sobre as massas ou não lhes conferindo direitos, dignidades ou reconhecimento, e autorizando a violência para com eles: exemplo da expressão da minoria sunita sobre os xiitas no Iraque de Saddam Hussein. Não se trata exatamente dos fenômenos de que fala Goffman (1975) e Elias (1994), mas pode-se ampliar essas idéias, pois são ideais, visões de mundo, valores éticos e estéticos, geralmente inconscientes, presos no imaginário e nas relações de poder, em que a maioria pode ser rejeitada, estar fora, ser *outsider*, anormal, *incomum*, detestável, desacreditada. Essas relações são inscritas nas relações de poder – e de luta (guerra) entre as identidades, ou seja, guardam um alto teor de conflito e não apenas no sentido econômico-político como muitos marxistas ortodoxos defendem, embora os próprios Marx-Engels não viam as coisas assim, de forma tão reducionista – como poder simbólico, político, econômico ou bélico (ou tudo isso junto), mas, como defende Goffman (op. cit.),

o critério ou aspecto numérico não é tão importante, não é uma prática quantitativa, ela é “qualitativa”, moral e aqui está o ponto central e ‘perigoso’ desse fenômeno.

Elias (1990, 1994 e 1999) contribui aqui, com o conceito de *outsiders* e seu par oposto e necessário, os estabelecidos, que já foi mencionado acima. É uma teoria fundamental para compreendermos preconceitos que nos parecem comuns e pequenos, mas, são no fundo monstruosos, perigosos e altamente destrutivos, se exacerbados e levados às últimas conseqüências. Assim, uma piada machista, que não parece grande coisa, ou racista, “sem pretender ofender”, ironicamente, pois já se ofende frontalmente e já é um sintoma de estruturas profundas de discriminações, exclusões, segregações e violências e guarda semelhanças estreitas e potencial maligno similar aos grandes exemplos – na história – racistas, xenófobos indo até o holocausto judeu do século XX, que, diferentemente do antigo, não é eminentemente religioso, mas político–racista, como sustenta Arendt (1989). Nessa perspectiva, a tese é de que não existem preconceitos e intolerâncias maior ou menor, embora possa haver superposição de camadas de estigmas; e o que as crianças sofrem é suficiente para autorizar chacinas, extermínios em massa. Esse construto conceitual e teórico de Goffman (1975), mas, sobretudo, de Elias (1994), é fundamental para se tentar entender e explicar fenômenos que vão dos ditos pequenos e ‘leves’ preconceitos, perpassando pelos sérios e graves estigmas que as crianças de rua sofrem, até fenômenos como as perseguições e guerras étnicas e o holocausto efetivado pelo regime totalitarista nazista, as situações extremas como nos lembra Bauman (1998).

Voltando ao nosso tema, os empresários e trabalhadores do comércio, não querendo ou temendo que as crianças atrapalhem suas vendas e negócios – no turbilhão de gente que freqüenta os ‘centros’ das capitais e cidades médias e grandes, é difícil distinguir, inclusive quem é ou não é de rua, embora estes sejam minorias, escassos comparados com a massa, marginalizados ou não, compondo uma multidão disforme ou poliforme e policromática que ali freqüenta – os funcionários públicos e os clientes em geral, todos muito preocupados com as suas imagens ‘límpidas’, claras, imaculadas e falsamente honestas, seriam os estabelecidos, isto é, supõe-se que são os “donos do pedaço”, donos ‘naturais’ e legítimos dos espaços públicos que as crianças ocupam, mesmo que transitoriamente, ou privados que, às vezes essas crianças se atrevem a adentrar por curtíssimo espaço de tempo, só para pedirem alguma coisa, principalmente comida ou dinheiro, escutarem uma música ou assistirem TV na vitrine, mostrar aos ‘outros’ que existem, que também são gente e precisam comer, de atenção e se comunicar como qualquer outra pessoa, como

qualquer ser humano. Mas sempre são rechaçados e devem deixar o local sob graves ameaças, coerções e coações físicas, psicologias e humilhações. Pois, não se deve esquecer ou confundir ‘seu lugar’, e quem é que manda, são os estabelecidos que fazem, ditam e impõem as regras, cabendo apenas aos meninos e meninas estigmatizados e *outsiders* – fora de lugar ou em lugar impróprio, lugar não meramente físico, mas social e que não é o seu; ou as crianças são impróprias, por estarem nessa condição - cumprirem as normas impostas e que devem legitimá-los, mesmo que a duras penas, na marra, sob violência física, moral e espiritual, sendo vítimas, mas parceiros cúmplices e submissos daqueles.

Legitimam também, quando manifestam o desejo de serem estabelecidos um dia, o desejo ascendente de reconhecimento social, de terem uma casa, família e/ou um “estabelecimento” comercial – observe a semântica do verbete – um negócio próprio e “limpo”, isto é, legítimo, ou de trabalhar para os “outros” legalmente, partilhando assim, valores e ideais que são gerais na sociedade e sendo finalmente reconhecidos socialmente como normais, comuns, ‘direitos’, ‘limpos’, ‘do bem’ e não mais vistos e taxados como estranhos, mutantes, doentes contagiosos, refugos e expurgos, perigosas e monstruosas criaturas. Qual seria, então, para os estabelecidos e normais, um local físico e/ou espaço social próprio ou adequado para elas? O ideal seria que essas criaturas não existissem, pela visão estigmatizante do pretense normal, estabelecido; mas já que existem, deviam estar o mais longe possível, sem oferecer risco de ‘contaminação’ ou ‘poluição’ visual ou pelo ar. Os locais seriam numas prisões, bem isoladas (igual ou pior do que as FEBEMs), ou mesmo sendo exterminadas em massa como ocorre com muita frequência pelas mãos de policiais e/ou de grupos de extermínio, então o local e o lugar ‘apropriados’ seriam os cemitérios, de preferência os clandestinos no mato, nos córregos, nos poços, nos lagos ou nos despehadeiros de morros; e, não raro se encontram essas idéias e desejos na cabeça das pessoas mais “comuns e humildes”, ou, se numa visão mais humanitária, deveriam estar em casa com suas famílias – mesmo que sejam estas um dos grandes problemas, como fonte de violência –, pois os pretensos normais não conseguem e nem querem entender que existem infundáveis motivos e causas para que não o estejam em casa (se tiver casa, lar ou família), mas sim na rua, onde incomodam, ao passo que se reafirmam suas existências e forçam sua visibilidade, tem coragem para “encarar” os perigos, o frio e a fome do dia a dia, do duro preconceito e violações exacerbadas de seus direitos e interesses, dos mais básicos, fundamentais e/ou indisponíveis.

Aqui, tocamos num ponto importante, para Goffman (1975), trata-se da união de pessoas ou grupos estigmatizados, da mesma categoria ou várias delas reunidas – contra a comunidade ‘maior’, a que se acha ‘normal’ – na defesa de seus direitos, de sua dignidade, contra os perigos e violências de outros grupos ou dos “maiorais” ou ‘maiorias’ e lutam, na verdade, não contra, mas pelo reconhecimento daqueles, para serem ‘aceitos’, para entrarem no sistema ou no “esquema”. Seja como for, ser mal visto ou estigmatizado não é o fim do mundo em si mesmo – ou da vida – os processos e representações, leituras e interpretações não são estáticos, não é uma chaga com a qual se nasce, cresce, sofre, (sobre)vive e morre, depende de novas construções e interpretações tanto internas quanto externas. Assim, o pesadelo do estigma, antes, pode converter-se em bênção, graça, motivo de regozijo e orgulho, uma forma de ser especial e é a convivência com seus iguais que lhes fortalece, que lhes dá espírito, uma linguagem própria e uma maneira de ver o mundo e a si mesmos de outra maneira, de uma forma positiva, reafirmada, uma bela imagem, mesmo que às vezes precisem ser agressivas, condições necessárias para essa construção processual, relacional e ‘negocial’ da identidade, em que o feio e o desacreditável passam a ser o belo e o desejável, para tanto, novos códigos são forjados, signos e significados e até importantes e seríssimos movimentos sociais, culturais e políticos são forjados.

Goffman (1975) deu vários exemplos de categorias estigmatizadas, que se aproveitaram de suas “desgraças” para transformá-las em ‘graças’, dar a ‘volta por cima’, transformar os medos em coragem, o feio em belo, a fraqueza em força, tristeza em alegria, a vergonha em dignidade, desrespeito e violência em direitos e respeito, o total descrédito e indiferença ou diferença ruim em confiança, semelhança, diferença e presença positivas, notáveis; incapacidades em talentos incomparáveis, crença positiva, motivo de felicidades e ‘glórias’. Categorias que não tinham voz antes ou elas eram sistematicamente distorcidas, ‘sabotadas’, postas ao ridículo, mas que fundaram movimentos, associações, entidades, organizações, inclusive ongs ou instituições e elegeram seus próprios representantes ou pessoas “entendidas”, com histórico de luta reconhecida a seu favor, pois sempre foram aliados; conquistando seu tão desejado e merecido lugar ao sol, mas sempre enquanto coletividade e não individualmente, forjam novas formas e atributos de reconhecimentos.

A teoria da luta pelo reconhecimento é central em Taylor (1998) e, subsidiariamente, em Melucci (2001). Tais conceitos demonstram que o grande eixo das lutas dos movimentos sociais, de afirmação identitária, dos movimentos culturais e políticos, sobretudo, os de caráter difusos e/ou antagônicos, não são mais em torno do

direito da igualdade, pois não querem pertencer à *maioria*, mas do direito de ser *diferente*, de ser *minoría*, ou melhor, da “igualdade da diferença”; também não mais em torno da luta de classes – e é duvidoso que tenha sido estrito e exclusivamente assim, como supunham os marxistas e os liberais – de acabar com suas desigualdades, mas pelo respeito cultural, a dignidade de suas práticas culturais, lingüísticas e religiosas, pela autonomia e protagonismo político. Melucci (2001) também dá enorme ênfase aos movimentos sociais, culturais, principalmente os de caráter mais difusos: como defesa do meio ambiente, qualidade de vida, liberdade sexual entre parceiros do mesmo sexo e também entre homossexuais etc., predominante no pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos 60, além de outros que trabalham nessa perspectiva, a do ‘reconhecimento’.

Quanto o conceito de ‘afirmação’ em Goffman (1975) e em Taylor (1998), as pessoas ou o grupo estigmatizado não abandonam a sua condição e “não traem a pátria”, eles apenas (o que é bem mais difícil, tem que ter muita coragem para enfrentar os fortíssimos obstáculos, barreiras materiais, físicas e imateriais e humilhações impostas pelo *establishment*, a ideologia dominante e/ou identidade dominante e opressora) transformam suas identidades desvalorizadas e discriminadas em identidades valorizadas e respeitadas, isso porque, primeiramente, aprenderam a gostar de si mesmos para depois levar essa ‘dádiva’ e orgulho aos demais. Esse movimento é de dentro para fora, do grupo estigmatizado e *outsider* para o *establishment*, que é praticamente ‘forçado’ a reconhecê-lo, tamanha a sabedoria, capacidade e energia que o primeiro demonstra. Já na ‘conversão’, o movimento é ‘de fora para dentro’, o novo crente é ‘resgatado’ na marra do ‘entulho’, das sobras, do ‘lixo’, das categorias não valorizadas, enfim, das identidades desacreditadas, não reconhecidas ou sub-reconhecidas; ele abandona seus antigos companheiros estigmatizados e desviantes, de ‘marginalidade’. Aliás, esta preocupação é motivo para muitos meninos/as de rua não quererem abandonar sua condição e voltarem à família, pois se sentem como se estivessem traindo seus amigos; sentem vergonha de dizer não àqueles que outrora eram os únicos com quem podiam contar e confiar.

Porém, quando conquistam os tão sonhados reconhecimentos – o que geralmente é apenas superficial, temporário e raro, pois a qualquer ‘deslize’ ou provocação o estabelecido lhe mostra qual é seu ‘verdadeiro’ lugar – são assimilados, absorvidos e cooptados pelos normais e estabelecidos e/ou pela ideologia do mercado, pela razão instrumental, pela lógica do sistema (ADORNO, 1986), deixando de ser relativamente discriminados, mas também não são mais especiais. A sua especificidade identitária e

cultural forjadas a tão duras penas, agora pertencem a outros, aos políticos, à moral, à publicidade e ao mercado em geral, às pessoas ‘comuns’ ou normais que eram seus ‘inimigos’, adversários no campo de luta pelo poder simbólico (BOURDIEU, 1998). Na história dos meninos e meninas de rua brasileiros, através do MNMMR, fundado em 1985, podemos enumerar várias vitórias políticas, que culminaram na aprovação do ECA; porém, após o seu apogeu em meados dos anos 90, começou a marcha descendente, isso muito se deve não ao fato de que o MNMMR fracassou, mas porque se esvaziou, os seus discursos identitários e/ou étnico (novidade ideológica e combustível de luta) não eram mais ‘novidade’ para ninguém, ele foi assimilado, converteu-se em ‘movimento normal’, ‘estabelecido’ e a serviço dos aparelhos de Estado e da sociedade capitalista e racista.

Quando digo ‘pretens normal’ é no sentido de que, uma vez que quem se acha normal em relação às crianças de rua pode não o ser ou ser alguém tanto ou mais estigmatizado do que elas em outras esferas sociais ou contexto de atuação, pela família, sociedade ou parte dela. Há níveis e níveis estruturais de estigmas que se sobrepõem, que poderiam alcançar a totalidade social, ou tantos quantos desejássemos, pelo menos em algum aspecto e em algum momento da vida de cada um, mas como disse, a questão numérica não é central nessa problemática. Portanto, o fenômeno não tem limites, a não ser os dados pelas próprias culturas e ideologias que os forjam; que atingem uma diversidade complexa e, para cada indivíduo, grupo ou categoria as experiências são distintas e o peso dos estigmas também varia, até porque as percepções dos indivíduos e grupos também são distintas, eles não percebem os estigmas da mesma maneira.

3.3 – O Racismo e as Desigualdades Raciais no Brasil

Segundo Guimarães (1999, p. 253),

‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais e, informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. No Brasil não poderia, sem problema, ser substituída pela noção de cor. Ora, a noção nativa de ‘cor’ é falsa, pois só é possível conceber a ‘cor’ como fenômeno natural se supusermos que a aparência física e os traços fenotípicos são fatos objetivos, biológicos e neutros com referência aos valores que orientam a nossa percepção. É desse modo que a ‘cor’, no Brasil, funciona como uma imagem figurada de ‘raça’. Quando os estudiosos incorporam em seu discurso a cor como critério para referir-se a grupos ‘objetivo’, eles estão se recusando a perceber o racismo brasileiro. Suas conclusões não podem deixar de ser

formais, circulares e superficiais: sem regras claras de descendência não haveria a ‘raça’, mas apenas ‘cor’ [...] em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor, se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tem algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais.

Um grande motivo, além da condição de carência econômica, talvez até como principal causa ou pano de fundo desta, está ligado estruturalmente com a condição racial negra – e, subsidiariamente, indígena – e a discriminação que reproduz e emperra a ascensão social de famílias e crianças negras. Aqui sustento a hipótese de que a condição racial no Brasil é um *modus operandi*, funcionando como um medidor de *status* social, regulando o acesso de brancos, negros, indígenas e imigrantes aos bens públicos e privados (materiais e imateriais), ao exercício da cidadania e ao poder político. Assim, constatamos que – o que não é nenhuma novidade – o pêndulo pende fortemente favorável em direção aos brancos ou traços mais claros, mais aparentados ao europeu e aos imigrantes europeus.

Há uma poderosa ideologia hierarquizante entre nós (DAMATTA, 2000) – em contraposição à ideologia igualitarista norte-americana (e européia), a qual assumiu o racismo explícito –, que estabelece o “valor” social, isto é, quem tem valor, merece respeito e deve gozar seus direitos e quem não tem valor algum e é completamente descartável, ‘enxadrezado’ ou eliminado, se não for devidamente aproveitado no futebol ou no samba. Em suma, a causa primeira e profunda seria essa ideologia que coloca o branco no topo e o negro na base da pirâmide social, quando lhe arranja trabalho espera que ele desempenhe trabalho braçal, de baixa qualificação e péssima remuneração e, sobretudo, que ele “saiba o seu lugar”. Daí para frente o que mais se espera dele é a preguiça e a vadiagem, cachaça, roubo, drogas, prostituição, violência contra os filhos e a mulher etc. Nestes últimos fatos, parecem estar mais presentes a dominação da mulher pelo homem, e das crianças pelos adultos, que se acham donos e no direito de dispor do corpo da criança.

Giralda Seyferth (1991) analisa os paradoxos da miscigenação, integrando o tema imigração e raça no Brasil. A autora constata dois momentos distintos, às vezes contraditórios, porém complementares, no discurso e na política imigrantista e de colonização levados a cabo pelas elites e pelo Estado brasileiros. Ambas as políticas e o mote ideológico são de cunho eminentemente racista e etnocêntrico. Na primeira fase da política imigrantista e de colonização levado a cabo pelo Brasil Império, recém emancipado, não havia a preocupação com o branqueamento senão de modo indireto. A ideologia racista preocupava-se com o povoamento dos vazios demográficos (ocupação dos campos e matas), a substituição do trabalho escravo pelo livre (branco) e o aumento do

contingente branco, em detrimento dos povos indígenas e as populações negras. Também não havia uma preocupação explícita e central com a miscigenação (como “solução”) e a assimilação era mais de cunho cultural, eminentemente lingüística, não racial. Fenômeno que ocorreria de forma lenta e paulatinamente. O que era central e primordial na visão das elites, era impedir, manter fora das fronteiras asiáticos e africanos. Na fase imperial e escravocrata, o colono ideal era o camponês branco europeu, inteligente, trabalhador e moralizado, não era qualquer europeu, pois existia a “escória da Europa”: os deficientes físicos, criminosos, preguiçosos, gente com hábitos urbanos, os considerados imorais, os rebeldes, dados a motins, a ideologias anarquistas e/ou de esquerda.

Em suma, deveria ser europeu-branco-camponês (para levar ao progresso agropecuário) e obedientes às elites e aos governantes, conseqüentemente, nos levaria à tão sonhada “civilização”, à imagem e semelhança da Europa. Há duas listas hierárquicas, a dos mais desejados e a dos mais indesejáveis. No topo da primeira estão os alemães, seguidos pelos belgas, suíços, espanhóis, italianos, portugueses e anglo-saxões. Aqui, tratam-se mais de “qualidades” preferenciais, não se reduzindo à questão racial (senão os alemães perderiam fácil para portugueses, italianos ou mesmo ingleses) e de cunho mais cultural ou étnico, embora se poderia e quase sempre se faziam agregar e acoplar estereótipos ou atribuição de “qualidades” morais à “raça” e ao “sangue”. Nessa hierarquização dos europeus está mais presente a idéia de povo e nação e os interesses práticos das elites em promover maior efetividade na ocupação e expulsão dos povos indígenas, vistos como empecilhos. Além do mais, as colônias alemãs tiveram total sucesso e Blumenau/SC era o símbolo mor do acerto dessa política. Finalmente, sustenta Seyferth (1991), no topo das listas dos indesejáveis, estão os africanos, eram tabus e não eram nem mencionados ficando praticamente fora do discurso imigrantista, alguns simplesmente justificavam que receber imigrante africano livre seria a retomada do tráfico (proibido formalmente a partir de 1850), pois este obrigatoriamente cairia no estado de escravidão. Além do mais, a população já era considerada demasiadamente “escura”. Também se evitava ao máximo a vinda de asiáticos e os discursos contra hindus e chineses são dos mais intolerantes. Somente no século XX, permitiu-se a vinda de japoneses, embora com forte resistência e discriminação étnico-racial.

Seyferth (1991) destaca ainda que a própria população nacional era concebida como mestiça, por isso, ‘inferior’ e incapaz de conviver e produzir o progresso e nos levar ao estado de civilização. Seyferth (1991) fala de uma virada na ideologia racial dominante,

que começa já na década de 1880 e triunfa em 1906, postulada e defendida incisivamente por Silvio Romero – a este intelectual e ideólogo se somaram outros – culminando em Gilberto Freyre (1933) e na política de nacionalização do Estado Novo. Trata-se da ideologia do branqueamento, em que a miscigenação e a assimilação tornam-se valores centrais na política de Estado e interesses elitistas, embora já presente antes, ela era secundária e adquire novas feições e passa a ser a regra geral do Estado. Porém, essa tese mantém todo o escopo e arsenal racista anterior, em certo sentido até exacerbando-a. A guinada consiste numa ampla e intensa valorização da miscigenação, a mistura ou caldeamento das raças. Porém, sempre obedecendo ao mito da superioridade branca, cruzando o negro, o mestiço, indígena ou o amarelo, predominaria o fenótipo branco e, com ele, os valores e referenciais ideais da civilização europeia, cristã ocidental.

Essa crença, como a maioria das ideologias racistas, reduz comportamento, valores, as capacidades mentais, intelectuais, morais e culturais à raça, ao sangue. A explicação seria do reino natural e não social, as diferenças dos mundos sociais e culturais são reduzidas às diferenças das raças, mapeando-as e estabelecendo uma rigorosa hierarquia entre elas. Nesse perverso inventário, quem (grupo, povo, país, etnia etc.) tem mais poder dita as regras, e coloca-se no topo – representando-se socialmente como a mais sofisticada – e se impõe às demais. Assim, o etnocentrismo à maneira ocidental construiu e impôs uma ideologia e um modelo explicativo, em que diferenças (mesmo que aparentes ou superficiais) são sinônimas de desigualdades entre as raças, com a branca obviamente, no topo delas. Muitas ideologias racistas não eram apenas fruto do senso comum e da elite social, mas foram reforçadas por teorias pseudocientíficas em meados do século XIX, como as de Gobineau, Couty, Agassiz e Chamberlain etc. A sociologia e a antropologia nascentes faziam pesquisas no intuito de provar e impor seus dogmas racistas e androcêntricos; pois, inclusive, foram fortemente influenciadas pelo darwinismo social.

Como frisa Seyferth (1991), mudou-se, deslocou-se a forma, porém mantendo a lógica racista na íntegra ao mesmo tempo em que sustentavam que no Brasil não havia racismo. Foi uma peculiaridade do racismo à brasileira substituir segregação, entre as várias etnias e/ou comunidades, pela miscigenação, o caldeamento. Através da militância de Silvio Romero (1905 apud SEYFERTH, 1991) e outros, o modelo de colonização do Sul foi duramente criticado e, por fim, tentou-se substituí-lo e superá-lo. Antes eram supervalorizadas as etnias ou nações alemãs, que vinham como colonos, agora se buscam povos mais abertos à miscigenação e propensos à assimilação, no duplo sentido: racial

(fenotípico: a estética, traços ou aparência e genotípico: genético, biológico) e étnico (cultural). A preocupação com o branqueamento e a assimilação suplanta os motivos mais econômicos como o povoamento, avanço da agricultura etc. embora sempre esteve presente a avaliação, classificação e hierarquização moral e racial. Antes, a função central dos colonos era povoar, produzir, aumentar o contingente branco (mas segregado) e por fim, “civilizar”. Agora, não é mais o número que interessa, mas a “qualidade”, os brancos têm que diluir seu (pretense) gene “superior”, poderoso, nas demais raças “inferiores”, ao passo que devem ser também, assimilados pelos costumes, pela cultura e principalmente, pelo sentimento de pertença à pátria brasileira; a língua portuguesa agora é obrigatória para todos.

DaMatta (2000) destaca o nosso racismo contido na “fábula das três raças” que, de meados do século XIX até os dias atuais floresceu tanto no campo erudito (das chamadas teorias científicas), quanto no campo popular: “observo como o nosso sistema altamente hierarquizado está plenamente de acordo com os determinismos que acabam por apresentar o todo como algo concreto, fornecendo um lugar para cada coisa e colocando, complementarmente, cada coisa em ‘seu’ (devido) ‘lugar’” (op. cit., p. 59). O autor está convicto de que é sempre menor do que supomos a famosa distinção que deve separar as teorias eruditas ou científicas da ideologia e valores difundidos pelo corpo social, idéias que formam o que podemos denominar de “ideologia abrangente”, porque estão disseminadas por todas as camadas, permeando os seus espaços sociais. Ainda está viva na ideologia social, sobretudo no senso comum, a visão racista do século XIX como a “preguiça do índio”, a “melancolia do negro” e a cupidez e estupidez do branco lusitano degradado e degradado, como os fatores responsáveis (tão errônea quanto popular) pelo nosso pretense atraso econômico-social, por nossa indigência cultural e pela nossa necessidade de autoritarismo político, fator corretivo básico nesse universo social que, entregue a si mesmo, só poderia degenerar-se. Para DaMatta (2000, p. 60), o racismo do famoso conde de Gobineau não estaria realmente morto, assim,

[...] o conhecimento social sendo reduzido a algo natural como ‘raças’, ‘miscigenação’ e traços biológicos, dados que tais raças seriam portadoras (ou não) de certas características ou ‘qualidades’ na ‘história do Brasil’ ou no mistério do mundo antigo ou ‘pré-histórico’. A discussão sobre raças é romantizada, querem ouvir sobre historietas dos negros escravos, lendas de índios e episódios históricos de damas e príncipes portugueses, na nossa ‘graciosa’ fábula das três raças, não querer saber de assuntos políticos e econômicos sérios, nem do drama indígena e problemas do negro da vida real.

Analisa DaMatta (2000, p. 61) que é impressionante a profundidade histórica desta fábula das três raças, que os elementos sociais foram e são importantes entre nós é óbvio, essa afirmativa ou descrição constitui uma quase banalidade empírica. Mas há uma distância significativa entre a presença empírica dos elementos e seu uso como recurso ideológico na construção da identidade social, como foi o nosso caso. Nos EUA, não há escala entre elementos étnicos: ou você é índio ou negro ou não é. O sistema não admite gradações que possam por em risco aqueles que têm o pleno direito à igualdade. Sustenta DaMatta (2000, p. 61) que nos EUA não temos um “triângulo de raças”, mas paralelas que jamais se encontram. É importante considerar como nosso triângulo (de raças) foi mantido como um dado fundamental na compreensão do Brasil pelos brasileiros; e, como essa triangulação étnica, pela qual se arma geometricamente a fábula das três raças, tornou-se uma ideologia dominante, abrangente, capaz de permear a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos de esquerda e de direita, uns e outros gritando pela mestiçagem e utilizando-se do “branco”, do “negro” e do “índio” como unidades básicas através das quais se realiza a exploração ou a redenção das massas (op. cit.).

O que parece ter ocorrido no caso brasileiro, advoga DaMatta (2000, p. 61) foi uma fusão entre um sistema hierarquizante real, concreto e historicamente dado e a sua legitimação ideológica num plano muito profundo. No caso brasileiro, há a justificativa fundada na igreja, num catolicismo formalista, que chegou com a colonização, e que deu direito à exploração da terra e à escravização de índios e negros. Tal legitimação estava fundada numa poderosa junção de interesses religiosos, políticos e comerciais, numa ligadura que era ao mesmo tempo moral, política e social e que tendia a mexer-se como uma totalidade. Era através do “controle moral” exercido pelo Rei, legitimado pela fé (fatores conscientes) que o expansionismo português se justificava; a religião era o motor ou moldura para o movimento explorador (comercial/colonização), embora moralizador, cristianizador e civilizatório.

DaMatta (2000), assim como Raymundo Faoro (1976) explicam como se fortaleceu aqui o sistema vigente em Portugal, realizou-se um transplante da ideologia de classificação social, técnicas jurídicas e administrativas de modo a moldar as ‘nossas instituições’, tornar a colônia exatamente igual em estrutura à metrópole. Nesse sistema, cópia da sociedade portuguesa altamente hierarquizada, a igualdade está rigorosamente proibida. Há tantas camadas e “estados”, que até as normas de tratamento eram reguladas pela coroa, com os eclesiastas e régios no topo da estrutura. A categorização social é geral,

incluindo obviamente, grupos étnicos diferenciados, sobretudo mouros e judeus. Numa sociedade dominada pelas hierarquias sociais abrangentes, tudo tem um lugar. O que se sabe de comunidades mouras e judias em Portugal, permite dizer que o controle social e político de etnias alienígenas eram agudos, senão brutais, como foi o caso dos judeus.

Segundo DaMatta (2000), temos assim – em Portugal e no Brasil – uma sociedade já familiarizada com as formas de segregação, cuja legitimação seria marcada, pela origem estamental, “rácica” e religiosa. Fatos que provam que o português colonizador não chegou no Brasil como indivíduo degredado e degradado. As engrenagens do Império colonial português eram muito complexas e se mexiam com extrema eficiência. Assim, a colonização do Brasil não foi uma empresa realizada por criminosos, indivíduos “sem eira nem beira” ou sem ideologia social. Para DaMatta (op. cit., p. 62),

é impossível demarcar com precisão as origens do credo racial brasileiro (...), mas, quando conquistamos a independência (de 1808 a 1822), buscamos uma identidade, no sentido de justificar, racionalizar e legitimar diferenças internas. Se antes as elites podiam colocar o peso dos erros e injustiças no Rei, em Lisboa, agora é sobre si mesma, nas elites locais e/ou nacionais.

O autor acredita que a ideologia legitimadora forjada, veio na forma da fábula das três raças e no “racismo à brasileira”, uma ideologia que permite conciliar uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade, sem que se crie um plano para sua transformação profunda. Aliás, como a “emancipação” foi obra de estratos superiores, dominantes, e não de baixo para cima, não teve por isso mesmo o mérito de ser uma alavanca para transformações sociais mais profundas. O Movimento Abolicionista e a Proclamação da República, dois momentos críticos, são parte e parcela de um só drama social altamente contraditório, já que a Abolição é progressiva e aberta – propugnando pela igualdade e transformação das hierarquias; ao passo que a República é desfecho fechado e reacionário, destinado a manter o poder dos donos de terra (SKIDMORE, 2001; DAMATTA, 2000). A Abolição se constitui num movimento concreto e numa terrível ameaça ao edifício hierárquico econômico e social. Se a ideologia católica e o formalismo jurídico que vieram de Portugal não eram mais suficientes para sustentar o sistema hierárquico, era preciso uma nova ideologia. Essa ideologia, junto com as cadeias de relações sociais da patronagem, patrimonialismo e patriarcalismo que se mantiveram intactas, foi dada pelo racismo. Mas essa ideologia surgiu de modo complexo, no bojo de dois impulsos contraditórios típicos, aliás, das grandes crises de abertura social. Um projeto reacionário destinado a manter o *status quo*, libertando o escravo juridicamente,

mas deixando-o sem condições de libertar-se social e cientificamente; o outro abolicionismo é muito diferente, emancipador, percebe como o racismo é uma motivação poderosa para investigar e transformar a realidade brasileira.

O autor afirma que a “fábula das três raças” se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura. Essa fábula tem hoje a força e o estatuto de uma ideologia dominante: um sistema totalizado de idéias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura. O mito das três raças fornece as bases de um projeto político e social para o brasileiro, através da tese do “branqueamento” como alvo a ser buscado, permite ao homem comum, ao sábio e ao ideólogo conceber uma sociedade altamente hierarquizada como uma totalidade integrada por laços humanos dados com o sexo e os atributos “raciais” complementares. E, finalmente, é essa fábula que possibilita visualizar nossa sociedade como algo singular, especial, o encontro “harmonioso” das três “raças”. Se no plano social e político o Brasil é rasgado por hierarquias e motivações conflituosas, o mito das três “raças” une a sociedade num plano ideológico travestido de “biológico”, domínio unitário.

O esquema conceitual apresentado esclarece outra distinção formulada por Oracy Nogueira (1985), para o qual o nosso preconceito racial é de “marca”, cor, fisionomia, aparência ou corporeidade etc., enquanto o estadunidense é de “origem” (pretensamente, em virtude do ‘sangue’ ancestral), já que o sistema de lá não admite gradações e tem uma forma de aplicação axiomática, uma vez que se tenha algum “sangue negro” (e isso é determinado culturalmente), não se pode mudar jamais de posição (tal como num sistema de castas). Pode-se ser tratado idealmente como um “igual perante a lei”. Mas a diferença do “sangue” permanecerá para sempre. No nosso caso, admitem-se gradações e nuances, a “raça” (cor da pele, tipo de cabelos, de lábios ou o corpo como um todo) não é o elemento exclusivo na classificação social da pessoa. Existem outros critérios que podem nuançar e (relativamente) modificar essa classificação pelas características físicas (que são definidas culturalmente). Assim, o dinheiro, o poder político, prestígio ou a fama permitem classificar, no Brasil, um preto como mulato ou até mesmo como branco; discordo dessa perspectiva, até o Pelé jamais será branco, no máximo, é considerado um “preto com alma de branco”, o que prova a profundidade de nosso racismo que não é tão relativista como supõe vários pesquisadores, dentre eles Nogueira (1985). Temos sistemas múltiplos de classificação social; enquanto nos EUA, há uma tendência nítida para a classificação única,

tipo “ou tudo ou nada”, direta e dualista. Tendência que tem clara correlação com o individualismo, o igualitarismo e como mostrou Weber (2001), com a ética protestante. DaMatta (2000, p. 65), sustenta e enfatiza que esses tipos de “preconceitos raciais” são inteiramente coerentes com as ideologias dominantes de cada uma dessas sociedades, foram gestadas historicamente.

Milton Santos (2002), o maior geógrafo brasileiro, dava maior peso às explicações das desigualdades de classe, como problemas do imperialismo e/ou do capitalismo ‘globalizante’. Porém, indagado sobre sua condição de ser um negro de sucesso acadêmico internacional, respondeu que o negro é sempre alvo de um olhar enviesado, oblíquo e mais, que nem o progresso sócio-econômico vaticinado pelo neoliberalismo melhoraria a condição de negros, pobres e mulheres. Estas categorias permaneceriam discriminadas e excluídas do poder e do bolo produzido socialmente. O autor sustenta ainda que essa perversa discriminação contra o negro só tende a crescer, exacerbar-se, pois o capitalismo é racista e etnocêntrico e que o consumismo ingenuamente propalado como liberdade não leva ao avanço da cidadania, dos direitos humanos, políticos e sociais. Para ele, nosso racismo ou preconceito não é apenas de cor ou de ‘marca’ como muitos sustentam, contrapondo-o ao sistema racista norte-americano, que seria de origem, pois há uma “linha do corpo”, e a corporeidade também não se nega, não se trata de um estigma que se pode arrancar. Essa idéia abre caminhos e podemos pensar que até pessoas consideradas claras ou brancas sofrem preconceitos e discriminação no Brasil, uma vez que apresentam lábios, cabelos ou outras características fenotípicas próprias dos negros ou afro-descendentes.

Argumenta-se que não temos no Brasil segregação entre brancos e negros, mas Pinho (2001) demonstra o contrário: em Salvador, toma dois espaços de festas, um espaço “alternativo”, onde só freqüentam jovens de classe média, todos brancos e universitários, que curtem *rock'in roll*, são os “reis” e outro somente freqüentado por negros, pobres e não universitários, são os pagodeiros chamados de “*black* ou *brown*”, e o autor evidencia que há todo um campo, um mundo de lutas simbólicas e rivalidades que funcionam como barreiras reais e fontes de segregação efetiva, em que membros de um grupo, estamento e/ou etnia não freqüentam os espaços do outro e é nesse jogo e nessa rivalidade que há a reconstrução, manipulação, afirmação e negociação de suas respectivas identidades culturais e étnicas. Poderíamos também pegar inúmeros outros exemplos de espaços segregados, poderíamos ir aos morros cariocas, bailes *funks* e, na zona sul, a numa festa da medicina ou engenharia, por exemplo, ou na periferia de BH ou de São Paulo, porém não

precisa ir tão longe, podemos ir à periferia de Aparecida de Goiânia ou às praças onde freqüentam nossos meninos e meninas de rua.

Há que se considerar ainda que essa segregação se dá através de leis sociais, regras mais ou menos sutis, difusas e não explícitas, mas que são conseqüentes e, de certa forma, mais poderosas que as leis claras e oficiais, as leis do Estado, que são formais, pois no plano cultural, as idéias, fatos, lógicas e leis não são manipuladas e assumidas conscientemente, e isso acontece também com nossa prática preconceituosa, discriminatória e racista. Assim, convivemos com uma realidade que discrimina e segrega de fato de acordo com critérios étnico-raciais ao passo que negamos, conscientemente, esse fenômeno, temos vergonha de assumir o que fazemos cotidianamente.

Valle Silva (2000) analisa as desigualdades raciais no Brasil no âmbito da desigualdade da renda, da má distribuição para pretos e pardos e relativamente aos brancos. Sua tese é a de que o negro é fortemente discriminado no mercado de trabalho, tendo menos oportunidade e constituindo uma estrutura sócio-ocupacional bem inferior à do branco, mesmo que o negro possua a mesma ou superior formação escolar e qualificação profissional. Analisando o censo de 1980, relativo às regiões metropolitanas, foi constatado que o rendimento médio da população 'de cor' é cerca da metade do correspondente para a população branca. As diferenças não se limitam à renda, obviamente. Assim, em 1980, a mortalidade infantil entre os brancos era de 77 por mil nascidos vivos e de 105 entre os pretos e pardos em conjunto. Enquanto a expectativa de vida, também em 1980, ficava em 66,1 anos para brancos e 59,4 anos para pretos e pardos, e essa diferença era de 7,5 anos, mais do que significativa, ela é aberrante. Os próprios dados do IBGE e da PNAD confirmam essa realidade: considerando apenas adultos, chefes de família ou cônjuges, encontraram os seguintes valores em reais para as médias dos valores totais: R\$ 950 para brancos, R\$ 433 para pretos e R\$ 450 para pardos, ou seja, os indivíduos de cor branca percebem rendimentos que representam mais que o dobro daqueles obtidos tanto para pretos como para pardos [os negros] (idem).

Já Rosenberg (1976, 1993 e 2000) volta sua atenção para o problema da educação das crianças e adolescentes brasileiras, na dimensão da questão de gênero e raça articuladamente. Como se constatam, hoje em dia, as grandes conquistas das mulheres no mercado de trabalho e no acesso e permanência no ensino básico e acadêmico, a pesquisadora chega à conclusão de que o arsenal teórico deve se alargar e se complexificar para dar conta da problemática. Cruzando as variáveis, conclui que a mulher continua em

desvantagem, sobretudo a mulher negra, como as crianças pobres, de maioria negra, e os negros em geral. Esses últimos porque sofrem um intenso processo discriminatório e racista que os impedem de chegar ou permanecer no ensino formal. As mulheres, mesmo as brancas, porque são preparadas para as ‘humanidades’, licenciaturas e ao ensino pré-escolar. Ganham, no mercado de trabalho em geral, baixos salários e são obrigadas socialmente a se restringirem a certas profissões, tidas preconceituosamente como femininas: trabalho doméstico, enfermeiras, assistentes sociais, professoras do ensino fundamental, voluntariado em geral etc. Há a problemática guetização de cursos e carreiras profissionais, umas voltadas e dominadas por homens e outras só por mulheres, a segregação e discriminação de gênero permanecem vivos e forte na sociedade.

Com esse grave problema, somente as mulheres que não têm qualificação docente satisfatória lecionam para as crianças pobres, negras e indígenas, principalmente no Nordeste e Norte do país (as gritantes disparidades “RRR”: de rendas, raciais e regionais). Enquanto os homens, de maioria branca e de classe média, ficam com a fatia das profissões mais reconhecidas e mais rentáveis, o ensino universitário, a telemática, a medicina, o direito e engenharias etc. Portanto, Rosenberg (2000) que é militante feminista e luta pelos direitos da criança e contra as discriminações e desigualdades de gênero e raciais, não fica desamparada em seu importante papel. Nesse bojo, as crianças negras e pobres, que estão ficando fora da escola, são as maiores prejudicadas, junto a toda a sociedade, visto que essas crianças são o ‘futuro’, futuro trágico, pois estão sendo mal preparadas, tratadas com violência e desprezo no presente. Esse fato constitui uma realidade contraditória com a imensa expansão do sistema educacional na década de 80 e 90, mas constata-se que essa expansão não alcança a todos ou alcança muito precariamente. Sem dúvida, as famílias brancas e com mais acesso ao mercado e à renda, estão bem melhor representadas, mas as negras continuam excluídas. Esse modelo explicativo pode ser conectado com os meninos e meninas de rua, de maioria negra, assim como a contribuição dos autores precedentes também nos permite fazer essa ponte, pois embora nem sempre estejamos falando diretamente daquelas crianças, elas pertencem a essas camadas sociais.

O conceito de *boa aparência*, segundo Damasceno (2000) sofreu uma significativa transformação, mesmo falando de negros, os anúncios deixavam explícitos que não era qualquer um, tinha que ter pele mais ‘clara’, ser moralmente e biologicamente sadio e ter ‘boa aparência’. Agora, processou-se uma “limpeza” do conceito, boa aparência é só para brancos, fato que sugere não que o racismo aumentou (é a impressão direta desse fato),

pois tirou várias expressões racializadas, mas travestiu-se mais eficazmente, e prova que também não diminuiu, uma vez que sintetizou boa aparência em torno do branco/a mantendo o senso, valores e ideologias raciais (racistas). Pois o negro, ‘de cor’ (que saiu do noticiário, da mídia) não desapareceu, ele é o não branco, isto é, ele é o de não ou sem boa aparência e o ‘não qualificado’ por princípio, e continuam sendo, “medidas” as escalas hierárquicas raciais, estéticas e morais, a partir do branco. Antes havia anúncios de empregos explícitos para o negro, os ‘de cor’; agora, embora pareça o contrário, os anúncios são diretamente para eles, isto é, para o negro não comparecer, não perder tempo porque o emprego não é para ele, mas para o de boa aparência. Relacionando isso com os meninos de rua, não resta a menor dúvida de que estes seriam esteticamente considerados “feios” ou ‘encardidos’, isto é, de não boa aparência, porque são negros e tidos como não moralmente sadios, fatos que comprovam os estigmas e discriminações raciais que sofrem.

A quase totalidade desses autores/as já trabalha sob um novo paradigma tanto científico quanto militante, em muitos aspectos abandonou o discurso da culpa histórica, ou seja, de que nossas desigualdades raciais nada mais são do que conseqüências da escravatura, argumento que levava – mesmo constatando as enormes disparidades raciais – estudiosos como Florestan Fernandes (1978, 1987) a acreditar que as contingências da exploração de classes (capitalistas), as desigualdades econômico-sociais explicariam todas as nossas mazelas. Quanto mais o país entrasse no circuito do capitalismo internacional e a burguesia consolidasse seu poder, mais acirraria o conflito de classe, sobrepujando as formas pré-capitalistas, em suma, os resquícios da escravidão. No limite ou por princípio mesmo, esses argumentos levavam à crença de que não existe discriminação racial, exclusão racial e racismo no Brasil, os negros seriam discriminados por serem pobres e seriam pobres por causa da sobrevivência de estruturas e instituições do regime escravocrata dentro do sistema capitalista e/ou devido à exacerbação dos processos excludentes do próprio capitalismo. Entretanto, na nova lógica, racializa-se o discurso ou politiza-se a raça no intuito de denunciar que nossas mazelas vão muito além da desigualdade sócio-econômica, e de que a exclusão do negro não é apenas resultado de heranças históricas do escravismo, ela reproduz-se no presente, contínua, ininterrupta e intensamente, e nossas práticas discriminatórias e racistas revigoram-se cotidianamente em quase todas as esferas e dimensões sociais, como sustentam tantos estudos e autores sérios.

Outra grande contribuição vem de Mireya Suárez (1992, p. 04), que tenta fazer a ‘desconstrução’ das categorias “Mulher” e “Negro”, evidenciando e descortinando os

‘mitos’ e ideologias, que são a própria causa – não racional e nem consciente, obviamente – e o fim por trás da invenção dessas categorias sociais ‘sub-reconhecidas e subvalorizadas’. A autora afirma que se “a função da fêmea não basta para definir a mulher e se nos recusamos também a explicá-la pelo eterno feminino e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na terra, teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher? O que é um negro?”. “A construção da categoria ‘mulher’ ou ‘negro’, em singular, perpassa discursos de diferentes origens sociais, como o literário, o científico, o religioso, mas é possível identificar neles elementos comuns que nos levam a pensar que constituem transformações de uma mesma estrutura de pensamento que, como no caso do *apartheid* sul-africano, é essencialista.

Suárez (1992, p. 22) acredita que os esforços conducentes a desconstruir a imagem que se tem dos negros vêm sendo menos assimilados que aqueles destinados a desconstruir a imagem que se tem das mulheres. E que isto se deve ao fato de que a crítica desconstrutiva vem dispensando o poder de ordenamento e inteligibilidade da dicotomia natureza/cultura. Ela advoga que, como toda identidade construída com base em critérios biológicos, a identidade de negro acaba sendo entendida como algo essencial e, portanto, invariável e imutável. A partir do suposto de que as diferenças biológicas (naturais) se associam, obrigatória e necessariamente, às diferenças de comportamento e valores (culturais), o pensamento ocidental procura encontrar condutas naturais onde quer que exista uma diferença física notável, como no caso do sexo e da raça.

Dentro da lógica da dicotomia natureza/cultura, mulher e negro, mulheres e negros pertencem ao campo da natureza, enquanto operários pertencem ao campo da cultura. Diferentes das identidades de classe, entendidas enquanto identidades adquiridas (negociáveis, mais ou menos flexíveis), as de mulher e negro somente são inteligíveis porque assim foram construídas, enquanto realidades naturais (inegociáveis e inflexíveis). Advoga Suárez (1992, p. 22) que na sua “máxima perfeição, é o fenômeno de inventar e institucionalizar categorias sociais (e/ou identidades sociais) como a mulher e o negro, no caso, restabelecer as ‘novas’ diferenças/desigualdades que lhes forem imputadas no campo da natureza”. Também, é um ponto pacífico que nas hierarquizações sociais/raciais brasileiras, o homem branco (situado do lado da cultura) está no topo da pirâmide, e, apesar das discriminações e violências contra a mulher branca (imputada já do lado da natureza, porém mais perto da cultura), graças ao racismo, ela vem acima do homem negro (pretensamente pura natureza); este por sua vez, é visto e tratado como superior à mulher

negra (totalmente natureza). Este fenômeno se deve ao cruzamento complexo das variáveis raciais e sexuais ou de gênero.

Suárez (1992) também articula aos conceitos de gênero e raça o conceito ou a dimensão da classe. Para ela, as categorias de classe foram construídas no ocidente pelo pensamento individualista (ou moderno) para, através da ênfase na mobilidade social, o indivíduo responsável, prudente, livre, com frugalidade, autonomia e autodeterminado, em todo contrário à idéia de destino natural (ou essencial). Entretanto, independentemente de suas diferenças, o individualismo e o essencialismo se articulam para resolver a contradição implícita entre o fato de existir uma ideologia igualitarista e o fato das desigualdades sociais não apenas persistirem, mas aumentarem. Diz Suárez (op. cit., p. 12-14) que “a naturalização das desigualdades sociais, ou seja, o racismo é uma doutrina político-ideológica fundamental destinada a ‘conciliar’ (...) a igualdade de oportunidades com a desigualdade existente na vida real”. A autora acrescenta que,

enquanto as desigualdades baseadas em raça e sexo outorgam-se uma existência absoluta, pois são entendidas como fenômenos naturais, as desigualdades de classe são vistas como algo circunstancial, não tendo existência intrínseca, mas aparecendo como resultado da restrição à livre concorrência, introduzidas pelas capacidades e incapacidades individuais – e a intervenção estatal, de acordo com a versão neoliberal (op. cit., p. 14).

Como mostra Dumont (2002), referindo-se ao pensamento americano clássico, a desigualdade não está no ponto de partida – já que no credo norte-americano, o sistema é igualitário – ela está no ponto de chegada, pois ela seria produzida (visão liberal) no processo de concorrência, neste mesmo credo, as capacidades individuais precisam ser, por razões funcionais, recompensadas desigualmente. Nesse sentido, conclui Suárez,

Podemos, então, chegar a duas conclusões: a primeira é que as desigualdades de classe não somente não são naturalizadas, mas que – pelo próprio fato de não o serem – não existem essencialmente. A segunda, é que as desigualdades essenciais de raça e de gênero permitem encontrar na natureza – resguardando o igualitarismo do sistema social – a explicação última das desigualdades de classe. Sexismo e racismo são expressões ideológicas da representação essencialista do mundo; são desdobramentos metafóricos da mesma estrutura que lê nas diferenças biológicas ou fenotípicas, capacidades e incapacidades coletivas. Já classismo é um tipo de discriminação baseado na estrutura que lê nas diferenças de status social, capacidades e incapacidades individuais. Entretanto, essas relações de dominação somente podem acontecer quando existe um imaginário inteligível e persuasivo o suficiente para as pessoas poderem encontrar nele sentidos para as relações sociais das quais participam, seja enquanto dominadoras, dominadas ou, como é mais freqüente, dos dois modos (op. cit., 1992, p. 23)

3.4 – Dados Videográficos

Pesquisei várias fitas em VHS, confeccionadas ou apoiadas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), em primeiro lugar e/ou subsidiariamente, por órgãos e organismos internacionais, como: UNICEF/ONU, OIT, Anistia Internacional etc., e governamentais brasileiros, como: a Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça (Governo FHC); Ministério da justiça, Ministério do trabalho, Ministério da Educação e Cultura (vários governos); Secretaria de promoção e contra a discriminação racial, de gênero e sexual (Governo Lula); várias Secretarias, Fundações e Institutos, federais, estaduais e municipais; ongs e sociedades civis, organizações políticas (“a-partidárias”), como o MST, entidades Filantrópicas e/ou religiosas, como: Pastoral da Criança e Pastoral da Terra, Igreja Espírita do Brasil etc. Há fitas que são de 7 minutos e outras que vão até 3 horas de duração. Quanto à forma, temos registros de vários eventos, desde encontros regionais e nacionais do MNMMR, Comissões Especiais de Inquérito (CEI), vários documentários jornalísticos, acadêmicos ou governamentais, como os do Ministério do Trabalho e Emprego até seminários promovidos pelos governos de várias esferas, Ministério Público e conveniados. O conteúdo é gigante, mas sintetizei e fixei o que considerava mais relevante para o tema em tela. Vamos aos registros.

Num documentário de 1994, “*A Guerra dos meninos*”, baseado no livro de Gilberto Dimenstein (1992), há um comovente registro sobre a ação organizada de extermínio de crianças no Brasil. Segundo o documentário, 1822 crianças foram assassinadas no Brasil, em menos de cinco anos, durante a década de 80. Afirma um funcionário de uma funerária:

O procedimento é normal, as crianças vítimas de homicídio, geralmente são esfaqueadas, têm as suas cabeças cortadas (decepadas), as pernas e braços também são. Geralmente são meninos/as *abandonados/as*, ninguém procura por elas, são crianças que ninguém quer achar. Porém, a criança só pode ser enterrada se ‘adotada’. Através de um processo ‘artificial’, obviamente, criam-se os documentos necessários ao enterro e o registro de óbito. Isso constitui um paradoxo, uma vez que, a criança passa quase toda a sua vida (curta, mas de sofrimento intenso) sem pais, parentes ou alguém que os adote e, apenas depois que morre, ‘conseguem’ formalmente, adquirir um parente, um ‘responsável’ (Vídeo: Guerra dos Meninos).

Um militante do MNMMR de Duque de Caxias/RJ diz que “há a idéia da sociedade que a presença das crianças ‘sujam’, enfeiam a rua. Há uma política de ‘limpeza’ das ruas. Isto é, a política de espancamento, banimento e extermínio dessas crianças”. Nessa

passagem em especial podemos comparar, ou mesmo conceber tais práticas de extermínio como um movimento ou política de “limpeza étnica”, pois consideramos os/as meninos/as de rua (de maioria negra) como grupo étnico e sobre o qual a sociedade e o Estado exerce uma política de segregação, exclusão, banimento e chacina (e/ou os mecanismos de opressão e violência constantes), após o processo de estigmatização e discriminação, sobretudo racial. Os próprios meninos de rua do Rio de Janeiro justificam sua estadia nas ruas. Vão para pedir, as pessoas não dão, então elas roubam. Diz o militante: “são pobres, por isso a sociedade acha que elas precisam sofrer”. Outra menina de rua relata a violência de que são vítimas, amigos seus já foram assassinados e ela está jurada de morte pela polícia e/ou esquadrão da morte, por isso quase não sai de casa. Segundo o vídeo, há sete milhões de crianças no Brasil vivendo na rua em completo abandono. Dimenstein (1994), fala no vídeo do “grande ‘lixo social’, que a sociedade tenta colocar debaixo do tapete”. Menina na rua diz que ali consegue dinheiro, não na sua casa. No dia-a-dia há a formação de pequenos códigos, inclusive os de sobrevivência. No vídeo, afirma o locutor/narrador do documentário que nessas condições estão pretos, brancos e mulatos, porém nas imagens que apareceram para ilustrar as respectivas “cores”, só havia negros. No Rio de Janeiro, das várias crianças e adolescentes mostrados, apenas um pode ser considerado branco. Já no Recife, apareceram mais imagens de brancos que no Rio, apesar da imensa maioria dessas crianças ser negra também.

No mesmo documentário, os próprios delegados e promotores públicos confirmam o fenômeno de extermínio; um promotor diz que: “surgiu a categoria do matador profissional, que mata por encomendas de comerciantes, lojistas, de membros, ‘homens de bem’, ‘normais’ da comunidade”. Um exterminador (branco) preso deu entrevista, dizendo que: “montou uma ‘guarda’ (tipo uma ‘agência’ de ‘segurança’), junto com um delegado e diz que faz tudo na lei, quando mata um *menor*, esse não é nenhum santo”. Mostraram meninos vendedores de amendoim, engraxates, *menores abandonados* (nessa época ainda usavam esses termos, hoje reprovados e/ou em desuso) de rua, infratores e trabalhadores, meninas “*prostituídas*”, hoje: exploradas sexualmente. Um adolescente (em conflito com a justiça) mostra como rouba um carro. Um diz que fez um “trato com o polícia”, outro disse que “a polícia queria dinheiro se não batia nele”. Outra criança diz que “a polícia ameaça bater, tocar fogo nela, se não lhe obedecesse e/ou se não lhe desse dinheiro”. Outro fala que o policial abusou sexualmente da prima dele. O próprio exterminador confessa e confirma o fato de que é grande o número de policiais envolvidos nos *comandos da morte*,

os chacinadores. Há vários relatos sobre o “casarão maldito”: onde havia muita tortura, abusos, assassinatos e desaparecimentos. Há envolvimento de agências de segurança, guardas, muitas vezes, formadas por ex-policiais, por pessoas desqualificadas e/ou “qualificadas” para o serviço sujo. Mostra-se a imagem de um menino negro queimado, não se sabe se vivo ou se foi assassinado antes. Mostrou-se também a transmissão de uma rádio, em que evidencia de forma incontestável que a mídia apóia estes massacres ou assassinatos individuais ou grupais, chamando as crianças de rua, de “bandido mirim” e da “desova”. Uma senhora fala que “a desova, são crianças amarradas sozinhas ou umas as outras e jogadas no rio, mortas antes ou durante (afogadas) e ficam ‘boiando’, vários corpos aparecem freqüentemente em sua chácara”.

Continua o mesmo vídeo, no ano de 1993, 420 crianças e adolescentes foram exterminadas. Um pai perdeu seu filho (que foi assassinado), a polícia falou em autoria desconhecida, o pai achou o assassino de seu filho, e que tinha matado mais duas – ou seja, três ao todo, em apenas dois meses. Sionara⁸ diz que também é ameaçada de morte. Policial e turista fala dos arrastões, mas culpa os governantes. Talvez por estarem sendo filmados ou por ser um policial “compreensivo” ou consciente e/ou turista “bonzinho”, não imputaram a culpa àquelas crianças e adolescentes. Lojista fala do assalto das suas lojas pelos meninos de rua e acrescenta que muitas vezes não compensa nem abrir a loja. Meninos jurados de morte não podem dar entrevista; outro adolescente fala com máscara, fala do amigo da ‘boca de fumo’, são jurados de morte ‘pelos alemão’ (morro rival) e diz que: “é preciso defender a pátria”, isto é, seu morro. Falou do “crime organizado, da ‘glória x vida longa’ e afirma que não tem jeito, tem de escolher e preferir a ‘glória’, mesmo que com vida curta”. Outros dizem o porquê de cheirar cola, segundo eles, “faz esquecer coisas, a fome, a discriminação, a morte de algum amigo”. Os meninos e meninas de rua são unânimes em relação à violência que sofrem, sobretudo, a policial. Meninas falam da falta de liberdade, de conforto, de escolas, de segurança etc.

Outro grave aspecto, focado no mesmo VHS, é a *prostituição* infantil (hoje, exploração sexual infanto-juvenil), extensamente estudada e denunciada por Dimenstein (1992) e por todo o MNMMR, que torna meninas com menos de 10 anos em “mulheres”; nas ruas de Recife, elas se comportam como pequenas *prostitutas*. Uma menina fala que “se perdeu” com 10 anos e com isso ficou muito triste e passou a usar drogas e se

⁸ Todos os nomes de crianças que porventura aparecerem, são fictícios, não identificando e nem comprometendo as pessoas de fato, com exceção de autoridades, intelectuais e/ou militantes reconhecidos.

prostituir, usando a linguagem moralista da sociedade, provando a assimilação e internalização eficiente da discriminação, dos estigmas a ponto de deteriorar sua identidade, de aceitar a imputação da identidade dominante como verdade, como bem trabalharam Goffman (1975) e Elias (1994) entre outros. O documentário afirma que “*são muito freqüentes os casos de meninas grávidas que tentam abortar, provocando chutes de companheiros/as e de policiais, outras dão ‘barrigadas’ contra os muros ou paredes e pedem para uma amiga as espremerem com toda força*”. Diz a educadora que na casa de passagem, elas mesmas são quem constroem as regras, assim podem, quando querem, sair para trabalhar e/ou se *prostituir*. Outro dado alarmante: havia em 1993 no Brasil cerca de três milhões de grávidas e 500 mil se *prostituindo*, com menos de 12 anos de idade. Menino diz que “tem mais medo é da Polícia Militar (PM), um rapaz foi assassinado”; outro morreu com a ‘roleta russa’ obrigado por policiais, a amiga chora ao relembrar o fato. Nesse caso a polícia invadiu a casa, levaram os dois garotos e os mataram.

O coordenador do MNMMR em Duque de Caxias/RJ, fala em entrevista ao documentário (em vídeo) citado que “o que incentiva a permanência dessas práticas é a impunidade, 90% dos assassinatos de crianças não foram investigados e muitos outros investigados, mesmo descobrindo e provando quem era (e como assassinou) o assassino, ficaram impunes, gerando um ciclo vicioso, os assassinos não punidos ameaçam mais eficazmente as possíveis testemunhas, há um grande medo de denunciar”. Como observei, sempre, a esmagadora maioria dessas crianças e adolescentes, bem como, seus amigos e familiares que porventura aparecem, são negras. Entre os corpos dos assassinados, através de alguma fotografia ou outra imagem das vítimas, vi que todos eram negros. Há mais: no caso das metrópoles nacionais como Rio de Janeiro e São Paulo, essas crianças e adolescentes estão – principalmente, muitos dos que ficam na comunidade com seus familiares – mais umbilicalmente amarrados ou aliciados pela estrutura do crime organizado (que é adulto). Mesmo nessas metrópoles, as crianças que vão para os “centrões” e aquelas que vivem em outras capitais e metrópoles regionais são predominantemente categorias de crianças vivendo por si mesmas – mais por conta própria e mais autônomas em relação ao tráfico de drogas e crimes violentos: seqüestros, assaltos, latrocínio, homicídios, por exemplo – e/ou são aliciadas pelos pequenos traficantes e as redes de exploração sexual, esta última é também uma modalidade do crime organizado. Todas essas modalidades (de crimes) juntas, compõem redes bem organizadas e estruturadas, inseparáveis entre si, presentes em todo Brasil e mundialmente.

Em outro vídeo VHS de 1991, “*Conselho, que Conselho?*”, a apresentação é feita pelo bonequinho ‘preto’ chamado “Fanhuca, Cabeça de Butuca (ou Mutuca)” e pelo boneco do ‘véi’ cego e gago, que chamou o primeiro de bibelô de carvão (olha o racismo explícito). Começa a cantoria sobre os Conselhos: *Conselho? Que Conselho?* O previsto no Estatuto (a lei), que precisa ser cumprido. O ECA ‘garante’ a participação da comunidade através desses conselhos. No mais, além de muita música bonita, criativa e divertida, bem ao estilo (estereótipo) folclórico nordestino. Distinguem-se os conselhos de direitos municipais, estaduais e federal dos conselhos tutelares (apenas locais, municipais), todos previstos e exigências do ECA, e que urgia suas implementações na prática. Aqui, não se toca nos problemas que geram essa demanda social e política, fica-se apenas na necessidade de implantar a lei e, se se fala em injustiça, ela é sempre sócio-econômica. O próprio Estatuto não permitiria interpretações racializadas, pois a lei se pretende universal.

Noutro VHS, coloca-se o problema das relações entre pais e filhos, da liberdade x responsabilidade. As crianças e adolescentes reclamam que não há muito diálogo nem liberdade com os pais, com o pai principalmente. As meninas e meninos reivindicam que os pais confiem mais neles. O problema da relação (e revelação) entre o filho/a homossexual e os pais também está colocado, fazem até um teatro para ilustrar o drama, a mãe acaba apoiando o filho – existe a máxima cultural em que a mãe, sempre e em qualquer situação, está ideologicamente obrigada a apoiar, proteger e defender seus filhos/as; ilusoriamente, parece ir contra a moral apoiar o filho homossexual, mas na verdade, ela está cumprindo seu ‘papel de mãe’, outro valor moral poderoso – mas o pai não. Esses jovens dizem também que a ‘educação’, através da violência física, mas também psíquica (e/ou simbólica), é um processo de deseducação, que só piora as coisas.

Aqui, tocamos num ponto fundamental que nos ajuda a compreender o fenômeno da invisibilidade sobre a dimensão étnico-racial dessas crianças e adolescentes. Destaquei anteriormente que muito disso se deve à hegemonia da abordagem economicista: marxista ou liberal na academia e pelos profissionais: educadoras/es, assistentes sociais, psicólogos/os, enfermeiras/os e sociólogos/os etc., que privilegiam sobremaneira as desigualdades sócio-econômicas, relegando a segundo e terceiro planos as questões religiosas, as ideologias raciais e/ou culturais. Buscam, através da ideologia marxista, a politização do proletariado, dos camponeses, mas, sobretudo, de proletários urbanos das indústrias e classes médias, para inverter a dominação político-ideológica da burguesia. Embora o conceito de ideologia seja central nessa abordagem, recusam-se a trabalhar com

ideologias religiosas e/ou raciais, reduzindo-as às ideologias de classe, como se fossem categorias eternas e universais; recusam-se a estender seu leque de aplicabilidades, significados e, conseqüentemente, seu alcance. Ideologia é um conceito riquíssimo, seja numa interpretação mais politizada e/ou mais culturalista, que oferece infindáveis possibilidades, mas ideologia para eles, com raras exceções, é sempre “classial”, na luta política das classes, pelo poder. Durhan (1997), por outro lado, também reclama e acusa os antropólogos de despolitizar o conceito de ideologia – empobrecer o sentido, cometer o deslize semântico – ao passo que se engajaram nas lutas políticas, se politizaram mais, renegaram a politização marxista, fato este que se constitui num paradoxo.

Entretanto, outro mecanismo importantíssimo e, talvez, o motivo central dessa invisibilidade, fenômeno que acredito não ser consciente, mas inconsciente – psicanalítica e antropológicamente falando – que é o próprio sistema racial brasileiro, isto é, a ideologia hegemônica que supervaloriza idealmente (imaginário romantizado e leitura oficial) as contribuições das três grandes raças da nação, exatamente para dissolver, diluir e anular qualquer possibilidade de serem problematizadas e questionadas as nossas relações e desigualdades. Essas ideologias, que pregam a democracia racial, defendendo um branqueamento ora velado, ora explícito que esconde a discriminação, a exclusão e a violência, são decorrência, para DaMatta (2000), de nosso sistema altamente hierarquizado, em que existe um lugar para cada coisa e uma coisa para seu respectivo lugar. Esse filtro ideológico seria capaz de esconder a estrutura triangular de nosso sistema racial, com os brancos no vértice superior da pirâmide racial; ao invés disso, passam a ilusão poderosa, pois é um mito de fundação da nação, de que todo mundo e todas as raças (e classes) têm a mesma importância – tal como advoga a ética católica – e contribui com a mesma proporção para o inventário da nação.

Esse mote ideológico defende ainda e propugna que, nesse processo “democrático” de formação da nação, todas aquelas grandes raças se miscigenaram, misturaram-se a tal ponto que não existem mais *per se*. A figura mais proeminente e valorizada passou a ser a/o mulata/o, o mestiço em geral, figura inventada para dar resposta à extrema hierarquização que não pode discriminar ninguém, elegendo assim uma síntese ideológica ou simbiose, em virtude de um ideal conciliador, conservador, antidemocrático e violento, mas que eticamente tem que pregar o contrário, sua humanização católica, justa e conciliadora (DAMATTA, *op. cit.*). Dois dos grandes formuladores dessa visão holística e

ufanista foram Nina Rodrigues e Silvio Romero, mas encontrou seu apogeu em Freyre (1933) e Darcy Ribeiro (1995), entre outros e se consolidou como ideologia triunfante.

DaMatta (2000) vai mais longe ao afirmar ainda que esse sistema é perfeitamente coerente com a ideologia ibero-católica, altamente hierarquizado e universalizante, que a tudo engloba, ‘enquadra’, ninguém fica de fora, só interessa o todo. Nesse sistema, o indivíduo não existe, mas sim a *pessoa*; não vivemos sem os intrínsecos e fortíssimos laços pessoais, familiares e **patrimoniais**, como aspecto do ‘homem cordial’ de nossas relações, profundamente emotivo, passional ou afetivo e, por isso mesmo, truculento, autoritário, violento e excludente (BUARQUE DE HOLANDA, 1995); também fruto das ideologias ibero-católicas, mais especificamente luso-católicas, com fortes influências mouras.

Numa fita em VHS da *Comissão Especial de Inquérito – CEI*, que fora constituída pela Câmara de Vereadores de Goiânia, por volta de 1997, durante os governos estadual de Maguito Vilela/PMDB e municipal de Nion Albernaz/PSDB (na gestão 1997-2000) e que tratava da investigação sobre a *prostituição* (hoje, exploração sexual infanto-juvenil), registraram-se audiências com várias autoridades, profissionais/militantes e jovens vítimas da exploração sexual, bem como uma mãe de uma dessas garotas. Ficaremos apenas com o depoimento de Joselino, então presidente do Fórum de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Goiás, parceiro do MNMMR/GO e ex-presidente da Fundação Jovem Cidadão 2000 (gestão do prefeito Darci Accorsi e voltou a sê-lo em 2001 – 2004 na gestão municipal de Pedro Wilson, ambos do PT). Este fala das entidades envolvidas e das ações desenvolvidas: atuando junto ao trabalho informal, com meninos e meninas de rua, e meninas e meninos vítimas de abusos ou que caíram na exploração sexual. Há uma série de denúncias. O Cidadão 2000 atendia crianças de rua, mas seu funcionamento estava seriamente comprometido, por causa de rixas político-partidárias entre PMDB X PSDB. Os convênios entre Estado e Prefeitura estavam rompidos, vários programas não funcionavam e/ou reorientaram suas ações de maneira a perder o contacto, a sistematização e a integração de antes.

Segundo esse militante, os locais mais comuns de exploração sexual dessas crianças geralmente estão próximos às “zonas adultas” como o “dergo”, o “trovão azul”, rodoviárias, áreas centrais etc. Muitas dessas crianças vinham do interior e do entorno, as meninas se *prostituíam* eventualmente, não permanentemente. As metrópoles praieiras são mais fortes na *prostituição* e/ou no turismo sexual, porém, Goiânia não está fora da rota. Está conectada e integrada a poderosas redes de *prostituição* nacionais e internacionais, a

várias cidades interioranas e à Brasília. Os membros da CEI e o depoente só falam em condições sócio-econômicas (famílias humildes, pobres, trabalhadores etc.) e, também, no fato de as famílias não conseguirem atender as expectativas da sociedade de consumo, esse fato despontou como um poderoso valor social. Um ponto extremamente relevante, embora não aprofundado pelo nosso militante, é o fator sócio-cultural, em que:

Há uma forte relação entre abuso sexual em casa e a relação e a exploração sexual (*prostituição*); as meninas negras preenchem o maior índice de *prostituição*; o adulto era o dono do corpo da mulher (o homem adulto branco se sentia dono absoluto do corpo da mulher negra). Há, portanto (entre a exploração e abuso sexuais) uma estreita relação com a colonização no Brasil. As meninas negras nunca escapavam, não passavam dos 12, 13 ou 14 anos sem ser abusadas sexualmente pelos senhores brancos. A *prostituição* é um negócio dos mais antigos, há 5 mil anos já existia a *prostituição* feminina. Além do mais, as crianças e adolescentes não têm informações sobre sua sexualidade. Ela não tem a menor resistência contra o abuso e a impunidade agrava o problema. É grave a questão cultural que concebe como normal o abuso; pois os abusadores têm dinheiro, prestígio e poder e/ou estão acima de qualquer suspeitas, legitimando suas ações. Há tantas crianças e adolescentes e, principalmente, seus pais e/ou ‘responsáveis’ que, vendem a virgindade delas.

Para o depoente, a mídia exerce uma influência negativa, explorando muito e forçando a sexualização da criança, a mídia tem que ser ética e educativa. É também enorme a quantidade de crianças que estão desaparecendo, para tanto, ele defende a criação de delegacias especializadas, uma central integrada de atendimento. Volta a enfatizar que essas crianças são de famílias pobres, porém ele vai além, dividindo os motes de influências: “há vários fatores: os primários que, são o desemprego estrutural e conjuntural; os secundários: são as influências da mídia, gerando a sociedade de consumo (e o consumismo), ao lado das influências sócio-históricas, são os fatores sócio-culturais, portanto”. Relata que é muito grande o número de denúncias nas delegacias da mulher, que só são especializadas nos problemas da mulher adulta, não na exploração sexual infantil e/ou nos abusos e violências contra meninos e meninas em casa ou na rua. Ele volta a insistir – mesmo depois de ter significativamente avançado mais – nas relações polarizadas e antagônicas das classes sociais, de ricos x pobres, mas também ressalta as relações de poder, exploração e violência entre homens e mulheres, adultos e crianças, porém perde, a meu ver, a rara oportunidade de mencionar, de forma mais incisiva, as relações raciais. De fato, ele vai além da estrita relação de classes, inserindo a questão de gênero e os problemas das diferenças etárias, interpretadas como desigualdades, faltando muito pouco para explicitar os problemas raciais atuais (ou mesmo da permanência da discriminação e/ou do racismo, ficam apenas no legado da escravidão). Quando menciona

o tema racial, toma-o apenas como legado histórico, ou seja, a velha culpa de nosso passado colonial e escravista e não o concebe como uma reprodução do racismo no presente.

Diz ainda que, *“os abusadores ou exploradores têm a criança como objeto e/ou mercadoria, podendo dispor como quiser do corpo delas, e só podem ser presos em flagrantes, o que dificulta ainda mais a punição. Porém, apesar das fortes barreiras culturais, está aumentando as denúncias e apurações”*. Falando do fator secundário, sobretudo, do papel negativo da mídia, defende uma postura mais educativa e ética desta, com compromisso social, mas não defende a censura. Não resta dúvida que essa separação, distinção e oposição (ou operando juntas, contribuindo para o mesmo problema social) entre fatores primários: socioeconômicos e secundários: sócio-culturais; Joselino cai no velho arquétipo materialista e reducionista propagado pelos marxistas (pelo menos, os mais ortodoxos), qual seja, a separação entre infra-estrutura e a superestrutura. Joselino é o militante mais ‘consciente’ sobre a problemática negra, pelo menos o único que a expressa, porém, como todo ‘bom’ marxista volta e meia cai no materialismo histórico e nas leituras ortodoxas dos conceitos e postulados marxistas. Fato este que, não desabona, em absoluto, sua consciência, intelectualidade, compromisso e militâncias social e política.

Denuncia ainda que é grande o desaparecimento de adolescentes, principalmente, as consideradas bonitas, que são alvos fáceis para o aliciamento, em virtude de suas famílias serem muito carentes. Nesse sentido, apresenta-nos dados novos: que na região do pantanal há muitas meninas goianas se *prostituindo*; há também em Anápolis, Brasília e em várias cidades turísticas goianas, sobretudo, Caldas Novas, Rio Quente, Aragarças, Aruanã, São Miguel do Araguaia, estas três últimas são cidades praieiras do Rio Araguaia, as chamadas ‘praias de água doce’. Segundo seu depoimento, também há o problema em torno da iniciação precoce, sobretudo, acompanhada da gravidez precoce. Advoga ainda que, *“os abusadores precisam ser responsabilizados penalmente, mas eles precisam também de acompanhamento psicológico, e o uso da modalidade prestação de serviços à comunidade também é muito adequada à sua reintegração à sociedade (as penas alternativas) e/ou o tratamento digno e humanizado, mas não um tratamento que signifique impunidade”*. O depoente se arrisca a traçar um perfil da “família de risco”: *“de baixa renda, violentas, precisando de acompanhamento e assistência (psicológica e pedagógica)”*.

Sustenta ainda que *“é preciso fazer uma conscientização junto a taxistas, caminhoneiros, donos de hotéis e/ou motéis, agências de modelo e de turismo, transporte*

coletivo etc”. Outro grave problema levantado é o tráfico de drogas (e o consumo que cresce vertiginosamente nas escolas). O relator da CEI indaga sobre a “rede” de *prostituição*; o militante Joselino afirma que é muito organizada, essa rede só perde para o narcotráfico e o comércio ilegal de armas de fogo e munição, ficando em 3º lugar, mas está profundamente imbricada e integrada àquelas, compondo uma mega e complexa rede:

Há muitos policiais envolvidos, os classificados dos jornais de *maior* circulação, oferecem *menores*, quase sempre com documentação e idades falsificadas, principalmente as grandes boates de Goiânia; nas bancas de revistas em plena luz do dia se compra pornografia que incentiva a pedofilia. Há meninas trazidas do norte, nordeste e/ou em trânsito (e aqui passam pelo ‘treinamento’). Quanto ao perfil dos aliciadores, geralmente são: casados, pais de famílias entre 35-45 anos; são considerados “normais”, bom nível sócio-econômico e trabalham normalmente. Os usuários desse serviço têm desde os que procuram áreas muito pobres, onde as meninas cobram 1, 2, 3, 4 ou 5 reais por ‘programa’; àqueles que vão a boates caríssimas como o *Real Privé*, *Platinum* e *Casa Nova* em Goiânia, principalmente nestas, é muito freqüente a falsificação de documentos, que é muito fácil conseguir. Nos motéis não têm nenhuma fiscalização, pois os funcionários não são qualificados para isso, e os donos por ‘conveniência’ fazem vista grossa, só visam o lucro e não querem ser enquadrados e/ou perder o cliente. Um médico foi pego com uma menina no porta-malas; há grande convivência e participação policial, de autoridades políticas e profissionais liberais etc. Os espaços camuflam, há agências de fachadas, o sistema de escravidão e tráfico, faz-se todas despesas: passagens, alimentação às custas das meninas, daí ela não fica praticamente com nada, fica até devendo, fica só com o próprio corpo, usado para pagar as ‘dívidas’, que obrigado a dispor aos cafetões, para a exploração comercial; semelhante ao esquema/instituto do ‘cambão e do barracão’ no Brasil, formas de escravidão. As principais rotas internas e interioranas são cidades turísticas e religiosas: Caldas, no entorno de Brasília, Pirinópolis, Trindade, Goiás Velho e Anápolis etc. Aqui, na capital, fecha-se mais o cerco, forçando grande número de adolescentes e de exploradores a ir para outras cidades, as quais não têm acompanhamento e fiscalização alguma. Fazendas e/ou hotéis fazendas de ‘fachadas’, são fechados para receber clientes e crianças/adolescentes para esse tipo de exploração.

Em suas considerações finais, conclui nosso depoente/militante:

As políticas em Goiás e em todo Brasil ficam aquém do enfrentamento necessário, o desemprego, a desqualificação educacional e profissional. A *prostituição* é mais lucrativa que os trabalhos “legais”. O Fórum é mais um colegiado de articulação (assim como o MNMMR, embora este seja mais permanente, àquele é mais exaustivo e são mais intensificadas suas ações), não tendo condições de fazer investigações e efetuar punições (o que deve ser efetivado pelas autoridades); há ainda os problemas dos conselhos, mal representados e mal qualificados. Enquanto o Cidadão 2000 mudou a proposta, existe apenas juridicamente (crítica que ele fazia daquela gestão 1997 – 2000), não existe aqui proposta metodológica de atender a criança de rua e/ou com o pé na rua; houve um desmonte desse órgão, os profissionais altamente qualificados foram demitidos, e nem tinham vinculação partidária, não houve seqüência do projeto pioneiro. Antes, atendia até meia noite, inclusive crianças vendedoras e em situação de exploração. Lembra que, este é um problema antigo, mas tem exacerbado; precisa de delegacias especializadas e varas específicas, de escolas, CAIS, Centros Sociais, de Saúde, de lazer, integrados e permanentes etc. O *Água Viva/SMS*, não consegue atender a demanda [crianças e adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexuais], embora funcione bem, a

demanda é muito grande, e “num sistema onde todo mundo é responsável, ninguém é responsável” [acenando à necessidade de ‘centralizar’ e integrar essas políticas].

Na fita da II Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Violência e Exploração Sexual (1ª parte, 01/07/97), destaca a máxima do MNMMR e do ECA: “*criança e adolescente, prioridade absoluta*”. Entre os presentes, estavam várias autoridades, profissionais liberais, educadores e/ou militantes. Jussara de Goiás, uma militante histórica do MNMMR, fala das primeiras ações parlamentares em prol das crianças depois do ECA, citando a criação, em 1993, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada pelo Congresso Nacional, sobre violência e *prostituição* e antes, em 1991, contra o extermínio dessa população. Aqui, já se usa o novo conceito de que criança não se *prostitui*, ela é explorada (relativo à exploração comercial do sexo, pornografia etc. e não dos abusos), “*essas crianças são vítimas da fome, abuso sexual em casa em todas as classes, inclusive, entre famílias abastadas*”, destaca ela, também, que as graves crises trazidas com o vício das drogas são muito freqüentes em classes médias. Como locais ‘críticos’ como frentes de exploração sexual, além da exploração do trabalho infantil, citam-se as áreas de garimpo, o turismo sexual, em que os gringos já vêm com pacotes fechados dos EUA, Alemanha e outros países europeus etc. Existem pacotes, com o “programa” e menina já incluídos, comprados nas agências de viagens e turismo, lá mesmo da Europa ou dos EUA.

Jussara de Goiás relata que há ainda as famílias que trazem as meninas da roça (para morar com os patrões na cidade), para estudar e trabalhar, mas elas não estudam, só trabalham, são abusadas e ficam à mercê dos patrões, como se fossem posse deles. Segundo essa profissional e militante do MNMMR, encontraram-se quadrilhas altamente estruturadas em Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro (Goiás e os demais estados também não estão fora desse ‘esquema’ ou ‘sistema’, uma vez que é orgânico, coeso, estruturado, integrado e permanente), locais em que predominam o pornoturismo. Ela não coloca nada sobre ‘causas’, nem preconceito ou discriminação racial (ou étnica), nem as desigualdades raciais. Nesta época, os debates em torno da questão já se esquentavam no meio político e acadêmico, aconteceram, na época, fóruns, audiências e seminários promovidos pelo MJ do governo FHC, o qual ficou em cima do muro, apesar de reconhecer o racismo e as disparidades raciais no Brasil. Como dados, Jussara expõe que existem 12 milhões de crianças, *menores* de 16 anos, exploradas sexualmente no mundo. Ela se refere, de modo inédito dentro do MNMMR, a estudos que levam, articuladamente, em conta a idade, gênero, classe e etnia, mas não se detêm em discutir

qualquer dessas variantes ou dimensões. Postula que, agora, violência sexual, estupro ou exploração não é mais contra a mulher, mas contra alguém, uma vez que, crianças adolescentes e homens adultos também são violentados, abusados, foi necessária essa evolução do escopo jurídico, pois não havia como punir porque essas violências eram pressupostas apenas contra mulher adulta. Segundo Jussara, neste vídeo, *“a menina vai para a rua, mas antes, ela foi, muitas vezes, vítima de espancamentos, estupro ou incesto etc. em casa e/ou na comunidade (o velho fantasma da violência intrafamiliar), fatos que a sociedade brasileira não enfrenta, se sentindo impotente”*. Ela considera um avanço também na lei de extraterritorialidade, que permite, em tese, punir qualquer cidadão onde quer que ele cometa o crime (o que não é verificado na prática).

Joselino alerta que, os conselhos municipais de direitos e os tutelares não estão estruturados na maioria das cidades brasileiras. O perigo da exploração sexual parece ser maior em cidades perto de “frentes de desenvolvimento”, perto de BRs., Rodovias, os 'entornos' são focos críticos, lugares ‘prósperos’ (como Anápolis, Aparecida de Goiânia e a capital) e/ou com grandes obras, crianças trabalhando, alta presença e concentração masculina, grandes festas religiosas, beira do Araguaia, outros rios famosos ou cidades praieiras; isso se dá muitas vezes em virtude do “choque cultural”, com a chegada do asfalto, de grandes empreiteiras, novos carros e motos não antes vistos ali, aflorando o mito da modernização. Cita o dado alarmante de que, em Goiás, 70% de gravidez é de adolescentes, ou seja, precoce, e são enormes os índices de aborto ou tentativa de aborto nesse público. Exemplifica ainda, um fato de uma menina na festa de Goiás Velho, com uma camiseta que anunciava: *“tem carne fresca no pedaço”*, numa clara alusão sexual. Ele afirma que, no interior e nas grandes cidades, existe um pacto do silêncio, *“as pessoas não falam, ninguém viu ou ouviu nada”*. *“Há os casos dos pais que vendem suas filhas, e os caminhoneiros que as levam; há o problema da falta de creches, escolas e infra-estruturas (pois os pais precisam trabalhar)”*. Somente na delegacia da mulher, que não é competente e especializada no caso, houve, num ano, 722 denúncias de abusos contra crianças, daí a urgência em criar delegacias e centros especializados e integrados. Abusados x abusadores, além da/o abusada/o, o palestrante defende que os abusadores também merecem cuidados especiais. Fala da “dupla moralidade”: *“a mídia critica e valoriza ao mesmo tempo, os apelos sexuais e a exploração. A sociedade ocidental valoriza extremamente a virgem, mas faz apelos, onde é quase impossível a moça continuar virgem, passando a desvaloriza-la”*.

Nosso militante, Joselino, presidente do Fórum supracitado, lança o pacto de Goiás contra a exploração sexual, advogando a necessidade de combater permanentemente a miséria, pobreza, discriminação racial e a questão de gênero e comemora que haverá nove seminários até 07/97, nas cidades pólos, e 2 cursos de capacitação. Embora ele não tenha se referido diretamente aos casos de discriminação sofrida pelos meninos e meninas de rua, seu objeto nos tempos de ‘Cidadão’ – ele está se referindo de forma indireta – façamos justiça. Ele, que é negro, é o único profissional e militante do MNMMR (embora ele mesmo afirme, na *Roda da Memória* do ‘Movimento’, ser mais um colaborador/parceiro ‘externo’ e não um militante assíduo e ‘orgânico’) que se refere mais de uma vez e explicitamente à temática da discriminação racial e embora não aprofunde a discussão, minimamente, contempla a sugestão de tratar o tema de forma global, relacionando vários fatores: econômicos, etários, de gênero, sócio-culturais, inclusive, os aspectos raciais, todos forjados historicamente. Além do mais, ele não tinha que fazer menções explícitas, até porque, como referi antes, na filosofia do MNMMR, não há a distinção dessas categorias e, quando há, não é nada rígida, assim, a categoria crianças abusadas, traficadas e/ou exploradas sexualmente compõe muito bem, o foco de atenção e preocupação do MNMMR, compõe o ‘todo’ de crianças/adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Nesta mesma Conferência, um promotor do Ministério Público de Goiás (MP – GO) advoga que “*é preciso romper com o legado repressor e autoritário do código de menores, que via os comportamentos pela ótica da irregularidade ou anormalidade*”. Ele lança o dado de 50 milhões de desamparados no Brasil, 30 milhões na pobreza absoluta e 1 milhão de crianças em *prostituição*. Afirma ainda que, no Brasil, criou-se a cultura do encarceramento, logo depois da Lei Áurea, o Parlamento, considerando-se avançado demais, forjou um decreto contra o crime, para prender crianças e adolescentes escravas, ou seja, negras, no Rio de Janeiro, e essas somadas a adultos, seriam presas em todo o país. O promotor cita um caso em que a mãe queria que internasse (prendesse) o filho de nove anos, o que foi prontamente recusado. Ele acusa o despreparo policial na questão, pois ao invés de prender os usuários/exploradores sexuais da criança, prendem as crianças que estão sendo abusadas e/ou exploradas sexualmente. Urge, então, mudar essa cultura, isso se dá com a assimilação do ECA, conscientização e a vontade política.

Assisti a todas as fitas sobre os Encontros Nacionais de Meninos e Meninas de Rua (ENMMR), todos realizados em Brasília, com a exceção da fita do 1º encontro: ‘Carta dos Meninos de Belém’/PA, para os meninos e meninas de todo o Brasil, em 1986, que não

encontrei nos arquivos do MNMMR – Seção Goiás. Temos então, a partir do II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1989, doravante todos serão designados de Encontros ou ENMMR. Os meninos e meninas realmente eram protagonistas nesse evento; havia muita animação, brincadeiras, mas também muitas críticas ácidas; falam muito em direitos não cumpridos, mesmo que estejam na Constituição Federal, criticam a violência policial e as autoridades em geral. Os/as meninos/as falam dos encontros estaduais que os escolheram, ‘legitimando-os’ a representar seus núcleos de base e seus respectivos estados. A reclamação da violência, pela qual muitos apanham e/ou são assassinados, é recorrente por parte dos/as meninos/as.

Nesse II Encontro, há uma roda de capoeira, um menino a acha muito importante porque “*conta a história dos negros e é a melhor coisa que já aprendeu*”. Vagner de Belo Horizonte também reclama da violência policial, que põe as crianças para roubar para eles. Nesta data (anterior ao ECA e até meados dos anos 90), todos ou a maioria usavam o termo “*menor*”. Várias regionais estavam presentes e contavam também com inúmeros meninos/as trabalhadores. Um menino do nordeste reclama do Esquadrão da Morte, pistoleiros e policiais que matam meninos/as porque a sociedade os acham marginais, acham que tem que matar. Houve um protesto porque vários políticos e mídia (adultos) ali presentes estavam roubando a cena, as crianças bradaram que “*a festa é nossa!*”. A molecada com microfones e câmaras na mão e filmadoras nos ombros, entrevistavam uns aos outros. Criticavam os políticos, a sociedade e o Estado, falavam sobre e praticavam a arte. Um bradou chorando, não sabe porque todos (a sociedade) o odeiam, porque eles não passam fome como ele. Outro menino fala que não deve roubar, nem cheirar cola, tem que ‘andar direito’ e explica a condição em que muitos dormem na rua, no chão, sem coberta, só no papelão, sem qualquer segurança ou alimentação.

Uma menina negra, Patrícia, diz ter saído do ‘convento’ – parece que é um colégio interno – para a rua aos 11 anos. Ela afirma ter sido abusada sexualmente (estuprada) e até hoje não dorme direito, até porque a rua é insegura, por isso fica sempre atenta para não ser estuprada de novo, ela dorme com um “olho aberto e outro fechado” e confirma que rouba mesmo, porque precisa e não porque quer, é para sobreviver. Ela tem o sonho de ser feliz, diz não saber ler direito, pois não estuda e não sabe o que é carinho, mas gostou do encontro. Ela afirma que negro é mais perseguido que branco, as crianças e adolescentes negros são muito mais espancados, estuprados e assassinados. As meninas e meninos reivindicam carinho, respeito, dignidade, liberdade e, para tanto, estão se organizando e,

inclusive, as “próprias” crianças apresentam uma versão preliminar do ECA às autoridades (parlamentares e ministros). Neste encontro a imensa maioria é negra e/ou filha de famílias negras, também se destaca um grande contingente desses/as jovens com traços indígenas e/ou cafuzos, as duas ramificações étnico-raciais mais discriminadas no Brasil. Há a afirmação de que o MNMMR não é governamental, mas é apoiado pelos coordenadores dos núcleos de base, além dos filiados e educadores. Ao final, quase todos estavam muito emocionados e chorando muito. Saíram numa grande passeata, com faixas exigindo o ECA e entraram no Congresso Nacional. A senadora Benedita da Silva fez um belo discurso, os meninos e meninas também discursaram pela justiça; uma menina de rua do Peru também fala e todos num gesto simbólico aprovam o ECA. Como se nota, o tema racial está latente, mas não brota explicitamente. A menina, patricia fala do drama e da intensa violência sofrida pelas negras e negros, estas/os são mais vítimas, mesmo em iguais condições econômicas com os brancos, vivendo na rua. Benedita da Silva é uma militante histórica do movimento negro fluminense e brasileiro, mas não toca na temática e o movimento de meninos e meninas não se refere ao problema racial ou ao racismo.

O II encontro foi uma luta pela aprovação do Estatuto e o III Encontro (1992) foi para cumprir o ECA, pois este estava só no papel, houve o show pela vida: com muita música, teatro, desenho, pintura, brincadeiras e papos sérios também. Já na abertura oficial, todos fizeram um minuto de silêncio, em memória a duas crianças assassinadas impiedosamente e todos bradaram que “queremos justiça”. O ministro da justiça, Maurício Correa, deu como dado aberto o evento. Fizeram uma “costura” simbólica com os mapas estaduais, todos estados ficaram ‘costurados’, unidos, unindo suas forças, formando o mapa do Brasil. Cantaram um *rap* muito criativo e crítico também. Houve várias apresentações: de circo, teatro, frevo etc., e um grande “ato pela vida”. Todos deitaram em frente ao Ministério da Justiça, simbolizando as milhares de crianças mortas, violentamente: a bala, facadas, espancamento, afogamentos, queimados etc. (fora as vítimas da fome, de doenças, trabalho pesado ou forçado etc.); depois soltaram pipa ali mesmo. Houve outro *rap*, o da paz. Um menino falou que as famílias precisam invadir áreas para construir suas moradias (a casa-lar); outra fala de agressões policiais, querendo ter relações sexuais na marra (abusá-las) com as meninas; outro diz que a polícia os perseguem até a casa, não é só na rua. Na forma de organização: primeiro levantam propostas (assembléias estaduais), depois levam para à assembléia nacional. Outro menino

adverte: “*criança não é bicho, não é cachorro (recado para as autoridades), criança é ser humano, precisa ser respeitada*”.

O IV Encontro, em 1995, contava com cerca de 1500 participantes, entre militantes e convidados, mostra imagens de crianças na rua fumando, trabalhando ou presas. Como sempre, a grande maioria é negra (por contraste visual absoluto). Zé da Silva – *in memoriam* –, menino batalhador, participante assíduo e crítico de encontros anteriores, fora assassinado. Um menino critica consistentemente os meios de comunicação (TVs, rádios, jornais etc) e a mídia em geral, esta como vilã tem sua culpa nos processos excludentes. A primeira dama Ruth Cardoso estava presente. Apareceu pela primeira vez o símbolo do MNMMR com duas crianças, menino e menina; um menino de Passo Fundo/RS denuncia a violação de direito, entre ela está a *prostituição*. Relatam o fato de um menino que foi eleito para ir ao Encontro, mas que três dias depois foi assassinado, ficou sem ir à Brasília. Um menino discursa que em dez anos (era para se comemorar o aniversário do MNMMR), cresceu a violência: as chacinas, a *prostituição* infantil etc. e têm que se garantir direitos e a educação dessas crianças. O Ministro Extraordinário dos Esportes, Pelé, chegou no encontro e prometeu que FHC ia mudar a realidade. Falam ministro, coordenadora e o padre Bruno, estes dizem que serão 300 núcleos de base até 1996. Dar-lhes mais passeata; Hermeto Pascoal está presente. Depois se cantou o hino nacional brasileiro, houve mais festa. Porém, paulatinamente, a partir do II Encontro, percebemos que os meninos e meninas vão saindo da condição de sujeitos ativos e participativos nesses encontros do MNMMR, convertendo-se mais em objetos desses encontros e dos discursos.

É cada vez maior a participação de agentes políticos, artistas famosos, educadores e coordenadores consagrados (e autoridades em geral), com longos discursos que muitas vezes dão o *show*, mas desviam da proposta filosófica, o foco do MNMMR. Quanto mais o MNMMR se estrutura, ele se burocratiza e se institucionaliza, afastando-se mais das crianças e adolescentes e dos protestos, os motivos de sua existência. Vários estrangeiros adultos estavam presentes e, boquiabertos, deram entrevistas: espanhóis, franceses, latino-americanos e estadunidenses. Todos elogiaram o Encontro, o MNMMR virou um referencial internacional (inclusive ganhando vários prêmios mundiais, com criança viajando para fora). Os dados do UNICEF/1995 constataam que existem 6,5 milhões de crianças em situação de risco social (isto é, de rua) no Brasil.

Num VHS sobre o trabalho infantil, *Profissão Criança* (1994 – Ministério do Trabalho e Emprego e OIT), há muitos dados: mais de 150 milhões de crianças

trabalhando no mundo e é no mundo um fenômeno em expansão. Aqui no Brasil, havia até 1993, mais de três milhões de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando; só no Brasil há cerca de dois milhões de crianças trabalhando nas cidades; cerca de 1,3 milhões na agricultura. Apenas 20% das crianças que entram no 1º grau, concluem; 32 milhões de crianças brasileiras vivem em famílias que ganham até 1/3 do salário mínimo. 1.400 milhões de jovens em idade escolar têm menos de quatro anos de escola; 47,6% das crianças trabalhadoras não recebem nada pelo trabalho. De janeiro a junho, 750 crianças foram assassinadas no Brasil. Está, a maioria dos trabalhadores precoces, em atividades de auto-risco: escravo ou semiescravo, perigoso, insalubre, pesado e ilegal e exposta à violência urbana, aos perigos da zona rural como cobras, aos desmoronamentos de barrancos etc. Quem trabalha estuda? É a principal questão do documentário. Neste, mostram-se várias crianças trabalhando no corte da cana. Uma médica afirma que esse trabalho é inadequado em todos os sentidos: ao desenvolvimento físico e psíquico. A fuligem da queima é um enorme perigo de doenças respiratórias; e um menino diz que não rende como salário. Um empreiteiro/capataz (“gato”) diz que: *“trabalho é a lei do pobre... (está fazendo o bem para eles), ensino o trabalho e uma profissão para eles”*. Já o usineiro diz que são os pais e terceiros que os exploram. Empreiteiro ou ‘gato’ se defende: *“pelo menos não estão vagabundeando, à-toa ou roubando”*. Mas, o menino diz que sonhava em ser advogado. Outro trabalhava numa borracharia: *“o patrão explora demais”* diz a mãe; *“o Roberto (com apenas dez anos) é o homem da casa, o Pedro (patrão) não alivia, coloca o menino para trabalhar na chuva, em tempo de pegar um resfriado daqueles”*. Outro menino trabalha num matadouro de frango, e diz que *“o patrão tinha que pegar uns dez anos (de cadeia)”*. O pai do garoto confirma que o patrão explora muito o menino, tanto que muitas vezes ele nem volta para casa, dorme no trabalho. O patrão diz que ele recebe menos porque trabalha menos e não tem a responsabilidade de adulto. Nesse ambiente, viam-se vários botijões de gás, um enorme e escancarado perigo. Carla, uma menininha negra – aliás, de todos os filmados todos eram negros, com exceção do matador de frango – catadora de papel e papelão diz que *“a vida na rua é perigosa porque tem muito ‘tarado’, os PMs ‘espreme’, bate, se deixar eles matam”*. A mãe acrescenta que *“são ‘maloqueiro’, não mendigos, esses dormem sujo”*. Carla diz que já viu gente morrer de frio e que gosta mais de pedir do que trabalhar. Os papeleiros (compradores de papel) pagam menos para eles (criança, filhos/as e/ou maloqueiros) e os papeleiros dizem que *“são as mães e os pais que os exploram”*. Todas essas crianças, assistindo ao vídeo de suas

entrevistas depois de pronta, disseram não ter futuro (sem estudar) naquela função.

Já o VHS: *Goiás – Momento 10 anos* (1995) foi feito só com imagem e música, as falas, os discursos não aparecem (ficam no fundo). Houve várias atrações, atividades e festividades, muito teatro, música, dança, brincadeiras, sorrisos, interações, comilança, paqueras etc. O *hip hop* estava muito presente neste evento comemorativo, em que vários meninos/as dançaram, gingaram e também desenharam, pintaram e “bordaram”, não podia faltar esse momento especial. Também se fazia presente a capoeira e música regional, que fala da identidade goiana, junto com músicas internacionais. Houve uma bela e numerosa passeata pelas ruas de Goiânia, havia meninos e meninas demais, despencando pelas bordas (carrocerias dos caminhões) com muita música, agito e dá-lhes protesto e reivindicações pelas principais avenidas de Goiânia, contra a violência, discriminações (sempre no sentido geral, anti estigmatizante) e pelos direitos. Não sei por que faltou ou se foi coisa do acaso, mas só vi uma criança branca, todos as demais eram negras ou poderíamos encaixar facilmente nessa categoria ou subdivisões (cafuzos, mulatos etc.). Fiquei impressionado com esse fato, que vem passando em “branco” literalmente.

Em outro registro áudio-visual: *Violência doméstica* (2003), sustenta-se a tese de que não são somente as condições de vida, mas também inabilidades dos pais que provocam esse fenômeno (tenta sair da leitura economicista). Segundo uma funcionária da Aldeia Juvenil, “*a violência psicológica é a mais difícil de ser caracterizada e punida*”. Dados de 2003 apontam que cerca de 100 crianças morrem por dia no Brasil⁹, vítimas de maus tratos. São 6 milhões de meninas e 3 milhões de meninos, por ano, vítimas de abuso sexual, mais de 70% dos casos acontecem em casa; mais de 300 mil meninas são estupradas, anualmente. Um militante contra o incesto e a exploração sexual diz que é alto o índice de suicídio entre as vítimas, sobretudo, de incesto. Esse fenômeno ocorre em todas as classes sociais, não escolhe nível econômico, origem étnica, formação escolar ou cor dessas famílias. Esse profissional/militante fala do horror da exploração sexual: “*o abuso sexual é horrível, pois ocorre junto à família, em quem a criança confia, quebrando assim, os laços de confiança (em quem poderá confiar?)*”. Outra forma de violência é o trabalho infantil, generalizado em todo o Brasil, provocado por más condições de renda dos pais, pelo desemprego e subemprego alarmantes, que joga a criança no mercado marginal, inclusive, na *prostituição*. Voltou-se a cair nas explicações economicistas, que têm seu peso, mas não é uma causa única, mecânica e direta.

⁹ Segundo o Editorial: Periódico *JORNAL DO SENADO* de 21 de Fevereiro de 2003. Brasília – DF. Discurso em Plenário do Senador João Alberto do PMDB.

Já no *I Seminário* (em 2001): *por uma Política de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalho Adolescente* é feita uma crítica geral de introdução ao tema. Fala-se do ECA, dos direitos, justiça e que ele ainda não está sendo cumprido. Nesse seminário produzido pelo MNMMR e parcerias, houve várias palestras e debates, à luz de fatos corriqueiros no mundo do trabalho infanto-juvenil brasileiro. Como uma moça de Goiás que se machucou cortando cana e mais um sem número de fatos, em que a criança é vítima de exploração, inclusive sexual, de acidente de trabalho, pois a imensa maioria trabalha em péssimas condições, com riscos intensos e permanentes, como: trânsito, cobras, cortes, máquinas etc.; além do fato de que a maioria dos casos de crianças que trabalham fica fora da escola, em virtude desse trabalho precoce, longe, que a esgota deixando-a exausta, sem energia para estudar e que acaba roubando toda a sua infância e adolescência (a capacidade criativa e de brincar). Um palestrante disse que, *“o trabalho da criança na ‘gleba’, junto aos pais, não seria errado, não é essa forma que se quer erradicar, pois seria saudável, educativo e ajudaria os pais, mas, se quer erradicar a forma exploratória”*. Ele acredita que *“a ajuda aos pais deve ser sazonal, esporádica, voluntária e livre (a criança trabalharia apenas casualmente e quando quisesse); já a forma exploratória é um trabalho intenso, obrigatório, sofrível, perigoso e desumano”*. Sobre essa afirmativa, advirto que ela é muito idílica e romantizada, pois muitos trabalhos, mesmo com a família, são forçados, obrigatórios e sofríveis e além da capacidade física da criança, outros lhe constroem e/ou comprometem a saúde e até o saudável desenvolvimento psíquico e moral; não se constituindo o trabalho junto aos pais, num mar de rosas, em liberdade, espontaneidade etc. e, não raro, as crianças morrem por trabalhos forçados pelo pai. Portanto, este fenômeno (trabalho doméstico ou familiar) merece fiscalização, monitoramento, controle e possíveis punições aos pais, pelas autoridades.

Nesse mesmo seminário, vários métodos e técnicas foram utilizados para o ensino e a conscientização da molecada e adultos, do Estado e da sociedade em geral. Houve bons recursos pedagógicos e se esbanjaram os recursos artísticos. Foram desenvolvidas várias oficinas: de vídeo, fotografia (para confeccionar fotonovelas), pintura, rádio, desenho (arte grafite, pintura etc.), com técnicas interdisciplinares: área da comunicação e arte a serviço da politização. Ao final, foi lido um ‘manifesto’ elaborado no evento. Texto no verso do VHS do Seminário: *“no cotidiano dos trabalhadores mirins, perpetua-se a exclusão social”*. Crianças e adolescentes expostos às mais diversas formas de violência, atuando em frentes de trabalhos diversificados: tráfico de drogas, exploração sexual, comércio

ambulante, serviço doméstico, trabalho na lavoura e, não são raras, as formas de trabalho escravo ou semi-escravo que persistem no Brasil, sejam entre adultos, sejam sobre crianças e adolescentes. Esses espaços de produção econômica substituem o ‘lugar criança e o lugar adolescente’. Lugares peculiares, que deveriam promover o aconchego, a brincadeira, lugares de proteção, de histórias mágicas, de heróis, de fantasias, de porquês. Quando ocorrerá a mudança efetiva dessa situação? Que sociedade queremos construir?

Nós, do Movimento, acreditamos que as soluções e alternativas serão construídas a partir de um trabalho de mobilização que envolva todos os setores da sociedade brasileira. Este 1º seminário foi uma iniciativa símbolo da luta pela recuperação dos direitos perdidos, pelo resgate da cidadania e pela oferta de postos de trabalho para os adultos. Esperamos que as experiências aqui reunidas sirvam de subsídio para a geração e melhoria de programas de atendimento destinados a combater o trabalho infantil e proteger a mão de obra adolescente no país.

Noutro VHS de Goiás e Goiânia: *Contagem e Mapeamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, na Região Metropolitana de Goiânia/2001*, várias personalidades e profissionais falaram: Selma Sena (Coordenadora da pesquisa); Joselino Santos (novamente Presidente do Cidadão 2000); Luíza Monteiro (Coordenadora Técnico-Pedagógica); Sônia Elias (1ª Dama de Aparecida de Goiânia); Flávia Albuquerque (1ª Dama de Trindade); Laudeni Lemes (1ª Dama de Senador Canedo); Gelva Maristane (Assistente Social); Diana Valdez (Historiadora) e Emy Tápia (Pedagoga). Joselino conclama: “*uma criança é 100%, 100% é em função de uma criança*”. Essa pesquisa (projeto) intitulada “da Casa para a Rua” foi sem precedentes devido ao seu longo alcance. A 1ª contagem foi em 1986, efetivada pela Aldeia Juvenil (então os dados estavam bem desatualizados). Antes dessa contagem, em 2001, ficava-se mais no achismo e no “*olhômetro*”, porque não havia dados oficiais da quantidade de meninos e meninas na rua: morando, trabalhando ou se *prostituindo*. Para Sena (2001),

A metodologia adotada nessa pesquisa é adequada para estudar populações flutuantes, pois há muita dispersão dos/as meninos/as, assim, as categorias espaciais e temporais são centrais nesse tipo de pesquisa. Cada equipe ia de carro: com um motorista, um apontador e um anotador em rotas selecionadas previamente, sem sair do carro, sem abordá-los. Esses profissionais são experientes para distinguir as várias modalidades de meninos em situação de rua. Calculam-se três horas para o deslocamento do menino/a, que geralmente anda a pé, para não contá-lo duas vezes, também os turnos são afastados, pois os meninos que trabalham de dia (a maioria), geralmente não são os mesmos que trabalham de noite. A demanda é outra, o perfil do público também é outro; durante o dia há mais crianças trabalhando e transitando, à noite há mais transitando e se *prostituindo* em vários pontos, bares, boates, hotéis e/ou motéis etc.

O V ENMMR (1998) contou com cerca de 1300 crianças. Eles próprios pesquisaram o impacto da violência, sobretudo, sobre eles e elas mesmos. Primeiramente, responsabilizaram a família, na maior incidência de casos de abusos sexuais praticados principalmente por padrastos, pais, mães, avós e tios etc. Depois, vem o tráfico e o uso de drogas (drogas ilícitas) e o álcool (droga lícita para adultos). Colocam em terceiro lugar o problema do trabalho infantil, gerado pela pobreza e o desrespeito aos direitos da criança e do adolescente. Assim, a falta de emprego e os empregos marginais são co-responsáveis pela *prostituição* infantil, ao lado, muitas vezes dos abusos sexuais em casa, maus tratos (violência doméstica) e usos de drogas. Nessa pesquisa, os dados extraídos são de fontes oficiais: IML, delegacias e Conselhos Tutelares. Chegou-se à assustadora cifra de 20 mil crianças exterminadas no Brasil por ano por causas “externas”, a maioria é assassinada a tiros, facadas, pauladas, a espancamentos ou devido a afogamentos e atropelamentos (dolosos) etc. A violência sexual e exploração sexual são enormes, muitas vezes, mesmo quando não há o abuso direto pelos pais, eles incentivam, inclusive em leilões, vendendo a virgindade da criança, menina, sobretudo. Muitas crianças, antes ou já nas ruas, são obrigadas a “*venderem*” o próprio corpo, isto é, a serem exploradas sexualmente, para poderem comer. Além do desemprego dos pais, há também o despreparo dos pais, sobretudo, sócio-emocional, o que não é pra menos, pois muitos pais são quase tão crianças ou adolescentes quanto seus filhos (gravidez, reprodução precoce). Além dos problemas com drogas, há um grave descaso pelas autoridades e o descaso e discriminação da sociedade. Um menino de rua testemunha que já viu menino de 6 ou 8 anos usar drogas e ele acha isso muito errado.

Nesse encontro, cada Regional¹⁰ (Estado) trouxe faixas contra a violência e a favor da defesa dos direitos e ‘envolveram’ (rodearam) o congresso num grande “abraço” simbólico com essas faixas. Depois, uma cúpula, composta pela liderança do MNMMR e por alguns meninos (as), encontrou com os presidentes da República, do Senado e da Câmara; conversaram, mas, ao final, avaliaram negativamente as respostas do Presidente FHC. Ficaram decepcionados, porém afirmam o compromisso de continuar lutando. Helena Silva Jansen, Secretária Nacional, senhora militante histórica do Movimento (MNMMR) (negra, raridade entre as lideranças) defende que: “*as mudanças vêm de baixo, não de cima... o resultado não vem do Congresso (ou do presidente), mas das bases, das crianças e adolescentes e dos movimentos populares*”. Na avaliação final, surgiram vários

¹⁰ Termo utilizado pelo MNMMR para referir às Seções (escritórios) estaduais e/ou locais do Movimento, mais perto dos Núcleos de Base (NB), estes compostos pelos próprios meninos e meninas.

argumentos: “*cada um tem que fazer sua parte para acabar com a violência*”. Todos destacaram a importância de conhecer (muita) gente de outros estados, interagirem com eles e se conscientizarem dos direitos e do engajamento no MNMMR. Diz uma menina: “*não é só os 1300, todas as demais também participaram, mesmo não estando aqui, quando voltar, todas levaremos nossas experiências e socializaremos*”. Cada menino e menina deixaram numa enorme faixa a marca de suas mãos, como símbolo de compromisso de continuar lutando pelas crianças e adolescentes brasileiras, pela justiça, contra a violência, exploração sexual e do trabalho, por um país e um mundo melhor.

Já no VI ENMMR (2001), a luta era: “*não ao rebaixamento da idade Penal*”. Neste, assume-se mais explicitamente que os meninos e meninas em situação de rua, não são vítimas apenas da carência material, uma vez que se constata a presença de vários filhos das classes médias, não só das trabalhadoras; porém nunca abandonam o viés classista, mesmo se articulando com dados como abusos sexuais (presentes em todas as classes) e a violência em geral (também pulverizada), continuam querendo explicá-la pela carência econômica. Deram muita ênfase na organização dos meninos e meninas e na conscientização para o protagonismo infanto-juvenil, conscientização e/ou politização, como condição para não aceitarem a violência. Duas meninas relatam que saíram de casa por causa de seus respectivos padrastos. Outro sugere que, nos casos de violência doméstica, culpam-se sempre os pais, mas ninguém procura compreendê-los, tentando mudá-los também. A maioria foi ao Congresso para “barrar” as propostas de emendas constitucionais (PECs) de redução da idade penal. Estavam presentes autoridades e personalidades políticas: Mário Volpi – UNICEF, Lula – então candidato à presidência da república, Cristovam Buarque – Governador do DF e a direção do CONANDA. Cristovam Buarque afirma e questiona que: “*ao invés de reduzir a idade penal, tem é que aumentar a idade (tempo) na escola*”. Um ministro do governo FHC deixou claro que o governo não apóia a proposta de emenda, e está trabalhando para impedir que o projeto de redução seja aprovado. Há um belo *show* do *Rappa*, que se solidariza com as crianças. Um militante advoga que tem que cumprir os artigos 227 e 228 da Constituição e o ECA, que o Código Penal não se aplica às crianças/adolescentes e as sanções previstas no ECA têm o papel de reeducação para inseri-los na sociedade; porém adverte que o ECA assim como a Constituição não vêm sendo cumpridos. Todos entraram no congresso e reprovaram, simbolicamente, a redução da idade penal para 16 anos; defendem que continue em 18 anos (*maioridade* aprovada no Novo Código Civil). Pouco tempo depois, o projeto foi

realmente rejeitado pela Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), considerado inconstitucional, pois fere as Cláusulas Pétreas¹¹.

Nenhum desses Encontros tocou na questão do negro/a, em especial, ou de gênero, ou das desigualdades étnico-raciais – negros, indígenas, orientais etc., sejam como fatos subjetivos ou objetivos. E esse fenômeno é dos mais relevantes: se somarmos as categorias negras (pretos + pardos), indígenas, cafuzos ou até mamelucos, teremos em todos esses encontros não menos de 95% de não-brancos. Esse fato salta aos olhos, na observação dos vídeos e fotografias. Isso significa que essas crianças e adolescentes discriminadas e excluídas têm “cor” e/ou “raça-etnia” e que a questão não se reduz apenas ao econômico, como querem o MNMMR e a intelectualidade acadêmica. Com isso, não quero sugerir que o MNMMR fosse feito só por negros/as e/ou apenas em prol dos negros/as e, muito menos, que as poucas e, às vezes, raras crianças e adolescentes (fenotipicamente) brancos, fossem barrados ou expulsos do MNMMR. No entanto, com a abordagem racial em voga e na moda, o MNMMR vem perdendo a oportunidade de trabalhar a questão como uma nova força política e ideológica. Também a questão de gênero mal foi mencionada – muito de relance e superficialmente – mesmo quando se abordava a violência doméstica, de espancamentos do pai sobre a mãe, de abusos sexuais sobre a/s filha/s ou enteada/s, fatos muito corriqueiros, e nos temas de educação sexual e saúde reprodutivas.

Finalmente, há o registro do *I Tribunal do Menor* (Goiânia/Teresina, em 1988), em que várias personalidades estavam presentes, entre os que acusam e os que defendem os réus, mais as testemunhas, na maioria meninos e meninas de rua e/ou trabalhadores na rua. No libelo de acusação, há o grito de 36 milhões de *menores* marginalizados no Brasil. As vítimas são *menores* – fazendo a ressalva que, naquela data, o conceito de *menor* era utilizado, oficialmente e até hoje, pelo senso comum; somente com o advento do ECA, que substituiu o *Código de Menores*, ele caiu em desuso relativo, mas ainda é forte –, na condição de vítimas especiais, são sete milhões de *menores* em completo abandono, na rua e/ou com suas famílias também abandonadas. Nos dados desse Tribunal, a fome mata sete crianças brasileiras a cada 5 minutos e atinge 86 milhões de pessoas em todo o país, por causa do Estado e a sociedade capitalista (os réus). Especulam-se as causas desse fenômeno pelo fato de a economia crescer tanto e a pobreza também acompanhar o

¹¹ Cláusulas Pétreas são princípios, dispositivos, cláusulas, artigos, incisos ou alíneas que não podem ser alterados, substituídos, suprimidos e/ou contrapostos por nenhum outro princípio, artigo ou emenda. São princípios mores da CR de 1988, quaisquer projetos que lhes contrariem são considerados inconstitucionais pelo STF, Congresso Nacional ou Governo Federal, prevalecendo o julgamento do ‘Supremo’ (STF), o Guardião da Constituição.

crescimento, foi concebido que o problema do *menor* é sócio-político. Também se falou dos negros que formam a imensa maioria nas prisões (sutilmente chamados de regime de reeducação), nas favelas e entre a pobreza (são predominantemente de raça negra), porém levantaram-se esses dados como uma dívida social de raízes históricas profundas, da escravidão e da colonização, com o mesmo raciocínio (ou concepção análogas ou afins) ou da reflexão materialista de Florestan Fernandes (1978), posição que critico neste texto. Destarte, o enfoque econômico e político predomina quase absolutamente, os aspectos raciais são mencionados só de relance. Seria o capital, a sociedade capitalista e o Estado – sempre a serviço da classe dominante – que levam a exploração da mão de obra, inclusive a prostituição e a mendicância (o lumpemproletariado), traduzindo-se num modelo teórico da exploração do homem pelo homem, que tem muitos méritos, porém apenas peca em alguns pontos teóricos e metodológicos, quando se fixa e cai no reducionismo econômico.

As provas dadas pela acusação:

Criança morre por trabalhar, carregando excesso de peso, quando não é pelo trabalho é assassinado a tiro, facadas, espancamentos, etc.; a impunidade incentiva esse ciclo vicioso, cita casos de crianças trabalhando em mutirão de construção de barracos; Lindomar de 16 anos, morto por ser confundido; outros milhares que levantam 3 ou 4 horas da manhã para trabalhar; Ronilda, menina de rua que se *prostituiu* para sobreviver e ajudar a mãe doente; Joilson, espancado até a morte por um procurador da república que está solto por causa de “falta” de provas; menino da Ceasa testemunha, as crianças são humilhadas, espancadas, o guarda bate nelas e coloca para lavar banheiros; outros falam de Maurício que morreu por carregar excesso de peso na Ceasa, todos trabalham e correm o risco de morrer, se tivessem empregos, salários dignos, escolas e hospitais, não ocorreria isso. Outro, de Manaus, fala da chacina feita por jagunços a mando de empresário rico e poderoso da região; o depoente levou 25 chumbos, foi parar no pronto socorro e lá não tinha enfermeira, alimentação, remédios, mas mesmo assim, sobreviveu. Lindomar vendia caldo de cana em Belém/PA, foi torturado e assassinado, ficaram todos os crimes impunes, e reclama da morosidade da justiça. Outro testemunha que a criança que morreu na maternidade era sua filha, mãe entrou em trabalho de parto, precisava de cirurgia, mais como eles eram pobres tentaram arrancar a menina à força, quebrando seu pescoço e a cabeça. Ronilda diz, que a polícia os expulsou de casa, tentou abusá-la, prendeu e bateu, atirou e cegou seu irmãozinho, dois irmãos foram atingidos, sua mãe era muito doente, os policiais os ameaçam até hoje e estão trabalhando normalmente na delegacia; acusou-a falsamente que ela tinha roubado um gravador, só de pretexto para violentá-la. Zé da Cruz, menino que trabalha no carvão, sempre trabalhou e foi explorado pelos fazendeiros, estes mandaram jagunços que tomaram vários trabalhos pronto e suas ferramentas, vivia sobre as ameaças dos fazendeiros. Quando ia para a aula, dormia sobre as cadeiras porque trabalhava demais. Muitos professores não entendem e nem sequer procuram saber, eles não se preocupam. Outro falou do Joilson (menino assassinado pelo procurador), alegre e trabalhador, sofreu vários atos violentos, quando o levava para a FEBEM, seu sonho era comprar um barracão para a mãe e a irmãzinha. Muitos educadores de rua continuam vendo muitos outros ‘joilsons’ morrer nas ruas todos os dias [...].

Todos os relatos são de vítimas e/ou amigos/as deles/as, são crianças/adolescentes e negras sem exceção. Quanto à defesa, o advogado culpou o Código de *Menores* (a lei até então em voga) que é uma lei federal que data de 1977, que é extremamente repressora e que não atende aos interesses e necessidades dos *menores*, observando o problema com a seguinte passagem: “*É preciso rever o código, para tanto, culpar os governos e legisladores que têm mandato, são eles que gerem o Estado e que ainda não temos uma sociedade capitalista constituída, temos formas pré-capitalistas, portanto [o Estado e a sociedade] são inocentes*”. Porém, Hélio Bicudo, famoso jurista e procurador da República, enquanto advogado de acusação, culpa a ditadura militar, fala da bela declaração universal dos direitos das crianças e adolescentes pela ONU em 1959, mas que está muito longe da realidade, do desemprego, do inchaço das cidades, da pobreza etc., acusando a dívida externa monstruosa, que os militares criaram e é isso que joga os *menores* na rua. Bicudo acrescenta que a polícia e a FEBEM são “Instituições Totais”, inadequadas, são equívocos do Estado, precisamos reverter esse quadro senão não teremos futuro. A sociedade contrasta luxo e a miséria, ‘é um descalabro econômico’. A Ditadura Militar privilegiou os privilegiados e abandonou os abandonados. Assim, São Paulo é a cidade que tem mais pobres. Em 1980, 4,5 milhões viviam na pobreza absoluta, ganhando menos de ¼ do salário mínimo; mais de um milhão de chefes de famílias não trabalham porque são doentes e/ou vítimas de acidentes de trabalho; por isso, temos as crianças que trabalham até 12 horas por dia como bóia fria etc. Advoga Bicudo que “*não devemos acreditar nos programas ou instituições totais (pelo jeito inspirado em Goffman), elas são escolas para o crime, não a solução*”.

Bicudo dá o exemplo de uma manifestação contra a violência liderada pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Rádios e TV do Estado e da sociedade capitalista ameaçaram o cardeal, contra e minando o protesto. Bicudo chama o Cardeal de “o campeão dos direitos humanos na América Latina”. Cita o dado de 36 milhões crianças (e adolescentes) *abandonadas e carentes*, é um país inviável. Ele denuncia que os poderes executivos e legislativos (da forma como foram investidos) são ilegais; reclama que nunca tem verba em favor da minoria, o governo desconhece o *menor abandonado*; o poder justifica ou tenta legitimar-se através de dádivas às elites. Acredita-se que se o poder fosse legítimo e legal, inspirará ou transfigurará a sociedade para que nela tenha paz, liberdade e justiça. Dalari conclui, depois de ouvir o libelo acusatório, a acusação, a defesa e as testemunhas, que temos três quesitos: 1) se está provado que muitos brasileiros são discriminados,

agredidos e marginalizados, se são brutalmente violentados e até assassinados; 2) se a sociedade e o Estado são culpados por esses crimes; 3) se há alguma justificativa por tais crimes. As respostas ressaltaram os fatos contra, especialmente, as crianças e adolescentes. Os jurados foram praticamente unânimes, embora cada um a seu jeito, respondendo sim as duas primeiras questões e não à terceira questão. A terceira jurada vai além, acusando a sociedade, por não saber escolher seus representantes; acusa o Estado por distribuir e aplicar mal os recursos e riquezas e a mulher, por ser acomodada, que não deve cuidar só da casa, mas também do Estado. O padre Bruno Cechim, presidente do MNMMR, condena cabalmente a sociedade e o Estado: *“o fato de o menino e a menina estarem na rua, mostra a todos até onde vai a discriminação e marginalização de que são vítimas”*; e critica a nossa omissão diante da situação constante de tortura física, espiritual e moral que o povo sofre. Para *“este crime não existe fiança ou anistia”*.

3. 5 – Dados Fotográficos

Fiz várias visitas ao acervo fotográfico do MNMMR, procurei analisar vários álbuns grandes e pequenos: de tamanho 10x15 cm; álbuns de 15x21 ou 20x25 cm, além das fotos avulsas (fora dos álbuns), também entre 10x15, 13x18 e 20x25 cm. A maioria era composta por álbuns pequenos (10x15), que chamei de ‘albinhos’ ou só ‘alb.’ coloridos ou ‘color’ e/ou em preto e branco (p&b), e poucos grandes (20x25), que chamei de ‘albões’ color ou p&b. Embora tenha escolhido cabeçalhos para identificá-los, muitos não têm uma apresentação ou alguma identificação, todos não têm datas fixas (isto é não registram apenas um evento específico, mas vários) e alguns não têm data alguma (s/d), e/ou sem identificação (s/id). Então os identifiquei pelo conteúdo, o evento fotografado, mas estes também são vastos e nem sempre identificáveis. Num mesmo álbum há vários eventos, datas e localidades abrangidas e registradas. Havia também cinco pastas de documentos, como: convênios assinados com os governos do Estado e com as prefeituras goianas, os quais acredito que não são necessários neste trabalho, pois seu conteúdo é estritamente jurídico e formal, é parte burocrática, por isso não fala da filosofia, identidade e/ou política de atuação do MNMMR.

Procedi então à observação de seu acervo fotográfico, logo no 1º bloco de fotos (avulsas), não foi tão simples a percepção de cor das crianças e adolescentes, as fotos eram em preto e branco (p&b) e a maioria desses meninos e meninas foram fotografados de

costas. Porém, observando o cabelo, alguns rostos e a “linha do corpo”, a “marca” e/ou “corporeidade” de que falam Nogueira (1985) e Milton Santos (2002), percebe-se que a grande maioria era negra. Outro dado relevante é que muitas dessas fotografias eram de colégios públicos, ou seja, na comunidade em geral, não só de crianças e adolescentes em situação de rua, o que diminui a concentração dos negros, embora quanto mais ‘periférica’ é a escola, mais aumenta essa concentração.

Num albinho colorido, que continha fotos escuras demais e/ou desfocadas, mas em geral, as fotos coloridas são mais fáceis de se identificar as diferenças fenotípicas, as “marcas”, a “linha do corpo ou corporeidade”, constatei que a maioria das crianças e adolescentes são negras, porém a maioria dos educadores e/ou lideranças e autoridades são brancas; no público comunitário em geral é $\frac{1}{2}$ a $\frac{1}{2}$, ou seja, 50% que podemos chamar de brancos e 50% que distinguimos como negros e/ou indígenas ou não-brancos. Neste há grupos de 10 a 15 crianças e adolescentes, em que há apenas dois ou três que poderíamos considerar brancos; e, mesmo naqueles grupos que apresentam maior proporção de brancos, não passa de $\frac{1}{3}$ (33%) ou $\frac{1}{4}$ (25%) do total. Para efeito de observação, considere “negros” aqueles perfis que se enquadram à figura do “preto”, do “pardo”, do “cafuzo” e conforme for a linha do corpo, os “mamelucos”, ou seja, não busco um tipo puro, mas uma gama de variedade, entretanto há também os que podemos considerar fenotipicamente “indígenas” e os ‘brancos’, estes constituem franca minoria dentro dessa demanda e/ou público observado e estudado.

Em um alb. color o contraste já é mais marcante, apresentando uma média de cinco negros para um branco ou 5x1 (80% de negros). Em outro, da periferia de Goiânia, continua a média de 5x1. Num alb. color, sem identificação (s/id.), aparece várias cores de times de futebol: Flamengo, Goiás, Atlético Goianiense e Vila Nova, em relação aos fenótipos parece $\frac{1}{2}$ a $\frac{1}{2}$ ou 50% para as duas principais etnias consideradas (negros e brancos), porém, muitos estavam com os rostos pintados e/ou usando máscaras, com as cores de seus respectivos times e/ou multicoloridas, dificultando a distinção ou percepção de cor ou etnia. Havia várias fotos coloridas dispersas do MNMMR (soltas na caixa ou dentro de álbuns), são de maioria negra, inclusive as crianças e adolescentes trabalhando, como os engraxates. Há fotos que apresentam grupos de meninos e meninas, 100% negros. Tem foto p&b, que mesmo não revelando ‘claramente’ suas cores, o corpo não mente, são, inconfundivelmente, meninos/as negros/as. Alguns parecem ser da CECOM (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), fazendo oficina de histórias em quadrinhos e

jornalzinhas do Centro de Defesa. Há o registro de um passeio em Pirinópolis – GO, alguns grupos são só de negros, outros são ½ a ½; há encontros e manifestações na Praça Cívica de Goiânia, nas ruas do centro, no setor Universitário e em várias outras localidades, um grupo grande apresentava 25x5 (ou 80%), continuando a média 5x1.

Outras fotos registram o Seminário de Simpatizantes do Movimento – SSMNMM (em janeiro/1993), num grupo de 20 crianças e adolescentes, apresentavam-se apenas dois brancos, média de 10x1, ou seja, 90%; e em encontros em Brasília, por contraste, os “negros e indígenas” e/ou descendentes dessas etnias, compunham a imensa maioria no bojo. Outras fotos registram o Núcleo de Base do Jardim Nova Esperança, mais de 90% dos presentes são negros, seja nos banhos, praças, passeatas e trilhas são negros; com raríssimas exceções, há grupos com ½ a ½ ou grupinhos – como alguns se banhando na cachoeira (parece que são jovens educadores) – de 5 ou 6 com maioria simples de brancos, o que pode evidenciar certa segregação nas funções e/ou relações de amizade. Em outro alb. color: a imensa maioria é de meninas negras, com poucos rapazes, mas estes também são negros. A técnica grafite, arte do movimento de cultura negra *hip hop*, foi muito bem explorada na parede e muro alto do prédio (parecendo um grande galpão). Noutro álbum registra-se uma reunião na Escola Fazenda de Itauçu, do MNMMR, mantém-se a proporção de 4x1, 5x1 e até 9x1. Havia na mesa do almoço 30 meninos e meninas, salvo defeito na foto, todos eram negros/as, mas numa foto bem nítida todas as 20 pessoas eram negras, no grupo de educadores estava equilibrado. Alb. color (s/id.): num Centro de Formação ou convento dos jesuítas, parece a Casa da Juventude (CAJU), o evento deve ser um curso de formação com a maioria dos jovens (militantes) negros e os educadores, maioria brancos.

Alb. color: novamente aparece o belíssimo mural de grafite, esse de setembro de 1997, só com meninas e meninos negros/as, aparecendo mais meninas, moças; assemelha-se muito ao álbum de grafite anterior, é o mesmo local, mas pode ser que a data seja diferente. Alb. color: em espaço de colégio ou alguma faculdade, parece com prédios de faculdade, mantém-se a média, de maioria de jovens negros, paradoxalmente – ou mesmo um fenômeno comum, a constatar – conta com a maioria das/os educadoras/es e/ou adultas/os, de maioria branca, no máximo, “pardo claro”. Alb. color: “*nem mas, nem meio mas é não mesmo à prostituição Infanto-Juvenil e ao trabalho infantil*” é o que diz também o Instituto Dom Fernando – SGC. Em sua escolinha de circo, a imensa maioria das crianças daquela periferia: setor Dom Fernando e região, são negras e indígenas; o circo se

instalou na Praça Cívica, o aspecto visual ficou multicolorido, mas é indubitável a predominância de negros: pretos, pardos e também indígenas, na dança, nos jogos e brincadeiras, na capoeira, os negros são praticamente unânimes. Nesse mesmo álbum, aparece uma reunião da Comissão Nacional e a Oficina Educacional Comunitária (OEC – Unidade Cândida de Moraes), havia muitos com aparência indígena. Considero esse dado um fato relevante, uma vez que nosso racismo é sobre a aparência fenotípica ou de marca, e não genotípica ou de origem como nos EUA. Aqui não interessa se não são mais social ou culturalmente indígenas, interessa sim que se pareçam com eles, abrindo o precedente, podendo sofrer assim o peso dos estigmas e discriminações.

Continuei analisando as fotografias, agora, o alb. color do III ENMMR, em Brasília. Este apresenta uma grande mesa com autoridades (quase 100% de homens e todos brancos) X grande platéia de meninos e meninas negros/as e indígenas de todo Brasil; seja no Congresso Nacional ou nas Esplanadas dos Ministérios, *a molecada* negra se espalha na luta, agrega-se no protesto em que “se afirmam ao passo que se negam”, afirmam como pobre, marginalizado e/ou de rua, mas se negam enquanto negros/as. Noutro álbum color (s/id.), havia meninos negros com cabelos sapecados pelo sol (aparentando loiros); numa roda de meninos/as de maioria negra, a média era no mínimo de 4x1; um menino branco grande montado nas costas de um menino negro pequeno (uma brincadeira, mas que pode simbolizar a relação dominação e sujeição e desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade). Havia também um grupo de meninos e meninas em protesto, sentados na calçada e usando máscaras da *Ku Klux Klan* (KKK, grupo norte-americano racista, extremista evangélico e de extermínio de negros). Aqui é ilustrativo o fato do protesto contra o racismo, e apresenta o paradoxo de protestar sem assumir uma identidade de grupo étnico-racial vítima do racismo, pois os discursos não assumem a condição negra, passando a idéia de serem vítimas apenas dos estigmas e discriminações contra meninos de rua, o que já é muito grave e pesado. Seja como for, a crítica está implícita, pois, o KKK é um símbolo mor das hostilidades racistas, do racismo, perseguições e incêndios de casas e plantações da população negra, chacinas e todo tipo de violências contra negros.

Além do mais, devido às evidências fotográficas que o MNMMR em Goiás ilustra é razoável supor ou acreditar que a abordagem local – apesar do Estado ser pioneiro, não parece ter levado essa crítica para a esfera nacional – foi mais consciente, rica, incisiva e crítica à respeito da discriminação, racismo e desigualdade raciais. A denúncia, a crítica explícita ao racismo, embora não esteja presente em nenhum dos vídeos, discursos ou

textos etc., está mais aflorada nas fotografias, o que prova o peso do tabu, pois fotografar a imagem em protesto, às vezes até silencioso, é mais brando que bradar, discursar e filmar um protesto mais incisivo e radical. Isso não tira o mérito do MNMMR em geral e da abordagem e do protesto em especial, que visou provocar a mudança ideológico-cultural na sociedade.

Seja como for, nos momentos altos do MNMMR que são os Encontros Nacionais e suas Assembléias, não há precedentes como esses de Goiás, nem sequer menção, crítica isolada, muito menos protesto e/ou outras formas de luta nesse sentido específico, contra o mito da democracia racial e suas desigualdades e/ou conseqüências perversas. Talvez, o fenômeno registrado nas fotos do MNMMR (Seção Goiás) seja especificamente daqui; ou pode ser que haja outros semelhantes em outros estados, mas o fato mais surpreendente e paradoxal é que ficou esquecido, anulado, ‘silenciado’ e/ou invisível para a direção e organização do MNMMR em proporções Nacionais (escritório e Coordenações Nacionais), que exerce as diretrizes e o comando das sucursais, embora não com o poder de engessá-las ou retirar-lhes qualquer espontaneidade e especificidade local/regional. Embora a ideologia racial seja nacional, não se pretendia comprar essa briga, contrariá-la como um todo, por isso mesmo, talvez, caberia criticar o racismo, suas violências e as desigualdades nas unidades fragmentadas, afastadas geograficamente, dispersas.

Alb. color da *Conferência Contra a Redução da Capacidade Penal*: numa mesa com autoridades sempre brancas, platéia de adultos (educadores, funcionários públicos, voluntários e/ou militantes em geral), embora com o alto contingente branco, negros e pardos são minoria, mas a platéia estava mais ‘policromática’ e ‘democrática’ racialmente que a mesa. Protestaram em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás, fazendo ‘palhaçada’, pernas de pau, e com faixa e frase: *Reduzir a Capacidade penal é desconhecer a Constituição, o Estatuto e a realidade social*. Já em uma reunião de Educadores/Militantes, todos adultos, consta-se $\frac{1}{2}$ a $\frac{1}{2}$, a imensa maioria é de mulheres. Alb. color do *Certificado Cidadão 2000*: com molecada negra, e fazendo passeio na cachoeira. Em outro Seminário (92) o curso contava com maioria branca, mas entre os jovens carentes a maioria era negra.

Noutra Confraternização promovida pela SECOM/Centro de Defesa/92, entre os formadores ou educadores, a maioria era branca, enquanto a platéia ou educandos tinham a maioria de jovens negros/as, há momentos específicos registrados em suas respectivas fotografias que dão média de 10x1, a maioria de participantes são meninas, muito mais moças do que rapazes, o que demonstra que deve ser gente da comunidade, uma vez que os

da rua, são na maioria meninos ou rapazes. Pode até ser que aquelas meninas fossem de rua também, porém, existe todo um cuidado e uma vigília para tirá-las mais rápido das ruas. A questão de gênero pesa, a mulher não teria ‘direito’ nem de ser de rua, tamanhas as exigências morais sobre elas. Novamente, há fotos do Núcleo de Base do Jd. Nova Esperança e passeatas pelo centro de Goiânia. Alb. color: novamente em clube, mais cursos de formação, muito protesto e muito forró (cada um há seu tempo e lugar). Esse álbum trazia os dizeres: “*Criança na ‘Praça’ com ‘Raça’ e ‘Graça’*”. No I Encontro de Educadores da Região do Alto da Poeira, houve passeatas e o IV Seminário do *Menor* da UCG; em todos os momentos, havia predominância assustadora de crianças e adolescentes negras. Em alguns momentos, sobressaiam-se crianças e adolescentes “indígenas”, cafuzas e poucas mamelucas. É muito relevante este álbum, porque é raro discutir-se o tema da raça no MNMMR e nesse evento ficou meio implícito, quase o MNMMR assume esse tema polêmico e evitado, ‘indesejado’ ao longo de sua trajetória política. Entretanto, não sabemos qual é o significado do termo utilizado, como há grande fuga em relação aos temas raciais e relutância em assumir que existe racismo, pode ser que “raça”, aqui, seja mais sinônimo de luta, de valentia, garra, teimosia dos meninos, dedicação, ralação, crítica voraz, persistência etc., ao lado e rimando com “graça”, sensibilidade, criatividade, talento e beleza estética, poética, arte em geral e cultura da paz etc.

Aqui, também vale o exposto acima, se são mesmo protestos contra a discriminação racial: as críticas e protestos são localizados, parciais, fragmentados, disfarçados, silenciosos, tímidos, residuais, evitados etc. O tema é abordado como se a exclusão e violência contra a população negra e as crianças e adolescentes negras – transformando-as em subempregados (mesmo que elas não ‘pudessem’ ou não ‘devessem’ trabalhar), criminosos, explorados sexualmente e/ou meninos/meninas de rua – fosse um problema local, o que os dados provam o contrário e fica a incógnita: por que não abordar (às vezes até se ‘abafou’) a questão nos encontros nacionais – isso não comprometeria a identidade do MNMMR, não se perderia o foco apenas por dar um enfoque especial a um problema tão grande, não se converteria em movimento negro, apenas ressaltaria essa dimensão nos planos pedagógicos, políticos e culturais – na Explanada dos Ministérios, no Congresso nacional e na hora de falar com o Presidente da República? Por que aqui em Goiás, pudemos perceber (minimamente) esse fenômeno e, nacionalmente, diluímos e esquecemos, não enxergamos ou não queremos enxergar os fatos? Por que preferimos fazer abordagens universalistas e economicistas e sair pela tangente racial da mistura geral,

do caldeamento? As perguntas não se esgotam, o certo é que o tema racial, desigualdade racial e racismo brasileiros é muito secundário, a ponto de ser evitado, não merecendo a atenção, a abordagem e críticas em nível nacional.

Outro álbum registra a luta contra a imputabilidade penal ao *menor*, nessa luta a maioria é branca, composta, sobretudo, por mulheres adultas – poucos homens – funcionárias públicos. Alb. color e p&b - *Curso de Formação Básica de Educadores para o Cidadão 2000, fevereiro/1994*: só educadores, estava ½ a ½, entre brancos e negros. Alb. color, com a molecada em marcha, maioria negra e/ou indígena; passeio em cidade histórica, no mato e cachoeiras (um grupo contava ½ a ½). Álbum color (s/d), hora de lazer com piscina cheia de meninos e meninas negros/as, crianças mesmo. No *hip hop*, todos eram negros, tinha também uma festinha junina, num momento da Assembléia, quatro moças no palco (todas negras); os educadores eram ½ a ½, quanto aos jovens, absolutamente, a maioria era negra. Noutro Encontro de Inter-Núcleos, de 13, só um garoto era branco, tem grupo que a média era 5x1, outro era 10x1, ou seja, entre 80 e 90%, às vezes, essa cifra é superada chegando perto de 100% de negros/as ou não-brancos/as – de qualquer forma confirmam os dados de Rizzini (1991) – indo até 30x1 ou 50x1, ou seja, há grupos em que os “de cor” são unânimes; continua a proporção de educadores e/ou lideranças do MNMMR, com maioria branca.

O Alb. color do *Passeio ao Parque Mutirama* (Goiânia em 18/04/1993), com o núcleo Dom Oscar Romero mostra vários meninos e meninas trabalhando na colheita de arroz, em todos os casos, no lazer ou no trabalho, continua a média 5x1 indo até 10x1. Alb. color (s/id), com a molecada se banhando na cachoeira e em poço; no poço contava-se ½ a ½ entre pretos e brancos e entre rapazes e moças; num grande grupo contava-se 40x2, ou seja, 95% de negros. Alb. color e p&b do *IV Encontro Estadual do MNMMR*: havia ampla maioria de crianças e adolescentes negras e indígenas, tanto nas fotos coloridas quanto nas em “preto em branco” (p&b), seja na roda de capoeira ou fora dela; mais uma vez, a mesa composta por autoridades e/ou lideranças adultas é sempre branca. A primeira foto retrata um velório-protesto nas ruas de Goiânia, alguém que fora assassinado barbaramente pela polícia, uma criança (um menino negro na faixa de 6 ou 8 anos). Alb. Color (s/id) - *Lideranças do MNMMR em Goiás*: a maioria é branca. Alb. Color das *Oficinas de Expressão*: mais uma vez estamos num ‘núcleo’ ou grupo de ‘base’, periférico, ou seja, a molecada e moçada vai escurecendo paulatinamente; com 17 crianças, todas são negras, ‘mulatas, indígenas ou cafuzas; num jogo de bola, há mais 10 crianças e adolescentes,

unanimemente negras; outros estavam usando roupas de índio (estereótipo do índio norte-americano do ‘velho oeste’), de heróis. Eles faziam pinturas, discussões, serviam-se no almoço e no jantar; numa sala do Curso havia uma educadora com feições japonesas (oriental), outra mameluca e uma cafuza, duas brancas, três indígenas, quatro negras e uma parda, ou seja, seis negras ao todo, mas, no Curso, as educadoras, como um todo, eram de maioria branca.

Alb. color (s/id): também na base, a maioria das crianças e adolescentes era negra, quase unânimes; seja pegando suas marmitas ou numa sala aprendendo. Os rostos visíveis eram todos negros, esse evento foi liderado pela Cida Martins (negra) e uma educadora mameluca. Reuniões do IV Encontro Estadual e confraternização da CECOM em dezembro/1992: a imensa maioria de meninos e meninas era negra, indígena ou misturada (negro + índio = cafuzo, se é que ainda se utiliza esse conceito). Seja no forró, na Capoeira ou no *hip hop*, os negros e negras são quase unânimes, as educadoras também eram de maioria ‘mulata’ ou com feições indígenas, mas também havia brancas; um homem negro (adulto de rua) toma banho na rua. Albão color do *III ENMMR e IV Encontro Estadual*: nas ruas de Goiânia e de Brasília ou em auditórios lotados, apesar da impossibilidade de contá-las, por contraste visual, a grande maioria era negra. Houve passeatas e vários outros momentos dos ‘meninos/as’ junto à comunidade, eles carregavam bandeirinhas pela paz. Numas fotos, perto de eucaliptos, todos pareciam ser descendentes indígenas, e poucos negros, mas, numa fila, todas as 10 crianças e adolescentes eram negros, só as educadoras eram brancas. Neste álbum está registrado também o *IV Seminário do “Menor”* da UCG, porém, em 2004/2005, a Aldeia Juvenil/UCG, dizia estar há 21 anos lutando contra a *menoridade* e a favor das crianças e adolescentes.

Outro fato muito ilustrativo e interessante: um menino branco com a metade do rosto pintado de preto, outro menino índio-negro está com a metade do rosto pintado de branco (um símbolo da tolerância racial e de luta contra o preconceito e discriminação raciais). E o cartaz em que constava: “*Romper com os muros da noite, criar sem pedir licença um mundo de liberdade!*” (MNMMR). Pelas evidências, o MNMMR não ignorou e nem (não pode ou não conseguiu) escondeu por completo o tema e a problemática racial em suas manifestações e protestos. Mas, sem dúvida, ele foi tratado como secundário, não como co-determinante da exclusão e violência sobre aquelas crianças e adolescentes, e é nesse sentido que o MNMMR não tanto negligenciou o fato, mas deixou de explorar um importantíssimo veio de crítica, contestação da sociedade e motivos, justificativas políticas

e ideológicas para transformá-la. Porém, era considerado um tema tabu, maior ainda que a sexualidade (que nos anos 90 já estava bem menos inibida), era considerada coisa de ‘minorias’, ‘grupismos’, ‘egoístas’ e/ou ‘individualistas’ e, o pior, coisas de ‘racistas’; alguém que, não enxergava o ‘todo’, isto é, os problemas só se resolveriam com uma ‘revolução socialista’ ou reforma radical da sociedade, destruindo as contradições e/ou antagonismos de classes e as próprias classes e o Estado (visto apenas como *o comitê executivo das classes dominantes*).

Essas posturas acadêmicas e/ou políticas foram mais incisivas até 1991, a partir desse ano, com o marco da queda do Muro de Berlim, esses ânimos esfriaram um pouco, caiu-se num pessimismo. Muitos militantes socialistas deixaram o PCB, o antigo *Partidão* e, filiaram-se ao PSTU, PCO, PSB, PPS, PDT, PV e inclusive ao PMDB, partido de *centro*, mas principalmente ao PC do B e ao PT. Também muitos militantes do MNMMR eram filiados ou mantinham – ou ainda mantêm – um namoro ou afinidade com tais partidos, mas esses dois últimos partidos foram crescendo gradativamente, numa marcha ininterrupta e caminhando para o centro. O discurso mais reformista foi se acentuando com mais vigor, comprando mesmo o jogo da democracia burguesa ou liberal, todavia continuaram relativamente ‘fechados’ aos novos discursos, às novas pautas e lógicas de militância, aos temas considerados como ‘pós-modernos’, principalmente, os da militância negra. Os movimentos de mulheres (gênero), saúde reprodutiva e liberdades sexuais foram mais rapidamente aceitos, relacionavam-se com todos os movimentos, mas os de negros permaneceram vetados. Discutindo sobre ou tentando mapear cultura e principalmente posições ideológicas, não pode ficar de fora um esboço sobre os partidos políticos brasileiros, seu legado, influências e suas conseqüências.

Sabemos que tais influências, intervenções e aparelhamentos partidários existem, além dos sindicatos em que esses fenômenos são mais conhecidos, estão bem presentes inclusive nas disputas acadêmicas e nas estruturas de cargos e funções das universidades públicas: as eleições para reitorias, dos sindicatos e representações de classe e de categorias. No movimento estudantil não é muito diferente. Os estudantes reivindicam há muito uma autonomia em relação aos partidos, não querem ser aparelhados e usados como massa de manobra; porém, os partidos ora assistem e monitoram de forma meio distanciada, disfarçada, ora se envolvem cabalmente e descaradamente, infiltrando membros, discursos e idéias, comprando ou cooptando lideranças estudantis e dos professores, financiando campanhas para CAs, DAs, UEEs e DCEs (na Universidade) e

Grêmios (no ensino fundamental e médio) e contaminando várias correntes políticas e de pensamento: como os anarquistas, os quais, mais incisivamente se pretendem a-partidários.

Tomaremos como exemplo apenas dois casos concretos e razoavelmente reconhecidos: o MR8 e a UNE. O primeiro é um movimento e/ou corrente política que, desde que nasceu, é controlado e aparelhado pelo PMDB paulista. Enquanto a UNE, de abrangência maior, há muitas décadas é completamente controlada e aparelhada pelo PC do B. Nas universidades públicas (e outras empresas estatais e/ou públicas), de uma forma geral, este partido divide o poder e influência, sobretudo, com o PT e o PSTU; entretanto, os partidos de centro e de direita também mordem uma considerável fatia do bolo, sobretudo, em sindicatos patronais ou com tendências mais conservadoras, e em fundos de pensão etc. Muitas empresas privadas também sofrem essa influência, pois esperam favorecimentos, facilitações em contratos e licitações públicas, contam, portanto, com caciques políticos, membros do alto ou médio escalão de todas as esferas de governo: municipal, estadual e federal, do judiciário e do legislativo, em todas as esferas da federação. As empresas, entidades, ongs e movimentos etc. influem e são fortemente influenciados por homens importantes, mesmo que de 2º ou 3º escalões e até os considerados anônimos, dentro das estruturas de governo e/ou apenas partidárias (poder).

Falando sobre os partidos, quero deixar claro que essa dissertação não visa a aprofundar no exame partidário ou na estrutura e arranjos institucionais dos partidos políticos brasileiros. Também não pretendo fazer aqui nenhuma discussão jurídica ou ética do problema das infiltrações, favorecimentos, tráfico de influências, financiamentos indevidos, aparelhamentos e controles de empresas, entidades, instituições e sobre toda complexidade e diversidade de movimentos. Apenas registro que há o fenômeno que, é tido como natural nos jogos e lutas por poder e por dinheiro nas democracias modernas. Porém, considero relevante mencioná-los, mesmo que superficialmente, uma vez que é notória sua importância na participação dos movimentos sindicais e/ou sociais em geral.

A importância da organização partidária não se restringe ao jogo eleitoral e disputas por cargos e influências nas organizações estatais, paraestatais e/ou públicas (e até mesmo ongs e privadas), ela penetra nas lógicas e organizações dos próprios movimentos (formalmente não-partidários). São públicas e notórias a influência e a participação históricas dos partidos nos movimentos sociais brasileiros – e, em outras nações. Na verdade, em muitos casos não se trata de mera influência, mas de verdadeiro ‘aparelhamento’, domínio e controle pela máquina partidária. É esta que ‘organiza’, ‘puxa’

e fornece as diretrizes, o combustível e força aos movimentos e organizações das mais diversas origens e linhas de atuação, embora, como frisou Melucci (2001), haja inúmeros movimentos que são mais ‘autônomos’, destacando os de caráter difuso ou antagônicos.

No caso das influências, intervenções e controles, o partido chega a ditar a filosofia, a coloração ideológica, a orientação programática, estratégias e as linhas de ação de inúmeros movimentos sociais e organizações e centrais sindicais. Já que estamos falando de coloração ideológica, é mais fácil identificá-las através das organizações e de suas respectivas siglas partidárias, embora haja inúmeros autores que não consideram importantes os mapeamentos ideológicos e tampouco programáticos dos partidos políticos e, sim apenas os interesses de poder e/ou financeiros (posição que discordo). Além do mais, o partido não se traduz apenas como influência, ingerência ou arbitrariedade externa, ele é uma organização e mecanismo útil, eficaz e prático nas próprias disputas, colorações ideológicas, interesses, valores e rivalidades internas dos movimentos. Contudo, não quero afirmar com isto que, o MNMMR se reduz a uma estrutura paralela ao PT, ou aparelhado completamente por este; tudo indica que este Movimento, o MNMMR, resguardava grande margem de autonomia em relação à Igreja Católica, principal entidade tutora do MNMMR – e de onde ‘nasceu’ e aprendeu a caminhar – juntamente com as comunidades eclesiais de base (CEBs) e ao Estado (seu principal fiador, financiador e executor das políticas) e, também, o que não seria diferente, em relação aos partidos. Todavia, parece evidente que há uma forte simpatia, afinidade e identificação com as filosofias e atitudes do PT e/ou de petistas. Esta é a principal influência política (ao lado de um discurso marxista ou socialista ‘moderado’, mais ‘cristianizado’, próprio também do partido, apoiado pelas alas progressistas da Igreja Católica brasileira), embora certamente, não seja o único partido a dar algum suporte técnico, programático, ideológico e político ao MNMMR.

Noutro albão do “*Alto – da – Poeira*”: novamente, os educadores compõem uma maioria branca, enquanto os educandos, meninos e meninas e a comunidade em geral, são vertiginosamente negros. No passeio promovido pela CECOM, em cidade histórica, contava-se ½ a ½, mas eram meninos e meninas da comunidade como um todo, não só em situação de risco/rua. Também, no I Encontro de Educadores Sociais, a maioria dos educadores eram mulheres, educadoras portanto; as fotos não estavam muito nítidas, mas parece que contava ½ a ½ ou 50% para 50% a proporção quanto à cor desses profissionais. Em certos ângulos, a maioria era negra e indígena e/ou descendente, dessas etnias. Albão color e p&b do *IV ENMMR e Assembléia de Meninos e Meninas (s/d)*: havia várias

meninhas com ‘cara’ de índias, sempre na base, a maioria das crianças e adolescentes é negra e/ou indígena, com médias de 5x1 (80%), 10x1 (90%), como atestaram para crianças e adolescentes de rua vários estudos, entre eles, Neto et al (1993). Esse predomínio de pessoas de cor negra entre famílias de rua e/ou com meninos e meninas de rua foi corroborado também por Monteiro Filho e colaboradores (1988), CEAP (1989), NEPI/CBIA (1991) e Rizzini e colaboradores (1986, 1991 e 1993). Entre os vários estudos, nenhum deles encontraram menos de 83%, em geral ressaltam a média entre 85% a 90%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos problemas teóricos e empíricos levantados nessa pesquisa, é possível apresentar algumas breves considerações ou conclusivas, as quais não visam dar um parecer final ao problema proposto, nem apresentar uma verdade. Aqui, busco sistematizar dados e concepções presentes tanto no saber comum quanto no científico. Como vimos, o assunto ou o tema racial é muito caro à ciência, à sociedade e ao Estado brasileiros, e este trabalho não pretende resolver o *problema*, os impasses e polêmicas em torno não da racialidade em si, mas das ideologias raciais extensas e intensamente cultivadas no corpo social e nas práticas cotidianas. Mais ainda, o trabalho não pretende entrar na discussão se existe o racismo ou não entre nós, embora vários dados confirmem o fenômeno. Porém, os dados não falam por si só, eles são sempre interpretáveis, ou seja, é a teoria que faz a leitura dos dados. Além do mais, em pleno século XXI é praticamente unânime nas ciências sociais a crença na existência do racismo – derrubando ou, no mínimo, relativizando o mito da democracia racial –, o que muda são as posições políticas em torno de como enfrentar o problema ou de não se enfrentar. Esta última acaba afirmando o *status quo*, é melhor deixar como está para não piorar, o desenvolvimento econômico e/ou social sanaria ou equacionaria a questão. Esse aspecto também não é problema nosso nesta empresa.

Nosso problema na verdade é duplo, embora possa se reduzir a um só. Duplo no sentido de que tento analisar e/ou compreender a ausência da dimensão racial nos estudos científicos sobre meninos e meninas de rua brasileiros, o menosprezar desse aspecto num público que chega a ultrapassar 90% de não brancos (RIZZINI, 1991). O segundo problema é o voltar o olhar para o próprio MNMMR, que há 21 anos é a maior expressão

política dessa fração da população, no sentido de trabalhar, defender, organizar, conscientizar e mobilizar os/as meninos/as de rua a defenderem seus direitos e se converterem em sujeitos de sua própria história, de sua família, comunidade e da nação. Em que pese a homenagem e elogio feitos a este Movimento, também foi constatada a ausência da abordagem étnico-racial em sua literatura e militância em geral. A questão se torna complexa, quando busco explicar as motivações conscientes ou não desse processo de esquecimento e/ou invisibilidade racial dessas crianças e jovens tanto pelas pesquisas científicas quanto pelo MNMMR e seus militantes.

De fato, a hipótese do esquecimento ou invisibilidade racial se confirmou não só nas produções científicas e políticas (MNMMR), como também na literatura oficial, nas políticas públicas, estudos, publicações e intervenções estatais. Porém, não defendo aqui que este esquecimento ou desprezo seja devido a uma escolha racional, consciente e dissimulada da realidade sócio-política. Defendo a hipótese de que esse processo se dá ou ocorre por vias ideológicas, eminentemente inconscientes, embora em contexto de polêmica e confronto com outras ideologias possam se tornar posições políticas conscientes, mas estas sempre suportadas pelo aparato ideológico. O fato de ser ideológico, cultural ou mais ou menos inconsciente não absolve as escolhas intelectuais e políticas dos cientistas-pesquisadores e dos militantes pró-meninos/as de rua, nem tampouco justifica o fenômeno da invisibilidade; da mesma forma, não dispensa a problematização e investigação desse mecanismo. Embora faça críticas, não pretendo assumir a posição de juiz e com isso imputar penas, punir quem quer que seja, não é este o trabalho do cientista, nem viso assumir a posição de acusador ou inquisidor, atribuindo culpabilidade ao Estado, a qualquer intelectual (individualizado) e militantes, bem como a suas respectivas instituições.

Mas acredito que fazendo o mapeamento e análise das injunções e imposições dos fatores ideológicas, é possível fazer a crítica da ideologia e de posições políticas, não de indivíduos, mas do produto social e intelectual destes, bem como do contexto em que estão inseridos e que os moldam e justificam tais posicionamentos. A crítica, sobretudo ao MNMMR, vem nesse sentido, primeiramente para compreender sua produção – sempre tomada coletiva e/ou institucionalmente – não para dizer que estava errado, mas para sugerir novas abordagens. Como frisei em outros momentos, uma questão ideológica não diz respeito à verdade ou à mentira, ao certo e ao errado, mas à visão de mundo, que inclui as coisas e as pessoas nele, de forma relacional e processual, em constante interação.

Incompreensão maior poderia vir contra os chamados *cientistas*, os pesquisadores autônomos, porém como todo lócus social, nós também não estamos livres das ideologias e do contexto histórico, social e político. Não estamos fora e muito menos acima do mundo social, nem das pessoas ditas comuns. Acabo voltando mais a atenção para o MNMMR, o qual tem o compromisso político com aquela demanda, aliás, ele é fruto e filho da militância de meninos e meninas, mas aqui também não se pode acusar grupos de possuir ou aderir a ideologias necessárias à construção de suas identidades. Para tanto, a teoria de Melucci (2001) e Taylor (1998) foi de grande valia para entendermos a dinâmica de um movimento social e político, de afirmação étnico-cultural ou não, de minoria ou não, mas no contexto moderno, tratar-se-ia *sempre* de lutas identitárias por reconhecimento.

Com tantos dados e evidências, constatamos que a questão de gênero foi subestimada e a étnico-racial foi desprezada, ou seja, não fizeram e nem fazem recorte de gênero e étnico-racial, mas predomina o recorte de classe, seja em uma perspectiva liberal, sobressaindo e se inspirando nos conceitos de cidadania de Marshall (1988), seja em uma perspectiva materialista e marxista – e não de todo marxismo, mas em especial das correntes e autores ortodoxos, em que o reducionismo econômico é mais presente –, também com ampla produção. Embora defenda a hipótese de que esse viés classista advém do crescente prestígio e até predomínio da abordagem marxista, nas academias, a partir dos anos 60 e 70 no Brasil e na América Latina, mesmo com a dura perseguição, repressão, policiamento, mordaca e/ou monitoramento dos regimes ditatoriais de direita. Esse foi apenas o ponto de partida: sem querer desmerecer a abordagem marxista, apenas afirmo que, quanto à análise cultural de um fenômeno, essa perspectiva seria insuficiente porque reduziria a questão ao econômico, à base material e à organização classista da produção, do poder político, bem como das ideologias de classe produzida social e historicamente.

Destarte, essa perspectiva ampliou-se pela própria inclusão de pensadores e/ou pesquisadores vinculados a outras correntes. Sobressaindo na vertente estruturalista e/ou culturalista DaMatta (1991, 2000) e Cardoso de Oliveira (1996) entre outros, o estruturalista Lèvi-Strauss (1975), o individualista e culturalista Goffman (1975, 2003) e aqueles que mesclam vertentes múltiplas como Elias (1994), Bourdieu (1998) e Foucault (1993) que fazem sínteses ampliadoras de Marx, Weber, Durkheim, Freud etc. Embora estes autores sejam centrais na pesquisa, não pretendo estabelecer hierarquia e afirmar que são melhores do que outros, tampouco deixo de reconhecer a enorme contribuição de pensadores marxistas como Florestan Fernandes (1978, 1987), Zaluar (1994) e Milton

Santos (2002). Também se vinculam a uma matriz diversa e complexa os próprios pensadores e militantes negros ou pró causa negra que em geral vão de Hegel (1974), aprofundando em Marx, perpassando por Durkheim até Weber e os autores contemporâneos, sem se esquecer da contribuição de outras disciplinas científicas: economia, história, geografia, lingüística, comunicação social, filosofia, psicologia etc.

Em que consistiu essa ampliação da perspectiva teórica? Comecei afirmando que o fenômeno da invisibilidade racial dos/as meninos/as de rua tanto por parte do MNMMR quanto dos sociólogos, antropólogos e psicólogos era devido ao viés classista, notadamente o marxista ortodoxo. Agora temos que as próprias ideologias raciais, as quais fundam e/ou legitimam o racismo, a exclusão e violência, convertem-se em esfera, dimensão ou mecanismo poderoso que influencia – e até condiciona – a produção intelectual, as leituras do mundo social e a identidade de movimentos e grupos sociais organizados. Que ideologias são essas? Tratar-se-á, sobretudo, do mito da democracia racial, da fábula das três raças e da forte ideologia hierarquizante que engloba o todo e, todas juntas, na verdade, mescladas e inseparáveis umas das outras, legitimam a submissão, as desigualdades, a opressão, a exploração, a exclusão e violência contra grupos sociais específicos como mulheres (gênero) e etnias (negros e meninos/as de rua). Nesse sentido, embora a hierarquização extremada estivesse presente desde 1500, a fundação da nação exigiu novas explicações e sentidos de ser, que vieram com o forjar da fábula das três raças, enquanto que o mito da democracia racial é o mais recente, todas elas, atualmente, gozam do status de uma poderosa ideologia nacional.

Essas são formas de classificação, ordenamento e hierarquização do mundo social que a peculiaridade cultural brasileira forjou, num processo que muito provavelmente não foi consciente, embora com conseqüências práticas e perversas: sociopolíticas e cotidianas, imediatas e a longo prazo. Enquanto que a fábula das três raças surge com a emancipação política (1822) e o fenômeno de hierarquização perpassa toda a história brasileira – cultura e instituições vindas de Portugal e transplantadas aqui –, o mito da democracia racial surge na virada para o século XX – fazendo agora um centenário – e consolida-se e triunfa nos anos de 1930 –, em detrimento do enquistamento étnico e do racismo segregacionista. Como bem sustenta vários autores, não podemos crer que o mito da democracia racial nos proporcionou práticas racistas *melhores* ou *menos injustas*, como sustentam certos pesquisadores e, sobretudo, o saber popular ou senso comum. Racismo é sempre racismo e esta forma de conhecer, hierarquizar e explicar a diversidade humana e cultural sempre

favoreceu a opressão e levou à barbárie. Tem que ser combatido tal qual a sua modalidade segregacionista, embora esta cause pavor e horror imediatos, já que é inscrita de forma aberta e legal, enquanto que o mito da miscigenação, embora gerando resultados semelhantes a longo prazo, é mais mascarado, dissimulado e, por isso mesmo, é um mecanismo ideológico mais eficiente.

Como vimos, os maiores críticos dessa ideologia vieram dos próprios movimentos negros, não da academia que se sentia em paz e com a consciência tranqüila com o nosso *racismo democrático* (ilegal, mas legítimo), *integrativo* e que se pressupunha *moderado*. Parte desses intelectuais e militantes negros estão fazendo uma defesa e batalha políticas ardorosas em prol das políticas de ações afirmativas, as quais, infelizmente, não pudemos abranger aqui. Mas, tanto os autores marxistas quanto os culturalistas reconhecem a presença arraigada do racismo no Brasil, porém, os primeiros defendem que, com o avanço das estruturas de classe e do próprio capitalismo, esse fenômeno desapareceria, a oposição e o conflito se restringiriam à luta de classes entre burguesia e proletariado; quanto à vertente culturalista defende-se que, mesmo com a consolidação e estruturação capitalistas, as opressões, injustiças e violências contra a mulher e o negro continuarão, baseadas no preconceito e na discriminação de gênero e no preconceito, na discriminação racial e no racismo. Sem sombra de dúvida, compartilho com a segunda vertente, pois as formas de estratificação, opressão e violência nem de longe se restringem à esfera econômica e ao processo produtivo que gera os *possuidores* ou detentores dos meios de produção e os *despossuídos*, como bem nos demonstraram Weber (1991) e Dumond (2002).

Além do mais, não compartilho da idéia de que os fenômenos culturais e ideológicos se reduzem à base material (econômica); ao contrário, essa base é antes de tudo uma construção social e o que legitima a exploração é a ideologia e não uma possível lógica intrínseca à produção. Sendo assim, o viés que reduz as causas e condições do fenômeno menino e menina de rua a fatores econômicos ou produtos do sistema capitalista, causados pela pobreza ou carência material, é insuficiente; da mesma forma que as injustiças, violências e chacinas contra essa camada da população também não são suficientemente justificadas pela condição de pobreza e necessitam de outra ideologia poderosa: o racismo e/ou a intolerância étnica. É certo que a pessoa pode ser discriminada por ser pobre, morar na periferia, ter um trabalho não valorizado socialmente ou por estar desempregada. Mas esses atos discriminatórios são justificados ideologicamente, como bem nos demonstraram Goffman (1975) e a escola interacionista, na teoria dos estigmas, e

também Elias (1994) e Taylor (1998) etc. Há mais: a discriminação econômica não é igual à étnico-racial e, embora não seja melhor, é diferente, são processos distintos que podem legitimar a exclusão, opressão e violência.

Quanto ao nosso objeto particular, sustento a hipótese de que a discriminação racial na sua mais enfática e violenta estrutura, a prática racista, abre as maiores brechas para a violência cometida contra a população de rua em geral e contra os/as meninos/as de rua em particular. Tais grupos, sendo compostos por cerca de 90% de negros/as – ou seja, filhos e filhas de famílias negras que sofrem discriminação desde sempre –, não deixariam de sofrer discriminação racial apenas porque já sofrem o estigma das ruas; ora, seria um equívoco grosseiro separar tais aspectos e argumentar, como muitos fazem, que a discriminação que sofrem é apenas por serem pobres, serem de rua ou até por se comportarem de maneira delinqüente ou contraventora, esquecendo assim outras dimensões que constituem aqueles seres discriminados. É mais razoável acreditar que se eles (como grupo étnico) já eram discriminados antes, por serem negros, não vão perder essa forma de discriminação, ao contrário, esta será somada às demais e contribuirá sobremaneira para a exacerbação do processo de marginalização, exclusão, opressão e violência (física e simbólica).

Surpreendentemente, os intelectuais e/ou os intelectuais-militantes nos transmitem a idéia de que o/a menino/a negro/a pobre e discriminado/a na comunidade, não apenas por ser pobre, mas por ser negro, perde tal condição ao ir para as ruas. É como se ele embranquecesse, perdendo os atributos que antes lhe causava imensa dor e sofrimento através dos estigmas e discriminações. Para tais pensadores é como se, chegando nas ruas, os/as meninos/as agora integram não um grupo ou população étnica como antes, mas uma classe, qual seja, a dos/as filhos/as de camponeses, operários, sobretudo, do proletariado urbano ou, de acordo com a maior precisão do conceito marxista, do lumpemproletariado. Observe que tais intelectuais e militantes não duvidam que existem negros no Brasil, muito menos que eles sejam discriminados; não duvidam do racismo, porém, parecem acreditar que essas formas de poder e de violência só servem para o/a negro/a adulto/a na favela ou na hora de procurar trabalho e nas relações afetivas etc., mas não para os/as meninos/as que foram para as ruas. O racismo existiria só para adultos e em condições muito específicas, mas para os/as meninos/as não, eles apanham e sofrem só porque são crianças, e crianças pobres e/ou delinqüentes. Realmente, a literatura sociológica e militante, bem como a oficial consegue fazer uma proeza inimaginável: transformar de 85 a 90% de

crianças negras em brancas, e de 10 a 15% de crianças brancas e de classe média (ou burguesa) em classe popular, em proletários. Trata-se de esconder 90% de negros/as dentro do contingente crianças/adolescentes; ao mesmo tempo em que os mostravam para a sociedade e para o Estado os tornavam invisíveis aos mesmos. Sim, o MNMMR fez grandes campanhas e passeatas para dar visibilidade a esses grupos vítimas da sociedade e do Estado; só que, contraditoriamente, ao passo que mostravam os escondiam, pois evidenciavam a pobreza e escondiam a racialidade.

Embora esse mecanismo mereça crítica ele não é, antropológicamente falando, um absurdo. Com efeito, uma das características constitutivas e principais das ideologias é este efeito de mostrar ao passo que esconde, a mídia é primorosa em utilizar tais técnicas e/ou táticas. No caso em tela, por trás desse fenômeno, qual seja, *tornar invisível o que salta aos olhos*, estão as ideologias raciais e/ou racistas brasileiras, notadamente o mito da democracia racial e seu corolário que sustenta que entre nós não há racismo; o racismo seria coisa de americano ou de alemão. Constituindo um processo eficaz, o mito tende a legitimar os abusos cometidos contra grande parcela da população, pelo simples fato de acreditar (convenientemente) que tal violência ou castigo se deve a falhas no caráter dos indivíduos. Outro aspecto que nos permite entender esse mecanismo é considerar que a contradição ou paradoxo é apenas aparente e não de fato; é que o objeto e o problema sociológico não têm uma existência natural, ele é construído. Isso significa que o fato de 90% ou mesmo se fosse 100% desses meninos/as e jovens serem negros/as não significa necessariamente que as pessoas, intelectuais e militantes constatarão o fato e, muito menos obrigatoriamente irá analisar os elementos e atributos daqueles grupos. O problema precisa antes de tudo ser *percebido* e ser construído, ser teoricamente conceitualizado. O fato real não força ou condiciona a sua apreensão pelo pensamento como supunham os empiricistas, positivistas e os materialistas, como criticou Weber (1991) e Bourdieu (1977).

Bourdieu (1977, 2000) fazendo uma crítica aos clássicos e contribuindo com eles, demonstrou muito bem que o objeto da sociologia é construído, não existe *per se*, assim criticou os *naturalistas*, *immediatistas*, *objetivistas*, os *subjetivistas* e os *materialistas* etc. Da mesma forma, o viés ou análise que leva em conta a racialidade não está condicionado pelo fato de haver diversidade racial, inclusive para a biologia não há tais diferenças. Por outro lado, o fato de os intelectuais e militantes não enxergarem a raça como fator importante, ou mesmo, preferirem ou fingirem que não viram, não significa que a sociedade não enxergou o negro onde há e até onde não há, considerando os estilos de vida associados a uma

possível ou pretensa cultura negra. Pode não haver raças biologicamente, pois trata-se de diferenças apenas fenotípicas e todos os seres humanos compomos uma única raça, a humana, do ponto de vista biológico; porém, as raças existem sociologicamente uma vez que são inventadas e reinventadas pelos sistemas sociais, num processo antigo que chamamos de etnocentrismo, racismo, intolerância religiosa, patriotismo, sectarismos político-ideológicos etc. Na verdade, constatamos que os próprios militantes e intelectuais viram a presença maciça de crianças negras e nos *deram*, apenas jogaram as cifras; o que ocorreu foi mais o desprezar dos fatos. Dito de outra forma, eles viram com os olhos (dos sentidos), mas não viram com o olhar – que são os conceitos e concepções, os significados sempre construção – ou a consciência que converte dados em fatos sociológicos, em suma, que devem ser construídos e convertidos em objeto e/ou problemas sociológicos.

Nesse último processo, seriam necessários outros paradigmas que suspendessem o veto que o mito da democracia racial nos impôs, modelando a nossa percepção e consciência. Assim, entre perceber (visualmente) que determinado fenômeno existe e concebê-lo como problema há uma grande distância, que o espírito crítico é capaz de fornecer; porém, neste caso, esse espírito está entorpecido ou sedado pelas doutrinas e/ou ideologias marxistas, liberais e pelo mito da democracia racial. A crítica se volta contra nossa organização política e econômica, mas não contra o mito sagrado da construção da nação por três raças ou povos, o que em si já é uma falácia, uma vez que se trata de centenas de povos, sociedades e culturas, mas as instituições sociais e políticas prevaletentes e que se impuseram com violência foram as européias, lusitanas em especial. Isso não quer dizer que estamos imune aos vieses ideológicos, mas que é possível relativizá-los graças a outros vieses, a uma bibliografia crítica que forneceu e, principalmente, me convenceu da relevância da racialidade para entender a sociedade brasileira e sua lógica de funcionamento, bem como suas perversidades e mazelas sociais, políticas e humanitárias; entre estas, aprendi que o racismo não é menos importante que a exploração econômica e capitalista, nem deve ser desprezado; pelo contrário, ele passa inclusive a realimentar o capitalismo e legitimar formas de exploração, opressão e violência contra a mulher, contra o negro, contra a mulher negra e principalmente contra crianças e adolescentes, meninos e meninas negros e negras, inclusive com a escravidão moderna e a exploração sexual.

Os próprios pesquisadores que constataram que havia 90% de negros na população de rua (RIZZINI et al., 1991; NETO et al., 1993, entre outros) não indagaram o porquê

disso, apenas tomaram como base o legado escravista – que formalmente encerrou-se em 1888 –; sendo assim, o problema já estava dado *apriori*, não havia necessidade de maiores especulações. Postura de que discordo, pois acredito que não é que a população pobre seja excluída e vá para as ruas e dessa população pobre sobressaem 90% de negros. Ao contrário, lá tem esse enorme contingente de negros porque eles foram discriminados e excluídos extensa e intensamente dos meios e dos recursos sociais, fato que os tornaram pobres. O que houve foi uma construção social da pobreza, mas antes dela houve a construção social da raça, rechaçando o negro: o ponto final então seria mesmo as ruas (que não é democrática, pois não é reservada para todos e sim para grupos específicos) – foram enxotados para lá, mas antes de ser pobres são negros. É absurdo – do ponto de vista da lógica – defender, como muitos fazem e transmitem a idéia de que são negros porque são pobres. Ora, antes são pobres porque são negros, se é que se pode estabelecer relações causais desse tipo. A pobreza não enegrece, mas o racismo pauperiza, empobrece e exclui grupos sociais da economia, da academia, do mercado e do poder político e do simbólico.

Da mesma forma que na produção aqui analisada as crianças negras não são vistas como negras, mas apenas como pobres, o que significa que promoveram uma *descolorização* simbólica e arbitrária delas. Ao longo da história, a opressão e a violência contra a mulher, embora existisse de fato e de direito, só se transformou em um problema social e político muito recentemente, a sua apreensão pela consciência e pela ciência foi lenta e tímida. Ao contrário, a ciência legitimava tais fatos, pregava a superioridade do homem e o colocava como ser social e político, no pólo cultural e a mulher no pólo da natureza, do espaço doméstico, da dádiva ao homem, que deveria dominá-la, domar sua selvageria e animalidade, controlá-la violentamente. Somente as mulheres conscientes puderam questionar tal construção social, sobretudo, os movimentos feministas e as/os intelectuais engajadas/os e comprometidas/os com as causas das mulheres. Mas não foi a sua condição real ou concreta que possibilitou essa guinada, senão as mulheres teriam feito movimentos e revoltas contra a ordem que as aprisionava desde muito cedo. Aqui também faço uma breve crítica ao marxismo, pois esta corrente supunha que a exploração extrema levaria os proletários a organizarem-se para destruir o sistema, inclusive as relações desiguais entre gênero. Porém, ao que tudo indica, quanto mais intenso os mecanismos de exploração e as técnicas de opressão, maior a acomodação e submissão à ordem.

Fato semelhante acontece no Ocidente com as crianças, o sofrimento delas era visto pelos olhos, mas não pela consciência, o que significa que elas não sofriam ou que não

havia tal violência, em termos sociológicos. Além do mais, como Ariès (1986) demonstrou, o conceito de infância não existia em épocas pretéritas da civilização ocidental e, se existia, era bem diferente da concepção moderna e atual. Então não faz sentido nenhum perceber a violência contra a criança se nem existia a idéia que fazemos hoje de criança. Em outras palavras, não existia a violência contra a criança ou pelo menos contra a infância, mas contra *algo* – porque também não tinha o *status* de *ser* – ou alguém que um dia seria designada de criança. Da mesma forma que, em muitas culturas, a violência contra a mulher se processa, mas só que a mulher não tinha uma existência individualizada ou autônoma em relação ao homem, ela é concebida como um órgão ou apêndice do homem ou como parte ou pura natureza. Advirto, porém que, esse argumento não visa, em hipótese alguma, legitimar os horrores e violências cometidas em qualquer cultura que seja, apenas visa elucidar que, o que *vemos* e/ou o que *fazemos* (ou deixamos de *ver* e/ou *fazer*) é o que a ideologia e/ou a devida cultura nos permite *ver* e/ou *fazer*.

Sobre as análises dos documentos do MNMMR, concluo que na videografia não há qualquer abordagem, menção, problematização, polemização e/ou conscientização sobre racialidade e/ou racismo. Predomina um discurso geral e universalista, típico do liberalismo e do marxismo e/ou do viés de classe e redutível ao econômico. Não se trata do marxismo *stricto sensu*, porque se mescla com o legado liberal, o discurso do direito e da cidadania, também tipicamente classista e economicista, embora às vezes defendam direitos difusos e até subjetivos como dignidade, qualidade de vida e respeito, além dos coletivos ou sociais como escola, saúde etc. A literatura impressa vai na mesma direção, sempre no viés economicista e na tentativa de mascarar ou esconder a composição e diversidade étnico-racial; embora essa literatura não aborde com profundidade a questão de gênero, ela foi tocada e trabalhada nas oficinas e nos Encontros do MNMMR, em detrimento da realidade étnica e racial, deixando de explorar o tema do racismo, como mecanismo exacerbador da violência. Talvez, o MNMMR fez esse desvio ou fuga de forma estratégica e planejada, afinal é um tema muito caro e polêmico, ao passo que, com a reivindicação de classe, as autoridades e elites já estavam mais familiarizadas, devido à militância sindicalista e às lutas camponesas. Outra ‘vantagem’ do discurso universalista, é que ele acusa todo mundo e não acusa ninguém, acusam os ricos, as elites opressoras, as autoridades cruéis e corruptas etc. Ora, quais elites e quais políticos irão se identificar com isso? Jamais é aceito no plano consciente e formal, no plano ético ou mesmo religioso, há toda uma máscara, dissimulação ou representação ideológica que permite a fuga dos fatos.

Além do mais, o contexto das décadas de 80 e 90 era ainda de luta pela abertura democrática, para o direito de voto direto para presidente e a consolidação desse instituto ou estatuto, direito muito aquém dos direitos sociais e dos difusos e coletivos (que incluem a afirmação de minorias étnicas). As conquistas de cidadania, tal como Marshall (1988) sustentava, se dão de forma lenta, gradual e por etapas, cada direito ou cidadania tem seu tempo certo, que a sociedade civil deseje e saiba reivindicar e o Estado concorde e/ou aceite distribuir, ou seja, é o Estado que outorga o direito, a rigor não se trata de conquista. Apesar disso, a Constituição de 1988 contemplou – de forma muito superficial, pois a maioria dos artigos necessita de leis complementares e/ou de emendas – várias reivindicações das mulheres, de indígenas e de negros, as tais minorias oprimidas, embora em maioria numérica. As crianças e adolescentes também começam a vislumbrar uma luz no fim do túnel, com o aceno de políticas públicas específicas para elas; porém, o legado autoritário, excludente e violento em nada se alterou até meados da década de 1990. O ECA foi o marco legal que iria gradual e lentamente trazer a concepção moderna de criança/adolescente e a possibilidade de incluí-los no direito de cidadania, mais no plano formal ou legal, da idéia de *dignidade* do que na mudança das práticas concretas experimentadas e impostas pela sociedade.

As demais bibliografias sobre a criança de rua, notadamente as sociológicas, vão na mesma direção do condicionamento econômico e da redução à classe, como também as publicações oficiais, dos governos. Por incrível que pareça, a literatura oficial foi além da ousadia sociológica, que parou na classe, na pobreza, na desestruturação familiar – termo demasiado moralista, o qual as ciências sociais não podem cultivar – e na delinquência infanto-juvenil, não menos moralista e intolerante. As publicações dos governos, sobretudo federal e os municipais, principalmente a partir de 2001 e, mais enfaticamente a partir de 2003, foram mais ousados do que a militância e a sociologia. Nestes, encontra-se a menção – pelo menos, pois não se trata de nenhum tratamento ou problematização teóricos e metodológicos – explícita da relevância do racismo como ideologia, causa ou motor que (re)produz e legitima a violência, notadamente a violência e exploração sexual. Aparentemente, o panorama se inverteu: as ciências sociais eram consideradas demasiadamente democráticas e progressistas no contexto de um Estado autoritário e ditatorial, com a redemocratização política, engessou-se e ocupou a portaria, engessou-se e ficou como guardião do conservadorismo, ao passo que algumas leis e políticas públicas vão além do que a academia se permite pensar e lutar para efetivá-las.

Quanto às minhas observações do acervo fotográfico, isto é, através de fotos de grupos específicos, em que encontrei média ou proporção de cor maior do que 85% ou 90% de negros/as (5x1 e 10x1), ou seja a partir de 15 ou 20 não-brancos (negros e/ou indígenas) para 1 branco ou 15x1 e 20x1 – quase ou praticamente 100% - ou mais e, às vezes, os negros são de fato 100%, ou 10x0, não há registro anterior. Em outras fotos que registram passeatas, a maioria era negra, mas na ‘carroceria’ (do caminhão 3x4 freteiro), contava-se ½ a ½ entre brancos e negros. Houve também uma oficina de artes e fantoches, que contavam com maioria negra; na piscina estavam ½ a ½ ou seja, 50% brancos e 50% não-brancos. Em várias fotos soltas dentro do álbum (de revelação que varia de 1987 a 1991), registrava-se um evento em que estavam presentes apenas educadores e uma meninada em momentos de lazer, parece que era um piquenique. Aquelas crianças pareciam ser suas filhas, sobrinhas ou amigas, pois a imensa maioria era branca, bem vestida e bem cuidada, só havia umas duas pardas. Entre os educadores (adultos), só havia um negro; o fato de ter só um, reforça a idéia de que eram educadores e aquela meninada suas filhas e filhos, as pardas poderiam ser filhas do único educador negro, adotadas e/ou amigas de algumas daquelas meninas. Mas, enfim, não pareciam com crianças em situação de risco ou de rua.

Para mim, são incontestes as provas filmográficas e fotográficas, salta aos olhos o predomínio de crianças e adolescentes ‘de cor’: negras e indígenas, aliás, de toda a “base do Movimento”, os Núcleos de Base (NB/MNMMR) filiados ou não e/ou da base da sociedade brasileira inteira. Outro fenômeno muito relevante é o predomínio da cor branca entre os educadores e/ou militantes adultos – com maior concentração entre as lideranças do MNMMR e praticamente unânimes entre os empresários e autoridades políticas. Quanto às autoridades políticas, governamentais e acadêmicas, não havia mesmo qualquer dúvida das disparidades; porém não se trata de contradição, apenas comprova que não são da mesma origem social e racial que os meninos/as e que têm mais oportunidades do que eles/as. Obviamente, só estou constatando o fato, não estou sugerindo que os educadores (e as crianças) devam ser todos negros, além do mais, para o MNMMR, quanto mais brancos, mais terá gente de classe média se sensibilizando e/ou que queira participar, se engajar, financiar, melhor ainda, salvar seus filhos/as. Pois, inclusive, agregaria maior ‘credibilidade’ e ‘legitimidade’ ao Movimento, traria mais ‘acesso’, contato, ‘abertura’ de portas, influências, referências e indicações, enfim, maior ‘penetração’ e ‘aceitação’ junto

à sociedade, governos, igreja, empresas e à mídia, pois todas as esferas são perpassadas, transfiguradas e arraigadas pela discriminação social e o racismo.

Era de se supor que os vídeos do MNMMR tanto de Goiás quanto do nacional seriam muito mais ricos e expressivos sobre a questão racial, mas, ao que tudo indica, eles foram completamente monitorados, fiscalizados, disciplinados e *cortados*, para não ilustrar três coisas: o gênero, a sexualidade e a negritude dos meninos, sobretudo este último se converteu em verdadeiro tabu. Esteve o tempo todo vetado. Os dois primeiros podem ser entendidos pela forte influência da Igreja Católica no Movimento, em que o acesso de meninas é dificultado e a questão da sexualidade deve ser não evitada, mas vigiada, *preservada* e disciplinada ao máximo para que aqueles jovens não cometam *besteira*. Em suma, os vídeos e a literatura do MNMMR e demais fontes, comprovaram a hipótese da invisibilidade racial, seja ela consciente, forçada, dissimulada e descarada ou não.

Porém, foi com o acervo fotográfico do MNMMR/Seção Goiás que tive uma grata surpresa. Da mesma forma das outras fontes, continua prevalecer a proporção entre 85 a 95% de negros (ou não brancos, as minorias discriminadas) dentro dos grupos e eventos registrados pelo MNMMR, seja em núcleos de base ou em Encontros Estaduais e Nacionais. A novidade é que neste registro houve um volume de abordagens em torno da questão racial, bem como da crítica ao racismo de forma muito significativa. Se nas outras fontes, mal tinha a citação ou menção do problema, neste acervo havia inclusive o registro de passeatas contra o preconceito racial e o racismo. A utilização de símbolos da tolerância racial e de símbolos da intolerância, dos racismos, para com isso criticá-lo, foi maciça; tal como o rosto pintado, de um lado com preto e de outro com branco, e as vestes típicas da KKK (*ku klux klan*), grupo racista e extremista religioso dos EUA. Nas outras fontes (vídeo, cartilhas, *folders* etc.), não havia símbolos, nem discursos, apenas meras passagens de relance; com algumas fotografias parecia se tratar de outro recorte e de outro movimento. Fato que nos desperta a dúvida: o que o MNMMR fez – e se o fez, por que o fez – com essas imagens e discursos no vídeo e cartilhas/livros etc., uma vez que os mesmos eventos filmados e jogados nas cartilhas (documentos escritos) também foram fotografados? Houve um *policiamento*, *edição* para *cortar* tais imagens e símbolos? Ou essas mensagens, discursos e protestos foram considerados tão incipientes e se dispersaram – convenientemente ou não – no turbilhão de dados, informações e discursos?

A primeira conclusão é que houve sim policiamento e cortes. A segunda é que essas manifestações críticas ao racismo foram feitas mais como protesto silencioso – embora

importante –, através da arte, de mímicas, não de discursos rasgados e enfáticos. Deixaram os símbolos falarem por si mesmos como se a comunidade e os governantes soubessem do que se tratava e que, de fato, não sabem. Terceiro, se houve imagem e som, ficaria registrado em vídeo, mas havia vídeos que mostravam almoço, danças, brincadeiras e passeatas (protestos), enfim, interações (sem símbolos contra o racismo), mas que também não tinham o áudio dos discursos – que poderia conter tais críticas – e só música, muita música regional ou estrangeira. O quarto ponto, as fotos que enfocam a racialidade dos meninos/as de rua e população excluída e criticam o racismo são especificamente de Goiás, enquanto que, as dos Encontros Nacionais nada dizem a respeito. As/os goianas/os eram mais conscientes do processo, da realidade racial dos/as meninos/as e do fenômeno racista do que a direção e o MNMMR em geral? Ou o pessoal do nacional, mesmo consciente do problema – conveniente e conscientemente ou não – fez cortes, amputando os discursos e imagens que eles mesmos fizeram, registraram e montaram? Por outro lado, o enfoque do registro fotográfico é muito incipiente, o termo raça nem sempre é usado na semântica *racializada* – racialista ou como conceito científico – ou contra o racismo, mas como sinônimo de luta, coragem, bravura e garra dos/as meninos/as e/ou do próprio Movimento. Enfim, apesar do pioneirismo ou da novidade desse registro, não temos como afirmar que o tema recebeu a atenção merecida e, pela sua ausência em outras fontes, o que parece predominar foi a superficialidade, o desprezo ou fuga em relação ao fenômeno empírico; permanecendo as incógnitas e as lacunas na abordagem intelectual e/ou militante.

Também, graças ao legado das teorias sociológicas e antropológicas, podemos constatar quanto aos/as meninos/as de rua que eles são vítimas não apenas de um estigma, mas de vários, dispostos em camadas superpostas, eles são cumulativos e que tal cumulação *autoriza* e exacerba a violência praticada cotidianamente contra tais camadas sociais e/ou contra portadores de identidades subvalorizadas. Com efeito, há o argumento errôneo de que sofrem discriminação apenas por estarem na rua, uma vez que, na sociedade brasileira, há uma *santificação* da casa e uma *satanização* da rua, interpretando DaMatta (1991). Também não podemos reduzir a estigmatização e/ou discriminação à questão ou situação econômica, como a maioria dos sociólogos o fizeram; a discriminação de classe existe, mas não pára por aí. Ora, o fato de alguém ou algum grupo sofrer discriminação de classe, não exclui a imputação de outros estereótipos e estigmas tais como: de gênero, étnico-racial, religioso, etário, estético, nível de instrução, orientação sexual e, sem dúvida alguma, um dos mais pesados, o estigma étnico-racial. Deixá-lo de

fora revela mais do que um esquecimento imperdoável, mas a falta de compromisso científico e político com a realidade, uma vez que, aberto o precedente para a estigmatização, outros estigmas poderão ser agregados e, no caso das crianças e adolescentes negros e de rua, esse processo obrigatoriamente tem se configurado.

Não podemos interpretar com isso que o MNMMR, tal como os intelectuais, pensa e se comporta assim, atribuindo e imputando estigmas, exacerbando o processo excludente e violento. Até porque nenhum outro movimento ou organização defendeu e lutou – e de forma residual ainda luta – em prol dessas categorias sociais como o MNMMR. Quanto aos intelectuais, parece prevalecer, ainda, além da inspiração economicista, notadamente marxista, o mito da neutralidade e afastamento em relação ao objeto, embora muitos estudos e pesquisadores também tenham se engajado na luta pró-crianças pobres brasileiras. Com o mito positivista da neutralidade pretendia-se constatar o que havia na realidade ‘objetiva’, e pelo menos em parte constatou-se e provou-se o que na verdade até o senso comum sabia, que a questão econômica exerce seu peso, é uma força causal. Surpreendentemente, outras consideráveis forças foram descartadas ou tomadas como não relevantes e, se eram relevantes, seriam uma derivação da primeira e grande causa: a pobreza ou miséria econômica. Tanto para o MNMMR quanto para a ciência, pesam sobre seus ombros e/ou consciência o mito da democracia racial, o discurso assimilacionista da miscigenação e do *bom e desejado/a* mulato/a. A velha mentira de que não somos racistas porque somos todos produtos de uma mistura; ou, se somos, nosso racismo é ameno, implícito, sutil, individual e/ou cordial. Não se trata em absoluto de negar a miscigenação, mas, se há miscigenação, pressupõe-se que haja raças - etnias diferentes; a perversidade não está na defesa da mistura, mas na supervalorização da identidade branca, que é dominante e, no não reconhecimento da identidade negra. É desse processo que deriva o desejo do embranquecimento, tanto biológico (fenotípico) quanto simbólico (cultural).

Para mim, não resta dúvida de que a teoria do estigma de Goffman (1975) e do *outsider* de Elias (1994) e Becker (1997) são fundamentais para compreender esse fenômeno. Sobre a condição da mulher, tratando da opressão de gênero, pois nos situamos numa sociedade androcêntrica, contribui Suárez (1992) e Rosenberg (2000) entre outros. Sobre a condição de crianças e adolescentes, os trabalhos que mais contribuíram foram os de Santos (1996), de Del Priori (1996), além do clássico Ariès (1986). Sobre a condição de classe, destacam-se vários, sobretudo, Zaluar (1994), Minayo et al. (1993) e Fernandes (1978, 1987). Sobre a condição do negro, sobressaem Suárez (1992), Guimarães et al.

(2000), Seyferth (1991), Souza (1997) e DaMatta (2000) e muitos outros. Para compreender a estrutura e dinâmica do MNMMR, como quaisquer outros movimentos, inspiramo-nos em Melucci (2001). Quanto à teoria de identidades dominantes e opressoras sobre as subvalorizadas, dominadas e oprimidas, negadas e violentadas, sobressaiu Taylor (1998) que também nos ajudou a entender a própria identidade de minoria e suas lutas. Também, não resta qualquer dúvida de que assumi uma posição mais holística e culturalista, mas um holismo hegeliano e durkheimiano em detrimento da visão e abordagem marxista. Reconheço que esta é uma teoria fundamental, mas insuficiente para entender fenômenos complexos e com causas e conseqüências múltiplas como a das crianças/adolescentes de rua, nossas meninas e meninos de rua. O conceito de ideologia é riquíssimo para interpretar instituições e práticas sociais, os desenhos institucionais e o próprio imaginário social. Porém, ideologia, neste trabalho vem mais dos conceitos antropológicos do que da ciência política, novamente em detrimento do legado marxista, o qual, embora muito rico, enfrenta sérios problemas teóricos e metodológicos para a interpretação cultural.

Os documentos, a literatura e a bibliografia trabalhada merecem cuidados muito especiais, que aqui apenas iniciamos. Porém, o intuito deste trabalho não é ser completo e dar respostas definitivas aos problemas propostos. Mas, ao iniciar essa pesquisa, outras contribuições virão, assim como novas abordagens se fazem necessárias para estudar temas tão polêmicos e contraditórios. Aliás, é da *natureza* mesmo do trabalho que ousa fazer crítica ideológica. As discussões em torno de ideologias nunca podem zerar, atingindo a perfeição, a estabilidade, a unanimidade e/ou o consenso, pois senão, teríamos uma unidimensionalização do conhecimento, teríamos a verdade e a verdade não é objeto e o objetivo da ciência, mas da religião e de ideologias autoritárias e intolerantes, tais como muitas ideologias políticas, raciais e étnicas ao longo da história. A estabilidade e perfeição na ciência são pseudocientíficas e etnocentrismo puro, tais como as ideologias citadas. Temos a sorte de, no contexto atual, a mais poderosa ideologia racial e racista brasileira não ser unânime. Pois se o mito da democracia racial o fosse, não existiria trabalho de pensadores como Munanga (2001), Hasenbalg (1997) e tantos outros e também não existiriam os movimentos de resistência a essa ideologia e a prática de discriminação, opressão e violência – efetivadas por militantes negros/as – e, tampouco existiria esse humilde trabalho.

Há então, no contexto brasileiro atual, a coexistência mais ou menos conflituosa de várias ideologias, assim como, de lutas entre várias identidades sociais e étnicas; ora essas lutas assumem um caráter mais explícito e declarado, ora, elas lutam de forma mais mascarada, velada e através de discursos contra-hegemônicos. Ainda assim, não há que se negar o predomínio e hegemonia das antigas ideologias e mitos de fundação da nação: a fábula das três raças e o mito da democracia racial, forjados pelo Estado e elites sociais e tomados como verdade absoluta por séculos. São essas ideologias que *filtraram* e obscureceram e obscurecem e filtram nossas pesquisas, as teorias construídas, a nossa militância e práticas políticas. Para o senso comum, elas são inquestionáveis, é uma verdade quase religiosa, com poder de dogma. Provar que nossas crianças/adolescentes de rua são vítimas de racismo é uma tarefa penosa numa sociedade que admite o racismo, mas que não admite praticá-lo; numa ciência que prova a existência do racismo, mas que acredita que o racismo é só entre adultos e, mais ainda, que acredita que tais práticas derivam da economia, da carência material. Ora, não existe racismo econômico e sim preconceito econômico ou de classe, assim como não existe racismo contra homossexuais, nesse caso, tratar-se-á de homofobia; contra o estrangeiro, há a xenofobia; contra a mulher, há discriminação de gênero em virtude da opressão masculina e assim sucessivamente.

Para a sociedade em geral, mergulhada no senso comum, no conservadorismo político, moralista e no racismo, compreende-se a sua incompreensão, embora tenhamos que combatê-la dia e noite. Mas, não podemos compreender a ciência que *descobriu* ou, no mínimo, descortinou certas mazelas e mitos perversos presentes na sociedade, afirmar apenas o determinismo econômico e a luta de classes. Ora, nem nos EUA, uma sociedade tipicamente capitalista, os mecanismos de poder e de estratificação da sociedade funcionam apenas em critérios econômicos, lá também o critério racial tem um peso incomensurável. Aqui não seria diferente, num país que não só foi o último das Américas a abolir a escravidão e a Monarquia, mas que continuou praticando sistematicamente uma política excludente, autoritária e violenta, sobretudo para com as *minorias*, isto é, as identidades negadas, ou não reconhecidas –, escondidas ou subvalorizadas, principalmente contra o negro, visto até hoje – e reproduzido todo ano nas novelas televisivas – apenas como ex-escravos. Em tal contexto, as práticas discriminatórias e racistas regulares e intensas são tidas como *normais*, por isso mesmo não percebidas, tornam-se invisíveis aos olhos sociais e intelectuais. A ciência percebeu mais por analogia a outros sistemas raciais, mas, por sua vez, também comprou ou engoliu os mitos. A visibilidade que o fenômeno

goza hoje – apesar, ainda, da grande dúvida de sua existência –, é mais devida à militância dos/as negros/as do que postulados, descobertas, conceitos, teorias da sociologia brasileira.

Em suma, todas as hipóteses foram, com ou sem ressalvas, confirmadas. A invisibilidade do fenômeno que atingiu e dominou as pesquisas foi provocada pelas mesmas ideologias que *invizibilizam* tais práticas à sociedade, que contraditoriamente os pratica e não sabe ou não assume que os pratica. Contudo, essa ambivalência e confusão das ideologias sociais são fatos reconhecidos, embora não aceitáveis. Os mesmos documentos que provam a predominância de crianças negras na rua, também provam que ‘elas não existem’ para a academia, para o Estado e para o MNMMR, pelo menos enquanto negros/as; elas existem enquanto classe pobre e/ou camadas marginalizadas que, por sua vez, são compostas predominantemente por negros/as, chega a ser uma redundância e obviedade. Mas, a redundância e/ou a tautologia do MNMMR e da academia não viram nada disso, apenas o capitalismo selvagem. Para tais concepções, existe um ciclo vicioso, a pobreza leva à negritude ou *escurecimento* da população ou se são negros nunca ascendem socialmente porque são pobres, não porque são negros. Isso é um absurdo, ora, se estamos num sistema tipicamente capitalista, a ascensão e a *descensão* não escolheria classe, gênero, raça ou credo religioso. Sendo assim, eles comprovam nossa tese por via indireta: os/as negros/as não ascendem socialmente porque são negros não porque são pobres, os pobres podem ascender num sistema competitivo; enquanto os negros enfrentam fortes barreiras, as estruturas pré-capitalistas, ou seja, a estrutura brasileira reservada a eles não é classista, mas de castas parecido com o sistema dos EUA. Embora, eu não pretendo desembocar num determinismo étnico-racial, concluo que há um determinismo racista, o negro continua pobre ou há a expansão da pobreza porque o negro não é incluído; e, entre os marginalizados econômica, política e socialmente, estão exatamente, a imensa maioria dos/as negros/as; marginalizados racialmente, porque suas identidades são oprimidas e seus acessos aos recursos e aos direitos são negados, vetados. Em outras palavras, continuam sendo convertidos pela identidade dominante, em objetos e não em sujeitos de direitos e da história (sujeitos políticos). A cidadania não serve para todos, ela tem endereço certo e cor definida.

É óbvio que, individualmente, alguns (raríssimos) conseguem ultrapassar ou ludibriar certas barreiras, mas nunca chegam ao topo da pirâmide social, lá não se chega sozinho, precisa-se da coletividade, dos laços identitários e/ou étnicos afirmados, valorizados, dignificados e/ou reconhecidos. Mas, a coletividade do negro está lá embaixo,

em termos concretos, está nas periferias e morros, nas prisões ou apanhando nas ruas, como as nossas crianças negras de rua estão à mercê de todas as arbitrariedades, estão na base da pirâmide social, sem vez e sem voz. Foi sua luta junto ao MNMMR que possibilitou que pela primeira vez na história sua voz tivesse vez; mas, foram ouvidos enquanto pobres, jamais enquanto negros. Isso significa que seus direitos e sua voz enquanto coletividade, enquanto cultura ainda precisa se fazer ouvir; fenômeno que só acontece através de movimentos e lutas de afirmação étnica, tanto cultural quanto política. Tal constatação não visa *descredenciar* os méritos do Movimento, ele cumpriu uma importante etapa do processo, agora precisa cumprir outras etapas; mas essa tarefa não cabe apenas ao MNMMR isoladamente, mas a toda comunidade negra desvalorizada, estigmatizada e violentada e a toda sociedade brasileira. Porém, o MNMMR já deu provas que sabe e é capaz de lutar articuladamente com outros movimentos e outras demandas. Urge então buscar as alianças, formar novas lideranças, aperfeiçoar os princípios e propostas políticas e pedagógicas e se lançar ao seu maior desafio, que é o maior desafio de toda a sociedade brasileira, de todos nós.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W e HORKHEIMER, M. Anti-Semitismo. In: *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª Edição. 1986.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da infância*. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara. 2 ed. 1986.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BECKER, Howard. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: HUCITEC, 3 ed. 1997. 178 p.

BOURDIEU, Pierre; CHANBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 328 p.

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998. 311p.
- _____. A construção do objeto. In: BOURDIEU, Pierre. *Em busca de uma teoria da prática*. Cambridge: Cambridge University Press. 1977.
- BRECHT, Bertolt. *As cinco dificuldades para escrever a verdade social*. Goiânia: Revista Fragmentos de Cultura/UCG. v. 13, nº 6, nov./dez., 2003. p. 1201-1212.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- CAMPOS, F. Itami e BERNARDES, Genilda D'Arc. *Goiânia: Sociabilidade na Periferia*. Ciências Humanas em revista, Goiânia, n. 2 (1/2). Dez. /jan. 1991. p. 13 - 46.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "O trabalho antropológico: olhar, ouvir e escrever". Revista de Antropologia. São Paulo, USP. V.39, n.1: 13-37. 1996.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. S P: Difusão Européia do Livro. 1978.
- CARDOSO, Ruth C. L. (org.). *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra. 3 ed. 1997.
- CARVALHO, Janaína Cássia. *Corpo feminino e mutilação: um estudo antropológico*. Goiânia: Ed. UFG, 2002. 79p.
- DA MATTA, Roberto. *A Casa & A Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- _____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____. Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco. 6ª Edição. 2000. 246 p.
- DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto. CEDHAL. Coleção Caminhos da História. 4ª Edição, 1996. 176p.
- DUMOND, Louis. *Homo Hierarquicus*. São Paulo/SP: Edusp, 2002.
- DURKHEIM, David Émile. *A Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 245 pp.
- _____. *As Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes. 2003. 609 p.
- _____. *Educação e sociologia*. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Edições Melhoramentos, 4 ed. 1955.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Tradução de Vera Ribeiro. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 228 p.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1987. 201p.

_____. *O Processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1. 1990.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

EVANS – PRITCHARD, E. E. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. 1978, 276 p.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 2 v. 1976.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática. 1978.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 3 ed. 1987. 413 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1993.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora, 24 v. 1996.

FREUND, Julien. A sociologia alemã à época de Weber. In: Bottomore, Tom & Nisbet, Robert (orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 3ª edição. 1975.

_____. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes. 11ª edição, 2003 – 233p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. & HUNTLEY, Lynn (orgs.) et alii. *Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAGUETTI, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis/RJ: Vozes. 5 ed. 1997. 224 p.

HEGEL, Georg Wilhelm F. *A fenomenologia do espírito*. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. v. 30, 1974. 398 p.

- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- LÈVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Brasil: Martins Fontes, 1975. 151 p.
- LITTLE, Daniel. *Teoria da escolha racional*. In: *Op. Cit.* Tradução de Jordão Horta Nunes. Goiânia: UFG, 2001, p. 39-67.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar. 1976.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Brasília: Fundação Projeto Rondon. 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 9 ed. 1993. 112 p.
- _____. *A ideologia alemã*. Lisboa: Estampa, 1974. 365p.
- _____. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Mandacaru, 1990. 165 p.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 ed. V. 3. 1980.
- MEAD, Margaret. *Adolescência, sexo e cultura em Samoa*. Traducción Elena Dukelski Yoffe. Ciudad de México: Editorial Planeta. 1985.
- MEAD, Margaret. Os Arapesh; a sociedade Tchambuli e a sociedade Mundogomor. In: *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 4 ed. Série Debates; v. 5. 1999. 316 p.
- MELUCCI, Alberto. *A Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. 199 p.
- MILLS, C. Wright. *A Imaginação sociológica*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. 1965.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *O Limite da exclusão social: meninos e meninas de Rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, HUCITEC/ABRASCO. 1993.
- NETO, et al. Rede Familiar: a reconstrução pela desconstrução. In: MINAYO (org). *O Limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, HUCITEC/ABRASCO. 1993.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz. 1985. 133p.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU/FFLCH/USP. Coleção Textos. 2 ed. 1985.

PIAGET, Jean. *A Epistemologia genética: sabedoria e ilusões da Filosofia*. Problemas de psicologia genética. Tradução Nathanael C. Caixeira. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1975.

PINHO, Osmundo de Araújo. Alternativos e pagodeiros. In: *Espaço, poder e relações raciais: o caso do centro histórico de Salvador*. Salvador: Revista de Estudos Afro-Asiáticos. 1998/1999.

PRADO et al. A Rua: institucionalização da exclusão social. In: MINAYO (org). *O Limite da exclusão social: meninos e meninas de Rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, HUCITEC/ABRASCO. 1993.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2 ed. 1995. 476 p.

RIZZINI, Irene (org.). *A Criança no Brasil hoje – desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula. 1993.

ROSENBERG, Fúlvia. *Educação: para quem?* In: *Ciência e Cultura*, 28 (12). 1976.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato social*. São Paulo: Abril Cultural. Série: os pensadores, 2 ed. 1990. 190 p.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos (org). *MNMMR: uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente no Brasil*. Coleção Cadernos de Defesa dos Direitos – Publicações de Divulgação do Movimento. Série 3, nº 1, Brasília/São Paulo, 1993/1994.

_____. A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: *os impasses da cidadania – infância e adolescência no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE. 1992.

_____. *Breve olhar sobre as políticas públicas para infância*. In: *Revista Fórum DCA*. Brasília: DCA. 1993.

_____. *A Emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão das principais teorias*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1996.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense (coleção primeiros passos), 1984. 82p.

SANTOS, Milton e RIBEIRO, Wagner Costa. Mulheres, Pobres e Negros. In: SANTOS, Milton e RIBEIRO, Wagner Costa. *O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SENA, Custódia Selma (coord.). *Mapeamento e contagem de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em Goiânia – Go*. Sociedade Jovem Cidadão 2000. Goiânia: ed. DESKTOP: 1996, 86 p.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. 1991. In: MUSSOLINI, Gioconda. *Evolução, Raça e Cultura: leituras de Antropologia Física*. São Paulo: Nacional, 2 ed. 1974. 471 p.

SOCIEDADE E CULTURA – Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG. v. 4, n. 2 (jul./dez.). 2001.

SOUZA, Jessé de (org.) et alii. *Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça. Brasília: Paralelo 15, 1997. 276 p.

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras: a busca de identidade*. SP: Edusp. 1999, 184p.

SUÁREZ, Mireya. *Desconstrução das categorias “Mulher” e “Negro”*. Série Antropologia 133. Brasília: Fundação Universidade de Brasília. 1992. 37p.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Tradução de Marta Machado. Lisboa: Piaget, 1998.

_____. The politics of recognition. In Amy Gutmann (org.) *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: *Individualismo e Cultura*. RJ: Zahar, 4ª ed. 1997.

VYGOTSKY, Leontiev S. Desenvolvimento sócio-histórico. In: *A formação Social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes. 6 ed. 1998.

VISENTINI, José William. *A nova ordem mundial*. São Paulo: Ática. Série Geografia Hoje, 2 ed. 1996. 80 p.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira T. Learning, 2001.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (vol. 1). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social*. Campinas/SP: Escuta. 1994.

Diários Televisivos, Periódicos Impressos e Literatura do Movimento ou Oficial

Almanaque Pé-de-Moleque (APM)/MNMMR: Edição Extra de 10 anos do Movimento. Brasília – DF – outubro/1995.

Cartilha elaborada pelo Grupo Político Pedagógico da Região Norte/MNMMR. Impresso em Goiânia: Editora Redentorista. Sem data (s/d). Intitulada “*A Constituição brasileira e os nossos Direitos: Crianças e Adolescentes*”.

Cartilha: *Ciranda do Movimento* – Coordenação Nacional 2001/2002 (Coordenadora: Jussara de Goiás): texto aprovado na reunião do Conselho Nacional de Animação (CNA/MNMMR) em Belo Horizonte/MG – dias 21 – 23/02/2003.

CMI: Centro de Midia Independente. Goiânia, no seu periódico mensal de setembro/2004. *Código Civil* (antigo, de 1916-2002). Brasília: Ministério da Justiça/GF.

Código de Menores, Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979. Brasília: Ministério da Justiça. *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989*. Brasília: DCA/SEDH/MJ/ UNICEF, edição de 2002.

Editorial: Periódico *JORNAL DO SENADO* de 21 de Fevereiro de 2003. Brasília – DF; em Discurso em Plenário do Senador João Alberto do PMDB.

Encarte do *Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infância–Juvenil*, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/Ministério da Justiça (MJ) – Governo Lula (2003) e Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA/RJ); (A solução está por um fio. A defesa das crianças, em suas mãos).

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: DCA/SEDH/MJ, edição de 2002. (GF: Governo Federal: FHC).

Jornal Diário *O Globo/95* “o Brasil continua entre os cinco países de maior analfabetismo”. Rio de Janeiro – RJ.

Jornal Diário *O Popular* de 5 de Abril de 2002. Sociedade Cidadão 2000 – Goiânia – GO. Livro confeccionado a partir da V Assembléia Nacional (Gestão 1993 – 95). MNMMR: Teses e Propostas.

Novo Código Civil (em vigor a partir de 2003). Brasília: Ministério da Justiça/GF. Revista Semanária *Veja* de Agosto/2001.

Videografia

“*A Guerra dos Meninos*”. VHS (Vídeo) de 1994: documentário baseado no livro de Gilberto Dimenstein (1992). Direção de Sandra Werneck e realização: Fundação Abrinq pelos direitos da criança.

CEI (VHS): – audiência de Joselino dos Santos, Presidente do Fórum de Combate à *Prostituição Infantil* (96/97).

Comissão de Prostituição Infantil. Fita: Comissão Especial de Inquérito (CEI), criada pela Câmara de Vereadores de Goiânia (1997/98) – presidida pelo vereador Mozart, como vice-presidente a vereadora Olívia Vieira e como relator o vereador Djalma Araújo.

Conselho, que Conselho? VHS de 1991.

Contagem e Mapeamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, na Região Metropolitana de Goiânia/2001 (Fita VHS: editada em Abril/2002 – Sociedade Cidadão 2000/Prefeitura de Goiânia).

Fita: *Violência doméstica* (s/d).

I Seminário (2001): *por uma Política de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalho Adolescente*; confeccionado pelo escritório do Movimento de Minas Gerais e Nacional. Fita de Vídeo.

I Tribunal do *Menor* – Goiânia/GO e Teresina/PI em 1988 (VHS do projeto Audiovisual): *Julgamento simbólico da sociedade e do Estado brasileiros*; presidido pelo jurista Dalmo Dalary. O Movimento de Educação de Base (MEB) e a Pastoral do *Menor* ajudaram o MNMMR na organização do evento.

II Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – *Violência e Exploração Sexual* – 1ª Parte, 01/07/97 (VHS: Cara Vídeo Locadora).

II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, doravante todos serão designados de ENMMR; intitulado: *Crianças Abandonadas*; eixo: *Extermínio de crianças e adolescentes e aprovação do ECA*, realizado em setembro de 1989, pelo Movimento. VHS.

III Encontro, efetivado pelo Movimento em 1992, vídeo feito pela TV pé de moleque: “*o Estatuto tá só falta cumprir*”. VHS.

Instituto, Não! Estatuto. Vídeo (VHS) do Centro de Formação e Apoio aos Educadores do Movimento (CFE/MNMMR). Piauí/Novembro/1991.

Recado aos Pais (violência doméstica). VHS (s./d.).

Roda da Memória – Documento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua realizado em 2000 (15 anos de MNMMR) e aqui em Goiás foi realizado em 2003 (18 anos de MNMMR). CD ROM. Ano 2004. SENA, Custódia Selma e LIMA, Nei Clara de (orgs.).

V ENMMR, 1998: com cerca de 1300 crianças: *queremos viver e não sobreviver*. Fita de Vídeo editada em 1999.

VHS: *Goiás: momentos 10 anos – 1995*.

VHS: *Profissão Criança* (1994). Ministério do Trabalho e Emprego, apoio da OIT.

VI ENMMR – Junho/2002 (o ECA vira adolescente também): *Não ao rebaixamento da Idade Penal*; “*Adolescente Cidadão Não Merece Prisão e Sim Educação*”. VHS.

Vídeo do IV Encontro, em outubro/1995 - Brasília: 10 anos de Movimento (o Movimento já está entrando na adolescência, comemoração?): “*Eu quero educação para ser Cidadão*”.

Fotografia

Albinho do *Internúcleo Aldeia Juvenil*. Vários bairros/regiões de Goiânia: Núcleo Jardim Nova Esperança; pq. Santa Cruz; Vila Adélia; Asa Branca, dezembro/1994.

Alb. Colorido da *Assembléia Municipal (do Movimento)*, realizado em 22-08-1992.

Alb. Color, do bairro *Água Branca* (periferia na saída de Guapo – Goiânia - GO).

Alb. Color – Núcleo de Base *Vem que Tem Organização* – MNMMR – GO. (s/d).

Alb. Color. Reunião na Escola Fazenda de Itauçu, *sobre o Movimento, Núcleo/Grupo* – outubro/1992.

Alb. Color, sem identificação (s/id), em centro de formação ou centro dos jesuítas, parece com a Casa da Juventude (CAJU), com a imagem de Stº. Inácio de Loyola na parede.

Alb. Color (s/id.): “*Goiás: amanhã poderá ser tarde: violência e fome*”, passeata de 04/09/91, em frente à Catedral Metropolitana de Goiânia.

Alb. Color. Aparecem várias fotos de militantes pró-candidato a prefeito Darcy Accorci (PT) e para vereador: Pedro Wilson (PT); era a campanha de 1992; registra também uma Confraternização de dezembro/94 no Clube Aguai – setor Rio Formoso – Goiânia.

Alb. Color (*Seminário de Simpatizantes do Movimento* no Stueg/junho de 1992).

Alb. Color (*Confraternização CECOM/ Centro de Defesa/92*).

Fotos do Núcleo de Base do Jd. Nova Esperança e passeatas pelo Centro de Goiânia.

Alb. Color – *Seminário contra a Imputabilidade Penal ao Menor* (s/d).

Alb. Color – *Assembléia Municipal* (Goiânia) (s/d).

Alb. Color e P&B – *IV Encontro Estadual* (Escola Fazenda de Itauçu, setembro/92); e *Seminário Simpatizantes do Movimento*, janeiro/93.

Alb. Color – novamente, fotos de Reuniões e do *IV Encontro Estadual* na Escola Fazenda de Itauçu, setembro e outubro/92 e *confraternização da CECOM* em dezembro/92.

Albão color. *III ENMMR, IV Encontro Estadual de Meninos e Meninas de Rua* – Seção – Goiás, datas de revelações dos filmes variadas, de 1987 a 1994).

Albão color – *I Encontro de educadores da região do Alto-da-poeira*, novembro/91.

Albão color – *I Encontro de Educadores Sociais*, revelação do filme em fevereiro/96.

Albão color e P&B – *IV ENMMR*, outubro/95 – e *Assembléia de Meninos e Meninas* (s/d).

Fotos soltas dentro do álbum (de revelação que varia de 1987 a 1991) (s/id.).

ANEXO

Glossário de Siglas

(s/d): sem data ou que não foi possível identificá-la.

ABC (D) Paulista: parte da Região Metropolitana de São Paulo, conhecida como Grande ABC (D): Região integrada pelos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; inclui também Diadema (ABCD) e dilatou-se para além dessas letras.

ABRAPIA: Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência.

APM: Almanaque – Pé – de – Moleque.

ARENA: Aliança Renovadora Nacional (de origem militar e latifundiária).

BH: Belo Horizonte, capital mineira.

CA/s: Centro/s Acadêmico/s.

CAIS: Centro de Assistência Integrada à Saúde de Goiânia, os tradicionais postos de saúde municipais.

CAJU: Casa da Juventude Padre Burnier, da Ordem Católica de Santo Ignácio de Loyola (Jesuítas).

CAT: Coordenação ou Central de Apoio ou Assistência ao Adolescente Trabalhador.

CCJ: Comissão (Mista e Permanente) de Cidadania, Constituição e Justiça, do Congresso Nacional.

CD(E)CA: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CEAP: Centro de Articulação de Populações Marginalizadas.

CEBs: Comunidades Eclesiais de Bases.

CECOM: Centro Comunitário e/ou Centro de Defesa de Direitos, organizada pelo MNMMR e/ou pelo poder público; muitas vezes funciona num NUEC ou sede da Associação de Bairro.

CEI: Comissão Especial de Inquérito da Câmara de Vereadores de Goiânia.

CEPAJ: Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil/SGC.

CERU: Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

CF/CR: Constituição Federal de 1988 (ou Constituição da República).

CFM: Centro de Formação do Movimento (MNMMR).

CIDC ou CII: Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança ou Convenção Internacional da Infância.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho, de 1942. legado de Getúlio Vargas.

CMI: Centro de Mídia Independente.

CNA: Comissão Nacional de Animação (Organização dos ENMMR do MNMMR).

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

COLOR.: Fotografia Colorida ou Multicolorida, não apenas preto e branco.

COMOB: Companhia (Habitacional) Municipal de Obras – Prefeitura de Goiânia.

CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CPI: Comissão de *Prostituição* Infantil; Comissão Parlamentar de Inquérito ou Coordenação de Proteção Integral (da Criança e do Adolescente de Rua) – Cidadão 2000/FUNDEC/Prefeitura de Goiânia.

CRAMI: Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância de Campinas/SP, fundado em 1985; e, com o mesmo nome, do ABCD paulista, fundado em 1988.

CT: Conselho Tutelar.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

DA/s: Diretório/s Acadêmico/s.

DCA: Departamento da Criança e do Adolescente ou Fórum Nacional Permanente de Entidades Não – Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – chamado simplesmente de Fórum DCA.

DCE/s: Diretório/s Central/ais dos Estudantes

DICCA: Delegacia de Investigação de Crimes Contra a Criança e o Adolescente/Goiânia/GO.

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente.

ENMMR: Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

ESIJ: Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

EUA ou USA: Estados Unidos da América.

FCHF/UFG: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

FEBEM: Fundação do Bem-Estar do *Menor*.

FFLCH/USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

FHC: Sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

FUNABEM: Fundação Nacional do Bem-Estar do *Menor*.

FUNCAD: Fundação da Criança e do Adolescente e da Integração do Deficiente, atual OVG/Governo do Estado de Goiás.

FUNDEC: Fundação do Desenvolvimento Comunitário da Prefeitura de Goiânia.

GF: Governo Federal.

GLBT: Movimento de caráter antagonista e pelos direitos civis, dos *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e os Simpatizantes (“entendidos” ou aliados).

GO: Estado de Goiás.

HIV/AIDS: Vírus que pode manifestar (ou não) a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA como dizem, corretamente os portugueses).

IBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDF: Instituto Dom Fernando, ligado a SGC.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano usado pela ONU.

IDI: Índice de Desenvolvimento Infantil, usado pelo UNICEF/ONU.

IML: Instituto Médico Legal.

JAC: Juventude Agrária Católica.

JEC: Juventude Estudantil Católica.

JIC: Juventude Independente Católica.

JOC: Juventude Operária Católica.

JUC: Juventude Universitária Católica, com maior radicalismo comunista, descambando para AP: Ação Popular e, até apoiando a Resistência e/ou o Conflito Armado.

KKK: *Ku Klux Klan*, famoso grupo racista e extremista religioso norte-americano.

LA: Liberdade Assistida.

LOAS: Leis Orgânicas da Assistência Social.

MAC: Movimento de Alternativas Comunitárias, antigo nome do MNMMR nascente.

MEB: Movimento de Educação de Base.

MEC: Ministério da Educação e Cultura.

MJ: Ministério da Justiça.

MNMMR: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

MP: Ministério Público ou Medida Provisória (Decreto ou Ato Legislativo Presidencial).

MR8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego.
NB: Núcleo de Base, composto pelos próprios meninos e meninas de rua, filiados ou não ao MNMMR.
NEPI/CBIA: Fundação e Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância/Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência, com sede em Campinas/SP; mas existe várias outros CBIA's.
NUECs: Núcleos Educacionais Comunitários.
OECs: Oficinas Educacionais Comunitárias, mantidas pela OVG/Governo Estadual.
OIT: Organização Internacional do Trabalho.
ONGs: Organizações Não – Governamentais.
ONU: Organização das Nações Unidas.
OVG: Organização das Voluntárias de Goiás.
P&B: fotos em preto e branco.
PC do B: Partido Comunista do Brasil, dissidência do PCB, que se deu a partir de 1969.
PC: Pastoral da Criança.
PCB: Partido Comunista Brasileiro ou 'Partidão', fundado em 1922.
PCO: Partido da Causa Operária.
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista (dissidência do antigo PTB).
PECs: Propostas ou Projetos de Leis de Emendas à Constituição.
PFL: Partido da Frente Liberal, antigo PDS, filhote da ARENA.
PJ: Pastoral da Juventude.
PM: Polícia Militar ou Pastoral do *Menor*.
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar.
PPS: Partido Popular Socialista, fundado em 1992, originado do antigo PCB.
PSB: Partido Socialista Brasileiro.
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira, dissidência do PMDB.
PSOL: Partido do Socialismo e da Liberdade, dissidência recente do PT, fundado em 2005.
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, dissidência mais antiga do PT.
PT: Pastoral da Terra ou Partido dos Trabalhadores.
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado pelo Presidente Vargas na década de 1940.
SEDH: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (Governo FHC).
SGC/UCG: Sociedade Goiana de Cultura/Universidade Católica de Goiás.
SJC 2000: Sociedade Jovem Cidadão 2000.
SMS: Secretaria Municipal de Saúde.
SNCESIJ: Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.
SNDH: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (Governo LULA).
SOS (Criança): entidade de defesa e denúncia de maus tratos, abusos ou exploração contra crianças; sigla e variante de *salve nossas vidas* em inglês, significa emergência, socorro.
STF: Supremo Tribunal Federal.
UEE/s: União Estadual dos Estudantes.
UFG: Universidade Federal de Goiás.
UNE: União Nacional dos Estudantes.
UNESCO: Fundo das Nações Unidas para a Educação e progresso científico.
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas – São Paulo.
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância.
USP: Universidade (Estadual) de São Paulo.
VHS: *Video Home System*: Sistema de Vídeo Doméstico (de Casa).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)